# Atlas das condições de vida
## na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Cesar Romero Jacob
Dora Rodrigues Hees
Philippe Waniez

EDITORA PUC RIO

*Reitor*
Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

*Vice-Reitor*
Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

*Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos*
Prof. José Ricardo Bergmann

*Vice-Reitor para Assuntos Administrativos*
Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

*Vice-Reitor para Assuntos Comunitários*
Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

*Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento*
Prof. Sergio Bruni

*Decanos*
Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade (CTCH)
Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)
Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello (CTC)
Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225
Projeto Comunicar – Casa Editora/Agência
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900
Telefax: (21) 3527-1760/1838
www.puc-rio.br/editorapucrio
edpucrio@puc-rio.br

*Conselho Editorial*
Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, Hilton Augusto Koch, José Ricardo Bergmann, Luiz Alencar Reis da Silva Mello, Luiz Roberto Cunha, Miguel Pereira, Paulo Fernando Carneiro de Andrade e Sergio Bruni

*Capa e editoração*
José Antônio de Oliveira

*Foto da capa*
Karlheinz Weichert. Silhuetas de montanhas do Rio de Janeiro vistas de Niterói, RJ – Brasil.

Jacob, Cesar Romero

Atlas das condições de vida na região metropolitana do Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio , 2014.

1 recurso eletrônico (182 p.) : il. (color.)

Inclui bibliografia.
ISBN(ebook): 978-85-8006-141-3

1. Demografia - Rio de Janeiro (Estado). 2. Rio de Janeiro (Estado) – História – Atlas. I. Hees, Dora Rodrigues. II. Waniez, Philippe. III. Título

CDD: 304.6098153

# Atlas das condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

**Cesar Romero Jacob**
**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio**
Rio de Janeiro, Brasil

**Dora Rodrigues Hees**
**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio**
Rio de Janeiro, Brasil

**Philippe Waniez**
**Université de Bordeaux, UMR 5185 ADESS**
Bordeaux, França

EDITORA PUC RIO

# *Informação importante*

Este livro contém 112 mapas. O leitor poderá acessá-los por meio de hiperlinks a cada referência que o texto fizer a essas figuras. Ao clicar no link, o leitor é transportado para a página do mapa desejado.

Além disso, quando o leitor estiver na página de um mapa, poderá clicar no botão “voltar ao texto” para retornar à leitura do texto a partir do ponto em que havia parado.

# *Sumário*


**6** Prefácio

**7** Apresentação

**8** Introdução

**12** Capítulo 1 – A distribuição da população

**16** Capítulo 2 – Os rendimentos

**20** Capítulo 3 – As estruturas demográficas

**25** Capítulo 4 – As migrações

**28** Capítulo 5 – Os domicílios

**35** Capítulo 6 – A educação

**39** Capítulo 7 – O emprego

**43** Capítulo 8 – As religiões

**49** Capítulo 9 – Os estados de saúde

**56** Capítulo 10 – A criminalidade

**61** Capítulo 11 – As eleições para presidente e governador de 2002 a 2010

**63** Capítulo 12 – O Rio de Janeiro em comparação com outras seis metrópoles brasileiras

**67** Conclusão

**69** Bibliografia

**70** Caderno de Mapas

*Prefácio*

# A PUC-Rio e a cidade do Rio de Janeiro

Celebrando os 450 anos da fundação da cidade do Rio de Janeiro em 2015, gostaríamos de prestar uma homenagem a esta territorialidade tão querida de todos nós, sabendo que a Universidade faz parte desta história. Embora com apenas 75 anos de existência, nossa instituição nasceu em 1940, sendo a primeira de ensino superior privada e católica do Brasil, com asas para voar alto e inspirar outras Universidades confessionais, que mais tarde foram surgindo em diferentes lugares do Brasil.

O cosmopolitismo da cidade, e sua vocação de ser o palco onde nascem grandes ideias inspiradoras e inovadoras, que se irradiam e multiplicam em outras regiões do país, era algo que certamente estava presente na mente da classe intelectual católica que desejava uma Universidade de qualidade, onde os valores da fé e o humanismo cristão dialogassem com os avanços da ciência. Assim nasceu a PUC-Rio, cuja história está imbricada com a história do país e da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Homenagear a cidade é trazer à memória os momentos em que a Universidade contribuiu com esta história citadina, sendo um espaço de referência política, social, científica e acadêmica, trazendo muitas vezes para dentro do *campus* universitário os grandes debates, resistências e gestos solidários de alcance local e nacional. Junto com outras grandes Universidades da cidade, a PUC-Rio tem a consciência de que tudo o que vem sendo feito nestes 75 anos de história tem contribuído para enobrecer a cidade do Rio de Janeiro. Na política, pela formação de alunos que mais tarde exercem funções de relevância nos poderes judiciário, executivo e legislativo. Na ciência, pela sólida formação humanística e científica, suscitando intelectuais que despontam em vários campos dos saberes. Na pesquisa, pela qualidade acadêmica de sua pós-graduação e dos projetos de interesse local e nacional, contribuindo para o progresso da ciência na cidade e no país. No compromisso social, pela sua política de inclusão, permitindo hoje que alunos pobres da periferia da cidade possam estudar na zona sul, recebendo a mesma formação que é dada aos demais alunos. Na formação de valores humanísticos e cristãos, pela abertura ao diálogo inter-religioso, numa convivência fraterna e respeitosa entre as diferentes opções religiosas e ideológicas, identificando-se assim com o *ethos* multicultural e inter-religioso da cidade. No âmbito cultural, pela presença permanente de professores, alunos e antigos alunos no mundo das artes, cinema, comunicação, publicidade etc., ampliando o espaço que a cidade ocupa no cenário cultural do país.

Nos últimos anos a PUC-Rio tem ampliado a sua contribuição à cidade do Rio de Janeiro, tanto na área científica, como também nas relações com instituições internacionais. Na área científica, basta ver a projeção que a PUC-Rio tem dado à cidade e ao país em várias áreas do conhecimento, sobretudo nas ciências econômicas, informática, engenharias, educação e ciências sociais, entre outras. A parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Instituto de Relações Internacionais da Universidade vem contribuindo com os BRICs, mostrando mais uma vez a íntima relação entre a cidade e a PUC-Rio. Finalmente, não podemos esquecer que a vocação internacional da cidade tem inspirado o crescimento da internacionalidade na Universidade, permitindo receber e enviar centenas de alunos a outras Universidades no exterior.

Para mostrar mais uma vez que a história da Universidade está ligada com a história da cidade que completa 450 anos de fundação, a PUC-Rio elaborou, em parceria com a *Université de Bordeaux*, este *Atlas das Condições de Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro,* para que todos possam ver em detalhes as grandezas e as fragilidades de nossa cidade, que, apesar dos problemas do cotidiano, continua sendo maravilhosa, encantando os olhos de brasileiros e estrangeiros, pelas suas paisagens, relevos e o seu povo descontraído e alegre. Inspirada no modo de ser da cidade, a Universidade está sempre aberta para acolher e conviver com as diferenças étnicas, culturais, ideológicas e religiosas.

**Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ**
**Reitor da PUC-Rio**

# *Apresentação*

Eu já admirava o trabalho dos professores que publicam este livro sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Já os acompanhei em outras ocasiões e solicitei suas explanações para um discernimento de possíveis encaminhamentos pastorais. Agora, com este novo estudo, e olhando a região onde atualmente exerço minha missão, vejo a importância de pesquisadores que nos ajudem a ver e a questionar a realidade que nos circunda e a nos colocar em caminho de possíveis soluções para nossa sociedade.

As análises estatísticas nos mostram direcionamentos e realidades. Elas nos ajudam a viver a realidade que se nos apresenta e, consequentemente, traçar caminhos para o futuro. Eis uma grande oportunidade que temos agora com o presente livro!

As condições de vida de uma população são tão diversas que o seu conhecimento exige método rígido e informações precisas. Dados existem, embora de origens e procedimentos metodológicos diferentes. Ao reuni-los em mapas e formas explicativas, os pesquisadores Cesar Jacob, Dora Hees e Philippe Waniez realizaram, numa parceria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com a Universidade de Bordeaux, um trabalho de excelência sobre o Rio de Janeiro e sua região metropolitana. Às vésperas dos seus 450 anos de fundação, a cidade acumula dessimetrias, contrastes, problemas estruturais de ordenamento urbano e uma distribuição da população em condições de existência bem diferentes. Esses problemas se acumulam e fazem parte de sua história. No entanto, aprofundar o seu conhecimento e perceber as possibilidades de superação desse contexto é uma tomada de consciência necessária e urgente. De certa forma, o conhecimento dessa realidade nos compromete como cidadãos responsáveis.

Este livro está dividido em 12 capítulos, que abordam os seguintes itens: distribuição da população, renda, estrutura demográfica, migração, domicílios, educação, emprego, religião, saúde, criminalidade, eleições e uma comparação do Rio de Janeiro com outras seis regiões metropolitanas brasileiras. Esse conteúdo é apresentado com uma detalhada riqueza de informações distribuídas em mapas e gráficos de fácil leitura e compreensão imediata, além de um texto analítico que busca interpretar os dados. Esse modo de apresentação facilita imensamente ao leitor que deseja se aprofundar num dos capítulos e realizar um mergulho nas informações expostas. É certo que o conceito do que se chama de condições de vida dos moradores do Rio de Janeiro e sua região metropolitana não é algo abstrato. Diz respeito a cada sujeito que aqui vive. Portanto, pessoas que merecem o nosso respeito e consideração em relação ao presente e ao futuro. E existem condições comuns da vida social em que o Estado e as instituições civis devem se responsabilizar por modificá-las para um desenho melhor e mais justo, aproveitando o momento singular da nossa cidade.

Se no próximo ano vamos comemorar 450 anos, queremos que os 50 que faltam para o quinto centenário sejam de aproximação e superação dos contrastes. A responsabilidade é de todos os indivíduos que aqui vivem. Está em nossas mãos melhorar esses índices e dar passos concretos na busca de uma região metropolitana mais humana, justa e fraterna.

Agradeço a oportunidade que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro nos dá de servirmos a sociedade hodierna. Sabemos da excelência de ensino e pesquisa de nossa Universidade! E louvo de coração o trabalho dos professores que nos ajudam a aprofundar a realidade e nos questionam sobre a nossa missão. Que a leitura e o estudo deste trabalho nos ajudem a encontrar passos concretos para o presente e o futuro.

**Cardeal Orani João Tempesta, O. Cist.**
**Arcebispo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro**

# *Introdução*

O Rio de Janeiro, que tem sido palco, em anos recentes, de grandes eventos mundiais, como a Rio+20 em 2012, a 28ª Jornada Mundial da Juventude em 2013 e a Copa do Mundo em 2014, é frequentemente visto através de imagens estereotipadas, quer positivas, como a de uma cidade detentora de grande beleza natural, quer negativas, perigosa devido ao seu alto índice de violência.

A despeito dos clichês, o Rio se constitui num desafio para aqueles que querem compreendê-lo em sua verdadeira dimensão, uma vez que, ao lado da imagem de paraíso tropical, existe uma cidade com acentuados contrastes sociais. Nesse sentido, este trabalho procura mostrar, através da análise de uma série de mapas, as reais condições de vida dos habitantes desta cidade, que estará completando 450 anos de sua fundação em 2015 e estará sediando os Jogos Olímpicos em 2016.

## *O Censo Demográfico de 2010*

O Brasil, como se sabe, é um país com tradição estatística, pois desde a segunda metade do século XIX o poder central deu início à formação de uma rede de coleta de dados sobre o meio ambiente, a economia e a sociedade. O principal órgão responsável por este sistema de coleta de informações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), produz grande quantidade de dados, atualizados regularmente, para o conjunto do território nacional, em diferentes recortes geográficos. Estes dados são provenientes de diversas pesquisas, entre as quais os censos demográficos decenais que se constituem num rico banco de dados sobre a população e seus domicílios.

O último Censo realizado foi o de 2010, que tem como período de referência a semana de 25 a 31 de julho deste mesmo ano. O recenseamento se baseia em dois questionários: o do Universo e o da Amostra. O questionário do Universo é aplicado a toda a população e inclui 37 perguntas dedicadas às características básicas dos domicílios e seus habitantes. Já o questionário da Amostra diz respeito a uma fração da população de cada município, calculada com base no número dos seus habitantes, que é de 5%, no caso das cidades com mais de 500 mil moradores. Com este segundo questionário, composto de 108 perguntas, obtém-se uma descrição detalhada das moradias (tipo de construção, estado de ocupação, equipamentos e meio ambiente) e dos residentes (trabalho, educação, renda, família, etc.).

O livre acesso aos microdados da Amostra permite aos estudiosos a produção de tabelas estatísticas e cruzamentos de dados para responder a perguntas específicas de suas pesquisas. Outro aspecto a ser destacado, já presente no Censo de 2000, é a divulgação de um conjunto de dados do Universo, no nível estatístico mais detalhado possível, o dos setores censitários.

## *Urbanização e metropolização do Brasil*

O Brasil tem 51 grandes cidades, incluindo 43 Regiões Metropolitanas (RM), 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride) e cinco Áreas Urbanas (AU). Juntas, elas reuniam 97 milhões de pessoas em 2010, um pouco mais da metade dos 191 milhões de habitantes do país (Fig. 1). São principalmente as regiões urbanas as que se destacam pelo crescimento demográfico, que atingiu 1,42% por ano, contra 1,17% para o país como um todo.

Com quase 12 milhões de habitantes, o Rio de Janeiro é a segunda RM do país, situando-se muito atrás de São Paulo, com seus 19,7 milhões de pessoas. As outras grandes cidades não se comparam, no entanto, em tamanho com essas duas capitais: Belo Horizonte tem 5,4 milhões de habitantes e Porto Alegre 4 milhões; a RIDE de Brasília com 3,7 milhões situa-se no mesmo nível das principais capitais nordestinas, como Recife, Fortaleza e Salvador.

Em 2005, São Paulo e Rio de Janeiro se situaram, respectivamente, no 4° e 14° lugar, segundo a classificação demográfica das grandes cidades do mundo[1]. No entanto, elas apresentam taxas de crescimento populacional modestas, em comparação com a maioria das outras grandes cidades brasileiras, uma vez que São Paulo registrou um aumento de 0,97% e o Rio de 0,86%, taxas inferiores à média nacional. Apesar disso, deve-se lembrar que essas taxas, ao serem aplicadas a grandes contingentes populacionais, significam um aumento expressivo, de 1,8 milhão de habitantes para São Paulo e 966 mil para o Rio, no período intercensitário de 2000 a 2010.

## *A Região Metropolitana do Rio de Janeiro*

Do ponto de vista geográfico, uma RM é formada por uma grande cidade central e sua zona de influência imediata, que se constitui numa conurbação, cujos limites físicos dos municípios que a integram desaparecem e a cidade principal dá o seu nome. Em 2010, a RM do Rio era composta por 19 municípios com dimensões e contingentes populacionais muito desiguais (Fig. 2). A partir de 27 de dezembro de 2013, ela passou a contar com outros dois municípios, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu, que se encontram na área de influência do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em fase de implantação em Itaboraí. Porém, para efeito deste trabalho, serão considerados apenas os 19 municípios que compunham a RM do Rio na época do Censo de 2010.

O município do Rio de Janeiro é o mais extenso da RM com 1.200 km², que representam 22,5% da sua superfície, e também o mais populoso, com 6.320 milhões de habitantes, reunindo 53,4% da sua população (Tab. 01). Assim, a diferença

**Tabela 01**

População dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos Censos Demográficos de 1970 a 2010

| Municípios | Área km² | Pop. 2010 | Pop. 2000 | Pop. 1991 | Pop. 1980 | Pop. 1970 | Taxa de cresc. anual 2000-2010 % | % Pop. RM 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio de Janeiro | 1 200 | 6 320 446 | 5 857 904 | 5 480 768 | 5 090 723 | 4 251 918 | 0,76 | 53,40 |
| São Gonçalo | 248 | 999 728 | 891 119 | 779 832 | 615 351 | 430 271 | 1,16 | 8,40 |
| Duque de Caxias | 468 | 855 048 | 775 456 | 667 821 | 575 830 | 431 397 | 0,98 | 7,20 |
| Nova Iguaçu | 521 | 796 257 | 920 599 | 1 297 704 | 1 094 789 | 727 140 | 0,47 | 6,70 |
| Niterói | 134 | 487 562 | 459 451 | 436 155 | 397 135 | 324 246 | 0,60 | 4,10 |
| Belford Roxo | 78 | 469 332 | 434 474 | x | x | x | 0,77 | 4,00 |
| São João de Meriti | 35 | 458 673 | 449 476 | 425 772 | 398 819 | 302 394 | 0,20 | 3,90 |
| Magé | 388 | 227 322 | 205 830 | 191 734 | 166 603 | 113 023 | 1,00 | 1,90 |
| Itaboraí | 430 | 218 008 | 187 479 | 162 742 | 114 542 | 65 912 | 1,52 | 1,80 |
| Mesquita | 39 | 168 376 | x | x | x | x | x | 1,40 |
| Nilópolis | 19 | 157 425 | 153 712 | 158 092 | 151 585 | 128 011 | 0,24 | 1,30 |
| Queimados | 76 | 137 962 | 121 993 | x | x | x | 1,24 | 1,20 |
| Maricá | 363 | 127 461 | 76 737 | 46 545 | 32 618 | 23 664 | 5,21 | 1,10 |
| Itaguaí | 276 | 109 091 | 82 003 | 113 057 | 90 131 | 55 839 | 2,90 | 0,90 |
| Japeri | 82 | 95 492 | 83 278 | x | x | x | 1,38 | 0,80 |
| Seropédica | 284 | 78 186 | 65 260 | x | x | x | 1,82 | 0,70 |
| Guapimirim | 361 | 51 483 | 37 952 | x | x | x | 3,10 | 0,40 |
| Paracambi | 180 | 47 124 | 40 475 | 36 427 | 30 310 | 25 368 | 1,53 | 0,40 |
| Tanguá | 146 | 30 732 | 26 057 | x | x | x | 1,66 | 0,30 |
| Região Metropolitana | 5 327 | 11 835 708 | 10 869 255 | 9 796 649 | 8 758 436 | 6 879 183 | | |
| | | 2000-2010 | 1991-2000 | 1980-1991 | 1970-1980 | | | |
| Taxa de cresc. anual | | 0,86 | 1,16 | 1,02 | 2,44 | | | |

x = municípios inexistentes
0,47: incluindo Mesquita

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010

entre o município do Rio e os da sua periferia se traduz numa alta concentração da população na cidade central, o que é ainda mais grave considerando-se que uma boa parte de sua área é ocupada por três grandes maciços desabitados (Tijuca, no leste, Pedra Branca, no centro, e Gericinó, no norte). Subtraindo-se a área onde a altitude é superior a 100 m, a superfície habitável é de aproximadamente 1.000 km². Desse modo, a densidade média da população chega, então, a 6.320 habitantes por km², ou a 63,2 habitantes por hectare. Esta densidade média, no entanto, não reflete a distribuição desigual da população no município.

Além da cidade do Rio, três municípios possuem populações muito numerosas: São Gonçalo com quase 1 milhão de habitantes, Duque de Caxias com mais de 850 mil e Nova Iguaçu que se aproxima dos 800 mil. Nesses municípios, as densidades médias são mais baixas do que na capital, com, respectivamente, 4.031, 1.826 e 1.527 habitantes por km². Porém, essas densidades escondem, também, uma ocupação muito desigual do território desses municípios.

Já Niterói, Belford Roxo e São João de Meriti são municípios que apresentam, cada um deles, uma população de aproximadamente 500 mil habitantes. Os

outros 12 municípios formam um *continuum* demográfico, que começa com 227 mil habitantes, em Magé, e termina com apenas 31 mil, em Tanguá.

De modo geral, a taxa de variação média anual da população da RM do Rio, de 0,86%, mostra-se relativamente pequena, tratando-se de uma cidade da Região Sudeste, o que significa, mesmo assim, um aumento da ordem de 100 mil habitantes por ano, dos quais 48 mil somente na capital, o que acarreta, naturalmente, sérios problemas econômicos e sociais.

Observa-se, também, que os pequenos municípios periféricos, os menos povoados em 2010, apresentaram as maiores taxas médias de variação, como, por exemplo, Maricá com um crescimento de 5,2%. Embora distantes do município central, eles começam a absorver o excesso do seu crescimento urbano. Em outras palavras, a RM do Rio continua a se expandir, o que causa muitas dificuldades quanto à infraestrutura de transportes, saneamento, sem mencionar os muitos problemas relacionados à educação, saúde, emprego e segurança.

### *Atlas das condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*

O Rio de Janeiro tem sido objeto de muitas pesquisas e, dentre elas, destacam-se as realizadas pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). O Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, publicado pelo IPP, é um documento valioso, que muito contribuiu para a elaboração deste trabalho[2]. No entanto, pela própria natureza do Instituto, os seus estudos se referem apenas ao município do Rio e não ao conjunto da sua região metropolitana. Já neste trabalho, vai-se analisar a cidade central e sua periferia, procurando investigar como vivem os habitantes dessa metrópole e como se dá a relação da sociedade com o seu território.

Assim, a elaboração de um atlas das condições de vida dos moradores da RM do Rio foi possível graças à existência de informações detalhadas sobre todos os municípios desse aglomerado urbano. Realizou-se, então, um mapeamento exaustivo dos dados do Censo Demográfico de 2010, a principal, porém, não exclusiva, fonte de informação deste trabalho. A análise dos dados não se limitou, no entanto, a uma coleção de mapas, nos quais cada efetivo, taxa, índice se constituísse em objeto de um único mapa. Graças às técnicas de cartografia computadorizada, pôde-se produzir um conjunto de mapas temáticos e de sínteses parciais, que permitiram visualizar e entender a complexidade socioespacial existente numa região metropolitana como a do Rio de Janeiro[3].

O *Atlas das condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro* inclui 12 capítulos organizados de acordo com a seguinte ordem temática: distribuição da população, renda, estrutura demográfica, migração, domicílios, educação, emprego, religião, saúde, criminalidade, eleições e uma comparação do Rio de Janeiro com outras seis regiões metropolitanas brasileiras. A maioria desses temas é coberta pelo Censo Demográfico de 2010, seja pelo questionário do Universo, seja pelo da Amostra. Já o capítulo sobre saúde utiliza dados do Sistema Único de Saúde (SUS), o de criminalidade recorre às informações do Instituto de Segurança Pública (ISP) da Secretaria de Estado de Segurança, enquanto aquele sobre as eleições lança mão dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para cada um destes capítulos uma série de mapas foi feita para mostrar a complexidade das questões analisadas. Estes mapas são, muitas vezes, representações cartográficas simples, quando não é necessário incluir, simultaneamente, várias dimensões de um mesmo problema. No entanto, as questões econômicas e sociais, de modo geral, se revelam mais complexas do que pode parecer e requerem, então, o uso de técnicas de análise multivariada para dar conta da diversidade de situações. Dentre essas técnicas, tem-se frequentemente utilizado a classificação ascendente hierárquica, capaz de produzir classes de elementos cartográficos que se assemelham, sobre o tema estudado. Obtém-se assim, mapas de sínteses parciais, bem mais informativos do que uma coleção de mapas analíticos.

### *Malhas do território*

Os mapas deste Atlas são baseados, principalmente, em duas malhas territoriais: a dos setores censitários e a das Áreas de Ponderação da Amostra (AREAP). A delimitação destas malhas não é nem política, nem administrativa, mas elas estão inteiramente contidas dentro de cada município, não havendo superposição dos limites de um setor ou área sobre vários municípios (Fig. 3). A importância delas é distribuir os domicílios e seus habitantes numa malha dentro de um município, que permite um mapeamento, mais ou menos detalhado, das diferentes respostas aos questionários do Censo.

O setor censitário é a menor unidade territorial totalmente contida na parte urbana ou rural do município a que pertence. A RM do Rio possui 19.507 dos 316.574 setores censitários que existem no país (Tab. 02). Como se trata de uma unidade espacial operacional para a realização do Censo, o número médio de habitantes por setor, da ordem de 600 na RM do Rio, não mostra diferenças significativas entre os seus municípios. No entanto, este número pode variar de um setor a outro, dependendo da densidade das edificações. Os setores censitários são adequados ao mapeamento dos dados resultantes das respostas ao questionário do Universo.

Já as áreas de ponderação, no nível municipal, são agrupamentos de setores censitários. Elas permitem estabelecer o plano de amostragem, utilizando os dados relativos a estes setores para a aplicação dos questionários da Amostra. As áreas de ponderação são muito menos numerosas do que os setores censitários, uma vez que no município do Rio de Janeiro, há 200 áreas e cerca de 10 mil setores, enquanto em toda a RM existem 336 áreas de ponderação e mais de 19 mil setores. Alguns municípios, apesar de muito populosos, possuem malhas pouco detalhadas, como é o caso de São Gonçalo, com apenas 5 AREAPs para cerca de 1 milhão de habitantes. Infelizmente, não há alternativa para o mapeamento de dados com base nas respostas do questionário da Amostra, pois as AREAPs se constituem na única malha compatível com as normas em vigor no Brasil em matéria de sigilo estatístico.

**Tabela 02**
Setores censitários, áreas de ponderação e bairros da RM do Rio

| Municípios | Nº de setores censitários | Pop. 2010 por setores censitários | Nº de áreas de ponderação | Fração amostral dos domicílios | Número de bairros | População 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Rio de Janeiro | 10 233 | 618 | 200 | 4,8 | 160 | 6 320 446 |
| São Gonçalo | 1 927 | 519 | 5 | 4,9 | 108 | 999 728 |
| Duque de Caxias | 1 228 | 696 | 23 | 4,9 | 40 | 855 048 |
| Nova Iguaçu | 1 257 | 633 | 9 | 5,0 | 67 | 796 257 |
| Niterói | 892 | 547 | 18 | 9,3 | 52 | 487 562 |
| Belford Roxo | 720 | 652 | 5 | 4,8 | 30 | 469 332 |
| São João de Meriti | 719 | 638 | 5 | 9,6 | 16 | 458 673 |
| Magé | 344 | 661 | 7 | 9,8 | - | 227 322 |
| Itaboraí | 441 | 494 | 12 | 9,6 | 72 | 218 008 |
| Mesquita | 318 | 529 | 9 | 9,7 | - | 168 376 |
| Nilópolis | 266 | 592 | 9 | 9,9 | 15 | 157 425 |
| Queimados | 207 | 666 | 7 | 9,4 | - | 137 962 |
| Maricá | 306 | 417 | 7 | 9,4 | - | 127 461 |
| Itaguaí | 157 | 695 | 6 | 9,5 | - | 109 091 |
| Japeri | 149 | 641 | 5 | 9,6 | 30 | 95 492 |
| Seropédica | 116 | 674 | 4 | 9,6 | - | 78 186 |
| Guapimirim | 90 | 572 | 2 | 9,8 | - | 51 483 |
| Paracambi | 68 | 693 | 2 | 9,8 | - | 47 124 |
| Tanguá | 69 | 445 | 1 | 9,5 | 10 | 30 732 |
| Região Metropolitana | 19 507 | 607 | 336 | 5,8 | 600 | 11 835 708 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os setores censitários e as áreas de ponderação são, então, as malhas operacionais do Censo Demográfico, conhecidas apenas pelo seu identificador numérico. No entanto, na análise dos mapas baseados nessas malhas estatísticas, vai-se utilizar os nomes dos lugares, como normalmente são usados pela população.

Em número de 600 para o conjunto da RM, os bairros são mais numerosos do que as AREAPs. O IBGE delimita os bairros quando eles têm uma existência oficial, definida por uma lei municipal[4]. Os dados do Universo estão disponíveis neste nível mas, como já mencionado, eles não podem ser utilizados para a Amostra. Além disso, esta rede não existe oficialmente e, portanto, o IBGE não fornece o mapa para 8 dos 19 municípios da RM. Assim, os nomes e limites dos bairros são usados como um simples revestimento de mapas, feitos através dos setores censitários ou das áreas de ponderação; os nomes dos bairros permitem identificar de forma clara e inequívoca cada parte da cidade. Nos municípios que não possuem bairros delimitados oficialmente, recorreu-se aos nomes dos subdistritos ou distritos administrativos, sabendo que seu nome nem sempre é aquele que as pessoas usam para designar os lugares.

**Notas**

1. A esse respeito ver:
http://www.ined.fr/fichier/t_publication/1300/publi_pdf1_435.pdf

2. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998. Rio de Janeiro: IPP, 2000, 864p.

3. Os mapas apresentados neste Atlas foram realizados com Philcarto, software de cartografia temática de autoria de Philippe Waniez, geógrafo e professor da Universidade de Bordeaux, Collège Sciences et Technologies, Département de Mathématiques, Unité de formation: Mathématiques et Interactions. Waniez é membro da Unité Mixte de Recherche CNRS / Université de Bordeaux ADESS (Aménagement, Développement, Environnement, Santé, Société). Philcarto pode ser encontrado gratuitamente no seguinte endereço: http://philcarto.free.fr

4. Para os bairros do município do Rio de Janeiro, ver:
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index_bairro.htm

Capítulo 1

# A distribuição da população

Neste primeiro capítulo vai-se analisar a distribuição da população na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com base nos setores censitários. Tal nível de observação permite identificar, com bom grau de detalhamento, as diferenças existentes no adensamento populacional do Rio e os fatores que as condicionam. Nesta parte, serão analisadas, também, as favelas da cidade, classificadas por sua dimensão, ou seja, pelo número de habitantes e domicílios que abrigam. Além disso, um mapa da situação dos setores censitários é capaz de identificar os vários tipos de áreas urbanas e rurais existentes na RM do Rio.

## *1.1 Densidade populacional*

A densidade populacional é um indicador fundamental da ocupação humana de um território, pois, como se sabe, ela é obtida através da divisão do número de habitantes existente no interior de uma unidade geográfica (município, bairro, setor censitário, etc.) pela área desta mesma unidade. Ela é expressa, normalmente, pelo número de habitantes por quilômetro quadrado, mas no caso de cidades onde a densidade é muito elevada, é mais adequado dividir o número de habitantes por hectare. Na verdade, a densidade populacional pode ser interpretada como a pressão demográfica que ocorre num determinado território.

Embora o cálculo deste indicador seja simples, a sua interpretação é complexa. Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para o fato de que este cálculo parte da ideia de que há uma distribuição homogênea ao longo da unidade geográfica para a qual ela é calculada. Quanto maior for a superfície da unidade, menor a probabilidade de este pressuposto ser verdadeiro, devido à heterogeneidade do espaço geográfico. Um setor censitário, em função de seu tamanho reduzido, oferece maior possibilidade de uma distribuição mais homogênea da densidade. Por outro lado, sabe-se que densidades semelhantes podem expressar diferentes situações, dependendo do quadro econômico e social da região em questão.

O IBGE não fornece a área dos seus setores censitários que foi então calculada, de maneira aproximada, a partir da superfície total de cada município da RM. O mapa da densidade populacional na RM do Rio mostra grandes contrastes na maior parte dos seus municípios, uma vez que os valores variam de 0 hab./ha a cerca de 1.900 hab./ha nas áreas mais densamente ocupadas (Fig. 4). A distribuição das densidades no mapa reflete a influência de quatro fatores principais que favorecem a ocupação: o litoral, a baía, as baixadas e as vias de comunicação.

*O litoral*

É no litoral da Zona Sul do Rio que ocorrem as mais altas densidades populacionais da cidade, geralmente superiores a 500 hab./ha, podendo mesmo ultrapassar 1.000 hab./ha. Trata-se de uma faixa relativamente estreita, que liga quase continuamente Flamengo e Botafogo a Copacabana e Ipanema. Sabe-se que a ocupação desses bairros foi facilitada, no final do século XIX, pela introdução de linhas regulares de bondes. Este processo de ocupação foi ampliado, ao longo do século XX, por outros meios de transporte que afastavam ainda mais do Centro da cidade as camadas mais abastadas da população que podiam, assim, desfrutar das praias que contribuem, ainda hoje, para a imagem de uma cidade encantadora.

*A baía*

A presença da Baía de Guanabara garantiu ao Rio de Janeiro, desde a época colonial, uma localização protegida de sua área portuária, essencial ao desenvolvimento da cidade. Além do seu porto privilegiado, o Centro do Rio concentrava também o poder político até a transferência da Capital Federal para Brasília, em 1960. Esta concentração promoveu o adensamento dos bairros próximos ao Centro da cidade que foi perdendo habitantes ao longo do século XX, devido à substituição da *cidade europeia* por uma *cidade americana*, feita de arranha-céus ocupados por escritórios. Isto torna esta área quase deserta fora dos dias úteis e horários de trabalho, como mostram as densidades que raramente ultrapassam 300 hab./ha. Mas o adensamento urbano de bairros próximos ao Centro, favorecido pela extensão das linhas de bonde, foi se expandindo em direção à Tijuca. Hoje, suas densidades, sem alcançar os picos das praias da Zona Sul, ultrapassam, muitas vezes, a faixa de 200 a 300 hab./ha.

A importância da Baía de Guanabara na ocupação da RM do Rio diz respeito também à sua cidade irmã, Niterói, localizada do outro lado da baía. Niterói foi capital do antigo estado do Rio de Janeiro até 1975, ano da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, quando a cidade do Rio passou a ser a capital do estado do mesmo nome. O bairro central de Niterói apresenta, assim como o Centro do Rio, densidades baixas, que raramente excedem a 100 hab./ha. A cidade começou a se expandir para o sul nos anos 1850, a partir da Praia de Icaraí, cuja ocupação se acentuou no começo do século XX, e apresenta, atualmente, densidades superiores a 400 hab./ha. Já o bairro de São Francisco, vizinho ao de Icaraí, apresenta ainda hoje densidades baixas, em torno de 25 hab./ha, apesar de as áreas litorâneas estarem completamente ocupadas.

*As baixadas*

As terras baixas da cidade do Rio, constituídas de terrenos pantanosos e planícies sedimentares, situam-se entre os maciços da Tijuca, da Pedra Branca e de Gericinó, sendo as mais importantes as de Inhaúma, Irajá, Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Jacarepaguá. Já ao norte do município do Rio, encontra-se a chamada Baixada Fluminense, que abrange vastas áreas de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita e Queimados.

As baixadas permitiram a expansão urbana para o norte, mas também para o oeste e o leste. Porém, a concentração urbana mais importante se estende da parte norte da cidade do Rio de Janeiro a Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias. Nesta vasta área, as densidades variam sobretudo de 100 a 200 hab./ha, diminuindo, gradativamente, em Nova Iguaçu e Belford Roxo, onde se situam em torno de 100 hab./ha.

Na parte oeste do município do Rio de Janeiro, a Baixada de Bangu, localizada ao norte do Maciço da Pedra Branca, abriga vários bairros de densidade populacional entre 200 e 300 hab./ha. Além de Bangu, apresentam essas mesmas densidades os bairros de Senador Camará, Padre Miguel, Realengo, Magalhães Bastos e Gericinó. Estes núcleos relativamente densos permanecem separados uns dos outros por espaços com ocupação mais rarefeita, da ordem de centenas de habitantes por hectare. Ainda na Zona Oeste, atrás da Barra da Tijuca, a Cidade de Deus, bairro construído na década de 1960 para abrigar moradores removidos de favelas de outras partes da cidade, apresenta, atualmente, densidades de mais de 300 hab./ha. Ao norte da Cidade de Deus, outros bairros se mostram menos densamente povoados, geralmente com menos de 100 hab./ha, como Taquara, Tanque, Pechincha e Freguesia.

Do outro lado da Baía, Niterói se desenvolve, de maneira semelhante ao da cidade do Rio, em direção à baixada de São Gonçalo. Porém, as áreas com altas densidades não atingem, no entanto, os níveis observados na Baixada Fluminense, pois situam-se em torno de 100 hab./ha, embora, ocasionalmente, possam chegar a 150 ou 200 hab./ha.

*As vias de comunicação*

A ocupação das baixadas só foi possível graças a obras de drenagem com a construção de uma série de canais em toda a Região Metropolitana do Rio, desde a sua parte mais antiga, o Centro da cidade, até as áreas de ocupação mais recente, como a Barra da Tijuca. Se essas drenagens contribuíram para o adensamento do território, tais providências por si só não seriam suficientes para possibilitar a chegada de novos moradores. Assim, o avanço da expansão urbana foi favorecido, na segunda metade do século XIX, pela introdução de bondes e trens e, ao longo do século XX, pela abertura de grandes eixos rodoviários, como a Avenida Brasil, Rodovia Presidente Dutra, Rodovia Washington Luís, Ponte Rio-Niterói, Autoestrada Lagoa-Barra, Linha Vermelha, Linha Amarela e outros, como pode ser visto no adensamento populacional observado ao longo dessas grandes vias de comunicação (Fig. 4).

*Os contrastes das densidades*

Como se pôde observar, existem na RM do Rio grandes contrastes em relação à densidade populacional e, mesmo nas áreas de altas densidades, há diferenças acentuadas, uma vez que determinados locais apresentam concentração populacional ainda mais elevada do que outros, o que é possível se ver na escala mais detalhada dos mapas por setores censitários.

Este é o caso de bairros da Zona Sul da cidade, como Copacabana que apresenta altas densidades, muitas vezes superiores a 400 hab./ha, embora na Avenida Atlântica, junto ao mar, os valores sejam muito mais baixos do que os da Avenida Nossa Senhora de Copacabana, no interior do bairro. Este mesmo fenômeno ocorre, de maneira menos acentuada, em Ipanema e no Leblon, mas não é observado no Flamengo.

Já a Zona Norte se caracteriza por uma situação em que setores com mais de 500 hab./ha se alternam com outros cuja densidade é inferior a 100 hab./ha. Estas diferenças refletem as várias formas de uso do solo, como edifícios, casas e favelas. Esses acentuados contrastes se relacionam ainda a características do meio ambiente, à disponibilidade de transportes, etc.

## *1.2 As favelas*

As favelas surgiram no Rio de Janeiro no final do século XIX e se constituem, ainda hoje, em formas de ocupação do solo urbano em terrenos ilegais, por população pobre que vai habitar áreas de morros com fortes inclinações ou de baixadas insalubres, geralmente, em moradias precárias. Para entender essa urbanização irregular, o IBGE utiliza, desde o Censo Demográfico de 1991, o conceito de Aglomerado Subnormal (AGSN), constituído por um conjunto de setores censitários.

Assim, o AGSN compreende, pelo menos, 51 unidades habitacionais que ocupam ou ocuparam, no passado recente, terra pública ou privada, de forma ilegal. A disposição das construções se mostra densa e desorganizada e a urbanização não cumpre as normas dos órgãos públicos, pois as vias de circulação são muito estreitas e os tamanhos e formas dos lotes muito irregulares. A prestação de serviços públicos, como coleta de lixo e rede de água e esgoto, é frequentemente precária. Mesmo quando se trata de assentamentos legalizados, eles continuam sendo considerados favelas.

Em 2010, a RM do Rio contava com 1.034 aglomerados subnormais que reuniam 1,7 milhão de habitantes, ou seja, cerca de 15% da sua população total. A população residente em favelas está concentrada principalmente no município do Rio, uma vez que ele reúne 1,4 milhão de moradores, ou seja, 82% dos habitantes de favelas da RM. Apesar de a população favelada dos demais municípios da RM não ser desprezível, pois totaliza 309 mil habitantes, ela representa apenas 5,6% da população desses municípios que é de 5,5 milhões de habitantes. Os maiores contingentes se encontram em Niterói (79.623), Duque de Caxias (61.452), São João de Meriti (47.322) e Belford Roxo (35.480).

A primeira impressão que o mapa das favelas da RM do Rio transmite é a de que os aglomerados subnormais estão presentes em quase todos os seus municípios, ainda que em graus diferentes (Fig. 5). Mesmo no município do Rio, a importância das favelas na composição da população dos bairros varia consideravelmente: 0% no Centro, 59% na Maré, 86% no Jacarezinho e 100% na Rocinha.

*O Centro e os bairros da Zona Sul*

Essas áreas da cidade são caracterizadas por apresentarem um número relativamente pequeno de favelas que reúnem menos de 20 mil habitantes. O antigo Centro Histórico, que vem passando por profundas transformações, desde meados do século XX, com a construção de modernos edifícios-sede de grandes empresas públicas e privadas, não registra a presença de favelas. Já nas suas imediações, encontram-se algumas delas, como a do Morro da Providência (1.237 habitantes), São Carlos (1.763), Catumbi (1.717) e Morro da Coroa (1.323). Os efetivos são relativamente modestos em comparação com as grandes favelas do Rio, mas a sua presença próxima do centro de negócios se mostra emblemática do tipo de ocupação da cidade.

Este é o caso do bairro de Santa Teresa, que apresenta uma localização especial, ao se situar próximo do Centro Histórico. Desde o final do século passado, vem sofrendo um processo de valorização turística que tem resultado na restauração de antigos casarões. Apesar disso, abriga 12 pequenas favelas, reunindo cerca de 10 mil habitantes, que correspondem, no entanto, a quase um quarto da população residente no bairro. Nos últimos anos, Santa Teresa vem deixando de frequentar as manchetes dos jornais sobre a *guerra* entre policiais e traficantes de drogas, em função da instalação aí de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

Na Zona Sul, os bairros de Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Lagoa reúnem 25 favelas onde vivem 47 mil pessoas, ou seja, 8,3% da população residente desses bairros. As mais importantes são Pavão-Pavãozinho (1.840 habitantes), Morro do Cantagalo (1.428) e Morro Santa Marta (1.176). O número relativamente baixo de favelas nessa parte valorizada da cidade se deve, em certa medida, a políticas adotadas nos anos 1960 de remoção de moradores de aglomerados subnormais dessas áreas.

A proliferação das favelas no Rio é tão ampla que atingiu até a aprazível Ilha de Paquetá, uma atração turística da cidade, localizada no meio da Baía de Guanabara, onde há mais de vinte pequenas favelas, sendo que uma delas, Vila Joaniza, chega a registrar 3.816 unidades habitacionais.

*As maiores favelas*

Dentre as principais favelas da cidade, a Rocinha se destaca por ser a maior de todas, com 23.347 domicílios onde vivem 69.156 habitantes, de acordo com o Censo do IBGE de 2010 (Tab. 1.1). Assim, ela se constitui numa verdadeira pequena cidade, localizada na Zona Sul, entre a Gávea e São Conrado, bairros que se destacam por apresentarem renda das mais altas do Rio, imprimindo na paisagem urbana um acentuado contraste social. A sua origem data dos anos 1950 com o aumento das migrações de nordestinos para o Rio de Janeiro, mas é, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970 que a ocupação se intensifica.

A segunda maior favela carioca, Rio das Pedras, está localizada na Zona Oeste, onde se concentram 18.692 domicílios com 54.776 moradores. É também um bairro que tem origem na chegada de migrantes nordestinos nos anos 1970 e 1980. Conhecida por abrigar uma das primeiras milícias paramilitares da cidade, foi criada na década de 1980, a pedido dos comerciantes locais que pagavam a policiais militares, a fim de impedir que traficantes de drogas controlassem a favela.

Rocinha e Rio das Pedras se assemelham quanto ao número de domicílios e moradores e apresentam também taxas moderadas de ocupação dos domicílios, ou seja, menos de três pessoas por moradia.

Menor do que as anteriores, a favela do Jacarezinho, com 8.775 moradias e 29.651 pessoas, é uma das mais antigas, uma vez que tem sua origem na década de 1920, ligada ao surgimento do bairro industrial de Jacaré, na Zona Norte. A favela vem se beneficiando, nos últimos anos, de programas governamentais de drenagem, saneamento e pavimentação de ruas.

Ao contrário das duas maiores favelas, Rocinha e Rio das Pedras, que se encontram relativamente isoladas, Jacarezinho se situa numa área geográfica onde favelas de menor tamanho se multiplicam. Observam-se assim aglomerações que reúnem de 1.000 a 1.500 casas que se constituem numa outra forma de organização de moradias precárias, que tomam o nome de complexo, ao agruparem várias favelas.

Este é o caso do Complexo da Maré, o maior da cidade ao reunir 17 favelas, entre as quais o Parque União, Nova Holanda e Parque Maré, com um total de habitantes comparável ao da população da Rocinha. Tendo começado na década de 1940, com as comunidades Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e o Conjunto Marcílio Dias, o Complexo da Maré ampliou-se ao longo da segunda metade do século XX.

O segundo grande complexo de favelas do Rio é o do Alemão, cujo centro é a comunidade construída no morro do mesmo nome, que conta com 4.321 moradias e 15.051 habitantes. Ao norte daí, há a Vila Proletária da Penha e a Vila Cruzeiro e, ao sul, Nova Brasília, Joaquim de Queiroz e Parque Alvorada. A formação destas favelas começou no final dos anos 1950, mas é sobretudo na década de 1980 que se deu um acentuado crescimento demográfico. No total, 15 favelas de diferentes tamanhos formam um conjunto comparável ao Complexo da Maré.

No limite norte do município do Rio de Janeiro com o sul de Duque de Caxias, um novo complexo parece estar se constituindo a partir das favelas Parque Jardim Beira Mar e Parque Proletário de Vigário Geral, que apresenta cerca de 4 habitantes por moradia.

O fenômeno da favelização em direção à Zona Oeste se dá também através da Avenida Brasil, com a sucessão de muitas favelas de médio ou pequeno

**Tabela 1.1**
Favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com mais de 10 000 habitantes

| Nomes | Domicílios | Moradores |
|---|---|---|
| Rocinha | 23 347 | 69 156 |
| Rio das Pedras | 18 692 | 54 776 |
| Jacarezinho | 8 775 | 29 651 |
| Parque União | 6 621 | 19 662 |
| Fazenda Coqueiro | 5 876 | 18 229 |
| Vila Proletária da Penha | 4 617 | 17 775 |
| Nova Brasília | 4 954 | 16 177 |
| Morro do Alemão | 4 321 | 15 051 |
| Vila do Vintém | 4 728 | 14 647 |
| Nova Cidade | 4 234 | 14 618 |
| Parque Vila Isabel | 4 045 | 14 007 |
| Nova Holanda | 4 126 | 13 471 |
| Parque Jardim Beira Mar | 3 617 | 13 176 |
| Parque Maré | 4 018 | 12 421 |
| Vila Joaniza | 3 816 | 11 999 |
| Vila São Jorge | 3 628 | 11 877 |
| Gleba I-Antiga Fazenda Botafogo | 3 879 | 11 704 |
| Vila Rica de Irajá | 3 035 | 10 215 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

porte, em ambos os lados dessa via, desde a Vila Rica de Irajá até Anchieta. Mais ao sul, Vila São Jorge e Gleba I da Antiga Fazenda Botafogo contam, cada uma delas, com mais de 11 mil habitantes. Um pouco mais a oeste, três grandes favelas pontuam a rota da linha férrea da Supervia em direção a Campo Grande: Vila do Vintém, Fazenda Coqueiro e Nova Cidade.

Assim, pode-se concluir que as favelas da cidade do Rio se mostram muito diferentes, em função do seu tamanho, localização, idade e à sua maior ou menor integração ao espaço urbano.

## *1.3 As zonas rurais*

Como se pode ver, a Região Metropolitana do Rio com seus 19 municípios apresenta um aglomerado urbano muito heterogêneo, com acentuadas diferenças quanto às densidades demográficas. Alguns deles exibem taxas muito baixas, menos de 1 hab./ha, o que se deve, provavelmente, à existência de maciços montanhosos e reservas naturais. Como cada setor censitário é qualificado de acordo com a situação do bairro a que pertence, há um zoneamento administrativo que pode ser mapeado (Fig. 6). Nesta classificação, mais de 99% dos setores censitários da RM pertencem à área urbana, enquanto os setores rurais, pouco numerosos e pouco povoados, se mostram relativamente grandes e se localizam sobretudo nos limites da RM.

Capítulo 2

# Os rendimentos

Ao se estudar as formas de ocupação do solo urbano na RM do Rio de Janeiro, chama a atenção, de imediato, a questão da segregação socioespacial existente na cidade. Assim, o Rio apresenta acentuados contrastes que produzem uma forte diferenciação no seu espaço, objeto de investigação deste trabalho. Sendo a segregação um dos aspectos mais importantes para se compreender a estrutura da cidade, é fundamental a avaliação das diferenças de renda entre os seus habitantes.

Os questionários do Censo Demográfico de 2010 contêm um grande número de informações sobre este tema e, a partir daí, pôde-se escolher alguns indicadores que, ao serem mapeados, permitem avaliar a distribuição da renda na cidade e o seu papel na estruturação do espaço urbano.

## *2.1 O rendimento nominal médio mensal*

O indicador utilizado neste trabalho é o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais em cada setor censitário, quer essas pessoas tenham renda ou não. Expresso em reais *per capita,* este valor é obtido pela soma dos rendimentos do trabalho e de outras fontes, incluindo-se as aposentadorias, pensões e programas sociais.

O valor do rendimento nominal médio mensal da renda *per capita* que dividia a metade dos setores censitários, em julho de 2010, era de R$ 628,00, ou seja, US$ 278. No entanto, esta mediana mascara enormes disparidades intraurbanas, uma vez que os 10% dos setores com melhor situação apresentaram renda média de R$ 2.533,00 ou mais, enquanto os 10% menos favorecidos se restringiram a R$ 377,00 ou menos. De fato, estas acentuadas disparidades marcam o espaço de modo a revelar a segregação econômica existente na RM do Rio (Fig. 7).

Como a riqueza não se expressa somente pela renda, mas também pelo patrimônio, pode-se considerar o nível de renda como um dos indicadores para se medir a riqueza de uma população e localizar, no espaço urbano, as diversas categorias sociais: ricas, médias ou pobres.

### *Os bairros com rendimentos altos*

Os moradores da RM com os mais altos rendimentos estão localizados, sobretudo, na Zona Sul da cidade do Rio, bem como na Barra da Tijuca, na Zona Oeste. Assim, no topo das classes de renda, encontram-se a orla marítima de Ipanema e Leblon, o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, as partes mais elevadas do Jardim Botânico, a beira-mar de São Conrado e a margem interna da Lagoa de Marapendi. Nessas áreas, observam-se níveis de renda acima de R$ 6.000,00 *per capita*, atingindo em algumas partes patamares superiores a R$ 8.000,00.

Em Copacabana e no Leme, os rendimentos também se mostram altos, mas com uma diferença significativa entre a beira-mar que se situa, geralmente, acima de R$ 5.000,00 e o restante do bairro que apresenta rendimentos mais baixos, entre R$ 2.000,00 e R$ 4.000,00. Esta diferença entre a orla e as partes internas desses bairros já tinha sido observada em relação às densidades populacionais.

Aos pés do Pão de Açúcar, no bairro da Urca, bem como na orla do Flamengo, os rendimentos se situam em torno de R$ 5.000,00. Já em algumas áreas de Laranjeiras, como no Parque Guinle, ou do tradicional bairro do Cosme Velho, encontram-se rendimentos superiores a R$ 6.000,00.

Da mesma forma, Niterói apresenta áreas ricas, porém de maneira menos acentuada do que no Rio, uma vez que na maior parte dos bairros abastados de Boa Viagem e Icaraí, a renda se situa entre R$ 2.500,00 e R$ 4.500,00. Mais ao sul, em São Francisco, Santo Antônio, Camboinhas e Itacoatiara tem-se uma situação na qual se alternam setores, cujos rendimentos situam-se entre R$ 2.500,00 e R$ 4.500,00.

Com níveis de renda um pouco mais baixos, encontram-se áreas com rendimentos nominais médios mensais *per capita* entre R$ 2.000,00 e R$ 4.000,00. Elas são relativamente pouco numerosas, o que reflete a força dos contrastes no interior da RM. Trata-se principalmente da Tijuca e de alguns setores de bairros como Maracanã, Andaraí e Grajaú. Além desses, há outras áreas com as mesmas características na Freguesia, em Jacarepaguá, no Méier, na Vila Militar e no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador.

### *Os bairros com rendimentos médios*

A renda média mensal *per capita* nos setores censitários da RM é de R$ 1.055,00 e, para efeito desta análise, vai-se considerar como rendimento médio mensal as unidades censitárias cuja renda se encontra entre R$ 900,00 e R$ 2.000,00, por pessoa.

Essas unidades estão localizadas, principalmente, em bairros da Zona Norte e da Zona Oeste, no eixo das antigas estradas de ferro da Leopoldina, como Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha, e da Central do Brasil, do Engenho Novo a Padre Miguel, e depois, de maneira intermitente, entre Campo Grande

e Santa Cruz. Além dessas áreas do Rio, os bairros centrais de outros municípios da RM pertencem também a esta categoria, como os de Nilópolis e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e São Gonçalo, do outro lado da baía.

*Os bairros com rendimentos baixos*

Com exceção dos setores que pertencem às categorias anteriores, as demais unidades censitárias da RM do Rio apresentam renda média mensal *per capita* inferior a R$ 600,00 por mês. Este é o caso de quase toda a periferia metropolitana, que se estende de Itaguaí, a oeste, até Tanguá, a leste. Neste grande espaço aparecem, aqui e ali, alguns setores mais bem situados que correspondem a áreas mais urbanizadas, enquanto as unidades censitárias rurais se caracterizam pelos baixos rendimentos.

## *2.2 As classes de renda*

O mapa do valor do rendimento nominal médio mensal, por setor censitário, se constitui numa primeira abordagem para a diferenciação espacial da renda na RM do Rio. No entanto, ele não permite uma leitura diferenciada dos diversos níveis de renda e, especialmente, da sua mistura dentro dessas áreas censitárias. Assim, para melhor traduzir essa diversidade, uma classificação em 10 faixas de renda foi realizada, desde aquela *sem rendimento* até a *com mais de 10 salários mínimos per capita,* por mês. Este tratamento estatístico resultou em três grandes classes: a ***classe baixa***, a ***classe média*** e a ***classe superior***, que, por sua vez, foram subdivididas em três subclasses, resultando em nove classes ao todo.

*A classe baixa*

Esta classe é caracterizada pela importância das categorias de renda muito baixas, desde aquela *sem nenhum rendimento* até a de *1 salário mínimo (SM)*. A subclasse *muito baixa* é assim qualificada porque aí predomina a falta de renda e, portanto, uma imensa pobreza. Apenas 4,4% dos domicílios da RM pertencem a esta subclasse presente especialmente em unidades censitárias da Baixada Fluminense, claramente visíveis no mapa (Fig. 8). Diversos setores no município do Rio também pertencem a esta classe, como se pode ver tanto na Zona Oeste quanto na Zona Norte.

A subclasse *baixa* apresenta uma maior variedade de rendimentos entre a categoria *sem renda* e a de 1 SM e diz respeito a 11% dos domicílios da RM e, assim como no caso da anterior, ela se encontra sobretudo na periferia metropolitana, abrangendo grande parte dos setores rurais. Porém, há também algumas unidades censitárias de favelas incluídas nesta subclasse, como as do Complexo da Maré e do Alemão, na Zona Norte da cidade.

Finalmente, tem-se a subclasse *média* que é a mais importante da classificação, pois diz respeito a 23,7% dos domicílios da RM. Nela, os rendimentos são, em média, ligeiramente mais elevados do que nas duas subclasses anteriores e dizem respeito a faixas de renda entre 1/8 de SM até 1 SM. A sua distribuição geográfica se dá por toda a periferia metropolitana, desde Itaguaí até Tanguá.

Assim, a classe de renda baixa inclui principalmente setores censitários periféricos da RM, sendo capaz de identificar diferentes níveis de pobreza. Ela engloba, também, os setores mais pobres das favelas mais miseráveis.

*A classe superior*

As três subclasses desta faixa dizem respeito aos setores censitários de renda mais alta da cidade, que totalizam 14,9% dos domicílios da RM, e estão localizados sobretudo na orla marítima dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.

A subclasse de renda *muito alta,* com predomínio da faixa de rendimentos superior a 10 SM, engloba apenas 1,3% dos domicílios e diz respeito, naturalmente, à elite econômica da cidade do Rio. Ela é encontrada apenas em algumas áreas situadas ao longo do litoral, como Barra da Tijuca, São Conrado, Leblon, Ipanema, e ao redor da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Ainda na classe superior, mas abaixo deste nível de rendimentos mais elevados, há os setores da subclasse *alta*, caracterizada pela presença acentuada de domicílios cuja renda familiar se situa acima de 10 SM, mas que revelam também um número expressivo de unidades censitárias com renda na faixa de 5 a 10 SM. Estas áreas, que englobam 4,6% dos domicílios, se localizam, frequentemente, próximas dos bairros litorâneos mencionados acima, mas se referem também a Copacabana, Botafogo, Humaitá, Flamengo e Laranjeiras. Do outro lado da baía, em Niterói, esta subclasse está presente, sobretudo, em Icaraí e Boa Viagem.

Na subclasse *média*, que abrange 9% dos domicílios da RM, o nível econômico cai, pois aí dominam as rendas de 3 a 10 SM. Pertencem a esta subclasse unidades censitárias do Recreio dos Bandeirantes, da Baixada de Jacarepaguá, bem como da Tijuca, Maracanã, Grajaú e Méier. Além disso, incluem-se também nesta categoria o Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, e áreas adjacentes a Boa Viagem e Icaraí, em Niterói.

*A classe média*

As três subclasses da classe média reúnem 46% dos domicílios da RM e se constituem num espaço intermediário entre as áreas com altos e baixos rendimentos. A acessibilidade, através da rede de transportes coletivos, parece ser um dos principais fatores de organização espacial dessas subclasses. Isto pode ser observado pelos agrupamentos de setores censitários da subclasse *alta* que correspondem, com frequência, a áreas mais próximas das estações de trem e metrô, aos quais se agregam outros setores da subclasse de renda *média* e assim por diante. Essas unidades estão localizadas na área central da cidade e ao longo dos ramais ferroviários da Supervia, bem como da linha 2 do Metrô.

*Os fatores de centralidade*

Do ponto de vista da economia espacial, o território da RM pode ser visto como um sistema segregado em zonas que correspondem aos gradientes

de renda (superior, médio e baixo), nos quais vários fatores desempenham papel de centralidade.

A faixa litorânea do Rio, onde as pessoas mais ricas se concentram, se mostra como o verdadeiro centro e não o Centro da cidade, que é apenas um local de negócios. Assim, o principal fator de centralidade é a maior ou menor proximidade das praias e lagoas e as vantagens que isto proporciona aos seus moradores. Atrás dessas áreas mais valorizadas, a concorrência se faz entre as categorias de renda mais baixa, que tendem a disputar esse território com as de renda superior. Em resposta à força dessa rivalidade, vêm ocorrendo deslocamentos dos mais ricos em direção às praias e lagoas do oeste do Rio e sul de Niterói, áreas consideradas mais seguras.

Na metade norte do município do Rio, que inclui os bairros servidos pelos grandes eixos viários, como os ramais ferroviários da Supervia, a linha 2 do Metrô e a Avenida Brasil, as classes de diferentes níveis de renda média procuram a melhor localização em função de suas atividades. Nesta área, a acessibilidade é, então, o principal fator de centralidade, o que mostra a forte correlação entre os estratos de renda e a presença de estações de trem, metrô e linhas de ônibus.

Na Baixada Fluminense, que é a parte mais pobre da RM, onde se concentram as classes de rendas mais baixas, seus habitantes mantêm fortes ligações com as áreas que desempenham papel de centralidade. Assim, todos os dias, centenas de milhares de trabalhadores, de baixo nível de qualificação, chegam aos seus locais de trabalho após horas de transporte público em condições de deslocamentos muito difíceis. Do mesmo modo que na metade norte do município do Rio, a proximidade dos locais de acesso à rede de transporte, como as rodovias Washington Luís e Presidente Dutra, se constitui num fator de localização preferencial dos seus moradores.

Neste contexto, as favelas aparecem como uma maneira de as pessoas desfrutarem de uma melhor centralidade, sem, no entanto, possuir a renda necessária para tal. Viver em uma favela mais perto das áreas onde se localizam os empregos parece preferível a viver numa casa melhor, porém, longe. Esta é, aliás, a maior dificuldade enfrentada pelos políticos em suas tentativas de realocação de populações faveladas em novas áreas, distantes, porém, do mercado de trabalho.

## *2.3 Os rendimentos dos programas sociais*

O Censo Demográfico levanta informações sobre os beneficiários dos dois principais programas de transferência de renda do Governo Federal, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que se constituem num fator importante na composição da renda da população carente.

O Programa Bolsa Família, criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, promove a transferência direta de renda às famílias mais pobres, cujo rendimento mensal *per capita* seja inferior a R$ 70,00, tendo como contrapartida a obrigação de manter seus filhos na escola e de cumprir o calendário de vacinação do governo federal.

Já o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, tem o propósito de eliminar o trabalho de menores. Este Programa consiste na concessão de bolsas a famílias com filhos de até 16 anos que trabalhem, para compensar a perda da renda provocada pela interrupção das atividades das crianças e adolescentes. Em troca, as famílias devem matricular os seus filhos na escola e se comprometerem a fazê-los frequentá-la regularmente.

As informações sobre tais Programas são combinadas na mesma pergunta do Censo, o que não permite, desta forma, a sua distinção. O número de beneficiários desses programas na RM foi, em julho de 2010, da ordem de 327.920 pessoas, das quais 37% no município do Rio de Janeiro. Nos demais municípios da Região Metropolitana, os maiores contingentes são encontrados em Duque de Caxias (32.082), Nova Iguaçu (30.847), São Gonçalo (30.746) e Belford Roxo (25.314).

O mapa dessas duas modalidades de transferência de renda combina dois indicadores: o número de pessoas beneficiadas e o seu percentual na população de 5 anos e mais (Fig. 9). Este mapa revela uma elevada concentração de beneficiários nos municípios da periferia, que correspondem às áreas com menor rendimento da RM. Assim, encontram-se no entorno metropolitano entre 5% e 10% da população que se beneficia da ajuda do governo, com números mais expressivos em Belford Roxo e em Nova Iguaçu. No Rio de Janeiro, é principalmente em Santa Cruz e Guaratiba, na Zona Oeste, que se verificam os maiores contingentes de pessoas beneficiadas, enquanto na orla marítima este número é quase inexistente, com exceção das favelas aí localizadas. Do mesmo modo, do Centro da cidade em direção ao norte do município, são as favelas que se destacam no mapa, enquanto o restante da área apresenta números baixos e percentuais reduzidos, na população total, de beneficiários desses programas.

## *2.4 A renda dos aposentados e pensionistas*

Assim como o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, as aposentadorias e pensões são parte importante da renda de uma parcela significativa da população da RM. Uma das perguntas do Censo indaga se o entrevistado recebe algum tipo de benefício de um instituto de aposentadoria oficial, como o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Como entre os beneficiários há vários tipos de situação, a resposta *sim* a esta pergunta foi cruzada com a idade. O resultado mostra que há 530 mil beneficiários com menos de 60 anos para 1,1 milhão com mais de 60, que residem, principalmente, no município do Rio de Janeiro (60,6%).

O mapa que se refere às pessoas com 60 anos e mais, que recebem uma aposentadoria ou pensão, mostra que elas se concentram em antigos bairros ricos ou de classe média da capital (Fig. 10). De Copacabana ao Grajaú, passando pelo Flamengo, Laranjeiras e Tijuca, os números se situam, geralmente, entre 4 mil e 8 mil pessoas, e a percentagem de população com 60 anos ou mais de idade que recebe tais benefícios é, geralmente, superior a 75%. Na parte norte do município, isto é, nos eixos das antigas estradas de ferro da Leopoldina e Central do Brasil, bem como ao longo da linha 2 do Metrô,

esta proporção é um pouco menor. Uma distribuição semelhante é vista em Niterói e em São Gonçalo.

Como os municípios da Baixada Fluminense apresentam uma população relativamente mais jovem do que a da capital, as pessoas mais velhas que se beneficiam de uma aposentadoria ou pensão são em menor proporção, cerca de 60%, apesar de se referir a um número significativo de beneficiários. Neste caso, parece haver um contingente de pessoas que não contribuíram para a Previdência Oficial, por motivos diversos, como trabalho sem carteira assinada ou o desempenho de atividades autônomas.

Do mesmo modo, a proporção de beneficiários de aposentadorias e pensões também é baixa nos novos bairros ricos da cidade, como São Conrado e Barra da Tijuca, mas pode-se pensar que, nessas áreas, essas pessoas disponham de outros recursos para se manterem durante esta fase da vida.

Capítulo 3

# As estruturas demográficas

As informações do Censo Demográfico, principal fonte para o estudo das estruturas populacionais do país, serão analisadas, neste capítulo, de acordo com os seguintes aspectos: idade, sexo e cor da pele.

## *3.1 A distribuição etária da população*

Para se entender a distribuição etária da população da RM do Rio de Janeiro é necessária uma explicação à luz da teoria da transição demográfica. Com base nessa teoria, aplicou-se um modelo que permite explicar a forma como a população de um país ou de uma região se transforma, passando de taxas de natalidade e de mortalidade altas para taxas baixas, fenômeno que ocorre em duas fases.

Num primeiro momento, a mortalidade cai drasticamente devido à melhoria das condições sanitárias e alimentares. Durante este período, a taxa de natalidade ainda se mantém elevada, o que resulta em um aumento rápido do número de habitantes. Já num segundo momento, o declínio da mortalidade diminui mais lentamente, enquanto tem início uma pequena redução da taxa de natalidade, em função da melhoria dos níveis de condições de vida. Assim, o crescimento natural, diferença entre nascimentos e mortes, atinge seu pico no início do segundo período, a partir do qual o ritmo da taxa de crescimento da população diminui. No entanto, a população continua a aumentar, uma vez que a estrutura por idade permanece jovem.

Esse modelo de transição demográfica tem recebido críticas pela sua natureza fechada, isto é, por não considerar o papel das migrações. Apesar disso, ele permite contabilizar as mudanças na estrutura etária brasileira (Fig. 11). Através deste gráfico, percebe-se a evolução dos grupos de idade, de dez em dez anos, durante o período 1950-2050, incluindo-se aí projeções para 2025 e 2050.

Em 1950, a pirâmide etária apresenta uma forma triangular, característica da combinação de fertilidade elevada com alto grau de mortalidade. Gradativamente, a base da pirâmide se retrai em consequência da redução das taxas de fertilidade. Assim, em 2050, a pirâmide deverá chegar a uma forma quase cilíndrica, pelo menos até os 60 anos, devido ao prolongamento da vida graças à redução dos níveis de mortalidade. Estas alterações resultam numa redução do peso relativo da população jovem e, ao mesmo tempo, num aumento do contingente de idosos. Esta tendência foi observada em muitos países da Europa Ocidental, mas com diferenças significativas entre eles, como, por exemplo, entre a França, onde a fertilidade permanece elevada, por causa de sua política de estímulo à natalidade, e a Alemanha que apresenta um envelhecimento acelerado de sua população.

A pirâmide de idade da RM do Rio parece estar à frente em relação à do Brasil, quanto ao processo de transição demográfica (Fig. 12). Como se pode observar, a participação dos jovens na RM se mostra mais reduzida, enquanto a dos grupos etários de adultos, com até 55 anos, diminui bastante devagar. Em outras palavras, a RM exibe, então, uma transição demográfica incompleta, porém mais avançada do que a observada no país. Sabe-se que, nas grandes aglomerações urbanas, as melhores condições de vida em relação às do campo favorecem a redução da natalidade e da mortalidade. Por outro lado, as migrações de populações pobres e mais fecundas, provenientes de regiões rurais, parecem abrandar parcialmente essa transição. Assim, a combinação de população com diferentes níveis de condições econômicas e sociais se mostra como uma chave para a compreensão da distribuição etária da população da RM do Rio.

Para melhor captar essa diversidade, foi realizada uma classificação ascendente hierárquica dos setores censitários em grupos etários de cinco anos, para cada um dos sexos, o que resultou em sete classes. A pirâmide etária média de cada classe de setores permite interpretar cada uma delas de acordo com a maior representação de jovens, adultos ou idosos em relação à pirâmide do conjunto das pessoas da RM.

*Os setores jovens*

As classes 1 e 2 reúnem 37,5% da população da RM e apresentam um peso acentuado de pessoas com idade entre 0 e 24 anos. Porém, essas duas classes diferem entre si porque, enquanto na classe 1 há uma proporção maior de jovens e menor de pessoas com mais de 45 anos, na classe 2 essas características são menos pronunciadas. Isto quer dizer que na classe 1 a transição demográfica está começando, ao passo que na classe 2 este processo já se encontra mais avançado.

A sua distribuição no espaço metropolitano revela que elas estão localizadas, sobretudo, na periferia pobre e ainda pouco urbanizada, especialmente a classe 1. Na verdade, trata-se de espaços em vias de ocupação, que recebem frequentemente populações provenientes de regiões menos favorecidas do Brasil.

*Os setores de adultos jovens*

A classe 3, que diz respeito a apenas 3,5% da população da RM, apresenta um peso ligeiramente superior à média de pessoas mais jovens, mas se caracteriza, sobretudo, por uma maior proporção de adultos jovens, com idade entre 20 e 39 anos.

Percebe-se que os setores que se incluem nesta classe estão espalhados por toda a RM, sendo possível identificar alguns deles, em função de determinadas características que apresentam. Assim, setores da Vila Militar, localizados no norte do município do Rio, mostram uma forte concentração de homens, cerca de 60 mil. Da mesma forma, a acentuada presença masculina em setores de Gericinó se deve à localização nessa área de um grande complexo penitenciário.

Outros setores com concentração de jovens adultos estão localizados em favelas como as da Rocinha, Jacarezinho e Complexo do Alemão. Há também os que dizem respeito a áreas de remoção de populações faveladas, como a Vila do João, conjunto de 4 mil domicílios construídos na década de 1980, no antigo aeródromo de Manguinhos.

*Os setores de adultos e idosos*

Nas classes 4 e 5, o processo de envelhecimento da população pode ser observado pelo aumento progressivo, em comparação com o perfil médio da RM, dos grupos de adultos: na 4, de 40-49 anos e, na 5, de 50-64 anos. Já as classes 6 e 7 se caracterizam pela presença maior de idosos: na 6, as faixas de idade com mais de 45 anos situam-se acima da média, enquanto na 7 são as de mais de 50 anos que se destacam.

Os dois grupos etários de pessoas mais velhas das classes 6 e 7, que juntas correspondem a um quarto da população da RM, estão localizados principalmente em bairros que formam um *continuum* da Barra da Tijuca até a Glória, áreas com as melhores condições de vida da cidade. Situação semelhante é observada em Niterói, onde os idosos se concentram também nos bairros com melhor nível de renda da orla marítima, de Boa Viagem a Charitas.

No entanto, o envelhecimento também é observado em outros bairros da cidade que correspondem, em termos de renda, às categorias médias, sobretudo Tijuca e Grajaú. Além desses, há também algumas áreas de ocupação antiga do município do Rio, às quais pode-se acrescentar os centros de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu que apresentam também importância de idosos na composição de sua população.

Mesmo os centros de Padre Miguel, Bangu e Campo Grande, que não são bairros ricos, apresentam população mais velha do que a do seu entorno. Assim, o nível de renda que, sem dúvida, possui relação com a longevidade, não é o único fator que pode explicar a existência de bairros com populações mais envelhecidas. Além do nível econômico, pode-se acrescentar ainda a época da ocupação do bairro, que por ser mais antiga pôde garantir o acesso de seus moradores a certos bens coletivos.

As classes 4 e 5, onde os adultos predominam, dizem respeito a um terço dos habitantes da RM e os setores com essas características se localizam tanto em espaços de urbanização antiga, quanto recente. Eles se mostram mais presentes em bairros como Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Campo Grande e Bangu, no município do Rio, e nos da orla oceânica de Niterói, a exemplo de Piratininga e Itaipu.

## *3.2 As mulheres e os homens*

A razão de sexo, isto é, a relação entre o efetivo masculino e o feminino, numa dada população, expressa o número de homens para cada 100 mulheres. A razão de sexo calculada deste modo é também chamada de taxa de masculinidade, um dos indicadores clássicos em demografia. Assim, quando um valor se situa abaixo de 100 significa que o número de mulheres supera o de homens e, ao contrário, quando ele é superior a 100 indica que o contingente de homens é mais numeroso do que o de mulheres. A taxa de masculinidade varia muito em relação à idade: entre os recém-nascidos, a razão de sexo é geralmente de 105 meninos para cada 100 meninas. No entanto, como a mortalidade masculina é maior do que a feminina, essa taxa diminui com a idade, e as mulheres se tornam maioria nos grupos etários mais velhos.

Na RM do Rio, predominam taxas de masculinidade inferiores a 100, o que é comum nas áreas urbanas, uma vez que nas cidades há uma oferta maior de empregos no setor de serviços ocupados, com frequência, por mulheres, como o trabalho doméstico, o comércio, a hotelaria e outros (Fig. 13). Na verdade, apenas os setores censitários da periferia metropolitana apresentam taxas de masculinidade superiores a 100, indicando maior proporção de homens do que de mulheres.

Para se entender tais diferenças é necessário recorrer-se à estrutura etária da população, principalmente em relação aos bairros de Copacabana e Tijuca, no Rio, e de Icaraí, em Niterói. Nessas áreas, a população é mais velha e, portanto, as mulheres são mais numerosas. Já na periferia metropolitana, com população mais jovem, as diferenças entre os sexos são menores.

## *3.3 A cor da pele*

O Censo Demográfico pergunta ao entrevistado qual é a sua cor ou raça e apresenta cinco respostas possíveis: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Uma vez que se trata de uma resposta a um questionário, o entrevistado pode entender a pergunta à sua própria maneira e responder como ele deseja, uma vez que nenhum parâmetro é dado às diferentes cores de pele existentes.

De certa forma, esta questão mistura a cor da pele com a origem geográfica, o que pode aumentar a imprecisão da resposta, sobretudo, considerando-se o alto grau de mestiçagem existente no país. Assim, os dados fornecidos pelo Censo sobre a cor da pele ou raça devem ser analisados com a devida cautela e levar em conta apenas as acentuadas diferenças reveladas pelos indicadores.

Com base nessas declarações, a população da RM do Rio se divide, principalmente, entre brancos (45,9%), pardos (40,8%) e negros (12,4%). Os amarelos são apenas 100 mil pessoas (0,8%) e os indígenas 10 mil (0,1%). É provável que o percentual de brancos esteja superdimensionado porque esta é a cor que se mostra *mais conveniente* em termos sociais. Da mesma forma, a baixa proporção de negros pode ser explicada, provavelmente, pela razão inversa.

A fim de não limitar a análise das respostas aos dados agregados, foi realizada uma classificação ascendente hierárquica dos setores censitários. Tal

classificação resultou em seis classes, que traduzem a maior ou menor proporção das três cores da pele que mais apareceram nas respostas. A amarela e a indígena, por causa de seus baixos números, não desempenharam nenhum papel específico nessa classificação.

O mapa das seis classes mostra nítidos contrastes, quanto à composição da população segundo a cor da pele, entre áreas da RM com predomínio de brancos, na orla marítima do Rio e Niterói, de mestiços, na Zona Norte da cidade, e de negros, na periferia metropolitana (Fig. 14).

*A cidade branca*

Os setores que compõem as classes 5 e 6 têm, praticamente, os mesmos efetivos: 1,1 e 1,2 milhão de habitantes, respectivamente. A classe 6 apresenta 85,2% de brancos, restando pouca margem para os pardos (11,4%) e, menos ainda, para os negros (2,7%). É interessante observar que esses setores formam uma área muito homogênea, quase contínua, da Barra da Tijuca à Glória, da Tijuca ao Grajaú, estando presentes também nos bairros com melhores níveis de renda de Niterói e da Ilha do Governador.

Na classe 5, a proporção de brancos cai para 67,7%, o que significa uma redução de quase 20 pontos percentuais, enquanto aumenta a porcentagem de pardos que chegam a representar quase um quarto da população. Os setores em questão estão localizados, principalmente, em bairros de renda média, como São Cristóvão, Méier, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha. Esta classe está presente também no Centro de Niterói, bem como na orla oceânica, em Maricá.

*A cidade mista*

A classe 4, que apresenta um perfil próximo à média da RM, é uma das que reúne maior número de habitantes: 2,8 milhões. Como se pode observar no mapa, os setores mistos se localizam, com frequência, em torno da classe 5, o que expressa a diversidade quanto à cor da pele que caracteriza o Centro antigo e os bairros da Zona Norte, situados ao longo das linhas ferroviárias da Supervia. Ela está presente também no entorno metropolitano, em Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Maricá.

*A cidade parda*

As classes 1, 2 e 3 correspondem ao que se poderia chamar de cidade mestiça, uma vez que em seus setores os pardos têm uma presença mais significativa do que os brancos e pretos. Em termos numéricos, a classe número 3 é a mais importante ao reunir 3,7 milhões de habitantes, onde os pardos chegam a mais de 50%, ao passo que os brancos e os pretos representam 32% e 12% da população, respectivamente.

Sua distribuição geográfica, extremamente ampla, mostra que ela ocupa não só a maioria da periferia metropolitana, mas também muitas áreas da Zona Norte e Oeste da capital. Vale observar que muitos setores de favelas, como da Rocinha e do Vidigal, pertencem também a esta cidade mestiça.

Na classe 2, os brancos estão mais presentes do que na de número 3, mas é, sobretudo, a participação dos pretos que faz a diferença, uma vez que aí eles são mais numerosos do que nas anteriores. A população envolvida nesta classe, cerca de 1,5 milhão de pessoas, se encontra em toda a periferia metropolitana, mas é sobretudo em São João de Meriti, Belford Roxo e Queimados que ela é mais numerosa.

Finalmente, a classe número 1, que reúne 1,5 milhão de habitantes, poderia ser caracterizada como a *cidade negra*, uma vez que aí se encontra o maior percentual de pretos desse sistema de classificação. Porém, como eles representam apenas 24% dos moradores, parece tratar-se de uma nuance mais escura da cidade mestiça, do que de uma *cidade negra* propriamente dita.

*Segregação por renda e cor da pele*

Muitos estudos têm investigado a possível relação existente entre os locais de residência das pessoas, a cor da pele e o nível de renda. Para testar esta hipótese na RM do Rio, as seis classes de combinação de cor da pele foram cruzadas com a renda *per capita*, expressa em nove faixas crescentes de salário mínimo que, em julho de 2010, era de R$ 510,00. Diante do pequeno número de amarelos e indígenas, usou-se apenas três categorias de cores mais representativas (branco, preto e pardo) e obteve-se, assim, o cruzamento do número de residentes na RM, segundo a cor de sua pele e seu nível de renda (Tab. 3.1).

A partir desta tabela, a elaboração de um gráfico mostra a distribuição dos efetivos por faixas de renda para cada grupo de cor da pele, comparada com a renda média para o conjunto da RM (Fig. 15). Neste gráfico, chama a atenção o fato de as curvas de pardos e pretos serem muito próximas uma da outra, independentemente do nível de renda. Observa-se também que a curva dos brancos cruza a dos pardos e pretos na faixa de 1 a 2 SM. À esquerda desta faixa, isto é, nos níveis de rendimentos mais baixos, os brancos são sempre minoritários, enquanto os pardos e negros estão mais presentes. O afastamento das curvas atingiu mais de oito pontos na faixa de 0,5 a 1 SM. A partir da faixa de 1 a 2 SM, a relação entre as curvas inverte-se: a renda dos brancos se torna, em média, muito mais elevada do que a dos pardos e pretos.

Se considerarmos, como foi mostrado no capítulo sobre rendimentos, que o nível de renda é um fator essencial na segregação socioespacial na RM, este gráfico mostra, então, que os bairros de renda alta e média formam a *cidade branca* e, do mesmo modo, os bairros de renda baixa compõem a *cidade mestiça*.

## *3.4 Composição familiar*

Os dados divulgados pelo Censo de 2010 não permitem um estudo detalhado das relações de parentesco, pois não há no questionário do recenseamento uma tipologia predefinida da composição familiar. Em contrapartida, tem-se, para cada setor censitário, o número de moradores de acordo com 20 posições que eles ocupam na família: pessoas (homem ou mulher) responsáveis pelo domicílio, cônjuges ou companheiros do sexo oposto ou do mesmo sexo, filhos do responsável e do cônjuge, ou apenas de cada um deles, avós, outros parentes, outras pessoas sem relação de parentesco com o responsável, etc.

**Tabela 3.1**
A população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por faixas de renda e cor da pele

| Faixas de renda | Branca | Branca % | Preta | Preta % | Parda | Parda % | Total | Total % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 1/8 SM | 290 227 | 5,4 | 120 355 | 8,4 | 371 392 | 7,7 | 791 060 | 6,7 |
| 1/8 até 1/4 SM | 131 145 | 2,4 | 81 133 | 5,7 | 250 107 | 5,2 | 467 736 | 4,0 |
| 1/4 até 1/2 SM | 464 227 | 8,6 | 228 240 | 16,0 | 775 019 | 16,0 | 1 482 383 | 12,6 |
| 1/2 até 1 SM | 1 160 678 | 21,4 | 430 777 | 30,2 | 1 487 268 | 30,7 | 3 109 235 | 26,4 |
| 1 até 2 SM | 1 405 710 | 25,9 | 373 354 | 26,2 | 1 256 698 | 26,0 | 3 061 559 | 26,0 |
| 2 até 3 SM | 593 581 | 10,9 | 96 315 | 6,8 | 346 282 | 7,2 | 1 045 257 | 8,9 |
| 3 até 5 SM | 555 175 | 10,2 | 56 402 | 4,0 | 205 684 | 4,2 | 823 620 | 7,0 |
| 5 até 10 SM | 509 835 | 9,4 | 28 519 | 2,0 | 106 974 | 2,2 | 650 236 | 5,5 |
| Mais de 10 SM | 310 272 | 5,7 | 10 685 | 0,7 | 41 070 | 0,8 | 364 127 | 3,1 |
| Total | 5 420 850 | 46,0 | 1 425 781 | 12,1 | 4 840 495 | 41,0 | 11 795 213 | 100,0 |

Nota: em julho de 2010 o salário mínimo per capita, por mês, era R$ 510,00.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Uma classificação ascendente hierárquica da população dos setores censitários, repartida em função de relações familiares, permite que se faça uma aproximação em relação à composição das famílias em cada classe. Por exemplo, o fato de se observar uma forte presença de responsáveis, de cônjuges e de filhos levou a que se interpretasse esta classe como a do modelo *casal com filhos*. Naturalmente, cada setor censitário reúne vários tipos de família. Quando um setor é caracterizado por um ou outro tipo de família, isto não quer dizer que ele seja exclusivo, mas que ocorra com mais frequência, em comparação com a composição média da RM.

### *Casal com filhos*

Enquanto na RM as três categorias *responsável*, *cônjuge do responsável* e *filho do responsável* representam, em média, 72,8% da população, na classe 1 estas três categorias totalizam 77,7%, ou seja, cinco pontos percentuais a mais. Se acrescentarmos que nesta classe, a presença de *filho somente do responsável ou do cônjuge* é também significativa, pode-se interpretar a classe 1 como a que reúne setores onde predomina a composição familiar clássica do tipo *casal com filhos*.

Este modelo que representa 15,8% da população deixou de ser o mais comum na RM, mas é encontrado de forma dispersa por toda a cidade. No entanto, ele predomina na Barra da Tijuca, onde o grande número de condomínios com áreas de lazer parece mais adequado a este tipo de família (Fig. 16). Além dessa área, ele é característico dos municípios que compõem a periferia metropolitana, de Itaguaí a Tanguá.

### *As famílias recompostas*

O que distingue as *famílias recompostas,* em relação ao tipo de família *casal com filhos*, é a importância da categoria *filhos somente do responsável ou do cônjuge*, além de filhos do próprio casal. A classe número 3, que corresponde a esta composição específica, apresenta em média 16,8% de filhos de um ou do outro cônjuge, superior aos 12,3% da classe 1. Este modelo familiar é o mais frequente na RM, uma vez que diz respeito a 30,8% da sua população, sendo característico de setores censitários que se destacam pela importância de pessoas mais jovens. A sua distribuição revela que esta classe se encontra em toda a cidade, mas é na Baixada Fluminense e em bairros da Zona Oeste do município do Rio que a sua presença se dá de maneira mais acentuada.

### *As famílias estendidas*

Os setores que compõem a classe 2 são caracterizados por uma maior proporção da categoria *outras pessoas da família*, que não pertencem, no entanto, ao núcleo restrito *casal com filhos*. Assim, a proporção de *outras pessoas da família* é, neste caso, de 11,1%, superior à média da RM, da ordem de 7,4%. Além disso, a *família estendida* se assemelha a *famílias recompostas*, uma vez que nestas classes as proporções dos filhos apenas do responsável ou do cônjuge são parecidas. A classe 2 engloba 8,2% dos habitantes da RM, e ela se localiza, principalmente, na Zona Norte do Rio, com prolongamentos nos municípios de Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, além de Niterói e São Gonçalo, do outro lado da baía.

*As pessoas sozinhas*

Ao contrário da dispersão geográfica da classe anterior, a classe 4 é caracterizada por uma elevada concentração no município do Rio de Janeiro e, em menor proporção, em Niterói. Reunindo 21,5% da população total da RM, essa classe se destaca por uma alta proporção de pessoas sozinhas: 42,4%, percentagem maior do que a média da RM que é de 33,1%. Estes setores são aqueles que apresentam população mais velha, com uma proporção maior de mulheres. Trata-se essencialmente de bairros da orla marítima do Rio, de São Conrado a Glória, além de outros como o Centro, Santa Teresa, Maracanã, Tijuca e Grajaú. Da mesma forma, em Niterói, setores censitários do Centro a Icaraí também pertencem a esta classe.

Capítulo 4

# As migrações

Os levantamentos de população realizados, de forma sistemática, por órgãos públicos em diversos países permitem a coleta de dados demográficos e socioeconômicos da sua população ou de parte dela. Assim, pode-se observar, com maior ou menor segurança, transformações na estrutura demográfica de uma população e verificar quando tais mudanças ocorreram.

No entanto, como os recenseamentos no Brasil acontecem num intervalo de 10 anos, não é possível analisar em detalhe os movimentos migratórios, uma vez que se está limitado à comparação de contingentes populacionais entre datas relativamente distantes. Assim, não há possibilidade de se analisar os fluxos migratórios que se estabeleceram durante o intervalo entre dois Censos.

Apesar dessas limitações, o Censo Demográfico do IBGE de 2010 fornece informações importantes sobre a população que não mudou de município de residência, desde 2000, e sobre aquela que passou a habitar no município durante este período. Porém, nada se sabe a respeito da população que saiu para residir em outros lugares.

## *4.1 A população nativa*

Entende-se por população nativa de um município os habitantes que nasceram e vivem nele. Trata-se, portanto, de uma população estável, mesmo que as pessoas em questão, em algum momento de suas vidas, tenham mudado de endereço, no mesmo município ou em outro lugar no país, ou mesmo no exterior, mas decidiram voltar.

No caso da RM do Rio, observa-se que a população nativa, que nunca residiu em locais diferentes do município onde nasceu, representa dois terços da população total (Tab. 4.1). Se considerarmos a proporção de pessoas nascidas nos municípios da RM, que saíram do seu município de origem e retornaram tempos depois, esse percentual chega a 70,1%. Assim, os que migraram para o seu atual município de residência, vindo de outro município da RM do Rio ou de outro município do país representam apenas 29,3% da população.

A proporção de população nativa difere consideravelmente de um município a outro da RM. No Rio de Janeiro, ela é muito elevada, representando 77,4% de sua população, e diminui de maneira mais ou menos acentuada em outros municípios da RM, o que pode estar ligado ao grau e à antiguidade de sua urbanização. Assim, nos espaços com menor densidade demográfica de Guapimirim, Tanguá, Itaboraí, Seropédica ou Maricá, a parcela da população nativa é inferior a 60% (Fig. 17). Trata-se de territórios distantes dos principais centros urbanos, mas em vias de urbanização, que são buscados, com frequência, por migrantes que procuram se estabelecer em áreas menos valorizadas.

No município do Rio e, em menor proporção, no de Niterói, o peso dos migrantes varia muito de um bairro a outro, sendo em geral maior no litoral do que no interior dessas cidades. O poder de atração das praias se faz notar entre as camadas mais abastadas da população, que vêm de outras áreas do país ou mesmo do exterior. Ao contrário, em áreas mais afastadas do litoral, como nos bairros da Zona Norte e da Zona Oeste do município do Rio, os nativos representam, muitas vezes, mais de 80% da população.

## *4.2 Regiões de origem dos migrantes para o Rio de Janeiro*

No conjunto da RM do Rio, 1.094.580 habitantes de 5 anos ou mais declararam ter mudado de município de residência entre 2000 e 2010. Dentre esses entrevistados, 502.832 se diziam originários de um município da própria RM, enquanto 95.645 eram provenientes de outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Em 2010, havia, portanto, 496.103 pessoas, de 5 anos ou mais, que residiam fora do estado do Rio nos últimos 10 anos, antes de se estabelecerem em um dos municípios da RM.

Como no questionário do Censo há uma pergunta sobre o nome do município de residência anterior, é possível realizar o mapeamento da origem e do número de moradores da RM que chegaram durante a última década (Fig. 18). O mapa da residência anterior dos 496.103 habitantes, vindos de fora do estado do Rio de Janeiro, revela a importância das capitais do Nordeste e do Sudeste, além do Distrito Federal, como áreas de procedência dos migrantes. Na verdade, o Nordeste é a Região que mais se destaca, já que 45,5% são provenientes sobretudo de quatro estados: Paraíba, Ceará, Bahia e Pernambuco. Apesar de as capitais serem os principais locais de origem dos migrantes, algumas regiões do interior nordestino também se constituem em áreas de saída de população, como Sobral, no Ceará, e Campina Grande, na Paraíba.

A segunda região que mais fornece migrantes para a RM do Rio é a Sudeste, de onde se originam 25,6% dos seus novos habitantes. São Paulo e sua enorme aglomeração urbana enviou, no período intercensitário de 2000 a 2010, cerca de 50 mil pessoas para a metrópole carioca que correspondem a 10,9% dos novos residentes. Da mesma forma, Minas Gerais, sobretudo a RM de Belo Horizonte e o município de Juiz de Fora, contribuiu com outros 10,5% de migrantes. Já o Espírito Santo, com Vitória e sua RM, ocupa um lugar secundário, da ordem de 4%. Em todos esses casos, a proximidade da RM do Rio é um fator que propicia a migração.

A contribuição dos diferentes municípios da RM do Rio para a migração interna na própria aglomeração urbana, de modo geral, difere pouco do peso demográfico dos municípios, com duas exceções: o Rio de Janeiro que, apesar

**Tabela 4.1**
População dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por local de nascimento

| Nome do município | Total | Nasceu no município onde sempre morou (1) | Nasceu no município, mas morou em outro lugar (2) | Não nasceu no município | Nasceu no município (1+2) | % Nasceu no município (1+2) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Paracambi | 47 124 | 35 564 | 1 386 | 10 174 | 36 950 | 78,4 |
| Rio de Janeiro | 6 320 446 | 4 635 419 | 254 418 | 1 430 609 | 4 889 837 | 77,4 |
| São Gonçalo | 999 728 | 653 646 | 34 759 | 311 323 | 688 405 | 68,9 |
| Duque de Caxias | 855 048 | 543 510 | 29 567 | 281 970 | 573 078 | 67,0 |
| Japeri | 95 492 | 59 934 | 2 537 | 33 021 | 62 471 | 65,4 |
| São João de Meriti | 458 673 | 283 410 | 14 388 | 160 875 | 297 798 | 64,9 |
| Nova Iguaçu | 796 257 | 484 055 | 29 256 | 282 947 | 513 310 | 64,5 |
| Queimados | 137 962 | 84 115 | 4 236 | 49 611 | 88 351 | 64,0 |
| Nilópolis | 157 425 | 94 574 | 5 416 | 57 435 | 99 990 | 63,5 |
| Magé | 227 322 | 131 261 | 6 597 | 89 464 | 137 858 | 60,6 |
| Niterói | 487 562 | 269 480 | 25 231 | 192 851 | 294 711 | 60,4 |
| Belford Roxo | 469 332 | 263 120 | 18 468 | 187 744 | 281 588 | 60,0 |
| Itaguaí | 109 091 | 62 939 | 2 238 | 43 914 | 65 177 | 59,7 |
| Guapimirim | 51 483 | 28 132 | 1 329 | 22 022 | 29 461 | 57,2 |
| Tanguá | 30 732 | 15 766 | 991 | 13 975 | 16 757 | 54,5 |
| Mesquita | 168 376 | 84 392 | 6 720 | 77 265 | 91 111 | 54,1 |
| Itaboraí | 218 008 | 106 869 | 4 471 | 106 668 | 111 340 | 51,1 |
| Seropédica | 78 186 | 37 308 | 1 248 | 39 629 | 38 557 | 49,3 |
| Maricá | 127 461 | 51 273 | 2 790 | 73 398 | 54 063 | 42,4 |
| Região Metropolitana | 11 835 708 | 7 924 766 | 446 046 | 3 464 896 | 8 370 812 | |
| RM % | | 67,0 | 3,8 | 29,3 | 70,7 | |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

de ser o principal município em termos de mudança de residência (39,8%), está abaixo da sua importância demográfica (53,4%) e Niterói, onde foi observado o inverso, pois 10,6% dos seus habitantes realizaram mudanças, numa população que corresponde a 4,1% da RM do Rio. Nesse sentido, o município do Rio de Janeiro retém mais a sua população do que Niterói. Deve-se, no entanto, levar em conta a diferença de extensão territorial desses dois municípios, o que poderia explicar, em parte, o papel aparentemente mais favorável da capital fluminense, uma vez que aí haveria maior possibilidade de mudança de residência no mesmo município.

## *4.3 Para onde vão os migrantes?*

O mapa da localização dos migrantes que se dirigem à RM do Rio apresenta uma distribuição inversa ao dos habitantes nativos (Figs. 17 e 19). Os migrantes representam uma porcentagem significativa da população dos municípios da periferia da RM em vias de urbanização, mas seus números são relativamente pequenos, como em Seropédica ou em Itaboraí. Maricá revela efetivos maiores, com uma maior proporção de migrantes.

Fora do Rio de Janeiro encontram-se números mais expressivos de migrantes em São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Niterói, Belford Roxo e São João de Meriti. Considerando-se o fato de se tratar de uma grande aglomeração urbana, o peso relativo dos migrantes parece até reduzido, apesar de trazerem consideráveis problemas de infraestrutura para a RM. Aqui ou ali, os percentuais podem, no entanto, ser mais elevados, como em Niterói ou mesmo no Rio de Janeiro, especialmente na Zona Sul da cidade.

Os migrantes provenientes da Região Nordeste estão localizados principalmente nos bairros pobres do norte e oeste do município do Rio, mas também em toda a periferia metropolitana, sobretudo, em Duque de Caxias (Fig. 20).

Como se sabe, esta é uma migração ligada à pobreza e, assim, os nordestinos constituem uma proporção significativa dos moradores das favelas.

Menos numerosos do que os nordestinos, os migrantes oriundos da própria Região Sudeste estão mais presentes na faixa litorânea do Rio de Janeiro e de Niterói (Fig. 21). Levando-se em conta os níveis de renda dos bairros em questão, supõe-se que estes migrantes sejam, pelo menos em parte, das classes de renda alta e média. No entanto, deve-se também evitar generalizações apressadas, uma vez que eles também são encontrados em bairros menos valorizados da capital e, até mesmo, em municípios da periferia metropolitana.

Capítulo 5

# Os domicílios

Assim como a maioria dos recenseamentos populacionais no mundo, o Censo do IBGE de 2010 não faz apenas o registro do número de habitantes e das características da população brasileira, mas investiga também as moradias, isto é, as unidades habitacionais ocupadas por uma família. Estes dados são de grande importância, pois permitem analisar as condições de vida de uma população a partir do padrão de suas moradias, fundamental para a compreensão da estrutura de determinado espaço social.

Nesta perspectiva, os domicílios podem ser considerados sob cinco aspectos que se complementam. Em primeiro lugar, tem-se as características dos tipos de habitação (apartamentos, casas, etc.) que qualificam o espaço urbano do ponto de vista físico. Além disso, é necessário ainda a análise da moradia em relação à sua ligação ou não às redes de água e esgoto, eletricidade, etc. É importante ainda avaliar as unidades habitacionais quanto a itens que caracterizem o grau de conforto de seus moradores, como a existência de eletrodomésticos (máquina de lavar, computador, etc.) e de meios de transporte à disposição dos habitantes. Em seguida, procura-se investigar a qualidade do meio ambiente (iluminação urbana, etc.) e, por último, o tipo de ocupação do imóvel (proprietários ou inquilinos).

Um domicílio, segundo a terminologia do IBGE, é um local estruturalmente separado e independente para a moradia de uma ou mais pessoas. O critério de separação é respeitado quando os residentes do domicílio podem se isolar dos seus vizinhos, através de paredes divisórias para dormir, preparar e fazer suas refeições, bem como garantir a proteção do ambiente externo. Os moradores de um domicílio são responsáveis pela totalidade ou parte das despesas decorrentes dessas atividades. O critério de independência é atendido quando o local de moradia tem acesso direto para se entrar e sair dele, sem ter que passar por outro domicílio.

## *5.1 Os tipos de domicílios*

No questionário do Censo, há 13 categorias de domicílios capazes de captar a diversidade dos tipos de habitação existentes em todo o país. Na RM do Rio, apenas três delas correspondem a 99,2% das moradias.

O tipo de moradia mais comum na RM do Rio é a casa, que consiste numa construção individual destinada a ser um único domicílio, não importando o material de construção utilizado (Tab. 5.1). Com acesso direto a uma rua ou a um caminho, a sua construção pode ser legal ou ilegal. Assim definida, a casa individual representa 68,6% das moradias da RM do Rio. Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói se situam abaixo desse percentual, com 54,6% e 51,8%, respectivamente. Em contrapartida, em 12 dos outros 17 municípios da RM, 9 em cada 10 habitações são constituídas por casas.

A segunda categoria mais importante de domicílio na RM é o apartamento, que representa apenas 24,3% das moradias. De acordo com definição do IBGE, o apartamento é a unidade habitacional que se encontra em edifícios, de um ou vários andares, que abrigam diversos domicílios e possuem áreas comuns, como *hall* de entrada, corredor, etc. As cidades do Rio e Niterói se destacam claramente dos demais municípios da RM, pois apresentam 37,6% e 42,4%, respectivamente, de suas residências do tipo apartamento. Nos demais, a proporção de apartamentos é inferior a 11%, sendo que em 12 municípios há menos de 5% de apartamentos.

As casas de vila ou de condomínio aparecem, de modo geral, em baixa proporção, constituindo apenas 6,3% dos domicílios. A casa de vila é composta por um grupo de casas, frequentemente geminadas, com apenas um acesso a partir do exterior. Já o condomínio é um complexo residencial com dependências de uso comum (áreas de lazer, praças internas, etc.). As casas dos condomínios são geralmente separadas umas das outras. Nilópolis apresenta uma proporção deste tipo de moradia quase três vezes superior ao do resto da RM do Rio (17,3%). De modo geral, as proporções variam muito de um município para outro.

Uma vez que os outros tipos de habitação apresentam proporções insignificantes, menos de 1%, a análise vai se concentrar nos três principais. Com o objetivo de explicar a importância de cada um deles, foi elaborado um diagrama triangular, que primeiramente foi repartido em quatro triângulos (pelo método de triângulos isósceles da mesma área); em seguida, cada um deles foi dividido em quatro subtriângulos, que também foram repartidos em outros quatro subtriângulos. Foram definidas, assim, quatro grandes classes, nas quais domina um tipo de habitação, e em cada uma delas quatro subclasses permitem examinar com mais precisão a respectiva importância de cada tipo de habitação. O termo *dominante,* utilizado para descrever as classes, não deve ser entendido de maneira absoluta, mas sim em relação à média da RM do Rio.

### *Os setores com* domínio *de casas*

Esses setores, representados em tons de verde no mapa, formam a classe B que abrange a maior parte do território da RM do Rio (Fig. 22). Esta classe, que reúne cerca de 2,4 milhões dos 3,9 milhões de domicílios existentes na RM, é a mais representativa. As quatro subclasses que compõem a classe B são

**Tabela 5.1**
Os domicílios nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por tipo

| Municípios | Total de domicílios | Casa % | Casa de vila ou condomínio % | Apartamento % | Outros % |
|---|---|---|---|---|---|
| Niterói | 169 237 | 51,8 | 5,3 | 42,4 | 0,5 |
| Rio de Janeiro | 2 144 445 | 54,6 | 6,8 | 37,6 | 1,0 |
| Nilópolis | 50 514 | 71,6 | 17,3 | 10,8 | 0,4 |
| Mesquita | 53 103 | 82,6 | 8,5 | 8,6 | 0,3 |
| São Gonçalo | 325 882 | 85,9 | 5,7 | 7,9 | 0,5 |
| São João de Meriti | 147 450 | 87,0 | 9,4 | 3,1 | 0,6 |
| Duque de Caxias | 269 353 | 88,2 | 7,4 | 3,8 | 0,7 |
| Nova Iguaçu | 248 186 | 90,1 | 3,8 | 5,5 | 0,6 |
| Itaboraí | 69 422 | 91,9 | 6,8 | 0,7 | 0,5 |
| Paracambi | 15 249 | 92,4 | 2,2 | 5,3 | 0,1 |
| Maricá | 42 810 | 93,5 | 5,0 | 1,2 | 0,3 |
| Belford Roxo | 145 677 | 93,8 | 3,5 | 1,9 | 0,8 |
| Itaguaí | 33 910 | 94,4 | 3,2 | 2,0 | 0,4 |
| Tanguá | 9 658 | 95,8 | 3,4 | 0,2 | 0,6 |
| Magé | 70 394 | 96,4 | 2,0 | 1,2 | 0,3 |
| Japeri | 28 409 | 96,5 | 2,7 | 0,5 | 0,3 |
| Queimados | 42 209 | 96,7 | 2,3 | 0,9 | 0,1 |
| Guapimirim | 15 741 | 97,3 | 1,8 | 0,6 | 0,3 |
| Seropédica | 24 256 | 97,7 | 1,0 | 1,1 | 0,1 |
| Região Metropolitana | 3 905 905 | 2 678 163 | 246 864 | 949 811 | 31 067 |
| RM % | 100 | 68,6 | 6,3 | 24,3 | 0,8 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

dominadas pela classe B1, caracterizada quase exclusivamente por casas em sua composição (95,5%).

Já as outras subclasses são mais diversificadas, uma vez que a B2 contém, em média, um terço dos apartamentos, enquanto na B3 e B4 as casas de vila e de condomínios representam, em média, 33,7% e 16,1% das moradias, respectivamente. A distribuição geográfica destas três subclasses mostra uma forte dispersão nas áreas urbanas, situando-se geralmente junto à subclasse B1.

### *Os setores com* domínio *de apartamentos*

A classe A, que aparece no mapa em tons de marrom, abrange uma pequena extensão que corresponde, no entanto, às áreas mais densamente povoadas dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, bem como dos centros de alguns municípios da Baixada Fluminense, a exemplo de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Enquanto a classe anterior correspondia aos espaços de uma cidade horizontal, a classe A se refere à cidade vertical, que cresce em espaços apertados. Esta característica é particularmente verdadeira em relação à subclasse A1, que inclui 688 mil dos 887 mil domicílios da classe A. Em termos geográficos, a classe A1 se estende, de maneira contínua, por vários bairros da Zona Sul, do Leblon à Glória, e do Centro à Tijuca. De forma intermitente, a classe A1 está presente também na orla oceânica, de São Conrado ao Recreio dos Bandeirantes, áreas que se caracterizam por uma verticalização pronunciada. Este fenômeno marca ainda a paisagem de bairros densamente ocupados de Niterói, como Boa Viagem, Ingá e Icaraí.

Fora destas áreas muito homogêneas quanto ao tipo de habitação, a subclasse A1 desempenha, por vezes, o papel de centro em torno do qual a verticalidade se mostra menos importante, com uma presença mais ou menos acentuada de casas e condomínios nas subclasses A2, A3 e A4. Este fenômeno pode ser observado em alguns bairros do Rio, como Méier, Vila da Penha e Freguesia de Jacarepaguá. Este é também o caso dos centros de Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias e São Gonçalo.

*Setores com* domínio *de casas de vila ou de condomínios*

Esses setores que compõem a classe C são pouco numerosos e se referem apenas a 90 mil domicílios da RM do Rio. Apesar de se apresentarem de forma dispersa pela cidade, esses tipos de domicílios, em algumas áreas, são relativamente expressivos. Nestes casos, podem fazer parte de um tecido urbano diversificado, o que é mais frequente, ou caracterizarem um tipo de ocupação urbana homogênea, como se nota na parte central da Barra da Tijuca, o que é mais raro. Podem ainda se situar em áreas isoladas, resultante de algum empreendimento imobiliário específico.

*Os setores sem nenhum* domínio

A classe D inclui setores mistos, sem o predomínio específico de qualquer tipo de moradia. Nesta classe, a mistura é o resultado da combinação de dois tipos principais de domicílios, como se pode ver nas subclasses D1, D2 e D3, enquanto na D4 há, em média, um terço de cada tipo. No total, há cerca de 124 mil habitações que integram esse tecido urbano misto, quer dizer, fora dos espaços onde dominam um tipo particular de habitação.

Pode-se concluir que a geografia dos tipos de domicílios parece se estruturar em subclasses muito homogêneas em sua composição (casa, apartamento e casa de vila ou de condomínio) e localização. As subclasses estabelecem ligações entre os espaços homogêneos, o que dá à paisagem urbana da RM do Rio uma imagem, muitas vezes, confusa e até mesmo desordenada, fruto da falta de um planejamento urbano.

## *5.2 O acesso dos domicílios às redes*

As redes de serviços públicos são aquelas que fornecem aos habitantes de uma cidade condições necessárias a uma boa qualidade de vida, como o fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, além de coleta de lixo. Numa cidade com rápido crescimento populacional, baseado em grande parte na incorporação de novos espaços, a ligação dos domicílios a estas redes depende dos órgãos públicos, responsáveis por manter tal infraestrutura, que precisa acompanhar a constante expansão urbana.

Os indicadores estatísticos utilizados neste estudo, em número de cinco, foram selecionados por sua capacidade de explicar a diversidade de situações encontradas nos domicílios, como relacionadas abaixo:

· ter eletricidade, mas não ter medidor é, frequentemente, um sinal de instalação ilegal de um serviço público ou privado, constituindo-se assim num indicador de marginalização da moradia em questão;

· ter mais de um banheiro, definido como um cômodo com ducha ou banheira e um vaso sanitário, reservado para o uso privado dos residentes do domicílio (mesmo se ele estiver localizado fora da casa), é um indicador de possibilidades de higiene pessoal;

· estar ligado a um sistema de esgoto ou simplesmente a uma rede de coleta de águas pluviais; o não lançamento de águas já utilizadas no meio ambiente reduz o risco de propagação de doenças transmissíveis;

· ter acesso a água corrente, através de uma rede geral de distribuição, é melhor do que a sua captação nas camadas subterrâneas, geralmente, poluídas, apesar de não se ter garantia de boa qualidade da água, a partir de uma rede geral;

· ter acesso a coleta de lixo por serviços de limpeza pública ou privada, o que impede o seu acúmulo nas ruas, reduzindo os riscos ligados à poluição.

Dentre estes cinco indicadores, os valores para o conjunto da RM do Rio são bons, de modo geral, o que não significa, no entanto, que a situação seja inteiramente satisfatória. As quatro classes resultantes da classificação ascendente hierárquica revelam acentuadas diferenças identificáveis no mapa que as representa (Fig. 23).

Na classe 4, todos os indicadores são bons: a falta de medidor de energia elétrica é rara; a existência de mais de um banheiro é duas vezes mais frequente do que a média na RM do Rio; o acesso às redes de água e esgoto, bem como à coleta de lixo, chega, muitas vezes, a quase 100% das unidades habitacionais. A localização desta classe na cidade corresponde, em grande parte, às áreas onde dominam os apartamentos, apresentando alta densidade de população e níveis de renda elevados. Esta situação favorável, longe de representar a maioria, diz respeito a 15% das habitações da RM.

Já a classe 3 é a que engloba o maior número de domicílios, representando 53,8% das habitações da RM. Assim como a classe 4, a de número 3 também é caracterizada por bons indicadores, mostrando, no entanto, uma proporção mais elevada de domicílios sem medidor de energia e uma porcentagem inferior à média da RM de moradias com mais de um banheiro. Esta classe diz respeito também às áreas urbanas com maior densidade, com exceção dos setores que compõem a classe 4.

A classe 2 diz respeito a 18% dos domicílios da RM do Rio. Com exceção do acesso à água por rede geral, os indicadores de coleta de lixo e medidores de energia elétrica mostram um nível ruim ou muito ruim. Sua distribuição geográfica indica que ela se situa nas margens dos setores mais urbanizados e aqueles em vias de urbanização. Ela é também característica da maioria das grandes favelas.

Finalmente, a classe número 1 diz respeito, principalmente, aos espaços ainda menos urbanizados ou rurais da RM. Nela, a maioria dos indicadores é ruim, mas a própria natureza desses setores faz com que a comparação com as outras classes não seja pertinente. Apesar disso, o item coleta de lixo se apresenta em boas condições.

Esta classificação mostra bem a distribuição do saneamento básico ao longo da RM do Rio e como as ligações às redes de serviços variam das áreas mais valorizadas, do litoral, até as mais distantes, no seu interior. É possível

ver ainda como as formas ilegais de estruturação do espaço urbano, isto é, as áreas em curso de urbanização e as favelas, se mostram em má situação quanto à integração às redes. Da mesma forma, o espaço rural periurbano se situa, claramente, num nível muito abaixo da média metropolitana, quanto aos indicadores aqui utilizados.

## *5.3 Os equipamentos dos domicílios*

Além das características de acesso às redes, o Censo fornece dados sobre os equipamentos ligados aos domicílios, usados pelas pessoas no seu dia a dia. De fato, são itens que traduzem fatores de conforto nas moradias, cujo estudo permite relativizar os resultados vistos anteriormente. Assim, nove indicadores estatísticos foram escolhidos para expressar a diversidade dos níveis de conforto. Trata-se do percentual de domicílios com uma geladeira, uma máquina de lavar, um rádio e um computador, com ou sem ligação à internet. A isto se acrescenta a presença de, pelo menos, um automóvel, um telefone (fixo e móvel). A televisão foi desconsiderada neste estudo, pois ela está presente em quase todas as moradias e, portanto, deixa de ter um poder diferenciador.

Alguns destes equipamentos são muito comuns, outros mais raros. Numa cidade tropical como o Rio de Janeiro, o refrigerador está presente em praticamente todos os domicílios da sua RM (98,5%). Em mais de 80% dos lares, encontra-se o rádio (88,8%) e o telefone celular (87,2%), que suplantou a importância do telefone fixo (68,5%). Se, por um lado, em apenas 51,4% das moradias há um computador, por outro, 84,2% desses computadores possuem acesso à internet. Os elementos de conforto mais raros são os carros, presentes somente em um terço dos domicílios (34,8%), e as motocicletas (6,5%).

A classificação ascendente hierárquica realizada com esses nove indicadores identifica oito classes que, após a análise de suas características, refletem três níveis de equipamentos: baixo (classes 1, 2 e 3), médio (classes 4, 5 e 6) e superior (classes 7 e 8).

*Os equipamentos de nível baixo*

O primeiro grupo, em tons de azul no mapa, diz respeito a 26% das habitações e está localizado, de forma concentrada, na periferia metropolitana, de Itaguaí a Tanguá (Fig. 24). Além dessa extensa área, uma parte do oeste do município do Rio também pertence a este grupo.

Entre as classes 1, 2 e 3, as diferenças são pequenas e quase todos os indicadores estão abaixo da média da RM. A classe 1, com 9,9% das residências, que se encontra principalmente em Queimados, Japeri, sudoeste de Nova Iguaçu e leste de Belford Roxo, caracteriza também alguns setores do município do Rio. A classe 2, com apenas 4,5% das moradias, apresenta, no entanto, proporção de motocicletas ligeiramente acima da média, abrangendo sobretudo setores censitários do complexo da Maré e do oeste da RM. Por último, a classe 3 se caracteriza por uma presença maior da motocicleta, como pode ser vista em muitos setores distantes e extensos da periferia metropolitana, onde este meio de locomoção se justifica, certamente, em função das deficiências das redes de transportes.

*Os equipamentos de nível médio*

O conjunto das três classes seguintes, as de número 4, 5 e 6, mostra-se heterogêneo em sua composição. Na verdade, a classe 4, com o mais elevado percentual de habitações (38,1%), corresponde a uma classe média baixa, onde a maioria dos indicadores apresenta valores inferiores aos da média da RM. Os domicílios com essas características são encontrados em bairros da Zona Oeste da cidade do Rio, de Realengo a Santa Cruz, e nos setores mais urbanizados de Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti e Belford Roxo. Quase todo o município de São Gonçalo pertence a esta classe de nível médio baixo quanto aos equipamentos dos domicílios.

A classe 5 caracteriza setores de classe média em que alguns indicadores têm um valor muito maior do que a média da RM, como o automóvel, a motocicleta e o telefone celular, bens de consumo ligados aos meios de transporte e de comunicação. Na verdade, essa classe está localizada, principalmente, na metade-sul de Niterói, em todo o município de Maricá e em alguns setores de Itaboraí. Sua extensão geográfica é bem definida e ela caracteriza apenas 2,1% dos domicílios. A distância em relação à área central da RM e um melhor nível de vida em relação ao da Baixada Fluminense explicam, possivelmente, a localização circunscrita desses setores censitários.

Na classe número 6, que abrange 20,4% das residências, os indicadores de conforto situam-se num nível significativamente melhor, uma vez que todos eles apresentam valores superiores aos da média da RM, com exceção apenas da motocicleta. Sua localização geográfica mostra que ela corresponde a bairros habitados por categorias sociais médias da Zona Norte da cidade do Rio, da maior parte da Ilha do Governador, bem como de uma área significativa de Niterói.

*Os equipamentos de nível superior*

No nível superior, as classes 7 e 8, que diferem muito das anteriores, representam, juntas, 13,4% dos domicílios da RM. Apesar disso, a classe 7 possui um perfil semelhante ao da classe 6, mas revela desvios positivos em relação à média significativamente maiores. A localização da classe 7 se dá, de forma contínua, do Leblon ao Flamengo e do Maracanã à Tijuca. Também é encontrada em bairros de Niterói, como Boa Viagem e Icaraí. Nesta classe, predomina o apartamento como tipo de habitação.

A classe de número 8 é a menos numerosa de toda a classificação, uma vez que abrange apenas 1,8% dos domicílios da RM. Nesta classe, os indicadores estão bem acima da média e sua localização mostra uma grande concentração geográfica, pois ela engloba toda a Barra da Tijuca e o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Trata-se, naturalmente, de uma das áreas mais privilegiadas da cidade, o que se percebe pelo alto padrão de consumo dos seus habitantes, como, por exemplo, o número de carros por moradia.

Pode-se concluir que esses indicadores relativos aos equipamentos dos domicílios são capazes de discriminar, claramente, os diferentes níveis socioeconômicos dos habitantes da RM e dão uma indicação das diversas formas de segregação socioespacial aí existentes.

## *5.4 O meio ambiente dos domicílios*

O Censo de 2010 possibilitou, pela primeira vez, uma análise das características do meio ambiente urbano do país. Os novos dados, publicados sob o título de *Características urbanísticas do entorno dos domicílios*, visam contextualizar as condições de vida da população, a fim de facilitar o planejamento intraurbano e a gestão municipal. Esta parte do Censo, que diz respeito apenas aos logradouros urbanos, não abrange, portanto, toda a RM do Rio. Assim, são investigadas as seguintes características da infraestrutura urbana: identificação dos lugares, iluminação da via pública, calçadas, pavimentação das ruas, bueiros, rampas para cadeirantes, arborização, esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo.

Estas informações permitem calcular, para cada setor censitário, a porcentagem de domicílios caracterizados pela presença ou ausência de determinada característica ambiental relacionada no Censo. Para se avaliar a qualidade do meio ambiente, calculou-se um índice, que representa a média destas percentagens, sabendo-se que, para o esgoto a céu aberto e o acúmulo de lixo, o índice leva em conta a ausência destas duas características. Os valores da qualidade ambiental dos domicílios variam entre 0 e 100, sendo 100 o que representa a melhor situação. O mapa do índice de qualidade do entorno dos domicílios utiliza uma gama de cores opostas, onde os tons de vermelho assinalam as áreas de má qualidade ambiental, enquanto os de verde expressam as de melhores níveis (Fig. 25). Já as diversas manchas brancas se referem a setores não urbanos.

Do ponto de vista geográfico, observam-se nítidos contrastes na RM, pois à medida que se desloca dos bairros da Zona Sul do Rio, com os melhores níveis de qualidade ambiental, em direção aos municípios da periferia metropolitana, os índices diminuem acentuadamente.

Na verdade, o município do Rio é o que apresenta os melhores resultados na RM, apesar de seus índices se encontrarem entre 50 e 100, o que expressa uma grande variedade de situações entre os vários bairros da cidade. O Centro e a área portuária se mostram mal situados, ao passo que a Tijuca e o Maracanã apresentam melhores níveis, bem como a Ilha do Governador. Na Zona Norte, predominam valores intermediários, o que surpreende sobretudo ao se considerar o perfil econômico das pessoas que aí habitam. É, no entanto, na Zona Oeste, de Campo Grande a Santa Cruz, que a questão do meio ambiente no entorno dos domicílios tende a piorar de maneira considerável.

Padrão semelhante pode ser visto em Niterói, onde os bairros de Boa Viagem, Ingá e Icaraí, na orla marítima, concentram os níveis mais elevados de qualidade ambiental, que vão se deteriorando, gradativamente, em direção aos municípios de São Gonçalo, Maricá e Itaboraí.

Pode-se concluir que os bairros mais ricos tendem a apresentar uma melhor qualidade ambiental, mas nem sempre isto acontece, como é o caso da Barra da Tijuca, que não apresenta os níveis mais elevados, apesar do alto padrão econômico dos seus moradores. Ao contrário, bairros modestos, como os da Zona Norte do Rio, mas de ocupação mais antiga, situam-se bem acima do índice médio. Assim, acredita-se que, na medida em que os aspectos levantados pelo IBGE sobre o meio ambiente no entorno dos domicílios estão relacionados à ação do poder público, essas áreas com uma urbanização consolidada, em espaços densamente ocupados, apresentem bons resultados, enquanto aquelas de ocupação mais recente revelem uma situação menos favorável.

## *5.5 A condição de ocupação dos domicílios*

O Censo define seis tipos de ocupação dos domicílios:

• proprietário morador, de parte ou de toda a propriedade, estando o domicílio totalmente pago;

• proprietário morador, de parte ou de toda a propriedade, estando o domicílio em aquisição;

• morador inquilino, pagando total ou parcialmente o aluguel, ou parte do aluguel é paga pelo seu empregador, representando parcela do seu salário;

• habitação cedida pelo empregador de um dos moradores, sem custos ou o pagamento é feito pelo morador, através de diversos encargos;

• habitação cedida gratuitamente pelo proprietário não residente, que não é o empregador, com o pagamento eventual, pelo morador, através de diversos encargos;

• outras situações: habitação ligada a um local comercial, ou a uma exploração agrícola, ou ocupada por invasão.

Chama a atenção, de imediato, quando se analisa a tabela de distribuição de domicílios, por sua condição de ocupação, o fato de os habitantes da RM do Rio serem predominantemente proprietários de suas moradias (Tab. 5.2). Na verdade, 72% deles vivem em casas que já foram pagas integralmente, enquanto 3,8% têm a sua moradia sendo adquirida, totalizando assim 75,8% de proprietários. As diferenças entre os municípios são relativamente pequenas, uma vez que Belford Roxo, com 84,5%, apresenta o maior valor e o Rio de Janeiro, com 73,1%, o menor percentual, o que corrobora a observação geral.

Tal proporção de proprietários deixa pouco espaço para outras condições de ocupação: 19,5% para os domicílios alugados e 4% para casas cedidas gratuitamente. Enquanto a variação dos inquilinos é inversamente proporcional à dos proprietários, a distribuição dos domicílios cedidos é mais errática, variando de 2,7% em Belford Roxo a 10,6% em Guapimirim.

A classificação ascendente hierárquica, realizada para as porcentagens das diferentes condições de ocupação nos setores censitários, pode explicar a participação de cada uma delas na RM do Rio, cabendo observar que a categoria *outra condição* não foi levada em conta devido à sua baixa participação (Fig. 26).

**Tabela 5.2**
Domicílios dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de acordo com a sua condição de ocupação

| Municípios | Total de domicílios | Próprio já quitado % | Próprio em aquisição % | Alugado % | Cedido % | Outra condição % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Belford Roxo | 145 677 | 82,8 | 1,8 | 12,3 | 2,7 | 0,5 |
| Duque de Caxias | 269 353 | 78,4 | 1,9 | 15,7 | 3,6 | 0,4 |
| Guapimirim | 15 741 | 73,5 | 1,5 | 13,7 | 10,6 | 0,7 |
| Itaboraí | 69 422 | 73,4 | 4,5 | 14,3 | 6,9 | 0,9 |
| Itaguaí | 33 910 | 73,6 | 2,0 | 18,2 | 5,6 | 0,5 |
| Japeri | 28 409 | 83,4 | 0,7 | 10,8 | 4,9 | 0,3 |
| Magé | 70 394 | 79,7 | 1,1 | 13,5 | 5,3 | 0,4 |
| Maricá | 42 810 | 67,7 | 10,4 | 13,7 | 7,0 | 1,2 |
| Mesquita | 53 103 | 75,5 | 3,4 | 16,6 | 3,7 | 0,8 |
| Nilópolis | 50 514 | 71,3 | 2,2 | 22,4 | 3,3 | 0,7 |
| Niterói | 169 237 | 70,1 | 5,0 | 19,9 | 4,0 | 1,0 |
| Nova Iguaçu | 248 186 | 80,3 | 2,6 | 12,8 | 3,5 | 0,7 |
| Paracambi | 15 249 | 77,8 | 0,9 | 15,9 | 4,7 | 0,7 |
| Queimados | 42 209 | 80,2 | 3,4 | 12,2 | 3,7 | 0,5 |
| Rio de Janeiro | 2 144 445 | 68,4 | 4,7 | 22,3 | 3,9 | 0,7 |
| São Gonçalo | 325 882 | 72,7 | 3,3 | 19,1 | 4,1 | 0,8 |
| São João de Meriti | 147 450 | 76,5 | 0,9 | 17,8 | 4,3 | 0,6 |
| Seropédica | 24 256 | 75,6 | 0,7 | 14,0 | 8,9 | 0,8 |
| Tanguá | 9 658 | 76,6 | 0,8 | 12,9 | 9,2 | 0,6 |
| Região Metropolitana | 3 905 905 | 2 810 657 | 149 241 | 761 593 | 157 639 | 26 775 |
| RM % | 100 | 72,0 | 3,8 | 19,5 | 4,0 | 0,7 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

### *Setores censitários com predomínio de* proprietários de moradias quitadas

A classe número 2 é a mais comum na RM, uma vez que reúne 55,3% das moradias, das quais 82,2% são pagas e ocupadas pelos seus proprietários. Esta categoria, que está presente em toda a RM, é muito comum em áreas dominadas por casas unifamiliares, o que ocorre, principalmente, nas Zonas Norte e Oeste do município do Rio. É encontrada, também, na orla marítima da cidade, da Barra da Tijuca ao Flamengo, com exceção da Praia de Botafogo. Tal abrangência revela que, tanto as classes sociais mais abastadas, quanto as mais modestas, podem ser proprietárias dos imóveis em que residem, que não são, naturalmente, da mesma natureza.

### *Setores censitários com predomínio de* proprietários cujos domicílios estão sendo adquiridos

A classe 3 engloba 13,8% das habitações na RM e, embora estas unidades em vias de aquisição se situem em terceiro lugar nesta classe, a sua porcentagem é, em média, 4,5 vezes maior do que a observada na RM do Rio (17,1% contra 3,8%). Analisando-se a sua distribuição espacial, percebe-se que os setores em questão se mostram muito agrupados, como na área do Maracanã, Tijuca e Grajaú; no grande Méier, integrado pelos bairros de Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Todos os Santos e Cachambi; em Jacarepaguá, no Recreio dos Bandeirantes, além do oeste de Maricá, do outro lado da baía.

Na maior parte dos casos, trata-se de bairros que se beneficiaram com a construção recente de imóveis, como, por exemplo, o eixo de urbanização formado pelo Recreio dos Bandeirantes, Barra de Tijuca e Jacarepaguá.

Da mesma forma, no Méier e em bairros do seu entorno tem havido a construção de diversos condomínios, beneficiados por uma boa infraestrutura comercial e por condições de acessibilidade relativamente fáceis às outras partes da cidade.

### *Setores censitários com predomínio de* locatários

Os domicílios alugados representam 33,6% das habitações da classe 1 que contém 26,4% das moradias da RM. Tais imóveis estão presentes no conjunto da Região Metropolitana, sobretudo no município do Rio, onde se concentram tanto em bairros da Zona Norte, quanto nas áreas mais abastadas da Zona Sul. Nesta área da cidade, as locações se situam, frequentemente, nos quarteirões localizados na parte interna dos bairros, mais afastados da orla marítima, onde

predominam domicílios ocupados por seus proprietários, o que pode ser visto muito claramente em Copacabana e Ipanema. Os aluguéis dominam também os bairros centrais de Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo e Duque de Caxias.

### *Setores censitários com predomínio de* domicílios cedidos

Cerca de 25% dos domicílios da classe 4 são cedidos gratuitamente ou se enquadram na categoria *outra condição* em relação aos examinados anteriormente. Ela reúne apenas 4,5% dos domicílios da RM e sua localização geográfica diz respeito à maioria dos setores rurais. Trata-se, na verdade, de um tipo de moradia frequentemente utilizado para alojar trabalhadores rurais, o que faz parte, inclusive, dos seus salários.

Capítulo 6

# A educação

Como a educação desempenha um papel fundamental na mobilidade social, sendo um dos meios possíveis para o indivíduo se formar profissionalmente e ter a chance de melhorar sua condição de vida, é importante avaliar em que medida os moradores de uma aglomeração urbana como a RM do Rio de Janeiro têm acesso ao ensino. Assim, esta questão será abordada através de quatro aspectos que se complementam: o acesso à escola, a alfabetização, os níveis de educação e a importância das escolas particulares (Tab. 6.1). Naturalmente, esses temas não são suficientes para esgotar o assunto, mas permitem que se identifique os principais problemas que atravessam a sociedade carioca, em relação à educação.

**Tabela 6.1**
Indicadores da Educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Municípios | Nunca frequentou escola % | Pessoas alfabetizadas % | Graduação e mais % | Nº alunos em escola particular para cada 100 em escola pública |
|---|---|---|---|---|
| Belford Roxo | 8,8 | 93,2 | 4,7 | 36,9 |
| Duque de Caxias | 8,6 | 93,5 | 7,1 | 47,2 |
| Guapimirim | 10,1 | 91,1 | 6,8 | 15,0 |
| Itaboraí | 8,2 | 92,5 | 6,6 | 33,7 |
| Itaguaí | 8,7 | 93,3 | 6,7 | 24,6 |
| Japeri | 10,8 | 90,9 | 3,3 | 18,3 |
| Magé | 8,7 | 93,0 | 6,1 | 25,7 |
| Maricá | 7,8 | 94,4 | 17,2 | 40,4 |
| Mesquita | 6,5 | 95,0 | 9,9 | 61,1 |
| Nilópolis | 5,9 | 96,6 | 12,4 | 80,4 |
| Niterói | 4,2 | 96,7 | 37,9 | 101,5 |
| Nova Iguaçu | 8,6 | 93,7 | 8,3 | 53,0 |
| Paracambi | 10,4 | 94,0 | 8,2 | 24,3 |
| Queimados | 10,0 | 92,2 | 4,8 | 39,2 |
| Rio de Janeiro | 5,6 | 95,8 | 24,7 | 63,5 |
| São Gonçalo | 6,7 | 95,4 | 9,1 | 63,3 |
| São João de Meriti | 7,4 | 95,0 | 7,1 | 61,2 |
| Seropédica | 7,9 | 93,0 | 8,4 | 20,7 |
| Tanguá | 10,5 | 90,6 | 4,4 | 14,8 |
| Região Metropolitana | 6,6 | 95,1 | 18,3 | 57,2 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

## *6.1 Ter ido à escola*

Saber quem é alfabetizado ou não é um primeiro passo, bastante rudimentar, é verdade, para se avaliar o nível de educação de uma população. A participação dos moradores da RM do Rio que nunca foram à escola é de apenas 6,6%, o que representa uma proporção relativamente pequena, bem abaixo da média nacional, que é 9,8%. Tal percentual coloca o Rio de Janeiro em segundo lugar entre as regiões metropolitanas brasileiras, logo atrás de Campinas, onde se encontra uma das principais concentrações científicas e tecnológicas do país, mas à frente de Belo Horizonte, Salvador e São Paulo (Tab. 6.2).

**Tabela 6.2**
Parcela da população que nunca frequentou a escola nas 12 maiores áreas metropolitanas do Brasil

| Regiões Metropolitanas | Total | Nunca frequentou | Nunca frequentou % |
|---|---|---|---|
| Campinas - SP | 2 797 137 | 181 170 | 6,5 |
| Rio de Janeiro - RJ | 11 835 708 | 781 517 | 6,6 |
| Belo Horizonte - MG | 5 414 701 | 373 696 | 6,9 |
| Salvador - BA | 3 573 973 | 248 624 | 7,0 |
| São Paulo - SP | 19 683 975 | 1 385 109 | 7,0 |
| Curitiba - PR | 3 174 201 | 224 786 | 7,1 |
| Porto Alegre - RS | 3 958 985 | 286 850 | 7,2 |
| Belém - PA | 2 101 883 | 156 712 | 7,5 |
| Recife - PE | 3 690 547 | 29 2522 | 7,9 |
| Goiânia - GO | 2 173 141 | 194 777 | 9,0 |
| Fortaleza - CE | 3 615 767 | 329 647 | 9,1 |
| Manaus - AM | 2 106 322 | 227 169 | 10,8 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Apesar disso, há diferenças consideráveis entre os diversos setores censitários da RM do Rio, pois a proporção de pessoas que nunca frequentou a escola varia de 1% a 17% (Fig. 27). Se o município do Rio de Janeiro, com exceção da sua parte oeste, e o de Niterói apresentam, de modo geral, porcentagens inferiores aos da média metropolitana, os da Baixada Fluminense registram valores mais elevados. Assim, é na periferia, sobretudo em suas áreas rurais, que se encontram os piores níveis, como em Queimados, Guapimirim, Paracambi, Tanguá e Japeri, onde uma parcela considerável da população, ou seja, mais de 10%, nunca frequentou a escola.

A Zona Sul do Rio e, em menor proporção, a Zona Norte da cidade mostram bons níveis, exceto quando há favelas, como é o caso da Rocinha, Mangueira e Maré, onde os percentuais se situam entre 9% e 11%. Da mesma forma, a Zona Oeste apresenta níveis insatisfatórios, incluindo Vargem Pequena, Vargem Grande e Guaratiba.

## *6.2 Ser alfabetizado*

A resposta à pergunta do Censo *sabe ler e escrever* permite avaliar a dimensão da população alfabetizada no país. A resposta *sim* é dada quando a pessoa entrevistada diz que ela pode ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. Em termos de alfabetização, o Brasil fez grandes avanços nas duas últimas décadas, uma vez que a proporção da população alfabetizada aumentou de 83,6%, em 1992, para 89,5%, em 2010. No entanto, existem ainda diferenças regionais consideráveis, pois enquanto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste mostram bons resultados, com 94%, 93,7% e 92%, respectivamente, o mesmo não ocorre com a Região Norte que apresenta 85,9% e a Região Nordeste, que se situa ainda mais abaixo, com apenas 80,9%.

O estado do Rio de Janeiro ocupa a terceira posição no país (94,8%), atrás do Distrito Federal (95,1%) e de Santa Catarina (94,9%), mas à frente de São Paulo (94,7%), num contexto em que as diferenças entre os percentuais são muito pequenas. Neste particular, a RM do Rio, com 95,1% de alfabetizados, apresenta uma posição ligeiramente superior à do estado do Rio de Janeiro, já que menos de 5% do total de sua população é analfabeta. Da mesma forma, as diferenças entre os municípios da RM se encontram dentro de um intervalo relativamente pequeno, com o mínimo de 90,6%, em Tanguá, e o máximo de 96,7%, em Niterói. Assim, o município do Rio, com 95,8% de alfabetizados, se mostra bem situado.

No mapa com os percentuais de alfabetizados na população com 5 anos e mais, em 2010, a RM do Rio apresenta um nítido predomínio de pessoas que sabem ler e escrever, estando os índices mais baixos concentrados nas áreas rurais da periferia metropolitana (Fig. 28). Na aglomeração urbana propriamente dita, alguns municípios periféricos, como Belford Roxo, estão em pior situação do que outros, como São Gonçalo. Já o município do Rio é caracterizado, em relação à educação, por uma dupla assimetria: leste-oeste, estando o leste melhor do que o oeste, e sul-norte, situando-se o sul sistematicamente entre 95% e 100%, atingindo o nível máximo nos bairros mais abastados.

Assim, no que diz respeito à alfabetização, a Zona Sul do Rio apresenta os melhores níveis da RM, que se mostra bem colocada no estado do Rio de Janeiro, que, por sua vez, se destaca pelo melhor nível na Região Sudeste.

A migração de pessoas das regiões mais carentes do país, sobretudo o Nordeste, parece ser responsável por níveis mais baixos de alfabetização em algumas áreas da RM. Além disso, as diferenças estruturais entre a área urbana e a rural podem explicar as melhores condições da primeira em relação à segunda, quanto à frequência à escola.

## *6.3 Os níveis escolares*

Ir à escola ou ser alfabetizado não são indicadores consistentes para revelar os diversos níveis de ensino que caracterizam as diferenças sociais no interior da RM do Rio. O Brasil urbano atingiu um nível de educação que faz com que o grau de alfabetização não seja mais uma medida do desenvolvimento social, com exceção de casos extremos. Assim, torna-se necessário investigar mais profundamente as diferenças na educação, através de uma análise dos níveis de escolaridade.

No questionário do Censo há uma pergunta dirigida às pessoas escolarizadas: *Qual é o curso mais elevado que frequentou?* As respostas são codificadas numa grade com 14 termos, que vão desde a creche ou o jardim de infância até o doutorado, contendo os vários níveis intermediários. Na RM do Rio, os níveis mais comuns são: 16,9% da população possui ensino fundamental ou 1º grau (do 6º ao 9º ano); 33,4% possuem ensino regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau; 14,8% possuem curso superior de graduação. Estes números revelam o nível de escolarização da RM do Rio, com 65% da sua população incluída nestas três categorias.

O percentual de cada nível de escolaridade, em cada setor censitário, foi objeto de uma classificação ascendente hierárquica. Esta classificação, realizada com 13 indicadores referentes aos níveis de escolaridade (o mestrado e o doutorado foram reunidos por causa de seus números relativamente pequenos), permitiu identificar sete classes que, após a análise de suas características, refletem três níveis de ensino: nível baixo (classe 1), nível médio (classes 2, 3 e 4) e nível superior (classes 5, 6 e 7). O termo *dominante* utilizado para descrever as classes não deve ser entendido em sentido absoluto, mas sim em relação à média da RM.

### *Os* níveis baixos *de educação*

A classe 1, que reúne 22% da população da RM, mostra o predomínio dos cursos de nível baixo: jardim de infância, alfabetização e ensino fundamental (Fig. 29). Isto significa que para os habitantes que integram esta classe, a frequência escolar foi interrompida precocemente. Grande parte da periferia metropolitana, de Itaguaí a Tanguá, pertence quase inteiramente à classe 1, incluídos aí os setores rurais da RM. Também se enquadram neste padrão o oeste do município do Rio e diversas favelas, como Rocinha, Maré e Mangueira.

### *Os* níveis médios *de educação*

De acordo com esta classificação, o nível médio de educação é composto por três classes (2, 3 e 4). A classe 2 apresenta um perfil semelhante ao da média da RM sendo, em termos numéricos, a maior de toda a classificação, uma vez que reúne 34,2% da população escolarizada. Ela caracteriza setores censitários urbanos de municípios da periferia metropolitana, como Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Duque de Caxias, além de São Gonçalo e Maricá. Também pertencem a esta classe setores da Zona Oeste do município do Rio, com características ainda rurais.

As classes 3 e 4 apresentam uma particularidade, já que os destaques dizem respeito a níveis de escolaridade, cujo nome se refere a antigas denominações de cursos: primário, ginásio, científico ou clássico. Entre essas duas classes, nota-se uma diferença significativa que é a presença, apesar de modesta, de cursos superiores de graduação, que motivaram as expressões usadas no nome dessas classes, *médio-médio* para a classe 3 e *médio-alto* para a 4.

Estas duas classes estão ligadas principalmente a bairros com população relativamente mais velha, o que justifica a presença maior dos níveis de educação chamados *antigos,* nos municípios do Rio e de Niterói. Apesar disso, elas diferem muito entre si, pois a classe 3 (*nível médio-médio*) reúne 21,2% da população escolarizada da RM, enquanto a 4 *(nível médio-alto)* engloba apenas 8,1%.

No Rio de Janeiro, o nível *médio-médio* refere-se especialmente a bairros da Zona Norte da cidade. Em Niterói, encontra-se em áreas próximas ao Centro, como Barreto, Santana, São Lourenço e Ponta d'Areia. Já o nível *médio-alto* ocorre no município do Rio, em setores do Centro, Santa Teresa, São Conrado, Jacarepaguá e do entorno do Méier. Do outro lado da baía, esta classe caracteriza também o centro de Niterói e bairros como Fonseca e Piratininga.

### *Os* níveis superiores *de educação*

As classes 5, 6 e 7 que integram este nível mostram uma maior participação de cursos superiores: superior de graduação, especialização de nível superior e mestrado ou doutorado. Apesar disso, apresentam números modestos, uma vez que elas representam apenas 6,3%, 2,7% e 5,5%, respectivamente, da população escolarizada. Estas classes podem ser ordenadas em três níveis progressivos: classe *superior-média* para a de número 5, *superior-alta* para a 6 e *superior-muito alta* para a 7.

No espaço urbano, essas classes formam blocos homogêneos no Rio e em Niterói. A classe *superior-muito alta* ocupa a faixa litorânea da Barra da Tijuca, Leblon, Ipanema, Gávea e Lagoa, além dos bairros do Humaitá, Botafogo, Flamengo e Laranjeiras. É curioso observar que Copacabana e Leme não fazem parte deste nível, mas pertencem à classe *superior-alta,* mesmo patamar do Maracanã e Tijuca, o que revela uma diferença em relação ao padrão que caracteriza a Zona Sul. Em Niterói, o nível *superior-muito alto* é encontrado nos bairros de Boa Viagem, Ingá e Icaraí.

Enquanto a classe *superior-alta* diz respeito apenas ao município do Rio de Janeiro, a *superior-média* está bem representada, tanto no Rio, quanto em Niterói. No Rio, ela se mostra dispersa, caracterizando diferentes áreas da cidade, como o Recreio dos Bandeirantes, o extremo oeste da Barra da Tijuca, Freguesia de Jacarepaguá, Pechincha e Vila Valqueire; está presente também de Vila Isabel ao Alto da Boa Vista e da Glória ao Catete; é encontrada ainda nos bairros do Méier, Vila da Penha e Jardim Guanabara, na Ilha do Governador. Em Niterói, ela engloba vários bairros do município, tais como Santa Rosa, além de São Francisco, Itaipu e Itacoatiara, na orla oceânica.

Para concluir, deve-se ressaltar o caráter sucessivo que a distribuição dos diferentes níveis de educação imprimem no espaço. Na verdade, eles diminuem significativamente, a partir dos bairros mais abastados da orla oceânica em direção à periferia, onde se encontram os padrões de educação mais baixos. Enquanto na parte urbanizada da RM do Rio raramente aparece a pior classe, na área rural ela está muito presente. Esta estrutura espacial enfatiza, assim, a forte relação existente entre o nível de renda e o de escolaridade da população.

## *6.4 Os alunos das escolas particulares*

Dos 59,6 milhões de brasileiros que declararam, na ocasião do Censo, estarem frequentando uma instituição de ensino, 13 milhões disseram que o faziam numa escola privada (21,9%), o que mostra a importância das escolas particulares (confessionais ou laicas) no sistema de ensino do país. Se as escolas particulares têm pouco peso na região Norte, onde reuniam apenas 14% dos alunos, no Nordeste elas acolhiam 19,5% dos estudantes. Nas outras Regiões, mais de 20% dos alunos estão nessa condição: 24,9% no Sudeste, 22,3% no Sul e 25,1% no Centro-Oeste.

Dentre as unidades da federação brasileiras, o Distrito Federal é o que mais se destaca pela educação particular, pois diz respeito a 38,6% das pessoas que frequentam escolas. O estado do Rio de Janeiro, com 32,9%, situa-se em segundo lugar, mas apresenta um número de pessoas muito maior do que o do Distrito Federal (1,5 milhão no RJ contra 339 mil no DF). Já na RM do Rio, 36,4% da população declara estar cursando escolas particulares, enquanto na capital fluminense este percentual alcança 38,9%.

Para se avaliar o peso do ensino particular em relação ao ensino público nos diferentes bairros da RM, foi calculado o número de alunos matriculados em escolas particulares para cada 100 alunos matriculados no ensino público. A amplitude dos valores varia consideravelmente, de 9 a 650 alunos de escolas particulares para cada 100 estudantes do ensino público, o que revela a diversidade de situações existentes na RM do Rio.

O mapa resultante desse cálculo mostra uma forte diferenciação entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul e o restante da cidade (Fig. 30). É na Barra que ocorre a maior relação *aluno em escola particular/aluno em escola pública*, que é de 300 a 600, formando assim um espaço muito homogêneo desse ponto de vista. Além da Barra, uma outra área se estrutura do Leblon ao Humaitá, em torno da qual se agregam outros bairros com valores um pouco mais baixos, entre 200 e 300, como é o caso da Gávea e do Jardim Botânico. Neste mesmo patamar se situa Copacabana, com exceção do Leme. Se o Flamengo registra 210, outros bairros da Zona Sul, como Botafogo (197), Laranjeiras (164) e Ipanema (175) se situam abaixo de 200.

Outros conjuntos de bairros, menos homogêneos do que os anteriores, também têm valores elevados, como Tijuca, Méier, Pechincha, Vila da Penha e Jardim Guanabara, no Rio, ou ainda Icaraí, Itaipu e Itacoatiara, em Niterói. Todos estes bairros correspondem, em geral, a áreas de classe média, sendo que os valores acima de 200 dizem respeito apenas aos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói.

Em outros municípios da RM, os maiores valores se situam entre 100 e 150, o que significa uma relação de *um e um aluno e meio* do ensino particular para 100 do público. Mas essas pontuações aparecem raramente e dizem respeito, sobretudo, aos bairros centrais de Nova Iguaçu, Nilópolis e Duque de Caxias. Nos demais setores censitários, o ensino público se iguala ou supera o particular. De modo geral, nos bairros mais afastados e nas áreas rurais predominam alunos do ensino público. Trata-se de áreas distantes e pobres onde as escolas particulares, por falta de clientela, não têm interesse em concorrer com os estabelecimentos de ensino público.

Ao se comparar o mapa dos níveis escolares com o da importância da escola pública *versus* escola particular, chama a atenção a enorme semelhança que existe entre eles (Figs. 29 e 30). Assim, estes mapas revelam que quanto mais o setor particular está presente, melhor é o nível de educação dos habitantes. Poderia se indagar, então, se a deficiência generalizada da educação pública não seria o fator responsável pela incapacidade de o Brasil produzir os quadros de que ele precisa. Neste caso, as suas deficiências estarão afetando, sobretudo, os mais pobres, enquanto os mais favorecidos recorrerão sistematicamente ao ensino particular para permitir que seus filhos desfrutem de uma educação de melhor qualidade.

Capítulo 7

# O emprego

As questões ligadas ao emprego e desemprego são, geralmente, tratadas do ponto de vista econômico. Neste capítulo, no entanto, vai-se adotar uma perspectiva mais sociológica do que econômica. Assim, o seu objetivo não é descrever a localização dos postos de trabalho na RM do Rio de Janeiro, mas caracterizar os trabalhadores em seu local de residência, o que complementa a análise demográfica e socioeconômica feita anteriormente.

Com este objetivo, foram selecionados quatro indicadores, sendo os dois primeiros sobre a taxa de emprego e os níveis de qualificação da população economicamente ativa. A apresentação dessas duas variáveis permite destacar as principais clivagens, em relação ao emprego, no espaço social metropolitano.

Os outros dois indicadores tratam de aspectos que se constituem em desvios em relação às normas que regem as relações de emprego no país: a falta de garantias legais para os trabalhadores, sem a carteira profissional assinada pelo seu empregador, e o trabalho infantil, cuja existência revela que o país ainda não eliminou completamente este problema, que vem de longa data.

## *7.1 Taxa de emprego*

A taxa de emprego é a relação entre o número de pessoas, com idade entre 14 e 70 anos, que ganham dinheiro trabalhando, e o número total de pessoas nessa mesma faixa de idade, durante a semana de referência do Censo, isto é, de 25 a 31 julho de 2010. De acordo com o Censo, são considerados trabalhadores pessoas com, pelo menos, 10 anos, e sem limite máximo de idade.

Um tratamento feito neste estudo restringiu, no entanto, a faixa de idade da população ativa, situando-a entre 14 e 70 anos, a fim de evitar que a população total de referência, isto é, o denominador da taxa, seja superestimada. Assim, foram excluídas do cálculo as parcelas da população com idade entre 10 e 14 anos, formada em grande parte por estudantes, e aquela com mais de 70 anos, por se constituir, em sua maioria, de aposentados. Dessa forma, acredita-se poder medir melhor o número da população economicamente ativa.

Em termos de emprego, a Região Sudeste se situa em posição intermediária, com 56,8% de pessoas que trabalham, com idades entre 14 e 70 anos. Já as Regiões Nordeste (46%) e Norte (47,7%) apresentam as piores taxas de emprego no país, ao passo que o Centro-Oeste (60,1%) e o Sul (62,6%) se mostram em melhor situação.

Na Região Sudeste, a classificação dos estados coloca o Rio de Janeiro (55,6%) em quarto lugar, atrás de São Paulo (60,4%), Espírito Santo (59,6%) e Minas Gerais (57,2%). Isto significa que o estado do Rio não se situa em boa posição na classificação brasileira das taxas de emprego. Da mesma forma, a RM do Rio (55,5%) não se encontra bem colocada quando comparada com outras regiões metropolitanas do país, como Florianópolis, Porto Alegre, Belo Horizonte e São Paulo. Estes números indicam que a RM do Rio tem dificuldade para absorver a mão de obra aí existente.

Antes de se interpretar o mapa da taxa de emprego, deve-se lembrar, mais uma vez, que as informações sobre a população economicamente ativa foram registradas no local de residência dos informantes e não no de trabalho. Nesse sentido, as configurações reveladas pelo mapa não se referem à localização dos empregos.

O mapa da taxa de emprego revela a existência de um gradiente que se estende da orla marítima do Rio à Zona Norte da cidade (Fig. 31). Assim, na orla, os valores são os mais elevados, observando-se que da Barra da Tijuca à Glória, as taxas variam entre 65% e 74%, bem acima da média da RM. Na Tijuca, Méier e bairros vizinhos, os valores diminuem ligeiramente, mas se mantêm em torno de 60%. As taxas continuam caindo em direção a Campo Grande, na Zona Oeste, onde se situam, no entanto, em torno da média da RM.

Do outro lado da baía, Niterói apresenta, de modo geral, taxas de emprego inferiores às da Zona Sul do Rio, mas superiores à média da RM. Este também é o caso de São Gonçalo, Mesquita, São João de Meriti e a parte sul de Duque de Caxias. Assim, nas áreas mais densas da periferia metropolitana, as taxas são sempre superiores a 50% e, às vezes, até mesmo, a 55%. Já nos setores mais afastados e nas áreas rurais, de Itaguaí a Tanguá, elas diminuem, podendo chegar a valores muito baixos, da ordem de 40% a 50%.

## *7.2 Níveis de qualificação*

Um sistema de codificação da ocupação, elaborado neste capítulo, foi capaz de identificar o nível de qualificação de cada trabalhador, no seu único emprego ou no principal, no caso de vários empregos terem sido registrados durante a semana de referência do Censo. Os códigos utilizados compõem um sistema de 1 a 4 dígitos, como por exemplo: 1= diretores e gerentes; 12= gestores administrativos e comerciais; 122= diretores de vendas, comercialização e desenvolvimento; 1222= diretor de publicidade e relações públicas. Assim, está-se diante de um sistema de codificação hierarquizado que leva em conta, simultaneamente, o nível de qualificação e o setor de atividade.

Apenas o primeiro dígito foi considerado neste tratamento estatístico, que inclui 11 modalidades diferentes e abrange todos os níveis de qualificação, tais como, diretores e gerentes, técnicos de nível médio, trabalhadores qualificados, ocupações elementares, etc.

Com 21,5% da população ativa, a categoria *trabalhadores em serviços, comércios e mercados* é a mais numerosa, o que confirma a importância do setor terciário na RM do Rio (Fig. 32). Com 15,4%, vêm em seguida as *ocupações elementares*, aquelas cujo nível de qualificação não requer maior especialização, como o trabalho doméstico, de limpeza, ou mesmo a jardinagem e a coleta de lixo. Em terceiro lugar vêm os *profissionais das ciências e intelectuais,* que ocupam 13,8% dos trabalhadores, o que revela o papel de destaque tradicionalmente ocupado pela educação, informação e comunicação.

Cada área de ponderação da amostra do Censo Demográfico pode ser caracterizada pela distribuição, em percentagens, dessas 11 categorias da população com 10 anos e mais, que possuem um emprego. Uma vez submetida à classificação ascendente hierárquica, a tabela formada por todas as áreas de ponderação é sintetizada em cinco classes e cada uma delas exprime uma determinada combinação das categorias iniciais. Essas combinações podem ser interpretadas como níveis de qualificação: baixo, baixo com atividades agrícolas, médio, alto e muito alto. A organização espacial revelada pelo mapa se apresenta muito estruturada, com agrupamentos que se distribuem na RM de forma bastante homogênea.

*Os níveis baixos de qualificação*

A classe número 1 se caracteriza pela maior importância da população trabalhadora nas categorias menos qualificadas (07, 08 e 09). Ela representa 42,6% dos que possuem emprego na RM do Rio e se localiza, principalmente, nos municípios da periferia metropolitana e na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Esta classe também está presente em muitas favelas, como a do Alemão, Maré, Manguinhos, Mangueira e Rocinha. Trata-se, portanto, da população trabalhadora que reside nas áreas mais pobres da RM.

A classe número 2 é a menos numerosa de toda a classificação, pois abrange apenas 4,1% dos trabalhadores. Apresenta um perfil parecido com o da classe 1, mostrando, porém, uma diferença que é a forte presença de trabalhadores do setor agrícola. O espaço ocupado por esta classe é, de fato, localizado fora da zona urbana, concentrando-se, principalmente, no leste e oeste da RM. Assim, enquanto a classe 1 reúne trabalhadores urbanos, a 2 inclui sobretudo trabalhadores rurais, que juntas formam um anel de mão de obra pouco qualificada, contendo quase a metade dos trabalhadores da região metropolitana (46,7%).

*Os níveis médios de qualificação*

O nível de qualificação médio é o que define a classe 3, por duas razões: a primeira, pelo seu perfil médio, que não difere muito do perfil da RM como um todo; a segunda, pelas poucas categorias que nela se destacam, que são a dos *técnicos de nível médio*, dos *trabalhadores de apoio administrativo e* dos *militares, policiais e bombeiros* (03, 04 e 10). A maior parte dos bairros da Zona Norte, bem como a Ilha do Governador, no município do Rio, fazem parte desta categoria. Além dessas áreas, incluem-se também nesta classe a metade ocidental de São Gonçalo, o sul de Nova Iguaçu e de Duque de Caxias.

*Os níveis altos de qualificação*

Nas classes 4 e 5 o nível de qualificação aumenta, uma vez que elas são caracterizadas pela importância de *diretores e gerentes*, *profissionais das ciências e intelectuais* e *técnicos e profissionais de nível médio* (01, 02, 03). Em termos de número de trabalhadores, elas apresentam mais ou menos o mesmo peso (9,9% e 8,9%). O que as diferencia é o grau de qualificação, mais alto na classe 5 do que na 4, e a maior centralidade da localização da classe 5.

Assim, a classe 5 mostra níveis de qualificação muito altos na maior parte da Barra da Tijuca e da Zona Sul do Rio. A essas áreas se acrescentam o triângulo formado pela Praça da Bandeira, Maracanã e Tijuca; o Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, e, em Niterói, os bairros de Boa Viagem a Icaraí.

Já a classe 4 apresenta um padrão mais disperso, uma vez que ela é encontrada em bairros localizados em diferentes partes da cidade do Rio, como o Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Pechincha, São Conrado, Catete, Glória, Vila Isabel e Andaraí. Além disso, ela inclui bairros como o Méier e Vila da Penha, que se situam junto a áreas com predomínio da classe 3. Em Niterói, ao contrário do Rio, ela apresenta uma forte concentração, ao caracterizar a maior parte do município.

Do conjunto de mapas deste Atlas, o do nível de qualificação dos trabalhadores é um dos que se mostram mais bem estruturados, com delimitações bem definidas, o que permite detectar o grau de segregação socioespacial existente na RM do Rio de Janeiro.

Por fim, cabe observar que os dois primeiros mapas deste capítulo lembram o dos níveis de renda e dos níveis de formação educacional. Estas diferentes características da população do Rio interferem uma nas outras, resultando nestas configurações espaciais tão demarcadas. Políticas públicas que promovessem melhores oportunidades de emprego, aumentariam, sem dúvida, a qualidade de vida dos habitantes da RM. Assim, torna-se necessário qualificar a mão de obra para que ela possa ter acesso a empregos mais valorizados e se beneficiar da mobilidade social.

## *7.3 O trabalho informal*

O trabalho informal, assim como o trabalho infantil, são duas questões relacionadas com o descumprimento das leis em vigor no país e, portanto, passíveis de dissimulação. No que diz respeito ao setor informal, é provável que as declarações feitas pelas pessoas entrevistadas por ocasião do Censo sejam bastante próximas da realidade, uma vez que grande parte delas é vítima de seus patrões, que se recusam a assinar suas carteiras de trabalho.

Quanto ao trabalho infantil, a sua ocultação é provavelmente muito comum, já que os pais são, muitas vezes, cúmplices de tais práticas, na medida em

que estas permitem às famílias melhorar os seus rendimentos, em geral, muito ruins. Em qualquer situação, estes dados devem ser analisados com muito cuidado e somente os padrões mais visíveis e repetitivos nos mapas devem ser destacados e não as características mais locais, que podem ser resultantes de informações incorretas.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um documento obrigatório, cuja finalidade é registrar e comprovar a atividade de uma pessoa ao longo de sua vida profissional. Assim, a CTPS garante aos trabalhadores uma série de direitos (data de pagamento de salários, horas extras trabalhadas, férias remuneradas, etc.) e lhes dá acesso a diversos serviços públicos nas áreas de saúde e seguro-desemprego.

Se a CTPS garante direitos, ela também impõe deveres, tanto ao trabalhador, quanto ao empregador, incluindo o pagamento das contribuições previdenciárias, que vão compor o orçamento da Seguridade Social. Com efeito, o artigo 29 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) exige que os empregadores assinem a CTPS no prazo de 48 horas após a contratação de um trabalhador em um emprego. Os trabalhadores cujos empregadores não querem assinar suas CTPS têm direito de recurso perante a Delegacia Regional do Trabalho.

Apesar destes antigos dispositivos para proteger os trabalhadores, a atividade *informal*, aqui definida como o trabalho sem a carteira assinada pelo empregador, permanece endêmica no Brasil, abrangendo 30,8% dos trabalhadores, de acordo com o Censo de 2010. Nas regiões Nordeste e Norte, esta proporção atinge 46,6% e 45,8%, respectivamente. Essas proporções caem muito nas regiões Sudeste (24,3%) e Sul (22,7%), onde, apesar disso, há ainda quase um quarto dos trabalhadores sem carteira assinada.

As áreas metropolitanas apresentam, geralmente, melhor situação do que os estados a que pertencem, mesmo naqueles que exibem os piores indicadores sociais. Este é o caso do Maranhão que possui 58,6% de trabalhadores informais, enquanto a RM de São Luís registra apenas 36,3%.

Apesar das diferenças menores nos percentuais, situação semelhante acontece no Rio de Janeiro, com 25,1% de trabalhadores informais no estado e 23,7% na sua RM (Tab. 7.1). Tal percentual de trabalho informal situa a RM do Rio em 17º lugar entre as regiões metropolitanas de capitais brasileiras, ao apresentar 885 mil trabalhadores sem carteira assinada, num contexto em que 2.850 mil desfrutam desse direito. Ao se comparar com os 19,6% de trabalho informal registrado em Belo Horizonte e 20,5% em São Paulo, a RM do Rio tem ainda muito o que melhorar.

Em termos de importância relativa, o trabalho informal atinge porcentagens muito altas, acima de 38%, em áreas rurais de Paracambi, Japeri, Guapirimim, Itaboraí e Maricá, o que parece estar de acordo com a percepção geral de que os trabalhadores rurais se beneficiam menos das leis trabalhistas do que os empregados das cidades (Fig. 33). É verdade que, neste caso, os efetivos envolvidos são menores, uma vez que as áreas afetadas são menos densas, em termos demográficos.

Ao contrário, na parte mais urbanizada do município do Rio, da Zona Sul à Zona Norte, os percentuais de trabalho informal são menores, situando-se frequentemente abaixo de 22%. Este é também o caso de Niterói, mas de maneira mais localizada, uma vez que diz respeito, sobretudo, à área central da cidade.

Entre a parte mais urbanizada da cidade do Rio e a sua periferia rural, uma vasta área, que inclui o oeste da capital, o leste de Niterói, São Gonçalo e as áreas mais urbanizadas da Baixada Fluminense, apresenta altas porcentagens de trabalho informal. Em Nova Iguaçu e Belford Roxo, por exemplo, a proporção de trabalhadores sem carteira assinada é de quase 30%, o que representa uma força de trabalho de 112 mil ativos. Em Duque de Caxias e São João de Meriti a situação é um pouco menos grave, mas tais municípios apresentam um quarto de seus trabalhadores no setor informal, num total de 106 mil pessoas.

Em relação ao trabalho informal, observa-se também a oposição leste-oeste, no município do Rio de Janeiro, ao passo que a oposição sul-norte parece menos acentuada do que em relação a outros aspectos já analisados. Embora o município apresente melhores resultados (20,7%) do que a sua RM (23,7%), esse percentual encobre números significativos, uma vez que o Rio abriga, sozinho, 424 mil trabalhadores informais, quase a metade do existente na RM.

## *7.4 O trabalho infantil*

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, em 2001, indica que o número de crianças de 5 a 17 anos que declara estar *ocupado* no sentido de *ganhar dinheiro trabalhando* atingiu 5,4 milhões, num universo de 43 milhões de pessoas nessa faixa etária, o que corresponde a 12,6%.

Já os resultados do Censo de 2010, para a faixa etária de 10 a 15 anos, se mostram mais reduzidos e dão um número muito diferente: somente 824 mil pessoas, ou seja, 4% deste grupo etário. O número de crianças de 7 a 10 anos foi desconsiderado por ser muito baixo em comparação com os de 10 a 15 anos. Pode-se levantar duas hipóteses para explicar tais reduções. Em primeiro lugar, é provável que, pelo menos em parte, isto seja o resultado de uma política do governo federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem o propósito de eliminar todas as formas desse tipo de trabalho, até 2020. Em segundo lugar, é provável que essa diminuição se deva, também, à ocultação dessas práticas por parte dos pais, o que revelaria assim uma certa fragilidade de tais informações.

Ao se considerar apenas os dados do Censo de 2010, o Estado do Rio de Janeiro é o mais bem colocado no Brasil, com 2,2% das crianças de 10 a 15 anos trabalhando, o que representa quase a metade da média nacional. A RM do Rio situa-se, ainda, em melhor situação, com apenas 2%, apesar de o trabalho infantil estar presente em todo o espaço metropolitano (Fig. 34).

No município do Rio ele representa apenas 1,8% do total, mas em alguns bairros este problema é mais acentuado do que em outros, já que os núme-

**Tabela 7.1**
Trabalho informal e trabalho infantil na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Municípios | Carteira de trabalho não assinada | % carteira de trabalho não assinada | 10-15 anos de idade e trabalha | 10-15 anos de idade e trabalha por 1000 |
|---|---|---|---|---|
| Belford Roxo | 42 214 | 29,20 | 1 207 | 21,961 |
| Duque de Caxias | 69 630 | 26,00 | 2 115 | 21,821 |
| Guapimirim | 6 881 | 43,38 | 151 | 25,939 |
| Itaboraí | 21 716 | 31,83 | 678 | 28,168 |
| Itaguaí | 8 951 | 27,90 | 394 | 31,772 |
| Japeri | 8 870 | 35,07 | 206 | 17,611 |
| Magé | 20 978 | 34,22 | 582 | 22,078 |
| Maricá | 13 336 | 37,73 | 240 | 19,634 |
| Mesquita | 13 930 | 28,05 | 271 | 14,902 |
| Nilópolis | 11 335 | 24,49 | 335 | 21,925 |
| Niterói | 33 184 | 21,93 | 741 | 19,456 |
| Nova Iguaçu | 69 295 | 29,68 | 2 133 | 23,500 |
| Paracambi | 4 950 | 36,93 | 53 | 11,342 |
| Queimados | 11 395 | 28,21 | 255 | 15,533 |
| Rio de Janeiro | 423 888 | 20,68 | 9 800 | 17,491 |
| São Gonçalo | 77 802 | 23,37 | 1 999 | 20,316 |
| São João de Meriti | 36 560 | 25,04 | 1 138 | 23,131 |
| Seropédica | 7 927 | 35,47 | 183 | 20,605 |
| Tanguá | 2 926 | 31,69 | 128 | 38,167 |
| Região Metropolitana | 885 769 | 23,65 | 22 609 | 19,700 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

ros variam de 75 a 200 crianças, o que pode estar associado à presença de favelas. Assim, o mapa do trabalho infantil revela que ele é quase inexistente em Copacabana e Ipanema, bairros que têm poucas favelas, com exceção de Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Na Baixada Fluminense, pode-se observar efetivos e taxas mais elevadas em Nova Iguaçu (2,4%), Belford Roxo (2,2%), São João de Meriti (2,3%) e Duque de Caxias (2,2%). Nas áreas rurais, os números são relativamente baixos, mas a proporção é frequentemente mais elevada.

Capítulo 8

# As religiões

Este capítulo pode ser visto como uma atualização da parte relativa à Região Metropolitana do Rio de Janeiro contida no livro *Religião e sociedade em capitais brasileiras*[1], publicado em 2006. Embora este trabalho tenha analisado o fenômeno religioso em 19 capitais, baseado no Censo Demográfico de 2000 do IBGE, vai-se agora estudar apenas a RM do Rio, a partir dos dados mais recentes disponíveis, os do Censo de 2010.

Convém lembrar que, durante o período 1980-2010, o Brasil passou por profundas transformações e a filiação religiosa não foi uma exceção a essa tendência. Assim, enquanto a população do país aumentou, nesses 30 anos, em mais de 70 milhões de habitantes, *o maior país católico do mundo* viu, nesse mesmo período, o número de fiéis da Igreja Católica perder importância relativa, ao passar de 89% da população para apenas 65% (Tab. 8.1). Ao mesmo tempo, as igrejas pentecostais ganharam, pelo menos, 10 pontos percentuais, ao passarem de 3,2% para 13,3%, enquanto o grupo dos *sem religião* teve a sua proporção multiplicada por 5 (1,6% a 8%).

Essas grandes transformações verificadas no país e no estado do Rio de Janeiro serão examinadas neste capítulo apenas no âmbito da região metropolitana desse estado. Assim, cada um dos principais grupos religiosos serão objeto de uma análise específica e, ao final, um mapa de síntese apresentará a distribuição das confissões religiosas mais importantes na RM do Rio.

**Tabela 8.1**
Evolução relativa dos principais grupos religiosos no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e na sua Região Metropolitana

| Anos | População | Católicos % | Evangélicos de missão % | Evangélicos pentecostais % | Evangélicos não determinados % | Outros % | Sem religião % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasil | | | | | | | |
| 1980 | 119 009 778 | 89,0 | 3,4 | 3,2 | x | 2,8 | 1,6 |
| 1991 | 146 815 795 | 83,3 | 3,0 | 5,6 | 0,4 | 3,0 | 4,7 |
| 2000 | 169 872 856 | 73,6 | 4,1 | 10,4 | 0,3 | 4,3 | 7,4 |
| 2010 | 190 755 799 | 65,0 | 4,0 | 13,3 | 4,8 | 4,8 | 8,0 |
| Estado RJ | | | | | | | |
| 1980 | 11 063 693 | 80,6 | 4,9 | 3,3 | x | 6,3 | 4,9 |
| 1991 | 12 807 194 | 67,3 | 4,6 | 7,5 | 0,6 | 6,4 | 13,7 |
| 2000 | 14 392 106 | 56,2 | 7,2 | 13,4 | x | 7,4 | 15,8 |
| 2010 | 15 989 929 | 46,3 | 5,6 | 15,8 | 8,0 | 8,8 | 15,6 |
| RM Rio | | | | | | | |
| 1980 | 8 758 436 | 79,8 | 4,8 | 3,2 | x | 7,0 | 5,2 |
| 1991 | 9 796 649 | 65,4 | 4,3 | 7,8 | 0,6 | 7,0 | 14,9 |
| 2000 | 10 869 255 | 54,7 | 6,7 | 13,9 | x | 8,0 | 16,7 |
| 2010 | 11 835 708 | 45,2 | 4,8 | 15,7 | 8,1 | 9,8 | 16,5 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

## *8.1 Os católicos*

Apesar de se tratar, basicamente, de fiéis pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana, também estão incluídos neste grupo os membros da Igreja Católica Apostólica Brasileira e da Igreja Católica Ortodoxa, que são, no entanto, uma minoria em relação aos primeiros. De 1980 a 2010, enquanto a população da RM do Rio aumentava em mais de 3 milhões de pessoas, o número de católicos registrou uma perda de 1,6 milhão de fiéis (Tab. 8.2).

**Tabela 8.2**
Evolução do número de católicos e seus percentuais nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Municípios | Católicos 1980 | % Católicos 1980 | Católicos 1991 | % Católicos 1991 | Católicos 2000 | % Católicos 2000 | Católicos 2010 | % Católicos 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Belford Roxo | x | x | x | x | 167 994 | 38,7 | 154 091 | 32,8 |
| Duque de Caxias | 458 927 | 79,7 | 412 634 | 61,8 | 358 970 | 46,3 | 304 076 | 35,6 |
| Guapimirim | x | x | x | x | 17 724 | 46,7 | 18 469 | 35,9 |
| Itaboraí | 78 947 | 68,9 | 92 042 | 56,6 | 82 420 | 44,0 | 73 346 | 33,6 |
| Itaguaí | 64 782 | 71,9 | 62 408 | 55,2 | 35 971 | 43,9 | 35 975 | 33,0 |
| Japeri | x | x | x | x | 30 827 | 37,0 | 25 868 | 27,1 |
| Magé | 124 895 | 75,0 | 113 811 | 59,4 | 102 166 | 49,6 | 90 598 | 39,9 |
| Maricá | 27 835 | 85,3 | 31 854 | 68,4 | 42 664 | 55,6 | 60 645 | 47,6 |
| Mesquita | x | x | x | x | x | x | 58 281 | 34,6 |
| Nilópolis | 119 706 | 79,0 | 105 845 | 67,0 | 79 027 | 51,4 | 61 943 | 39,3 |
| Niterói | 317 641 | 80,0 | 304 073 | 69,7 | 285 948 | 62,2 | 261 688 | 53,7 |
| Nova Iguaçu | 838 992 | 76,6 | 724 492 | 55,8 | 402 930 | 43,8 | 266 708 | 33,5 |
| Paracambi | 24 464 | 80,7 | 21 570 | 59,2 | 17 583 | 43,4 | 16 023 | 34,0 |
| Queimados | x | x | x | x | 46 879 | 38,4 | 36 840 | 26,7 |
| Rio de Janeiro | 4 141 059 | 81,3 | 3 827 464 | 69,8 | 3 581 248 | 61,1 | 3 260 686 | 51,6 |
| São Gonçalo | 483 175 | 78,5 | 454 612 | 58,3 | 446 018 | 50,1 | 422 806 | 42,3 |
| São João de Meriti | 312 871 | 78,4 | 261 006 | 61,3 | 208 498 | 46,4 | 169 479 | 36,9 |
| Seropédica | x | x | x | x | 26 155 | 40,1 | 21 615 | 27,6 |
| Tanguá | x | x | x | x | 10 331 | 39,6 | 9 482 | 30,9 |
| Região Metropolitana | 6 993 294 | 79,8 | 6 411 812 | 65,4 | 5 943 353 | 54,7 | 5 348 619 | 45,2 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.
x = município inexistente no ano do Censo

A diminuição que vem se dando desde 1980 é sistemática, pois nesse ano 79,8% da população da RM declarava-se católica e, em 2010, somente 45,2% dos seus habitantes afirmavam pertencer a esta confissão religiosa. Comparando-se com a situação do Brasil, percebe-se que a redução do número de católicos no estado do Rio e na sua RM começou mais cedo, já nos anos 1970, e se deu de forma mais acentuada.

Em 2010, apesar de os católicos continuarem a ser o maior grupo religioso, na RM do Rio eles não são mais a maioria. Somente nos municípios da capital (51,6%) e de Niterói (53,7%) eles representam um pouco mais de 50% da população. O mapa dos católicos mostra que, mesmo no município do Rio, eles não predominam nos bairros da porção noroeste, da Vila Militar a Santa Cruz (Fig. 35). De fato, à medida que se caminha em direção a oeste, percebe-se a diminuição percentual dos católicos que podem chegar a apenas 40% da população.

Ao contrário, é na orla oceânica da cidade que o catolicismo resiste mais a esse processo de mudança religiosa, o que se nota no Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca, São Conrado, Leblon e Ipanema. Nessa área, os católicos representam, geralmente, de 60% a 70% da população. De maneira menos concentrada, situam-se neste mesmo patamar o Centro e bairros da Zona Norte, como a Tijuca. O percentual de católicos diminui, mas ainda continua majoritário, com proporções que vão de 55% a 60%, numa extensa área, que abrange um grande número de bairros, de Copacabana até Jardim América, no limite norte do município.

No entanto, em áreas com grande número de favelas da metade-norte do município do Rio, a proporção de católicos raramente é superior a 40%, a exemplo do Complexo do Alemão (42,3%) e Jacarezinho (42,2%). Já em favelas da Zona Sul, como a Rocinha, existe uma porcentagem mais elevada de fiéis, que representam 60,5% da população.

São, porém, os municípios da periferia metropolitana, de Itaguaí a Tanguá, que apresentam as menores proporções de católicos. Se Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias têm valores entre 35% e 40%, Belford Roxo registra apenas 32,8% desse grupo religioso, ou seja, menos de um terço de sua população.

Assim, apesar de a redução do número de fiéis da Igreja Católica ocorrer em toda a RM, é nos bairros mais abastados do Rio, da Barra da Tijuca à Zona Sul, com as melhores condições de moradia, os mais elevados níveis de renda e de educação, que a população tem se mostrado menos propensa a mudar de religião, mantendo-se fiel à sua antiga tradição católica. Este mesmo padrão pode ser observado também em Niterói, de Boa Viagem a Icaraí.

## *8.2 Os evangélicos de missão*

Este grupo religioso representa o protestantismo tradicional, que se estabeleceu no Brasil vindo da Europa ou dos Estados Unidos, e são constituídos por luteranos, presbiterianos, metodistas, batistas, congregacionistas, adventistas, anglicanos, menonitas e outros. Sua importância no país nunca chegou a 5% da população e no estado do Rio de Janeiro eles se mostram um pouco mais expressivos: 7,2% em 2000 e 5,6% em 2010. Esta mesma tendência é observada na sua RM, onde os números são ainda um pouco menores: 6,7% em 2000 e 4,8% em 2010. Durante o período 1980-2010, acompanhando o crescimento da população na RM, o número dos evangélicos de missão também aumentou em cerca de 154 mil fiéis, passando de 416 mil para 570 mil.

Dentre as igrejas dos evangélicos de missão, a mais importante delas é a Igreja Batista que conta, na RM do Rio, com cerca de 380 mil adeptos, o que corresponde a dois terços desse grupo religioso (Tab. 8.3). Os metodistas vêm em segundo lugar, com apenas 11,8%, seguidos pelos presbiterianos (7,8%) e pelos adventistas (7,4%).

Os batistas podem ser encontrados, ainda que em pequeno número, na maioria dos bairros do norte e oeste do município do Rio, a exemplo de Coelho Neto (7,3%) e Senador Vasconcelos (8,3%), mas estão praticamente ausentes na Barra da Tijuca e na Zona Sul (Fig. 36). É na periferia metropolitana, no entanto, que estão localizados os seus principais redutos, sobretudo, em Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e São Gonçalo, ou seja, em áreas da cidade onde a presença de católicos é mais reduzida.

**Tabela 8.3**
Distribuição dos Evangélicos de Missão por igrejas
Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Igrejas | População | % População |
|---|---|---|
| Igreja Evangélica Luterana | 11 506 | 2,0 |
| Igreja Evangélica Presbiteriana | 44 399 | 7,8 |
| Igreja Evangélica Metodista | 67 415 | 11,8 |
| Igreja Evangélica Batista | 379 485 | 66,6 |
| Igreja Evangélica Congregacional | 24 742 | 4,3 |
| Igreja Evangélica Adventista | 42 138 | 7,4 |
| Outras | 422 | 0,1 |
| Total | 570 107 | 100 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

## *8.3 Os evangélicos pentecostais*

O crescimento do pentecostalismo é, sem dúvida, um dos fatores mais importantes nas transformações religiosas que vêm se dando no país, nos últimos 30 anos, ao lado da redução dos percentuais de católicos. No período de 1980 a 2000, o número de evangélicos pentecostais dobrou, a cada Censo, mas este crescimento espetacular parece ter arrefecido entre 2000 e 2010. Apesar disso, não se deve concluir, apressadamente, que o aumento de 7,8 milhões de fiéis, nesse período, possa expressar uma perda de dinamismo do pentecostalismo.

Se as igrejas pentecostais mais importantes cresceram num ritmo menor, no último período intercensitário, o mesmo não se pode dizer da categoria *evangélicos não determinados*, que apresentou expressivo aumento no país, ao passar de 581 mil adeptos, em 2000, para 9 milhões, em 2010. No estado do Rio de Janeiro, bem como na sua RM, eles ocupam um lugar ainda mais importante, 8% da população, em comparação com 4,8% para o Brasil como um todo.

A imprecisão da categoria *evangélicos não determinados* dificulta, em certa medida, a análise do real crescimento do pentecostalismo, sem deixar de revelar, no entanto, as evidências do seu avanço na RM do Rio. Assim, em 10 anos, os pentecostais, pertencentes às igrejas conhecidas, ganharam 1,9 pontos percentuais, passando de 13,9%, em 2000, para 15,7%, em 2010, o que representou um acréscimo de 340 mil fiéis, uma vez que contavam, em 2000, com 1.515 milhão de adeptos e, em 2010, com 1.854 milhão.

Além dos principais grupos pentecostais, há um grande número de pequenas igrejas, reunidas no Censo na categoria *outras*, que em 2010 chegava a representar 23,2% do total de evangélicos na RM do Rio (Tab. 8.4). Com tal grau de fragmentação, a análise do fenômeno pentecostal não deve ser reduzida às igrejas mais conhecidas, porém, para efeito deste trabalho, vai-se limitar às duas mais importantes quanto ao número de fiéis.

A Assembleia de Deus, com um milhão de fiéis na RM do Rio, é a maior das igrejas pentecostais, ao congregar 55,6% deste grupo religioso. No município da capital, vivem 430 mil adeptos, que representam 42% de fiéis da Assembleia. O mapa com a sua distribuição revela que eles estão pouco presentes na Barra da Tijuca e na Zona Sul, mas se mostram numerosos na parte norte do município (Fig. 37). Tornam-se mais expressivos, no entanto, na Zona Oeste, em Campo Grande e, sobretudo, em Santa Cruz, onde representam, com frequência, mais de 10% da população. O mesmo padrão se repete em Niterói, onde se encontram apenas 20 mil seguidores, enquanto em São Gonçalo os adeptos da Assembleia crescem em importância, chegando a 80 mil.

**Tabela 8.4**
Distribuição dos Evangélicos Pentecostais por igreja
Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Igrejas | População | % População |
|---|---|---|
| Assembleia de Deus | 1 029 849 | 55,6 |
| Universal do Reino de Deus | 212 885 | 11,5 |
| Nova Vida | 60 059 | 3,2 |
| Evangelho Quadrangular | 27 995 | 1,5 |
| Deus é Amor | 26 460 | 1,4 |
| Maranata | 25 607 | 1,4 |
| Congregação Cristã do Brasil | 20 088 | 1,1 |
| Comunidade Evangélica | 21 708 | 1,2 |
| Outras | 429 236 | 23,2 |
| Total | 1 853 887 | 100 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na verdade, é na periferia metropolitana que a Assembleia de Deus está mais presente: 113 mil fiéis em Duque de Caxias, 102 mil em Nova Iguaçu, 57 mil em Belford Roxo e 49 mil em Magé, com proporções no total da população em torno de 15%, podendo atingir de 18% a 19% nos municípios mais distantes, como Seropédica, Japeri e Magé.

Se, por um lado, a Assembleia está bem enraizada na periferia metropolitana, por outro, ela é pouco expressiva nas favelas do Rio, que parecem ser as áreas de maior atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Com 11,5% dos pentecostais da RM, a IURD é a segunda igreja quanto ao número de adeptos, situando-se, no entanto, bem abaixo da Assembleia. Apesar dos seus reduzidos percentuais, encontra-se espalhada por toda a cidade, onde representa, em geral, de 1% a 3% da população total. O mapa com a sua distribuição mostra que seus principais redutos são as favelas, não só da Zona Norte, como o Complexo do Alemão, Maré, Manguinhos e Jacarezinho, mas também da Zona Sul, como a Rocinha (Fig. 38).

As demais igrejas pentecostais representam, ao todo, menos de 10% da população, o que revela que a RM do Rio não é a sua área de atuação preferencial.

## *8.4 As outras religiões*

A participação de outras religiões na população da RM do Rio aumentou entre 1980 e 2010, ao passar de 7,0% para 9,8%. Considerando o crescimento populacional nesse período, os 2,8 pontos percentuais representam um ganho de 543 mil adeptos. Este grupo reúne religiões muito diferentes entre si em termos de crenças, uma vez que ele engloba espíritas, religiões afro-brasileiras, judaísmo, islamismo, religiões orientais, etc. (Tab. 8.5).

Dentre os 9,8% que as *outras religiões* representam, destaca-se o espiritismo, que é praticado por 4,47% da população da RM do Rio, ou seja, por 530 mil pessoas.

**Tabela 8.5**
Distribuição dos fiéis do grupo outras religiões
Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Religião | População | % População |
|---|---|---|
| Espírita | 529 468 | 4,47 |
| Umbanda e Candomblé | 128 345 | 1,08 |
| Testemunhas de Jeová | 87 342 | 0,74 |
| Budismo | 24 013 | 0,20 |
| Judaísmo | 23 268 | 0,20 |
| Novas religiões orientais | 21 746 | 0,18 |
| Espiritualista | 9 978 | 0,08 |
| Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias | 6 051 | 0,05 |
| Outras religiosidades | 1 703 | 0,01 |
| Hinduísmo | 926 | 0,01 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Quase todos os espíritas brasileiros (99,9%) são adeptos das doutrinas elaboradas pelo francês Allan Kardec na década de 1850. De origem europeia, esta filosofia espiritualista é então difundida na América Latina.

No Brasil, o espiritismo é um fenômeno essencialmente urbano, mas, apesar disso, não se encontra em todas as grandes cidades do país com a mesma intensidade. Assim, são as metrópoles das regiões Sul e Sudeste as que mais se destacam, com Florianópolis em primeiro lugar, a Baixada Santista em segundo e a do Rio de Janeiro em terceiro (Tab. 8.6).

Na região metropolitana, os espíritas estão localizados principalmente no município do Rio e, com menor expressão, no de Niterói (Fig. 39). Eles são encontrados sobretudo nos bairros do Maracanã, Tijuca, Grajaú e Méier, além de Pechincha e Freguesia de Jacarepaguá, onde representam, geralmente, entre 11% e 15% da população total. Na orla litorânea, da Barra da Tijuca até a Glória, a sua importância se situa entre 7% e 12%, com exceção de Ipanema e Leblon, onde os percentuais são mais baixos, em torno de 5%. Os espíritas estão presentes também na Vila da Penha (10,5%), bem como na Ilha do Governador, a exemplo do Jardim Guanabara (8,7%). Observa-se, no entanto, que a presença dos espíritas é muito reduzida nas favelas da cidade.

## *8.5 Pessoas sem religião*

De acordo com o Censo, o número de pessoas *sem religião* resulta da soma de três subcategorias: ateu (615 mil), agnóstico (124 mil) e *sem religião* (14,6 milhões). A disparidade entre o último número em relação aos dois primeiros significa que se declarar *sem religião* no país não é, necessariamente, uma afirmação de crença. Isto permite interpretar o fenômeno do aumento dos *sem religião* mais como resultado de uma espécie de desfiliação religiosa, do que como fruto de uma contestação às religiões, antigas ou novas.

**Tabela 8.6**
Distribuição de espíritas em áreas metropolitanas com mais de 1 milhão de pessoas e pelo menos 1% de seguidores

| Regiões Metropolitanas | Total | Espíritas | % Espíritas |
|---|---|---|---|
| Florianópolis | 1 012 233 | 49 447 | 4,9 |
| Baixada Santista | 1 664 136 | 77 566 | 4,7 |
| Rio de Janeiro | 11 835 708 | 529 469 | 4,5 |
| Porto Alegre | 3 958 985 | 169 704 | 4,3 |
| São Paulo | 19 683 975 | 756 819 | 3,8 |
| Goiânia | 2 173 141 | 73 153 | 3,4 |
| Recife | 3 690 547 | 101 946 | 2,8 |
| Salvador | 3 573 973 | 97 943 | 2,7 |
| Belo Horizonte | 5 414 701 | 142 986 | 2,6 |
| Campinas | 2 797 137 | 73 205 | 2,6 |
| Curitiba | 3 174 201 | 60 180 | 1,9 |
| Natal | 1 351 004 | 20 393 | 1,5 |
| Grande Vitória | 1 687 704 | 24 014 | 1,4 |
| Belém | 2 101 883 | 25 851 | 1,2 |
| João Pessoa | 1 198 576 | 14 515 | 1,2 |
| Maceió | 1 156 364 | 13 804 | 1,2 |
| Fortaleza | 3 615 767 | 36 202 | 1,0 |
| Brasil | 190 755 799 | 3 848 876 | 2,0 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na RM do Rio, a participação dos *sem religião* na população total aumentou de maneira constante entre 1980 e 2000: 5,2% em 1980, 14,9% em 1991 e 16,7% em 2000. Em 2010, esse grupo apresenta uma ligeira diminuição de seus percentuais (16,5%), apesar de ter registrado, em termos absolutos, um acréscimo de 130 mil pessoas, entre 2000 e 2010, em função do crescimento demográfico que se deu nesse período.

O mapa das pessoas *sem religião* se assemelha, em certa medida, ao dos fiéis da Assembleia de Deus, uma vez que esses grupos estão presentes no norte e oeste do município do Rio e nos espaços periféricos, sobretudo na Baixada Fluminense e em São Gonçalo (Fig. 40). Assim, em muitos bairros de Nova Iguaçu ou Belford Roxo, cerca de um quarto da população declara não ter religião, enquanto que em Japeri essa proporção atinge 30%. As favelas da Zona Norte também se destacam pela presença significativa dos *sem religião*. Mas esse fenômeno é encontrado também na Zona Sul do Rio, em bairros com predomínio do catolicismo, como Gávea, Humaitá, Botafogo, Laranjeiras e Santa Teresa, onde chegam a representar de 16% a 19% da sua população.

O fato de as pessoas *sem religião* e os fiéis das igrejas pentecostais se encontrarem nas mesmas áreas da região metropolitana parece não se dar por acaso. A oferta espiritual proposta pelos pentecostais às pessoas que se afastaram das igrejas tradicionais tem, nesse ambiente, um eco favorável, sobretudo, entre aqueles que estão em busca de novas referências espirituais. Assim, pertencer a um grupo pentecostal permite às pessoas sem religião construir novos laços sociais, o que é, provavelmente, um dos fatores do sucesso crescente do pentecostalismo nas periferias urbanas.

## *8.6 Síntese religiosa*

Para se chegar a uma síntese da geografia da religião na RM do Rio, foi realizada uma classificação ascendente hierárquica com as porcentagens dos principais grupos confessionais (católicos, evangélicos de missão, evangélicos pentecostais, outros evangélicos, espíritas, outras religiões e os *sem religião*) na população total de cada área de ponderação da amostra. Esta classificação levou à identificação de cinco classes, caracterizadas em função da importância das diferentes religiões que as compõem (Fig. 41).

A classe 1 é a mais importante em termos demográficos, ao englobar 29,5% da população da RM. Caracteriza-se por apresentar proporções bem acima da média de católicos e espíritas e, de maneira menos significativa, da categoria outras religiões. As pessoas *sem religião* e todas as modalidades de evangélicos se situaram bem abaixo da média da RM. Esta classe caracteriza, de maneira muito clara, os bairros mais abastados da orla litorânea, da Barra da Tijuca à Glória, incluindo, ainda, a Lagoa, Laranjeiras e Cosme Velho. A estes se acrescentam a Praça da Bandeira, Maracanã, Tijuca, Grajaú, Méier, Pechincha e Freguesia de Jacarepaguá. Do outro lado da baía, bairros de Niterói, como Boa Viagem, Ingá e Icaraí também se incluem nesta classe com predomínio de católicos e espíritas.

A classe 2 caracteriza-se também pela importância do catolicismo e do espiritismo, uma vez que ela apresenta os mesmos tipos de desvios da classe 1, em relação à média da RM, ainda que de maneira menos pronunciada. Diz respeito a 11,9% da população da RM e ocupa uma vasta área que vai do Centro da cidade ao limite norte do município do Rio, bem como o Recreio dos Bandeirantes, a grande Jacarepaguá e alguns bairros da Ilha do Governador. Incluem-se nesta classe, ainda, a maior parte de Niterói, o oeste de São Gonçalo e uma faixa litorânea de Maricá.

Caracterizada pela maior presença dos evangélicos de missão, pentecostais e *sem religião*, a classe 3 é a que ocupa a maior área da RM, uma vez que se estende de Itaguaí a Tanguá, além de incluir a Zona Oeste do Rio. Esta combinação de evangélicos com *sem religião,* que caracteriza quase toda a periferia e diz respeito a 23,1% da população da RM, parece identificar os espaços de desfiliação-refiliação religiosa.

A classe 5, também marcada pela importância dos evangélicos, mas sem a presença dos *sem religião*, mostra desvios menos acentuados, o que a torna a mais próxima do perfil médio da RM. Reunindo 23% da população da região metropolitana, assim como a classe 3, caracteriza alguns bairros da Zona Norte do Rio, como Vigário Geral, Anchieta e Realengo, além de Campo Grande e Guaratiba, na Zona Oeste. Está presente também em muitas favelas, como nos Complexos da Maré e do Alemão, na Zona Norte, mas não nas

favelas da Zona Sul. A classe 5 caracteriza, também, boa parte de Niterói, São Gonçalo e Maricá.

Já a classe 4, que diz respeito a 12,5% da população da RM, é essencialmente caracterizada pelos grupos *outros evangélicos* e *outras religiões*. Abrange, sobretudo, o leste de São Gonçalo, parte de Nilópolis e de São João de Meriti, além de alguns bairros do Rio, como Bangu e Gericinó.

Pode-se concluir que existe na RM do Rio um nítido contraste sul-norte, com base na oposição católicos / pentecostais (classes 1 e 3). Entre esses dois extremos, três classes ocupam posições intermediárias: a classe 2, que apresenta o predomínio de católicos e as classes 4 e 5, que são definidas pela maior presença de evangélicos.

## Nota

1. Cesar R. Jacob, Dora R. Hees, Philippe Waniez e Violette Brustlein. *Religião e sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006. 250 p.

Capítulo 9

# Os estados de saúde

Os dados censitários não permitem o estudo da saúde da população brasileira, mas o último Censo incluiu uma pergunta relativa à mortalidade, o que possibilita uma reflexão sobre as diferenças sociais e geográficas que envolvem essa questão. Apesar deste avanço, um estudo específico da saúde só pode ser realizado utilizando-se outras fontes de informações, tais como o banco de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), realizado pelo seu Departamento de Informática, o DATASUS.

A produção de dados pelo DATASUS visa a uma avaliação da situação sanitária no país e dos resultados das políticas de melhoria da saúde pública. O levantamento do estado da saúde da população começou com o registro sistemático de dados de mortalidade. Em seguida, a produção de dados de morbidade acompanhou os esforços para controlar doenças infecciosas. A partir daí, a busca de fatores determinantes da situação da saúde exigiu do SUS a consideração de outras dimensões da saúde pública, tais como abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e as características socioeconômicas da população.

Qualquer que seja a qualidade da fonte, os dados disponíveis sobre a saúde pública são difíceis de se lidar com vistas a uma pesquisa intraurbana. Apesar de se dispor de muitos dados sobre a saúde no âmbito dos municípios, o leque de possibilidades se reduz consideravelmente quando se tenta estudar esse tema num nível mais detalhado do que o municipal. Este capítulo se diferencia dos outros, então, pelas suas fontes e pelo tipo de dado analisado.

## *9.1 As taxas de mortalidade*

Uma forma de se avaliar a saúde de uma população é estudar a sua mortalidade. Pode parecer paradoxal estudar a saúde, interessando-se sobre as causas de morte da população, mas a produção de estatísticas sobre este tema é uma prática antiga em muitos países e a literatura a esse respeito é abundante.

### *As taxas brutas de mortalidade*

O indicador de mortalidade mais comum é a taxa bruta de mortalidade, que consiste na relação entre o número de mortes em um ano e a população média desse mesmo ano, em determinada área. Esta definição que parece simples, torna-se complicada quando se quer calcular esta taxa. Em primeiro lugar, o denominador da taxa, a população média do ano, coloca um problema porque em países onde não há um registro completo e sistemático da população residente, a única população conhecida é aquela da data de referência do Censo. Os demógrafos realizam estimativas populacionais, com base em hipóteses que buscam se aproximar da realidade dos fatos, mas os resultados são hipotéticos. Assim, é necessário considerar, muitas vezes, o número de habitantes fornecido pelo recenseamento como o único possível de ser utilizado.

Uma outra dificuldade reside nas estatísticas de óbitos. Em países onde o Registro Civil funciona corretamente, estes dados são bastante confiáveis. Em contrapartida, quando ele é deficiente, em todo ou em parte do território, o número de mortes comunicado pelos serviços oficiais pode ser questionável e o cálculo da taxa incerto. Além disso, deve-se questionar sobre o ano de referência do número de mortes que foram comunicadas: trata-se de mortes registradas durante o ano, mas que podem ter ocorrido durante o ano anterior. Ou será que esse número realmente se refere à morte no ano e, neste caso, o registro é realmente exaustivo para o conjunto do território em questão?

Há no Brasil um Registro Civil que produz, a cada ano, estatísticas de nascimentos, casamentos, divórcios e mortes. Os dados são publicados na internet pelo IBGE. O nível geográfico mais detalhado é o do município, que se mostra, então, inadequado para se estudar este fenômeno no âmbito intraurbano. No Censo de 2010, o IBGE incluiu uma pergunta sobre mortes para obter o padrão de mortalidade, por idade e sexo da população do país: *De agosto de 2009 a julho de 2010, faleceu alguma pessoa que morava com você(s)?* Este item vem proporcionar uma segunda fonte de informações sobre mortes, com estatísticas que podem ser calculadas num nível abaixo do municipal, o das áreas de ponderação da amostra.

Em 2010, a RM do Rio acusou, de acordo com o Registro Civil, 94.941 mortes, apresentando uma taxa bruta de mortalidade de 8,02 óbitos por mil habitantes, tendo como referência a população do Censo de 2010. Por sua vez, o Censo revelou que houve 76.156 mortes no período de agosto de 2009 a julho de 2010, o que significa uma taxa bruta de 6,43 por mil. Então, o Censo registrou menos 18.785 mortes do que o Registro Civil. Esta diferença pode ser explicada de várias maneiras. Por exemplo, as mortes das pessoas que viviam sozinhas não puderam ser registradas pelos pesquisadores do IBGE. Além disso, a emigração da RM do Rio de famílias que tiveram alguma morte, no ano anterior ao Censo, não é também contabilizada. Essas razões não são, no entanto, suficientes para justificar uma diferença tão grande entre essas duas fontes. Assim, pode-se concluir que a taxa bruta de mortalidade na RM seja de 6,5 a 8 por mil.

As taxas brutas de mortalidade, calculadas a partir das áreas de ponderação da amostra do Censo, variam de 0,6 a 18 por mil na RM do Rio (Fig. 42). Na Zona Sul, Copacabana se destaca por taxas relativamente altas, em torno de 10 por mil, ao contrário de bairros próximos, como a Barra da Tijuca ou Laranjeiras, cuja mortalidade é inferior à média da RM (6,5 por mil). Além de Copacabana, outros bairros da cidade são caracterizados por elevada mortalidade, como Rio Comprido, Maracanã, Tijuca, Grajaú, Méier, Piedade, Oswaldo Cruz e Penha, na Zona Norte do município.

Em contrapartida, as favelas desta área da cidade apresentam taxas próximas da média: Jacarezinho (5,3 por mil) e os complexos do Alemão e da Maré (6 a 7 por mil). Já no trecho de Realengo a Bangu, a mortalidade é sempre superior a 9 por mil, podendo chegar mesmo a 12 por mil. Por fim, no oeste do município, de Campo Grande a Santa Cruz, as taxas se alternam, entre mais de 10 e menos de 5 por mil.

Mais uma vez Niterói se mostra semelhante à Zona Sul da capital, com taxas frequentemente próximas às de Copacabana. Nos municípios mais urbanizados da Baixada Fluminense a mortalidade é quase sempre superior à média da RM, sendo que Nilópolis se mostra em melhor situação do que Duque de Caxias. Na periferia mais distante observam-se várias situações, como baixas taxas de mortalidade em Japeri e altas em Itaboraí e Maricá.

De modo geral, observa-se na RM do Rio que as altas taxas de mortalidade ocorrem, com frequência, em áreas caracterizadas por uma população mais velha. No entanto, o fato de alguns bairros apresentarem uma população mais jovem não significa que as suas taxas de mortalidade sejam baixas. Assim, é necessário avaliar melhor a influência da idade no cálculo da mortalidade.

*As taxas comparativas de mortalidade*

As taxas de mortalidade brutas assim são chamadas porque elas não levam em conta nenhum fator específico de risco de morte. Estas taxas brutas são significativas somente quando as populações forem comparáveis a este risco. Sabe-se que a estrutura etária dos habitantes da RM do Rio não é idêntica, variando, por exemplo, entre os moradores da Zona Sul e os da Baixada Fluminense, sendo a população da Zona Sul, em geral, mais velha do que a da Baixada. Considerando, em princípio, que o risco de morte é maior entre as pessoas mais velhas do que entre as mais jovens, as diferenças de mortalidade medidas pelas taxas brutas poderiam refletir apenas diferenças na estrutura etária. Para anular este efeito nos níveis de mortalidade, é preferível utilizar as taxas comparativas de mortalidade, em vez de taxas brutas.

O cálculo destas taxas é também chamado de *padronização das taxas de mortalidade por idade*. Isto requer a escolha de uma população de referência, cuja distribuição por idade é conhecida. Existem dois métodos de padronização: a direta e a indireta. Levando-se em conta os dados disponíveis, escolheu-se a padronização direta que permite calcular a taxa que se esperaria encontrar nas populações estudadas, se todas tivessem a mesma composição etária. Para tal, lança-se mão da estrutura de uma população considerada padronizada, no caso a população da RM do Rio, estratificada por idade, à qual se aplicam taxas específicas dos estratos etários correspondentes na população estudada, de cada área de ponderação da amostra. Assim, obtém-se um número de casos esperados em cada estrato se as populações tivessem a mesma composição. A taxa padronizada é obtida dividindo-se o total de casos esperados pela população de referência.

Quando a diferença entre a taxa bruta e a comparativa é positiva, isto significa que a taxa bruta superestima a mortalidade, não levando em conta a estrutura etária. Neste caso, é necessário melhorar o cálculo da taxa de mortalidade. Em contrapartida, uma diferença negativa reflete um quadro de precariedade das condições de vida da população. O mapa dessas diferenças é particularmente eloquente, ao mostrar a Barra da Tijuca, a Zona Sul e a Zona Norte do município do Rio, bem como a maior parte de Niterói, numa situação muito melhor do que se via no mapa das taxas brutas (Fig. 43). Em outros lugares, as taxas brutas subdimensionam a mortalidade, como na Zona Oeste da cidade e em quase toda a periferia metropolitana.

A partir das correções feitas pelo cálculo das taxas comparativas de mortalidade, o novo mapa mostra uma configuração bem diferente daquele das taxas brutas (Fig. 44). Assim, do Leblon à Gloria, da Praça da Bandeira ao Grajaú, no Méier e seu entorno, as taxas se tornaram as mais baixas da RM, com exceção do Leme e Rio Comprido. A mortalidade nesses bairros de rendas altas e médias parece ser compatível com os níveis de vida já observados nessas áreas.

Em contrapartida, as favelas da Mangueira, Alemão e Maré passaram a apresentar uma situação mais desfavorável. Já diversos bairros da parte norte e oeste da cidade permaneceram praticamente inalterados, em contraste com municípios da periferia metropolitana que, com a mudança do cálculo, viram suas taxas de mortalidade se elevarem, particularmente, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias.

## *9.2 As internações*

Se as taxas de mortalidade mostram uma clara diferenciação do risco de morte em função do lugar de residência na RM é, sem dúvida, porque a população apresenta diferentes doenças, dependendo de onde ela mora, em Ipanema ou no Complexo da Maré, por exemplo. Para o conhecimento do estado de saúde das populações, de acordo com seus locais de residência, é necessário conhecer as patologias que afetam os seus habitantes.

*Os dados de saúde pouco adequados aos estudos urbanos*

Os dados divulgados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), ainda que numerosos, só possibilitam, na maior parte dos casos, uma análise dos problemas de saúde, como hospitalização ou morte, no plano municipal. Infelizmente, este nível não é apropriado a este estudo, que diz respeito apenas aos 19 municípios da RM, dos quais um deles, o Rio de Janeiro, é responsável por mais da metade da população.

No entanto, ao se olhar com mais atenção os arquivos do DATASUS, observa-se que alguns deles dão o Código de Endereçamento Postal (CEP) da residência dos pacientes. Este é o caso do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), que foi concebido para garantir o pagamento da hospitalização pelo SUS. Em 1986, esta medida foi ampliada para os hospitais filantrópicos; em 1987, para os hospitais universitários e de ensino; e em 1991, para os hospitais públicos (municipais, estaduais e federais).

No município do Rio de Janeiro, por exemplo, são registradas, a cada mês, cerca de 23 mil autorizações de hospitalização, ou seja, Autorização de Internação Hospitalar (AIH). O universo do sistema de coleta de dados é limitado às internações no âmbito do SUS, excluindo-se aquelas feitas através de seguros de saúde. Estima-se que o SIH/SUS reúna cerca de 60% a 70% das internações hospitalares. Esta é, portanto, uma importante fonte de informação, apesar de ter a desvantagem de não ser completa.

O SIH/SUS registra, para cada paciente internado, um conjunto de informações demográficas (sexo, idade), médicas (a principal causa de hospitalização codificada de acordo com a Classificação Internacional de Doenças), contábeis (elementos sobre os custos da hospitalização) e contextuais (local de internação e de residência).

*Geolocalização das hospitalizações*

Como um dos objetivos deste trabalho é a localização no nível intramunicipal de fatores demográficos e sociais, recorreu-se ao CEP da pessoa hospitalizada para localizá-la na RM do Rio. Este código é composto por 8 dígitos, sendo que os cinco primeiros definem a região, a sub-região, o setor, o subsetor e as divisões do subsetor; os três últimos formam um identificador de distribuição que, dependendo do detalhe da rede do correio são utilizados ou não (neste último caso, o valor é 0). Quando os últimos três dígitos são diferentes de 0, o que é o caso nas cidades, eles designam um logradouro, como uma rua, uma praça, etc.

Recorrendo-se a um serviço de geolocalização na internet, foi possível identificar o CEP para posicioná-lo no mapa, cujas coordenadas geográficas, enviadas por esse serviço, são expressas em latitudes e longitudes. Este procedimento foi realizado para os 32.295 CEPs diferentes contidos no SIH/SUS, de 2010, para os municípios da RM do Rio (Fig. 45). Pode-se, assim, localizar as 473.269 pessoas hospitalizadas em 2010 e que residiam, nesse ano, na RM do Rio. Foi possível também mostrar no mapa os CEPs com mais de 2.500 Autorizações de Internação Hospitalar (AIH).

Para cerca de 20 CEPs, foi possível afirmar que esses locais correspondem, quase sempre, a um estabelecimento de saúde, como hospitais, clínicas, etc. (Fig. 46). Com exceção dos casos em que há um número reduzido de CEPs, como ocorre nos municípios menos urbanizados, pode-se pensar que o elevado número de internações resulte de uma distorção nos dados, porque o CEP deve ser o do paciente e não o do hospital, de acordo com as regras de registro da AIH. Isto pode acontecer no caso de o CEP do paciente não ser conhecido, quando então é registrado o do hospital.

Os dados do SIH/SUS se mostram, portanto, frágeis. A aparente precisão da geolocalização não garante a veracidade das informações. Por outro lado, observa-se que, em média, há apenas uns 15 doentes por código postal, o que, após a sua distribuição por sexo, idade e enfermidade chega-se a efetivos baixos, pouco significativos do ponto de vista estatístico. Além disso, não se tem informações do Censo sobre os habitantes, por setor postal. No entanto, graças à geolocalização dos códigos postais, foi possível agregar as hospitalizações para o nível das áreas de ponderação da amostra do IBGE, o que permitiu, até certo ponto, consolidar os dados com números mais significativos.

## *9.3 A morbidade hospitalar*

Nos registros das AIH, encontra-se o principal diagnóstico que justifica a hospitalização, codificado em três dígitos. Este código é o da Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS). Com base nesta indicação, pode-se tentar avaliar as diferentes formas de morbidade, segundo 21 dos 22 capítulos da CID, pois o último não aparece nos arquivos.

Com quase 21% das AIH da RM do Rio, a principal causa de internação diz respeito ao Capítulo XV da CID, isto é, gravidez, parto e puerpério (Fig. 47). Em seguida vêm três capítulos, com efetivos, cada um deles, entre 10% e 11% das AIH: X (doenças do aparelho respiratório), V (transtornos mentais e comportamentais) e IX (doenças do aparelho circulatório). Entre 5% e 10% das AIH se sucedem os capítulos: XI (doenças do aparelho digestivo), I (algumas doenças infecciosas e parasitárias), II (neoplasias), XIX (lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas) e XIV (doenças do aparelho geniturinário). Estes nove capítulos reúnem 85,4% de todas as internações na RM do Rio em 2010, com uma variação de alguns pontos em torno deste valor, de acordo com os municípios.

Não se buscou nesta parte do trabalho relacionar os efetivos de cada causa de internação, em cada área de ponderação da amostra, com a população dessas mesmas unidades, em função da fragilidade dos dados, que torna a relação do número de casos com a população muito incerta, levando-se em conta as preocupações já manifestadas em relação ao local de residência dos pacientes. Além disso, mesmo no nível municipal, esta relação se mostra, por vezes, questionável, especialmente em municípios de baixa densidade populacional, tais como Japeri e Paracambi (Tab. 9.1).

Esta limitação não é, no entanto, uma razão suficiente para abandonar a utilização dos dados do SIH/SUS. Mas é preciso compatibilizar a sofisticação dos tratamentos estatísticos com a qualidade dos dados disponíveis. Portanto, limitou-se o mapeamento à representação do número de casos em cada área de ponderação da amostra, para cada capítulo da CID, associado à percentagem no conjunto dessas unidades do Censo. Nessa mesma linha, constam aqui somente os mapas que têm um componente geográfico consistente.

*Gravidez, parto e puerpério (Capítulo XV)*

A principal causa de internação diz respeito a gravidez e parto que chegou a quase 99 mil em 2010, representando 20,9% das AIH (Tab. 9.2). Mais da metade

**Tabela 9.1**
Taxas de internação dos habitantes dos municípios da RM do Rio de Janeiro, por causas de hospitalização, com mais de 5% de AIH

| Municípios | População 2010 | Total AIH | Total AIH / 1000 hab. | Cap. I / 1000 hab. | Cap. II / 1000 hab. | Cap. V / 1000 hab. | Cap. IX / 1000 hab. | Cap. X / 1000 hab. | Cap. XI / 1000 hab. | Cap. XIV / 1000 hab. | Cap. XV / 1000 hab. | Cap. XIX / 1000 hab. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Belford Roxo | 469 332 | 23 040 | 49,1 | 8,5 | 3,1 | 1,8 | 2,3 | 8,3 | 2,7 | 2,3 | 12,3 | 1,3 |
| Duque de Caxias | 855 048 | 27 808 | 32,5 | 2,4 | 1,8 | 1,8 | 2,6 | 3,0 | 2,5 | 1,8 | 10,2 | 2,1 |
| Guapimirim | 51 483 | 2 372 | 46,1 | 3,2 | 2,3 | 2,0 | 5,5 | 4,3 | 4,4 | 2,9 | 9,2 | 1,8 |
| Itaboraí | 218 008 | 12 290 | 56,4 | 5,5 | 2,0 | 5,6 | 7,4 | 10,1 | 3,7 | 2,1 | 9,9 | 2,7 |
| Itaguaí | 109 091 | 3 731 | 34,2 | 1,6 | 1,9 | 2,2 | 4,1 | 2,8 | 3,4 | 1,8 | 10,1 | 1,7 |
| Japeri | 95 492 | 6 337 | 66,4 | 4,8 | 2,6 | 4,8 | 10,3 | 13,3 | 4,7 | 4,2 | 15,7 | 1,3 |
| Magé | 227 322 | 10 619 | 46,7 | 3,9 | 2,1 | 4,5 | 5,0 | 6,2 | 2,5 | 2,4 | 11,0 | 0,7 |
| Maricá | 127 461 | 3 959 | 31,1 | 1,8 | 2,0 | 4,0 | 3,0 | 2,9 | 1,8 | 2,9 | 4,8 | 2,4 |
| Mesquita | 168 376 | 3 487 | 20,7 | 2,8 | 1,7 | 1,3 | 1,0 | 2,7 | 1,7 | 1,1 | 5,3 | 1,1 |
| Nilópolis | 157 425 | 4 474 | 28,4 | 2,4 | 3,2 | 2,2 | 5,1 | 2,9 | 2,4 | 1,8 | 4,0 | 1,3 |
| Niterói | 487 562 | 15 625 | 32,0 | 2,2 | 2,3 | 10,6 | 2,6 | 2,4 | 2,8 | 1,7 | 2,5 | 1,3 |
| Nova Iguaçu | 796 257 | 32 553 | 40,9 | 5,3 | 2,2 | 1,0 | 2,9 | 5,8 | 3,0 | 2,1 | 11,4 | 2,5 |
| Paracambi | 47 124 | 5 605 | 118,9 | 10,8 | 6,5 | 26,8 | 18,6 | 10,2 | 9,8 | 9,7 | 10,3 | 2,1 |
| Queimados | 137 962 | 9 154 | 66,4 | 11,2 | 3,1 | 2,1 | 3,3 | 14,5 | 4,6 | 3,4 | 17,5 | 1,5 |
| Rio de Janeiro | 6 320 446 | 218 280 | 34,5 | 1,7 | 2,7 | 4,3 | 3,2 | 2,3 | 3,0 | 1,9 | 7,6 | 2,3 |
| São Gonçalo | 999 728 | 71 559 | 71,6 | 5,6 | 4,6 | 8,0 | 12,7 | 12,4 | 4,8 | 3,0 | 8,4 | 1,8 |
| São João de Meriti | 458 673 | 17 802 | 38,8 | 4,3 | 2,5 | 1,8 | 3,5 | 5,8 | 2,5 | 1,8 | 8,1 | 1,5 |
| Seropédica | 78 186 | 2 570 | 32,9 | 1,3 | 1,5 | 1,9 | 5,0 | 4,9 | 3,2 | 2,1 | 9,1 | 0,7 |
| Tanguá | 30 732 | 2 004 | 65,2 | 7,7 | 1,9 | 26,6 | 3,1 | 4,2 | 5,4 | 2,7 | 6,2 | 2,3 |
| Total RM do Rio | 11 835 708 | 473 269 | 40,0 | 3,0 | 2,7 | 4,3 | 4,1 | 4,4 | 3,1 | 2,1 | 8,3 | 2,1 |

Fontes: IBGE, Censo Demográfico de 2010 e SIH / SUS, 2010.

delas (57,6%) se referem a *partos únicos espontâneos* (O80), que, apesar de resultarem em internações em uma maternidade, não podem ser consideradas doenças, no sentido próprio do termo. Os *partos únicos por cesariana* (O82) representam apenas 9,9% das AIH, o que não parece refletir bem a realidade dos nascimentos no Brasil. Sabe-se que o recurso às cesarianas é muito mais comum no país, o que pode ser confirmado pelo Sistema de Informação dos Nascidos Vivos (SINASC). Também é verdade que este tipo de parto é mais comum nas classes mais abastadas e em maternidades particulares, o que poderia explicar, talvez, a taxa relativamente baixa calculada com os dados do SIH/SUS. Nota-se que a terceira principal causa de hospitalização decorre de *aborto espontâneo* (O03), com 5,6% das AIH.

No Capítulo XV, há uma média de 8,3 internações por mil habitantes na RM, que se mostra mais elevada em municípios da periferia, como Belford Roxo (12,3) e Nova Iguaçu (11,4), enquanto no Rio de Janeiro (7,6) ela é mais baixa. A parte deste capítulo que trata da distribuição das AIH em cada município mostra uma superioridade de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Nova Iguaçu e Queimados (Tab. 9.1). Em todos esses casos, trata-se de municípios periféricos, onde predominam as camadas populares, com alta proporção de jovens na população. Estas estatísticas gerais são confirmadas no mapa sobre gravidez, parto e puerpério (Fig. 48).

Observa-se que o número e a porcentagem de AIH associadas com a maternidade são especialmente elevadas na parte norte do município do Rio, bem como na Baixada Fluminense. Já na Zona Sul, registram-se poucas ocorrências, com exceção da Gávea e Laranjeiras. Nas favelas da Rocinha, Jacarezinho e Maré, no entanto, os valores são muitas vezes elevados, mas o Complexo do Alemão contradiz essa observação. Em outras palavras, a uma grande proporção de mulheres jovens das camadas populares corresponde uma alta taxa de utilização de maternidades públicas, o que parece lógico.

### *Doenças do aparelho respiratório (Capítulo X)*

As doenças do aparelho respiratório mais comuns na RM do Rio são, em primeiro lugar, *pneumonia bacteriana não classificada em outra parte* (J15), que representa quase um terço (32,6%) das 51.501 internações (10,9% de todas as

**Tabela 9.2**
Perfis dos municípios da RM do Rio de Janeiro, por causas de hospitalização, com mais de 5% das AIH

| Municípios | Total AIH | Cap. I % | Cap. II % | Cap.V % | Cap. IX % | Cap. X % | Cap. XI % | Cap. XIV % | Cap. XV % | Cap. XIX % | % AIH >5% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Belford Roxo | 23 040 | 17,3 | 6,3 | 3,7 | 4,6 | 16,9 | 5,6 | 4,7 | 25,2 | 2,6 | 86,9 |
| Duque de Caxias | 27 808 | 7,3 | 5,5 | 5,6 | 8 | 9,1 | 7,7 | 5,4 | 31,5 | 6,5 | 86,6 |
| Guapimirim | 2 372 | 6,9 | 4,9 | 4,4 | 11,8 | 9,3 | 9,5 | 6,2 | 20,1 | 4,0 | 77,1 |
| Itaboraí | 12 290 | 9,8 | 3,6 | 9,9 | 13,2 | 18,0 | 6,6 | 3,7 | 17,5 | 4,8 | 87,0 |
| Itaguaí | 3 731 | 4,7 | 5,6 | 6,5 | 12,1 | 8,1 | 10,0 | 5,3 | 29,5 | 5,0 | 86,7 |
| Japeri | 6 337 | 7,3 | 3,9 | 7,3 | 15,6 | 20,0 | 7,1 | 6,4 | 23,7 | 2,0 | 93,2 |
| Magé | 10 619 | 8,4 | 4,5 | 9,7 | 10,6 | 13,4 | 5,3 | 5,1 | 23,6 | 1,4 | 82,0 |
| Maricá | 3 959 | 5,8 | 6,3 | 12,9 | 9,6 | 9,4 | 5,9 | 9,4 | 15,4 | 7,6 | 82,4 |
| Mesquita | 3 487 | 13,6 | 8,1 | 6,1 | 4,7 | 13,0 | 8,4 | 5,2 | 25,6 | 5,5 | 90,2 |
| Nilópolis | 4 474 | 8,5 | 11,3 | 7,9 | 18 | 10,0 | 8,6 | 6,3 | 14,1 | 4,7 | 89,4 |
| Niterói | 15 625 | 6,9 | 7,1 | 33,1 | 8,1 | 7,4 | 8,6 | 5,5 | 7,7 | 3,9 | 88,4 |
| Nova Iguaçu | 32 553 | 13,0 | 5,4 | 2,6 | 7,2 | 14,3 | 7,4 | 5,1 | 27,9 | 6,1 | 89,0 |
| Paracambi | 5 605 | 9,1 | 5,4 | 22,5 | 15,6 | 8,6 | 8,3 | 8,1 | 8,7 | 1,8 | 88,1 |
| Queimados | 9 154 | 16,8 | 4,7 | 3,2 | 4,9 | 21,8 | 6,9 | 5,1 | 26,3 | 2,3 | 92,0 |
| Rio de Janeiro | 218 280 | 4,9 | 7,9 | 12,3 | 9,2 | 6,7 | 8,6 | 5,4 | 22,1 | 6,7 | 83,8 |
| São Gonçalo | 71 559 | 7,9 | 6,5 | 11,2 | 17,8 | 17,3 | 6,7 | 4,2 | 11,7 | 2,6 | 85,9 |
| São João de Meriti | 17 802 | 11,0 | 6,5 | 4,6 | 8,9 | 14,9 | 6,5 | 4,6 | 20,8 | 3,8 | 81,6 |
| Seropédica | 2 570 | 4,0 | 4,5 | 5,6 | 15,3 | 14,8 | 9,7 | 6,3 | 27,8 | 2,0 | 90,0 |
| Tanguá | 2 004 | 11,9 | 2,8 | 40,8 | 4,7 | 6,4 | 8,2 | 4,2 | 9,5 | 3,5 | 92,1 |
| Total RM | 473 269 | 35 924 | 32 305 | 50 779 | 48 974 | 51 501 | 36 738 | 24 474 | 98 814 | 24 485 | |
| % RM | 100 | 7,6 | 6,8 | 10,7 | 10,3 | 10,9 | 7,8 | 5,2 | 20,9 | 5,2 | 85,4 |

**Fonte: SIH/SUS, 2010.**

AIH) deste capítulo da CID. Esta enfermidade é seguida por uma outra forma de pneumonia, *a pneumonia por microorganismo não especificada* (J18) superior a 20%, enquanto uma terceira forma, *pneumonia viral não classificada em outra parte* (J12), é responsável por 6,9%. No total, estes três tipos de pneumonias representam 60% de todas as doenças do aparelho respiratório. A isto se acrescenta a *asma* (J45), que ultrapassa os 11%, e as *outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas* (J44), com 5,2%.

Sabe-se que o risco de pneumonia é maior entre os jovens, idosos, fumantes, alcoólatras ou pessoas com doença pulmonar crônica, como a asma. Além das doenças infecciosas, a pneumonia pode ser causada por substâncias químicas que penetram nos pulmões e causam inflamação. Neste caso, é a qualidade do ar que está em questão.

A taxa média de internação na RM relativa ao Capítulo X foi de 4,4 por mil habitantes, mas ela é muito mais elevada em Beford Roxo (8,3) e em São Gonçalo (12,4), ao passo que no município do Rio (2,3) ela é a mais baixa de todas (Tab. 9.1). Deve-se destacar, ainda, a grande frequência das AIH para este tipo de doença em Itaboraí, Japeri, Paracambi e Queimados. O município do Rio apresenta números reduzidos de internações relativas às doenças respiratórias, enquanto a periferia metropolitana é gravemente atingida, sobretudo, em São João de Meriti, Queimados, Japeri e São Gonçalo (Fig. 49).

As doenças respiratórias estão, frequentemente, relacionadas com a poluição do ar, apesar de esta não ser a única causa dessas enfermidades. De acordo com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que monitora a qualidade do ar: *Há evidências de que o dióxido de enxofre agrava as doenças respiratórias pré-existentes e contribui para o seu aparecimento (...). A presença de oxidantes fotoquímicos na atmosfera tem sido associada à redução da capacidade pulmonar e ao agravamento das doenças respiratórias, como a asma*[1]. Entre as diversas fontes responsáveis pela degradação da qualidade do ar na RM, destacam-se os veículos que contribuem com 77% da emissão de poluentes.

*Transtornos mentais e comportamentais (Capítulo V)*

A terceira causa de hospitalização, os transtornos mentais e comportamentais, representa quase o mesmo número de AIH (10,7%) que o das doenças do aparelho respiratório (10,9%), com 50.779 e 51.501, respectivamente. Isto mostra a importância deste tipo de enfermidade na morbidade dos habitantes da RM. Entre as causas de hospitalização relacionadas à saúde mental, encontra-se, em primeiro lugar, a esquizofrenia (F20), que corresponde a cerca da metade das internações (49,7%). Seguem, bem abaixo, a psicose não orgânica não especificada (F29) com 14,4%; o retardo mental grave (F72) com 6,8%; os outros transtornos mentais devidos a lesão e disfunção cerebral e a doença física (F06) com 6%; e, por último, o transtorno afetivo bipolar (F31) com 5,6%.

A ocorrência das doenças mentais aparece ligada à localização dos hospitais psiquiátricos. No mapa, pode-se facilmente identificar, no município do Rio de Janeiro, no sentido oeste-leste, o Hospital Municipal Jurandyr Manfredini, em Jacarepaguá, o Centro Psiquiátrico Engenho de Dentro, o Centro Psiquiátrico Rio de Janeiro, na Saúde, e o Instituto Psiquiátrico Philippe Pinel, em Botafogo (Fig. 50). Em Niterói, encontram-se o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba e várias clínicas com serviços psiquiátricos, como a Clínica Nossa Senhora das Vitórias e a Policlínica Coelho. Mesmo em pequenos municípios, existem unidades de cuidados psiquiátricos, como o Instituto Doutor Manoel Eiras, em Paracambi. Nos casos citados acima, as AIH para doenças mentais são responsáveis por mais de 20% das internações na área de ponderação da amostra, onde está localizado o estabelecimento de saúde, e às vezes muito mais, como, por exemplo, 73% em Jacarepaguá.

Fora das unidades de atendimento, as internações parecem pouco numerosas, o que pode ser visto nos municípios da Baixada Fluminense que mostram números muito baixos. A questão que se coloca, então, é se os doentes mentais são na verdade pouco numerosos ou se eles são registrados nos estabelecimentos de saúde e não nos seus domicílios.

*Algumas doenças infecciosas e parasitárias (Capítulo I)*

O Capítulo I reúne 7,6% das internações na RM, situando-se em primeiro lugar as *infecções bacterianas de localização não especificada* (A49), com 17,3%, seguidas de *outras infecções bacterianas intestinais* (A04), com 11,1%. Outras cinco doenças correspondem de 5% a 10% das AIH: 9,9% para *diarreia e gastroenterite de presumível origem infecciosa* (A09); 9,4% para *outras septicemias* (A41); 8,3% para *estreptococos e estafilococos* como causa de doenças classificadas em outros capítulos (B95); 5,2% para dengue (A90) e 5,1% para a *tuberculose respiratória*, com *confirmação bacteriológica e histológica* (A15).

A taxa de utilização média é de 3 hospitalizações por 1.000 habitantes. O município do Rio de Janeiro se mostra pouco afetado por este tipo de doença, uma vez que a sua taxa de utilização é de apenas 1,7. Assim, para uma população que representa 53,5% da RM, o Rio registra 46,1% das AIH, das quais apenas 29,6% dizem respeito ao Capítulo I. Em contrapartida, muitos municípios da periferia mostram um forte desvio em relação à taxa média da RM, como Belford Roxo (8,5 por mil) e Nova Iguaçu (5,5 por mil). De fato, o mapa revela que as doenças infecciosas e parasitárias afetam particularmente a periferia metropolitana mais urbanizada, sobretudo os municípios localizados na Baixada Fluminense, onde essas doenças correspondem a mais de 15% das internações (Fig. 51).

Sabe-se que as doenças infecciosas e parasitárias são a segunda principal causa de morte no mundo. Elas atingem os países de forma desigual, de acordo com sua localização geográfica e seu nível de desenvolvimento. Muitos fatores contribuem para a propagação dessas doenças: a falta de higiene pessoal, a promiscuidade, a falta de esgoto e as águas paradas e, mais frequentemente, uma má qualidade do meio ambiente. Não é de se surpreender, portanto, que nestas circunstâncias os habitantes dos bairros mal servidos quanto ao saneamento e cujas casas são de má qualidade sejam particularmente suscetíveis a esse tipo de doença. O avanço da urbanização que não é acompanhado pela implantação de infraestrutura sanitária aumenta, consideravelmente, a vulnerabilidade da população. Apesar disso, chama a atenção o fato de as favelas do Rio de Janeiro não se destacarem no mapa deste tipo de doença.

*Neoplasias (Capítulo II)*

Os tumores, que representam 6,8% das internações na RM do Rio, podem ser, como se sabe, benignos, mais fáceis de serem curados, ou malignos, que requerem terapias complexas e caras. A CID discrimina 136 tipos de tumores (códigos C00 a D48), cujo número elevado se deve ao fato de eles poderem atingir todos os órgãos do corpo humano. O tumor mais comum na RM, classificado no grupo de tumores benignos (D25 a D36), é o leiomioma do útero (D25), que representa 12,5% das internações, percentual bastante alto, considerando-se que só afeta as mulheres (Tab. 9.3). Os outros tumores mais frequentes são malignos e atingem também apenas as mulheres: neoplasia maligna da mama (C50) com 11,7% e neoplasia maligna do colo do útero (C53) com 6,9%.

Tem-se, em média, 2,7 das AIH do capítulo II por 1.000 habitantes na RM, taxa que varia entre 1,5 em Seropédica e 6,5 em Paracambi. Para os municípios com mais de 400 mil habitantes a variação é de 1,8 em Duque de Caxias a 4,6 em São Gonçalo, enquanto no Rio o valor é o da média da RM. Isso não significa dizer que a proporção das internações do Capítulo II, no conjunto das AIH, também não varie significativamente (Fig. 52). No município do Rio as internações, quase sempre, estão acima da média (6,8%), enquanto na periferia metropolitana a situação se alterna: acima da média em São Gonçalo, Niterói e Nilópolis e abaixo em Nova Iguaçu e Belford Roxo.

*Para o conhecimento da saúde no meio urbano: interesse e limitação dos dados do SIH/SUS*

O estudo da morbidade hospitalar no nível intraurbano revela estruturas espaciais cuja configuração lembra algumas já descritas em capítulos anteriores. Em primeiro lugar, as estruturas demográficas subjacentes, tais como a idade, são naturalmente determinantes, sobretudo, a juventude da população. O mapa do capítulo XV, gravidez, parto e puerpério, mostra que são as

**Tabela 9.3**
Tumores mais frequentes entre os moradores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

| Tumores - Capítulo II da CID (2 % ou mais do total) | AIH Cap. II 2010 | AIH Cap. II % |
|---|---|---|
| D25 Leiomioma do útero | 4 052 | 12,5 |
| C50 Neoplasia maligna da mama | 3 777 | 11,7 |
| C53 Neoplasia maligna do colo do útero | 2 219 | 6,9 |
| C33 Neoplasia maligna da traquéia | 1 126 | 3,5 |
| C18 Neoplasia maligna do cólon | 1 086 | 3,4 |
| C54 Neoplasia maligna do corpo do útero | 1 086 | 3,4 |
| C61 Neoplasia maligna da próstata | 1 079 | 3,3 |
| C91 Leucemia linfóide | 918 | 2,8 |
| C43 Melanoma maligno da pele | 876 | 2,7 |
| C16 Neoplasia maligna do estômago | 769 | 2,4 |
| C20 Neoplasia maligna do reto | 758 | 2,3 |
| C67 Neoplasia maligna da bexiga | 657 | 2,0 |
| C44 Outras neoplasias malignas da pele | 653 | 2,0 |
| C56 Neoplasia maligna do ovário | 640 | 2,0 |

Fonte: SIH / SUS, 2010.

mulheres dos bairros com maior número de jovens, principalmente os da Zona Norte do Rio e da Baixada Fluminense, as que mais recorrem às maternidades do SUS .

As diferenças sociais aparecem, então, de muitas maneiras e sob diferentes ângulos, como, por exemplo, a maior utilização dos serviços do SUS pelos moradores das áreas menos favorecidas da RM. Assim, os baixos números de AIH que se verificam na abastada Zona Sul do Rio, região da cidade com população mais idosa e, portanto, mais propensa a ficar doente, são reveladores de que a medicina pública não é utilizada pela população com melhores níveis de renda, o que torna a saúde um fator de discriminação social na RM.

As diferenças sociais podem ser vistas, ainda, através de outros aspectos, como a incidência de patologias. Assim, os mapas do Capítulo X (Doenças do Aparelho Respiratório) e do Capítulo I (Doenças Infecciosas e Parasitárias) demonstram claramente a existência de um tropismo periférico, uma vez que tais doenças são causadas ou agravadas por condições climáticas e ambientais, incluindo-se inundações e deslizamentos de terra. Na verdade, toda a RM do Rio é afetada por esses fenômenos, mas os esgotos a céu aberto, a má drenagem das zonas pantanosas, a poluição do ar e as habitações precárias certamente contribuem para que os bairros pobres sejam mais afetados por estas doenças.

As observações deste capítulo precisariam ser aprofundadas através de uma abordagem epidemiológica para se avaliar melhor os fatores de risco. Com esse objetivo, seria necessário recorrer-se a taxas comparativas de utilização dos serviços do SUS, a fim de se neutralizar certos fatores, como idade, sexo, renda, etc. Infelizmente, os dados do SUS disponíveis parecem inadequados porque não cobrem toda a população da RM. Além disso, as inconsistências dos registros de localização dos pacientes limitam o âmbito da investigação.

## Nota

1. A esse respeito ver o Relatório Anual de 2009 do Instituto Estadual do Ambiente (INEA): http://www.inea.rj.gov.br

Capítulo 10

# A criminalidade

A segurança é uma das principais preocupações dos moradores do Rio de Janeiro e, de modo geral, das grandes cidades brasileiras, que a cada dia buscam novas formas de proteção, como seguranças particulares, ruas fechadas, multiplicação de condomínios, carros blindados ou com vidros escuros, etc.

## *10.1 Os registros de crimes e delitos*

A fonte oficial de informações sobre a criminalidade e a delinquência no estado do Rio de Janeiro é o Instituto de Segurança Pública (ISP), da Secretaria de Estado de Segurança[1]. O ISP produz estatísticas de criminalidade a partir dos registros de ocorrência (RO), lavrados nas delegacias de Polícia Civil do estado. As incidências criminais no estado estão agregadas em 39 títulos, que são apresentados da seguinte forma:

· Vítimas de Crimes Violentos: total de Homicídio Doloso, Lesão Corporal Seguida de Morte, Latrocínio (roubo seguido de morte), Tentativa de Homicídio, Lesão Corporal Dolosa e Estupro;

· Vítimas de Crimes de Trânsito: total de Homicídio Culposo de Trânsito e Lesão Corporal Culposa de Trânsito;

· Vítimas de Morte com Tipificação Provisória: total de Encontro de Cadáver e Encontro de Ossada;

· Registros de Crime Contra o Patrimônio: total de Roubo a Estabelecimento Comercial, Roubo a Residência, Roubo de Veículo, Roubo de Carga, Roubo a Transeunte, Roubo em Coletivo, Roubo a Banco, Roubo de Caixa Eletrônico, Roubo de Aparelho Celular, Roubo com Condução da Vítima para Saque em Instituição Financeira, Furto de Veículos, Extorsão Mediante Sequestro (Sequestro Clássico), Extorsão, Extorsão com Momentânea Privação da Liberdade (Sequestro Relâmpago) e Estelionato;

· Atividade Policial: total de Apreensão de Drogas, Armas Apreendidas, Prisões, Apreensão de Criança/Adolescente, Recuperação de Veículo e Cumprimento de Mandado de Prisão;

· Outros Registros: total de Ameaça (vítimas), Pessoas Desaparecidas, Resistência com Morte do Opositor - Auto de Resistência, Policiais Militares Mortos em Serviço e Policiais Civis Mortos em Serviço;

· Totais de Registros: total de Roubos, Furtos e Registros de Ocorrência.

Para a realização deste Atlas, teria sido interessante dispor de microdados, para cada crime ou delito, a fim de se poder localizar com precisão cada fato e realizar mapas para observar a sua distribuição na RM do Rio. Infelizmente, não foi possível ter acesso a essa fonte, em função da própria natureza desses dados. Assim, o nível de informação mais detalhado é o das Delegacias de Polícia, num total de 71 para toda a RM.

O ISP fornece um mapa destas Delegacias através do qual é possível estimar a população de cada uma delas, reunindo os setores censitários definidos pelo IBGE que pertencem às respectivas Delegacias, para calcular as taxas de cada um dos tipos de crimes. Deve-se observar, porém, que estas taxas de criminalidade nem sempre são indicadores representativos. Por exemplo, na 1ª DP (Praça Mauá), na 4ª (Praça da República), na 5ª (Mem de Sá) e na 76ª (Niterói), onde a população residente é relativamente pequena, as taxas se situam sempre entre as mais elevadas.

Isto se deve ao fato de se tratar das áreas centrais do Rio e de Niterói, muito movimentadas durante o dia, com um afluxo de pessoas considerável, o que explicaria o nível relativamente alto da criminalidade, apesar de poucos moradores residentes nesses locais. Neste capítulo, estas 4 delegacias serão chamadas, então, de *delegacias centrais*. Convém observar que nos cálculos e legendas dos mapas, a 1ª DP não é levada em conta, porque seus valores distorcem as distribuições estatísticas, mas aparecem, no entanto, nos mapas com seus efetivos e cores correspondentes às taxas mais elevadas.

A análise desses dados levanta algumas questões relacionadas à sua produção e ao seu tratamento. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que se trata de um dado de fontes policiais, baseados em reclamações ou em fatos observados. Em relação às queixas, a questão da exaustividade é colocada em dúvida, porque as vítimas nem sempre vão reclamar à polícia. Pode-se imaginar assim que certas categorias de crimes estejam subdimensionadas, como estupro ou roubo. Em segundo lugar, o recorte territorial por Delegacias de Polícia, geralmente extenso, não dá conta da diversidade de situações relativas às atividades criminosas. Assim, elas não dão, certamente, uma imagem completa e realista da criminalidade, mas oferecem, entretanto, a oportunidade para uma primeira abordagem à geografia da criminalidade na RM do Rio.

## *10.2 Os crimes contra o patrimônio*

Os crimes contra o patrimônio são os mais numerosos e representam mais do que o dobro do número registrado nas outras quatro categorias de ocor-

rências (Tab. 10.1). A taxa por 100 mil habitantes é um pouco maior no município do Rio (1.180) do que no conjunto de sua RM (1.073). Assim, para cada habitante, há em média uma chance em 100 de ter o seu patrimônio atacado durante um ano, o que se trata de uma probabilidade teórica na medida em que alguns poderão ser roubados várias vezes e outros não.

*O roubo a transeuntes*

Este tipo de roubo, que atinge as pessoas que se deslocam a pé pelas ruas, é um dos crimes que apresentam maior volume de ocorrência: 46.464 em 2012. As circunscrições das Delegacias de Polícia da RM do Rio não são afetadas, da mesma forma, por este tipo de roubo, como se pode ver naquelas localizadas no Centro da cidade, que acusam o maior número de registros (Fig. 53). Assim, o mapa com a distribuição de roubos a transeuntes revela um nítido contraste entre os bairros da Zona Sul do Rio, que apresentam valores relativamente reduzidos, inferiores a 500 por 100 mil, e os da Zona Norte, onde a importância deste tipo de roubo é muito maior, sempre acima de 600, chegando a atingir 1.178 em Madureira (29ª DP).

Naturalmente, esse fenômeno não se limita ao município do Rio, tendo sido registrada uma taxa de 1.217 em Duque de Caxias (59ª DP), na Baixada Fluminense. Da mesma forma, em São Gonçalo observaram-se 617 ocorrências em Neves (73ª DP) e 941 em Alcântara (74ª DP).

*O estelionato*

O estelionato consiste em *obter, para si ou para outro, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento*. Este tipo de crime situa-se em segundo lugar em relação àqueles cometidos contra a propriedade, com 27.660 casos. O estelionato está mais presente no município do Rio, na medida em que aí a taxa por 100 mil habitantes ultrapassa 300, enquanto no conjunto da RM é de pouco mais de 230.

Na verdade, a geografia do estelionato se mostra muito diferente daquela do roubo a transeunte, uma vez que ele está disseminado por todas as partes do município do Rio (Fig. 54). Uma característica importante que este mapa revela é a alta ocorrência desse tipo de crime em quase toda a Zona Sul e Barra da Tijuca, com números muito elevados: 658 por 100 mil em Botafogo (10ª DP), 853 em Copacabana (12ª DP), 611 em Ipanema (13ª DP), 827 no Leblon (14ª DP) e 755 na Barra (16ª DP). Se acrescentarmos a este grupo de bairros o Méier (23ª DP), com uma taxa de 620, e a Tijuca (19ª DP), com 529, podemos concluir com segurança que as diversas formas de crimes contra o patrimônio proliferam nas áreas com melhores níveis de condições de vida da capital.

Já a periferia metropolitana se mostra menos atingida pelos crimes de estelionato, com exceção dos centros dos municípios, como se pode ver na 59ª DP (Duque de Caxias) e 52ª DP (Nova Iguaçu), cujas taxas estão em torno de 500 por 100 mil.

*Os roubos e furtos de veículos*

A nomenclatura do ISP distingue o roubo do furto de veículos, classificando-os, no entanto, na mesma categoria de crimes contra o patrimônio. Entre o roubo e o furto, a diferença reside na gravidade dos fatos, já que o roubo envolve grave ameaça ou violência contra uma pessoa, o que não é o caso do furto. Assim, as penas sofridas pelos infratores não são as mesmas: de 4 a 10 anos para roubo e de 1 a 4 anos para furto. Juntas, essas duas categorias foram responsáveis por 33.500 casos na RM do Rio, em 2012, o que equivale a uma média de 283 por 100 mil, sendo que somente a capital foi responsável por 18.035 desses casos.

O mapa de roubos e furtos de veículos apresenta um padrão diferente dos de roubo a transeuntes e de estelionato, pois o Centro da cidade e os bairros da Zona Sul se mostram menos afetados por este problema (Fig. 55). A maioria dos roubos ocorreu em Vicente de Carvalho (27ª DP), que registrou 1.518 ocorrências em 2012, bem acima da média da RM. Outras delegacias da Zona Norte apresentam, também, efetivos elevados, mas em menor grau, desde o Méier até a Pavuna. A concentração nessa área da capital transborda em direção à Baixada Fluminense, como em Duque de Caxias (59ª DP) e em Nova Iguaçu (52ª DP).

## *10.3 Os crimes violentos*

Os crimes violentos vêm em segundo lugar nas estatísticas de criminalidade, muito abaixo daqueles cometidos contra o patrimônio, e não há diferenças significativas entre a sua ocorrência no município da capital (639 por 100 mil) e no restante da RM (652 por 100 mil). As lesões corporais dolosas representam 86% desta categoria, com 66.287 casos em 2012. Em número muito menor, mas bem mais grave do ponto de vista penal, os homicídios e tentativas de homicídios chegaram a 6.200 casos, cuja metade se refere a homicídios. Finalmente, há uma dúzia de estupros por dia, totalizando 4.491, sem contar os que não são objeto de notificação, o que provavelmente ocorre em grande número (Tab. 10.1).

*As lesões corporais dolosas*

No município do Rio, esses crimes ocorrem, sobretudo, nas áreas das *delegacias centrais*, às quais devem ser adicionadas a da Cidade Nova (6ª DP) e a de São Cristóvão (17ª DP), como pode ser visto no mapa sobre lesões corporais dolosas (Fig. 56). Além dessas, devem ser destacadas também as ocorrências registradas nas circunscrições de delegacias da Zona Oeste, como Taquara (32ª DP), Recreio dos Bandeirantes (42ª DP) e Guaratiba (43ª DP). Já na Zona Sul, área com as mais elevadas densidades populacionais da cidade, os crimes violentos ocorrem em menor escala, apesar de as taxas de Copacabana, Ipanema e Gávea se situarem acima da média da RM.

Às delegacias da capital, com maiores taxas de lesões corporais dolosas, devem ser acrescentadas as de alguns municípios da periferia metropolitana, como Duque de Caxias (59ª DP), Queimados (55ª DP), Nova Iguaçu (58ª DP) e São Gonçalo (74ª DP).

**Tabela 10.1**

Ocorrências criminais ou de delinquência em 2012 e taxas de criminalidade por 100 mil habitantes na RM do Rio e no município central

| Tipos de crimes | Região Metropolitana do Rio de Janeiro | | Município do Rio de Janeiro | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Ocorrências | Taxa p/100 mil habitantes | Ocorrências | Município do Rio de Janeiro % | Taxa/100 mil habitantes |
| **VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS** | **77 110** | **652** | **40 365** | **52,3** | **639** |
| Homicídio Doloso | 3 040 | 26 | 1 201 | 39,5 | 19 |
| Tentativa de Homicídio | 3 160 | 27 | 1 569 | 49,7 | 25 |
| Lesão Corporal Dolosa | 66 287 | 560 | 35 523 | 53,6 | 562 |
| Estupro | 4 491 | 38 | 2 004 | 44,6 | 32 |
| Outros | 132 | 1 | 68 | 51,5 | 1 |
| **VÍTIMAS DE CRIMES DE TRÂNSITO** | **37 528** | **317** | **23 302** | **62,1** | **369** |
| Homicídio Culposo | 1 350 | 11 | 691 | 51,2 | 11 |
| Lesão Corporal Culposa | 36 178 | 306 | 22 611 | 62,5 | 358 |
| **REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO** | **126 990** | **1073** | **74 557** | **58,7** | **1180** |
| Roubo a Estabelecimento Comercial | 4 326 | 37 | 2 335 | 54,0 | 37 |
| Roubo de Veículo | 21 006 | 177 | 10 899 | 51,9 | 172 |
| Roubo de Carga | 3 374 | 29 | 1 824 | 54,1 | 29 |
| Roubo a Transeunte | 46 464 | 393 | 26 185 | 56,4 | 414 |
| Roubo em Coletivo | 4 517 | 38 | 2 681 | 59,4 | 42 |
| Roubo de Aparelho Celular | 4 121 | 35 | 2 465 | 59,8 | 39 |
| Furto de Veículos | 12 496 | 106 | 7 136 | 57,1 | 113 |
| Extorsão | 1 517 | 13 | 944 | 62,2 | 15 |
| Estelionato | 27 660 | 234 | 19 090 | 69,0 | 302 |
| Outros | 1 509 | 13 | 998 | 66,1 | 16 |
| **PRODUÇÃO POLICIAL** | **60 580** | **512** | **33 230** | **54,9** | **526** |
| Apreensão de Drogas | 6 714 | 57 | 3 941 | 58,7 | 62 |
| Armas Apreendidas | 4 966 | 42 | 2 290 | 46,1 | 36 |
| Prisões | 17 542 | 148 | 9 242 | 52,7 | 146 |
| Apreensão de criança/adolescente (ECA) | 3 841 | 32 | 1 609 | 41,9 | 25 |
| Recuperação de veículo | 15 593 | 132 | 8 906 | 57,1 | 141 |
| Cumprimento de Mandado de Prisão | 11 924 | 101 | 7 242 | 60,7 | 115 |
| **OUTROS REGISTROS** | **65 688** | **555** | **34 569** | **52,6** | **547** |
| Ameaça (vítimas) | 60 581 | 512 | 31 794 | 52,5 | 503 |
| Pessoas Desaparecidas | 4 689 | 40 | 2 484 | 53,0 | 39 |
| Resistência com morte do opositor - Auto de Resistência | 402 | 3 | 282 | 70,1 | 4 |
| Outros | 16 | 0 | 9 | 56,3 | 0 |
| **POPULAÇÃO 2010** | **11 835 708** | | **6 320 446** | **53,4** | |

Fontes: IBGE, Censo Demográfico de 2010 e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

*Os homicídios e tentativas de homicídios*

A configuração geográfica dos homicídios e tentativas de homicídios mostra que esses tipos de crimes se dão tanto no município do Rio, quanto nos de sua periferia metropolitana (Fig. 57). Chamam a atenção no mapa, no entanto, as ocorrências observadas nas delegacias da parte central do Rio, bem como da Zona Norte, especialmente de Madureira à Pavuna. Em contrapartida, a Zona Sul é uma das partes da cidade que se mostra menos afetada pelos homicídios e tentativas de homicídios, com exceção das favelas do Vidigal e da Rocinha.

*As ameaças*

Segundo a nomenclatura do ISP, as ameaças, de qualquer tipo, são reunidas na categoria *outros registros*. É claro que essas ameaças não dizem respeito necessariamente a ameaças de morte, mas correspondem sempre a alguma forma, mais ou menos grave, de violência (Fig. 58). Na realidade, o mapa das ameaças revela uma certa semelhança com o das lesões corporais dolosas.

*Os estupros*

Os casos de estupro estão mais presentes nas áreas periféricas da RM, como pode ser visto pelas altas taxas em Nova Iguaçu (58ª DP), onde se registram 97 casos por 100 mil, e em Itaboraí (71ª DP), com 63 ocorrências por 100 mil (Fig. 59). No município do Rio, este tipo de crime ocorre, sobretudo, em Santa Cruz (36ª DP) e nas circunscrições das delegacias centrais. A Zona Sul da capital se mostra pouco afetada, bem como os bairros da Zona Norte, onde as taxas observadas se situam bem abaixo da média da RM.

Como se pode ver, os casos de estupro se mostram menos acentuados nas áreas mais urbanizadas da capital, enquanto a periferia metropolitana se constitui em espaço de violência mais intenso, com maior ocorrência desse tipo de crime. Pode-se pensar que, em áreas onde a precariedade social e econômica esteja mais presente, este tipo de crime seja mais recorrente, o que seria uma característica de situações de anomia numa sociedade.

## *10.4 Os crimes de trânsito*

Os números sobre este tipo de crime na RM dizem respeito às vítimas dos acidentes de trânsito, por lesões não intencionais, com mais de 36 mil registros, e por homicídios culposos, que totalizam 1.350 casos. Observa-se uma taxa mais elevada na capital (369 por 100 mil) do que no conjunto da RM (317 por 100 mil), o que provavelmente é resultante do maior volume de tráfego existente no Rio.

Nesse sentido, estes acidentes devem ser analisados em relação à densidade das redes rodoviárias. De fato, pode-se observar altas concentrações de acidentes de trânsito em delegacias situadas próximas às grandes vias de circulação, como a Avenida Brasil, Avenida Presidente Vargas, Ponte Rio-Niterói, Linha Vermelha, Linha Amarela, etc. Naturalmente, o intenso tráfego nestas grandes vias, que ligam os bairros ao Centro do Rio, provoca acidentes, como revelam os dados da Delegacia de Bonsucesso (21ª DP), com 1.313 vítimas e da Praça da República (4ª DP), com 651 ocorrências. Além disso, a alta velocidade de tráfego nas principais estradas aumenta o risco de acidentes, como pode ser visto em Campo Grande (5ª DP), com 2.252, circunscrição que detém o recorde desse tipo de ocorrência, provavelmente, devido ao grande número de casos na parte oeste da Avenida Brasil (Fig. 60).

As delegacias que não se encontram em áreas de influência de grandes eixos viários, ou seja, aquelas que trabalham principalmente em casos de acidentes de trânsito em áreas de circulação local, mostram um número muito menor de registros, como é o caso da Zona Sul do Rio.

## *10.5 A delinquência juvenil e o tráfico de drogas*

No conjunto de dados estatísticos divulgados pelo ISP, especialmente duas categorias têm chamado a atenção porque elas representam sérios problemas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro: a delinquência de crianças e adolescentes e o tráfico de drogas.

*As apreensões de crianças e adolescentes*

Um estudo publicado pelo ISP[2] afirma que as crianças e os adolescentes infratores são mais vítimas de crime (88,5%) do que criminosos eles próprios (11,5%). Na verdade, grande parte dessas crianças e jovens são pivetes, filhos de mendigos, moradores de rua ou pessoas marginalizadas. Como se trata de uma população sem domicílio fixo ou, pelo menos, vivendo em moradias temporárias, calcular os índices de criminalidade com a população residente não faz sentido. Por esta razão, o mapa sobre esta questão mostra apenas o número de crianças e adolescentes apreendidos em cada delegacia policial.

Assim, das 3.841 apreensões de crianças e adolescentes em conflito com a lei, 1.609 casos dizem respeito ao município do Rio, enquanto 2.232 se referem ao restante da RM. O mapa com a distribuição das apreensões, mostra que o maior número de casos ocorre em Niterói, São Gonçalo, Belford Roxo e Duque de Caxias (Fig. 61).

Já na capital, três concentrações podem ser observadas: a primeira se refere à circunscrição da 5ª DP (Mem de Sá), localizada no Centro do Rio; a segunda diz respeito a delegacias da Zona Norte, como a 22ª DP (Penha), a 38ª DP (Brás de Pina) e a 21ª DP (Bonsucesso), áreas onde se encontram grandes concentrações de favelas; e a terceira se localiza na orla litorânea da Zona Sul, abrangendo a 12ª DP (Copacabana), a 13ª DP (Ipanema) e a 14ª DP (Leblon), áreas mais turísticas da cidade.

*As apreensões de drogas*

As apreensões de drogas realizadas pela polícia dizem respeito a toda a RM do Rio, apesar de se darem em diferentes intensidades. A capital é responsável por 59% das 6.714 ocorrências registradas pelo ISP.

Assim, chama a atenção no mapa, a concentração de apreensões de drogas na parte leste do município do Rio: a presença de um grande número de favelas junto à Baía de Guanabara é um fator que facilita o tráfico, como pode

ser visto pelas apreensões que ocorreram numa extensa área que se estende das delegacias policiais de São Cristóvão (17ª DP) à Penha (22ª DP); no Centro, algumas áreas se destacam como locais de venda e consumo, como as áreas da 4ª DP (Praça da República), 5ª DP (Mem de Sá) e 6ª DP (Cidade Nova); por fim, a orla litorânea, de Botafogo ao Leblon, se destaca como uma área de consumo de drogas de clientes dos bairros mais abastados do Rio (Fig. 62).

## Notas

1. Informações sobre este órgão podem ser encontradas em http://www.isp.rj.gov.br/
2. Estudo disponível em: http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=234

Capítulo 11

# As eleições para presidente e governador de 2002 a 2010

Os resultados das eleições para presidente da República e governador do estado, em 2002, 2006 e 2010, foram objeto de uma série de mapas sobre o desempenho dos candidatos mais bem votados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A análise dos mapas de cada um desses candidatos levou à identificação de certas regularidades do comportamento dos eleitores em relação às principais correntes políticas existentes na RM, o que pôde ser traduzido num mapa de síntese realizado através de um sistema de classificação ascendente hierárquica, com base nos resultados dos 24 candidatos mais importantes, nessas eleições, para presidente e governador.

Uma vez que se pretende identificar as principais tendências políticas nessas eleições, os candidatos com baixas votações não foram incluídos nesta análise, o que encobre, em certa medida, a diversidade da expressão política. Além das votações obtidas por cada um desses candidatos, foram incluídos também neste sistema de classificação os resultados, para a RM, do referendo de 2005 sobre a proibição ou não da venda de armas no país. Este tratamento estatístico resultou em 6 classes de zonas eleitorais, três com perfil mais à esquerda, duas mais à direita e uma mais diversificada (Fig. 63).

## *11.1 A esquerda*

As três classes consideradas mais à esquerda (1, 2 e 3) são caracterizadas pelas boas votações dos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, na maioria dessas eleições. A exceção a esta tendência, nestas três classes, se verifica em relação a Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a presidente em 2002, cuja votação aparece, no primeiro turno, abaixo da média da RM (Fig. 64). Além de Lula, Benedita da Silva (PT), candidata ao cargo de governador do estado, também não obteve aí boas votações em 2002 (Fig. 65).

No perfil das classes de esquerda, três outros candidatos, no entanto, marcaram a sua presença em 2002 e 2006: Rosinha Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), disputando o cargo de governador em 2002; Anthony Garotinho, também do PSB, pleiteando a presidência em 2002; e Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), concorrendo ao posto de governador em 2006 (Figs. 66, 67 e 68).

Sabe-se que Rosinha, Garotinho e Crivella são políticos evangélicos e a sua presença nas classes de esquerda não significa, necessariamente, que eles sejam de esquerda, mas que alcançaram os seus melhores desempenhos em zonas eleitorais onde o PT vem obtendo, desde o segundo turno de 2002, excelentes votações para a presidência da República, como se pode ver nos mapas com os resultados de Lula e Dilma Rousseff (Figs. 69, 70, 71, 72 e 73).

Da mesma forma, Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), registra bons resultados nas eleições para governador do Estado em 2006 e 2010, nestas mesmas áreas da RM, em função do apoio de uma ampla coligação de partidos (Figs. 74, 75 e 76). Cabe observar, ainda, que a proibição à comercialização de armas de fogo, quer dizer, resposta *sim* no referendo de 2005, também caracteriza estas classes (Fig. 77).

As três classes de perfil mais à esquerda diferem entre si de acordo com a magnitude das diferenças em relação ao perfil eleitoral médio da RM do Rio. Assim, a classe 1 é a mais representativa das correntes consideradas de esquerda, com desvios positivos muito acentuados para os candidatos dessa tendência política. Ela está presente, principalmente, em São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

A classe 2 também mostra desvios positivos marcantes, especialmente, em relação a Sérgio Cabral e aos candidatos evangélicos, enquanto os do PT vão apresentar aí votações menos significativas. Abrange extensas áreas da periferia metropolitana, a leste (Tanguá, Itaboraí, Maricá e grande parte de São Gonçalo) e a oeste (Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados, Japeri e Nova Iguaçu).

A classe 3 apresenta um perfil à esquerda menos acentuado do que o das duas anteriores, mostrando-se assim mais próxima à média da RM. Ela está presente no oeste e norte do município do Rio, em Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, bem como no oeste de São Gonçalo e norte de Niterói.

Comparando-se este mapa com o da síntese religiosa, observa-se uma correspondência entre as classes com forte presença de evangélicos e estas três classes mais à esquerda (Figs. 41 e 63). Isto nos faria pensar numa certa ligação entre o voto e a filiação religiosa. No entanto, não se deve ir muito longe nesta direção, pois a característica comum dessas áreas eleitorais de esquerda encontra-se, principalmente, na pobreza de seus habitantes, o que pode ser visto pelos mapas dos níveis de rendimentos e dos beneficiários do programa Bolsa Família (Figs. 8 e 9). Condições econômicas precárias, declínio do catolicismo e votos à esquerda formam, então, uma síndrome no seio da qual as causas desse processo são difíceis de serem identificadas.

## *11.2 A direita*

As classes 5 e 6, que expressam uma orientação política mais à direita, baseiam-se, sobretudo, nas boas votações, acima da média da RM, dos candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas eleições pre-

sidenciais: José Serra, em 2002 e 2010, e Geraldo Alckmin, em 2006 (Fig. 63). O desempenho de Serra e Alckmin, nestas três eleições, pode ser observado com mais detalhe em seus mapas individuais, o que corrobora os padrões identificados no mapa de síntese eleitoral (Figs. 78, 79, 80, 81, 82 e 83).

Além dos postulantes do PSDB, deve-se ressaltar, ainda, a posição de destaque nessas duas classes dos candidatos a governador, Denise Frossard, do Partido Popular Socialista (PPS), em 2006, e Fernando Gabeira, do Partido Verde (PV), em 2010, ambos apoiados, nessas eleições, por eleitores de perfil mais conservador (Figs. 84, 85 e 86).

Observa-se, ainda, nas classes 5 e 6, uma certa presença, mesmo que reduzida, de Heloísa Helena, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2006, e Marina Silva, do PV, em 2010, duas ex-militantes do PT que se apresentavam como alternativa, tanto aos candidatos do seu ex-partido, quanto aos do PSDB, nessas duas eleições presidenciais (Figs. 87 e 88).

Finalmente, Benedita e Lula, candidatos a governador e a presidente em 2002, respectivamente, apresentam, de forma surpreendente, bons resultados nestas duas classes, o que poderia indicar uma expectativa favorável aos candidatos do PT, nessas eleições, por parte de eleitores com um perfil conservador desses bairros mais abastados da cidade (Figs. 63, 64 e 65).

Com efeito, a classe 6 é a que mostra tendência mais à direita, abrangendo a Barra da Tijuca e quase toda a Zona Sul do Rio, além de Icaraí, em Niterói. Trata-se, portanto, das áreas mais ricas dessas cidades, como mostram os mapas dos níveis de renda e de escolaridade (Figs. 8 e 29).

Já a classe 5 é caracterizada por um perfil semelhante ao da anterior, apresentando, porém, desvios mais reduzidos em relação à média da RM. No Rio, muitos bairros se incluem, de forma dispersa, nesta classe, como a Glória, o trecho entre a Praça da Bandeira e o Grajaú, o Méier e o seu entorno, além da maior parte da Ilha do Governador e de Niterói. Esta classe, que apresenta um perfil mais à direita, porém menos acentuado do que o da classe 6, caracteriza bairros de classe média do Rio e de Niterói.

Observa-se, ainda, que nas classes 5 e 6 o eleitorado se posicionou mais a favor da manutenção da venda de armas, no referendo de 2005, o que pode ser entendido como uma reação de medo dos mais ricos face a uma criminalidade crescente (Fig. 77).

## *11.3 Entre a esquerda e a direita, uma classe diversificada*

Para concluir, as 36 zonas eleitorais que compõem a classe 4 apresentam um perfil próximo ao da média da RM, com características atenuadas tanto em relação às classes de orientação mais à direita, quanto às de tendência mais à esquerda. Neste sentido, ela pode ser considerada uma classe diversificada no conjunto da RM.

Do ponto de vista geográfico, a classe 4 caracteriza zonas eleitorais intermediárias entre a classe 3 (esquerda atenuada) e a classe 5 (direita atenuada). Esta classe se encontra, basicamente, no município do Rio e corresponde a áreas da cidade com diferentes níveis de escolaridade e renda, tais como o Centro, Laranjeiras, Cosme Velho e bairros da Zona Norte.

Capítulo 12

# O Rio de Janeiro em comparação com outras seis metrópoles brasileiras

Chegando-se ao final deste Atlas, após a análise de um conjunto de mapas sobre indicadores relativos às condições de vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, pode-se indagar sobre a sua situação, quando comparada com a de outras metrópoles brasileiras. Para responder a essa pergunta, o ideal seria repetir esta análise para as cidades do país que podem ser, de alguma forma, comparadas com o Rio de Janeiro. Na impossibilidade de um trabalho desta envergadura, pelo menos no momento, decidiu-se fazer uma série de mapas, com base em quatro indicadores básicos, relativos a temas que se complementam, como a ocupação do espaço, a dinâmica demográfica, os níveis de renda e os programas sociais, para seis das principais regiões metropolitanas brasileiras:

1. *As densidades populacionais para delimitar a cidade na região metropolitana.* Sabe-se que as regiões metropolitanas, conforme definição do IBGE, são agrupamentos de municípios cuja periferia inclui espaços urbanos e rurais, com densidades muito variadas. Sendo a cidade uma aglomeração de habitantes, a densidade populacional se apresenta como um bom indicador para definir o espaço urbano propriamente dito, e isto num nível bastante detalhado, o dos setores censitários.

2. *A importância dos idosos na população total para analisar a dinâmica demográfica*. Para medir a variação da população, os demógrafos recorrem normalmente ao saldo migratório (diferença entre chegadas e partidas, durante o período entre dois Censos) e ao crescimento natural (diferença entre nascimentos e mortes). Infelizmente, este método não pode ser usado no nível dos setores censitários, uma vez que estes mudam de um Censo a outro e, assim, não há dados que possam ser comparados. Neste caso, os mapas dos idosos foram escolhidos por sua capacidade de darem conta, de forma indireta, das dinâmicas demográficas. Assim, quanto menor a proporção de pessoas idosas em relação à população total, mais jovem é a população. Além disso, sabe-se que a fertilidade das mulheres é maior nas camadas populares e que é nas periferias metropolitanas que os migrantes mais jovens se instalam. Deste modo, há uma forte relação entre composição etária, migração e nível socioeconômico.

3 . *Os níveis de renda para avaliar o grau de segregação socioespacial*. Apesar de o nível de renda ser basicamente um indicador econômico, a sua distribuição no espaço urbano revela, também, um dos aspectos da segregação social. Estes mapas, que são elaborados com base nos setores censitários, permitem uma leitura detalhada deste fenômeno.

4 . *Os beneficiários dos programas Bolsa Família e Erradicação do Trabalho Infantil a fim de localizar os mais pobres e a intervenção do Estado no combate à miséria*. Estes mapas, uma espécie de negativo daqueles dos níveis de renda, são feitos com base nas áreas de ponderação da amostra, apresentando-se, assim, menos detalhados do que os anteriores.

Esses quatro indicadores foram calculados e mapeados para seis regiões metropolitanas brasileiras: Belém, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Brasília. Trata-se de uma escolha justificada pela diversidade das regiões que elas representam.

## *12.1 A densidade populacional*

As regiões metropolitanas possuem superfícies muito diferentes umas das outras, pois entre Belo Horizonte (a mais extensa entre as analisadas neste capítulo) e Belém (a menos extensa), a relação entre as suas superfícies é de quase 6 vezes (Tab. 12.1). Da mesma forma, observam-se acentuadas discre-

**Tabela 12.1**
Densidade populacional

| | Belém | Belo Horizonte | Distrito Federal | Porto Alegre | Rio de Janeiro | Salvador | São Paulo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Superfície km² | 2 536 | 14 420 | 5 788 | 9 748 | 4 636 | 4 354 | 7 827 |
| População | 2 100 028 | 5 389 178 | 2 570 160 | 3 958 985 | 11 835 708 | 3 573 973 | 19 683 975 |
| Densidade hab./ km² | 828,1 | 373,7 | 444,0 | 406,1 | 2553,0 | 820,9 | 2514,9 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

pâncias quanto ao número de habitantes entre São Paulo e Belém, cuja relação é superior a 9 vezes. E mesmo que as densidades médias de população não sejam muito reveladoras, em função dos seus processos de ocupação, há também uma grande diferença entre o Rio de Janeiro, com 2.553 habitantes por km$^2$, e Porto Alegre, com apenas 406.

Os mapas permitem avaliar as diferenças de concentração e dispersão da população nestas regiões metropolitanas. O modelo mais comum, da diminuição das taxas de densidades, de forma mais ou menos gradual, do centro em direção à periferia, nem sempre acontece. Em Belo Horizonte, a parte central da RM é, de fato, a mais densa, o que se verifica também em alguns centros dos municípios periféricos (Fig. 89). Não se pode, assim, falar de um declínio constante do centro para a periferia, uma vez que se trata de aglomerados populacionais num espaço, de modo geral, de baixas densidades.

São Paulo apresenta, em relação às outras capitais, uma especificidade que é o fato de, muitas vezes, mostrar densidades populacionais mais elevadas na periferia do que no centro (Fig. 90). Sabe-se que esta situação se deve, de um lado, a um forte crescimento demográfico nas áreas industriais da periferia da cidade e, de outro, à diminuição da população de menos 13% entre os anos 1997 e 2007, na área situada entre os rios Pinheiros e Tietê. Como em outras grandes cidades do mundo, a especulação imobiliária, em boa parte, é responsável por tais transformações.

Já foi destacada a importância das características ambientais no Rio de Janeiro para explicar as diferenças de densidade, sobretudo, o relevo, o litoral e as vias de comunicação que desempenham um papel importante em toda RM, embora em graus variados.

O efeito litoral se manifesta de maneira diversa em Salvador, Porto Alegre e Belém. Em Salvador, são bem demarcadas as diferenças entre a parte voltada para a Baía de Todos os Santos e a orla oceânica (Fig. 91). Porém, fora do município da capital, as densidades permanecem baixas, com alguns picos correspondendo aos centros dos municípios periféricos, como Simões Filho, Candeias e Camaçari.

Em Porto Alegre, cidade localizada na Baía do Guaíba, o litoral desempenha um papel menos significativo do que no Rio de Janeiro e as suas densidades se distribuem do centro histórico em direção à periferia leste, no sentido de Alvorada e Viamão (Fig. 92). Já na direção norte, a aglomeração urbana apresenta uma sucessão de centros populacionais que raramente se aglutinam, desde Cachoeirinha e Canoas até Dois Irmãos, sendo o fator responsável por esta organização multicêntrica a Rodovia BR-116.

Belém, situada na Baía de Guajará, na confluência dos rios Guamá e Acará, apresenta um espaço de altas densidades junto ao seu litoral fluvial, sendo mais elevadas no sul, onde se encontram muitas favelas, e mais baixas na parte oeste, onde se localiza o seu centro histórico (Fig. 93). Ao norte do município, novos bairros se destacam na paisagem formando amplas áreas de médias densidades, que se estendem até Ananindeua e Marituba.

Por fim, o mapa de densidade populacional do Distrito Federal, que não é, propriamente uma área metropolitana, mostra uma imagem diferente de uma cidade tradicional, em função das características do seu projeto urbanístico (Fig. 94). Num contexto de densidades muito baixas, menos de 5 pessoas por hectare, destaca-se o Plano Piloto, constituído por quadras bem delimitadas, com cerca de 200 habitantes por hectare, em decorrência do projeto de cidade baseado em prédios pouco elevados, geralmente de 4 andares, em meio a espaços verdes. Nas margens do Lago Paranoá, os bairros se caracterizam pela presença de casas individuais, onde as densidades não ultrapassam 50 pessoas por hectare. Em acentuado contraste com Brasília, as cidades satélites mostram densidades muito superiores, especialmente, Ceilândia. Este também é o caso, mas em menor proporção, das cidades periféricas mais antigas, como Sobradinho e Planaltina.

Todas estas observações destacam que a categoria *Região Metropolitana*, adequada para designar um conjunto urbano de grandes dimensões, resulta na prática em diferenças consideráveis de uma região a outra, tanto em termos de suas dimensões, quanto da distribuição de sua população. Apesar de tradicionais, os mapas de densidade populacional não deixam de ter valor, pois a distribuição de pessoas, num nível de detalhe considerável, ajuda a compreender a diversidade do processo de ocupação de uma determinada área.

## *12.2 As pessoas idosas*

A análise da estrutura etária na Região Metropolitana do Rio de Janeiro mostra que, em linhas gerais, ela apresenta três características principais, que serão confrontadas com as outras metrópoles selecionadas. Destaca-se, em primeiro lugar, o fato de a população idosa estar concentrada nos bairros de ocupação mais antiga e habitados, com frequência, por pessoas com níveis de renda médios e altos. Já a população jovem está presente, sobretudo, na periferia metropolitana, área de ocupação mais recente, com moradores com menores rendimentos. A maior presença de jovens nessa área deve-se a taxas mais altas de natalidade e aos migrantes, que aí se instalam. Além dessas duas áreas, as zonas rurais se caracterizam também por uma proporção maior de pessoas mais velhas. Os mapas apresentados aqui sobre os idosos nas outras regiões metropolitanas apresentam, de modo geral, esse mesmo padrão, com nuances relacionadas à configuração de cada uma delas.

São Paulo é, provavelmente, o melhor exemplo dessa estrutura, com importância de idosos no centro, rodeado por um primeiro anel de habitantes muito jovens e de um segundo, novamente, com população mais velha (Fig. 95). No entanto, uma primeira distorção a este modelo refere-se à presença, na parte central da cidade, de habitantes mais jovens. Se não existe uma relação direta entre densidade e envelhecimento demográfico, observa-se que a periferia jovem, em tons claros no mapa, corresponde a espaços de densidades populacionais entre as mais elevadas. Isto confirmaria a existência de subúrbios, habitados por migrantes jovens, com muitos filhos.

Em contrapartida, cidades industriais, como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul ou Osasco apresentam elevadas porcentagens de população idosa, com densidades populacionais muito altas, o que é revelador de áreas consolidadas do ponto de vista sociodemográfico. Finalmente, além do anel com habitantes jovens, encontram-se espaços com idosos que correspondem a baixas densidades populacionais, que são regiões, em parte rurais, que se constituem numa espécie de reservas de espaço para uma futura expansão da metrópole.

Quando a aglomeração urbana propriamente dita ocupa apenas uma pequena parte do território da RM, os espaços rurais do entorno, com uma população mais velha, aparecem mais claramente. Este é particularmente o caso em Belo Horizonte (Fig. 96), Salvador (Fig. 97) e Porto Alegre (Fig. 98). Naturalmente, muitas peculiaridades são observadas em cada uma dessas cidades. Em Belo Horizonte, os idosos se concentram não só na sua parte central, mas também nas margens da Lagoa da Pampulha. Em Salvador, na orla oceânica, do Farol da Barra ao de Itapuã, que oferece condições excelentes para a moradia dos mais abastados. Em Porto Alegre, já foi destacada a natureza dos vários centros populacionais que compõem a sua RM. Assim, cada uma dessas cidades reproduz a organização geral de forma homotética: no centro os mais velhos e na periferia os mais jovens.

Em Belém, a parte do núcleo central não corresponde aos espaços mais densos, que são caracterizados pela existência de população jovem (Fig. 99). Por outro lado, apesar de a proporção de idosos nas áreas rurais ser menos acentuada do que na RM de Belo Horizonte, por exemplo, nota-se que eles estão mais presentes em municípios mais distantes, como Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará.

Finalmente, o Distrito Federal mais uma vez se diferencia pela sua especificidade: a Asa Sul mostra população muito mais idosa do que a Asa Norte (Fig. 100). Os dois bairros do Lago se destacam claramente como áreas de população mais velha e com baixas densidades. Em contrapartida, cidades-satélites, que se sobressaíam pelas elevadas densidades, são quase todas caracterizadas pela presença de população jovem.

Esses exemplos mostram o caráter generalizado do modelo em anéis da estrutura etária da população dessas regiões metropolitanas. Mesmo quando a sua organização espacial pode parecer complexa, com centros múltiplos e fatores de anisotropia (litoral, relevo, vias de circulação), é possível afirmar que os movimentos migratórios possuem importante papel nesse modelo de organização espacial.

## *12.3 Os rendimentos*

Os mapas dos rendimentos vêm confirmar a existência de anéis de pobreza nas regiões metropolitanas em questão. De fato, o território da RM do Rio aparece como um sistema segregado em áreas (sul, norte e periferia), que correspondem a gradientes de renda (superior, médio e baixo), no interior dos quais atuam diferentes fatores de anisotropia. De modo geral, a organização dessas áreas se traduz por uma sucessão de níveis de renda, sob a forma de faixas ou anéis, em função do caráter axial da ocupação, como a faixa costeira, ou pontual, no caso de centro antigo *versus* periferia nova. Assim, os diferentes centros se apresentam mais ricos do que o seu entorno imediato, que, por sua vez, se mostra mais abastado do que as áreas mais distantes.

São Paulo apresenta uma sucessão de anéis, a partir de um centro rico em direção à periferia pobre (Fig. 101). Este padrão parece coerente com a dinâmica demográfica: as áreas mais distantes são mais jovens porque elas são ocupadas por famílias pobres e com mais filhos. Nesta organização espacial do tipo centro-periferia, existem, no entanto, algumas exceções de caráter local.

Primeiramente, o ABC, ao qual deve ser adicionado Osasco, forma um caso especial na RM de São Paulo, já destacado anteriormente. Cada um desses municípios reproduz um sistema centro-periferia em menor escala. Além desses, alguns municípios são caracterizados por setores censitários com rendimentos muito elevados, especialmente a oeste da capital paulista, em Cotia, Jandira e Carapicuíba. Já em Santana de Parnaíba e Barueri os altos níveis de renda correspondem a Alphaville, um espaço urbano com base no conceito de *minicidade,* com condomínios fechados, centros comerciais e áreas industriais, onde moram pessoas com alto poder aquisitivo.

Para resumir essas observações, é preciso ressaltar a coexistência dentro da RM de São Paulo de um sistema global de segregação social, apresentando, no entanto, subsistemas menores nos níveis municipais, como as cidades do ABC, ou minicidades, a exemplo de Alphaville, núcleo de riqueza resultante de um grande empreendimento capitalista. Com 8 milhões de habitantes a mais do que o Rio de Janeiro, São Paulo criou uma estrutura socioespacial muito mais complexa.

Em Porto Alegre, o padrão centro-periferia se mostra bem claro, mas num contexto de centros múltiplos como já mencionado (Fig. 102). Assim como no Rio de Janeiro, os bairros da orla em Porto Alegre se destacam pelos melhores níveis de rendimentos. No caso de Belém, o mapa dos níveis de renda se mostra coerente com o que foi dito sobre a dinâmica populacional desta cidade que apresenta um núcleo rico e um gradiente negativo em direção às áreas periféricas (Fig. 103).

O mapa dos rendimentos em Belo Horizonte confirma a presença de um núcleo central com os níveis mais altos, ao qual se pode acrescentar o bairro da Pampulha, buscado pelas camadas mais ricas da população (Fig. 104). Neste mesmo patamar, situa-se ainda Nova Lima, no limite sul com o município de Belo Horizonte, que tem atraído habitantes de alta renda que aí vivem em condomínios de luxo. No caso de Belo Horizonte, não se pode falar em anéis de pobreza, mas sim em áreas carentes intercaladas entre os centros mais abastados dos municípios periféricos da RM.

A distribuição dos rendimentos em Salvador segue um padrão no qual os mais elevados níveis se encontram na faixa litorânea, desde o Farol da Barra até Camaçari (Fig. 105). Os bairros da Barra, Pituba e Jaguaribe, no município de Salvador, e Vilas do Atlântico, em Lauro de Freitas, se destacam como as áreas com rendimentos mais elevados da costa atlântica. Esta característica

contrasta com a parte ocidental da cidade, voltada para a Baía de Todos os Santos. Em geral, o nível de renda diminui à medida que se afasta da costa, o que resulta na concentração de moradores de baixa renda no interior do município. Assim, os setores censitários localizados à beira-mar situam-se entre os menos densos e mais ricos, enquanto os do interior entre os mais densamente habitados e mais pobres. Este padrão geral de distribuição dos rendimentos se assemelha ao do Rio de Janeiro.

Tratando-se da Capital Federal, não é de se estranhar que a população de Brasília seja caracterizada por altos rendimentos (Fig. 106). Isto é verdade para o Plano Piloto, para o Lago Norte e Sul, mas também para algumas cidades-satélites, como Núcleo Bandeirante ou Taguatinga. Tal situação, níveis altos de renda no centro e na periferia, não significa que não haja pobreza no DF. Em Brasília ela se concentra nas áreas mais afastadas do Plano Piloto, a exemplo de Ceilândia, Gama, São Sebastião e Planaltina. Assim, o anel de pobreza não se manifesta de modo contínuo no espaço, uma vez que ele é formado por centros urbanos periféricos, separados uns dos outros.

## *12.4 A luta contra a miséria*

No Rio de Janeiro, observou-se que os beneficiários do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil se concentram na Baixada Fluminense, apesar de estarem presentes, em maior ou menor proporção, em toda a RM do Rio. Os critérios exigidos para se conceder ajudas sociais dão uma imagem simplificada das diferentes formas de pobreza e, provavelmente, uma parte dos miseráveis escapa às políticas implementadas pelo governo federal, ou porque ela não se enquadra nos critérios de atribuição das ajudas, ou porque os miseráveis não conseguem, por várias razões, fazer valer seus direitos. Os mapas mostram a distribuição geográfica dos beneficiários desses programas, o que pode se constituir numa localização aproximada dos mais pobres nas regiões metropolitanas estudadas aqui.

Se há um aspecto em relação ao qual as regiões metropolitanas brasileiras se assemelham, é a existência de um anel de pobreza característico dos espaços periféricos. São Paulo destaca-se como uma espécie de modelo, no qual o centro se mostra quase desprovido de beneficiários, cujo número aumenta acentuadamente do centro para a periferia (Fig. 107). Uma distribuição espacial compartimentada também é visível no Distrito Federal, onde Brasília apresenta poucos beneficiários, enquanto as cidades-satélites mostram que os programas sociais aí são implantados em larga escala (Fig. 108). Este não é o caso de Belo Horizonte, onde toda a região metropolitana é afetada, com maiores concentrações, no entanto, em Contagem e Ribeirão das Neves (Fig. 109). As áreas rurais da RM de Belo Horizonte não ficam fora da ajuda, ainda que os números envolvidos sejam menores.

Dada a configuração espacial particular, Belém, Salvador e Porto Alegre mostram padrões mais complexos. Em Belém, os beneficiários dos programas sociais se encontram, sobretudo, no norte da cidade, bem como nos municípios periféricos de Ananindeua e Marituba (Fig. 110). Porém, áreas de pobreza crônica estão presentes também em áreas próximas ao centro de Belém, em favelas situadas ao sul, às margens do Rio Guamá.

Da mesma forma, Porto Alegre, em função do seu caráter multicêntrico, mostra uma configuração complexa, uma vez que os setores que recebem mais ajuda dos programas sociais do governo estão localizados na periferia dos vários centros que integram sua região metropolitana (Fig. 111). Essa relativa complexidade é coerente com as estruturas reveladas por outros mapas desta capital.

O mesmo pode ser observado em Salvador, onde a orla sul da Baía de Todos os Santos e o litoral oceânico apresentam reduzido número de beneficiários, enquanto a população do restante da cidade e dos municípios periféricos tem recebido, em graus variados, ajuda governamental (Fig. 112). Isto significa que a pobreza está presente em quase toda parte, com exceção das áreas mais turísticas ou mais abastadas do litoral.

## *12.5 O Rio de Janeiro e as outras capitais*

A comparação do Rio de Janeiro com as seis capitais selecionadas neste estudo, mostra que ele não é um caso isolado na paisagem metropolitana brasileira. Naturalmente, o Rio continua a ser uma cidade que se destaca no país pela sua localização privilegiada numa área que reúne grandes belezas naturais. Porém, a segregação socioespacial existente na cidade em nada difere do que pode ser observado nas outras regiões metropolitanas.

Depois de uma análise desse conjunto de mapas, pode-se concluir que o conceito de anel de pobreza assume formas diferentes em cada uma das regiões metropolitanas. Assim, a imagem do anel não deve ser tomada ao pé da letra, apesar de, em geral, a pobreza se concentrar nas periferias.

Com efeito, a distância em relação ao centro, mesmo atenuada por redes de transportes, desempenha um papel fundamental na estruturação das cidades brasileiras. Sem dúvida, a segregação socioespacial continua sendo um dos principais desafios da sociedade e do governo brasileiro para as próximas décadas.

Desse modo, o modelo centro-periferia, mesmo modificado em função de situações locais, continua pertinente para os estudos de caráter social. Singular e ao mesmo tempo exemplar, a RM do Rio de Janeiro se apresenta como um campo de observação rico em regularidades sociológicas.

# *Conclusão*

Após a análise de um grande número de informações oriundas do Censo Demográfico de 2010, do Sistema Único de Saúde, do Instituto de Segurança Pública e do Tribunal Superior Eleitoral para os municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mapeadas em recortes territoriais bastante detalhados, pode-se perceber o grau de complexidade que a cidade apresenta. Apesar disso, foi possível identificar, em linhas gerais, três grandes áreas que se diferenciam em função dos níveis de condições de vida de sua população: a primeira delas, com os melhores indicadores sociais, é formada pela Barra da Tijuca, Zona Sul, Tijuca e bairros adjacentes, no Rio, e pela orla marítima de Niterói; a segunda, com padrões médios de condições de vida, é composta por um grande número de bairros da Zona Norte da cidade, que se estendem de São Cristóvão à Pavuna; e a terceira, onde se encontram os piores indicadores sociais, é a que engloba vasta área da periferia metropolitana, de Itaguaí a Tanguá, além dos bairros populares localizados na Zona Oeste do município do Rio.

Apesar de a maioria dos mapas corroborar este padrão, alguns são mais significativos do que outros, ao deixarem mais evidente a segregação socioespacial existente na RM do Rio. Assim, os mapas das faixas de rendimentos, dos níveis escolares, do número de alunos matriculados em escolas particulares em relação aos que frequentam escolas públicas, da utilização do Sistema Único de Saúde, bem como dos programas sociais são reveladores das profundas desigualdades que marcam a sua paisagem urbana. Da mesma forma, os mapas dos aposentados e pensionistas, dos empregados sem carteira de trabalho assinada e das favelas identificam as áreas onde predominam as relações sociais de caráter mais formal ou informal. A distribuição dos habitantes por faixas etárias, sexo e cor da pele também reforçam as acentuadas diferenças existentes entre as diversas partes da região metropolitana.

Além dos aspectos sociais e econômicos, a RM do Rio se mostra segmentada também por questões de natureza mais subjetiva, como a religião e a política. Desse modo, é visível nos mapas o predomínio do catolicismo nas áreas da cidade com melhores indicadores sociais e a forte presença de evangélicos pentecostais nos municípios da periferia metropolitana, com piores condições de vida.

Em relação à política, os mapas das eleições de 2002, 2006 e 2010 deixam claro também a existência de uma divisão eleitoral na RM, uma vez que os candidatos preferidos dos eleitores que vivem nas áreas com os níveis de renda mais elevados não foram bem sucedidos nas urnas, como José Serra e Geraldo Alckmin, para presidente, e Denise Frossard e Fernando Gabeira, para governador. Já os candidatos que contaram com o apoio dos moradores dos bairros populares da capital e da periferia metropolitana, onde se concentra a maior parte do eleitorado, foram os que saíram vitoriosos das urnas, como Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, para presidente, e Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral, para governador.

Não obstante a segregação socioespacial não se constituir numa novidade na RM, ela se acentuou na segunda metade do século XX, com o acelerado processo de urbanização, em decorrência da industrialização, da modernização da agricultura e das migrações. Assim, nas últimas quatro décadas registrou-se um aumento significativo do número de habitantes, que passou de 6,8 milhões em 1970 para 11,8 milhões em 2010, o que representou um acréscimo de 5 milhões de novos moradores, dos quais 2 milhões se concentraram no município do Rio. Naturalmente, este crescimento vem acarretar inúmeros problemas em relação à moradia, saneamento, emprego, transportes, segurança, educação e saúde.

Além desses problemas, que não são exclusivos da RM do Rio, pois ocorrem também em outras regiões metropolitanas brasileiras, a exemplo das analisadas neste trabalho, fatores políticos peculiares à cidade do Rio de Janeiro, nos últimos 50 anos, contribuíram para o agravamento desse quadro de dificuldades. Pode-se destacar, em primeiro lugar, a mudança da capital do país, levando o governo federal a concentrar os seus investimentos em Brasília. Apesar disso, a cidade do Rio, transformada em estado da Guanabara, em 1960, conseguiu resistir bem à perda da sua condição de Capital Federal, em razão dos investimentos realizados em períodos anteriores de sua história, da chegada de Dom João VI, em 1808, ao fim do governo do presidente Getúlio Vargas, em 1954. No entanto, o próspero estado da Guanabara não resistiu à fusão com o empobrecido estado do Rio de Janeiro, em 1975, o que se constituiu num verdadeiro *abraço de afogados,* na medida em que o governo federal não aportou, como havia prometido, os recursos necessários para o êxito dessa união.

Mas, se a transferência da capital para Brasília e a fusão dos dois estados foram decisões do governo federal sobre as quais os seus habitantes não tinham como se contrapor, o mesmo não se pode falar das escolhas políticas feitas pelos eleitores cariocas e fluminenses, a partir do restabelecimento das eleições diretas para governador do estado, em 1982, e para prefeito da capital, em 1985. Assim, de 1982 a 2008, na maior parte das eleições desse período, saíram vitoriosos candidatos a prefeito do Rio que se opunham

aos governadores do estado e candidatos a governador que se opunham aos presidentes da república. Tal situação dificultou, por muitos anos, a transferência de recursos federais mais expressivos para o estado e a cidade, além de criar obstáculos a uma ação articulada entre os três níveis de governo.

No entanto, a partir da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas no Rio, em 2016, passou a haver um afluxo maior de recursos federais para o estado e a cidade. Assim, já se pode observar alguns resultados positivos fruto dos repasses significativos de verbas da União, como a revitalização da Zona Portuária no Centro, a construção de casas populares dentro do programa Minha Casa Minha Vida, as ações na área da Segurança Pública com a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em diversas favelas da cidade, a melhoria do sistema de transporte com a expansão do Metrô em direção à Barra da Tijuca e a criação de um sistema de *Bus Rapid Transit*, como os BRTs TransCarioca e TransOeste.

Com efeito, o resultado das transformações por que vem passando a cidade, em função desses grandes eventos internacionais, poderá ser aferido através de um novo trabalho com base nos dados do Censo Demográfico de 2020. Desse modo, será possível verificar em que medida os diversos problemas apontados ao longo deste estudo foram solucionados e a segregação socioespacial reduzida, fazendo do Rio de Janeiro uma cidade mais humana para os seus habitantes e acolhedora para os seus visitantes.

# *Bibliografia*


ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1987, 147 p.

BIRMAN, P. e LEITE, M. Pereira. Qu'est devenu l'ancien plus grand pays catholique du monde? In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, n° 46/47, 2002, pp. 179-197.

BURGOS, Marcelo Baumann (Org.). *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, 232 p.

CNRS/Centre National de la Recherche Scientifique. *Les inégalités des communes face à leurs recettes au Brésil: le cas de la région métropolitaine de Rio de Janeiro, 1972-1990.* Paris: CSU, 2004.

CORTEN, A. Pentecôtisme et politique en Amérique Latine. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº 24, 1997, pp. 17-31.

DEUBER-PAULI, Erica e GILGEN-FROIDEVAUX, Christiane. *Les enfants de la Rocinha: résistance et survie dans la "cité merveilleuse" de Rio de Janeiro*. Paris: Éd. de l'Aire, 1986, 323 p.

DINIZ, Nelson. *Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, 103 p.

GOIRAND, Camille. *La politique des favelas*. Paris: Karthala, 2001.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro – História e Direito*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2013, 407 p.

IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Atlas Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, 263 p.

_____. *Metodologia do Censo Demográfico 2010*. In: http://loja.ibge.gov.br/metodologia-do-censo-demografico-2010.html.

IPP / Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998. Rio de Janeiro: IPP, 2000, 864 p.

JACOB, Cesar Romero *et alii*. *A geografia do voto nas eleições para prefeito e presidente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo: 1996-2010*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2012, 195 p.

_____. *Religião e território no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013, 85 p.

JACQUES, Paola Berenstein. *Les favelas de Rio: un défi culturel.* Paris: L'Harmattan, 2001.

PIERUCCI, Antônio F. Bye bye, Brasil: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, nº 52, 2004, pp. 17-28.

PINO, Júlio César. *Family and favela: the reproduction of poverty in Rio de Janeiro*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1997.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *The Metropolis of Rio de Janeiro: a space in transition*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, 436 p.

SANTOS, Angela M. S. Penalva. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 226 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria Laís Pereira da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro: tensões e conflitos.* Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

VAZ, Lilian Fessler e JACQUES, Paola Berenstein. *Pequeno histórico das favelas do Rio de Janeiro*. In: http://www.anf.org.br

WANIEZ, Philippe *et alii*. Déclin du catholicisme et changements religieux au Brésil: ce que dit le recensement démographique de 2000. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº 52, 2004, pp. 31-62.

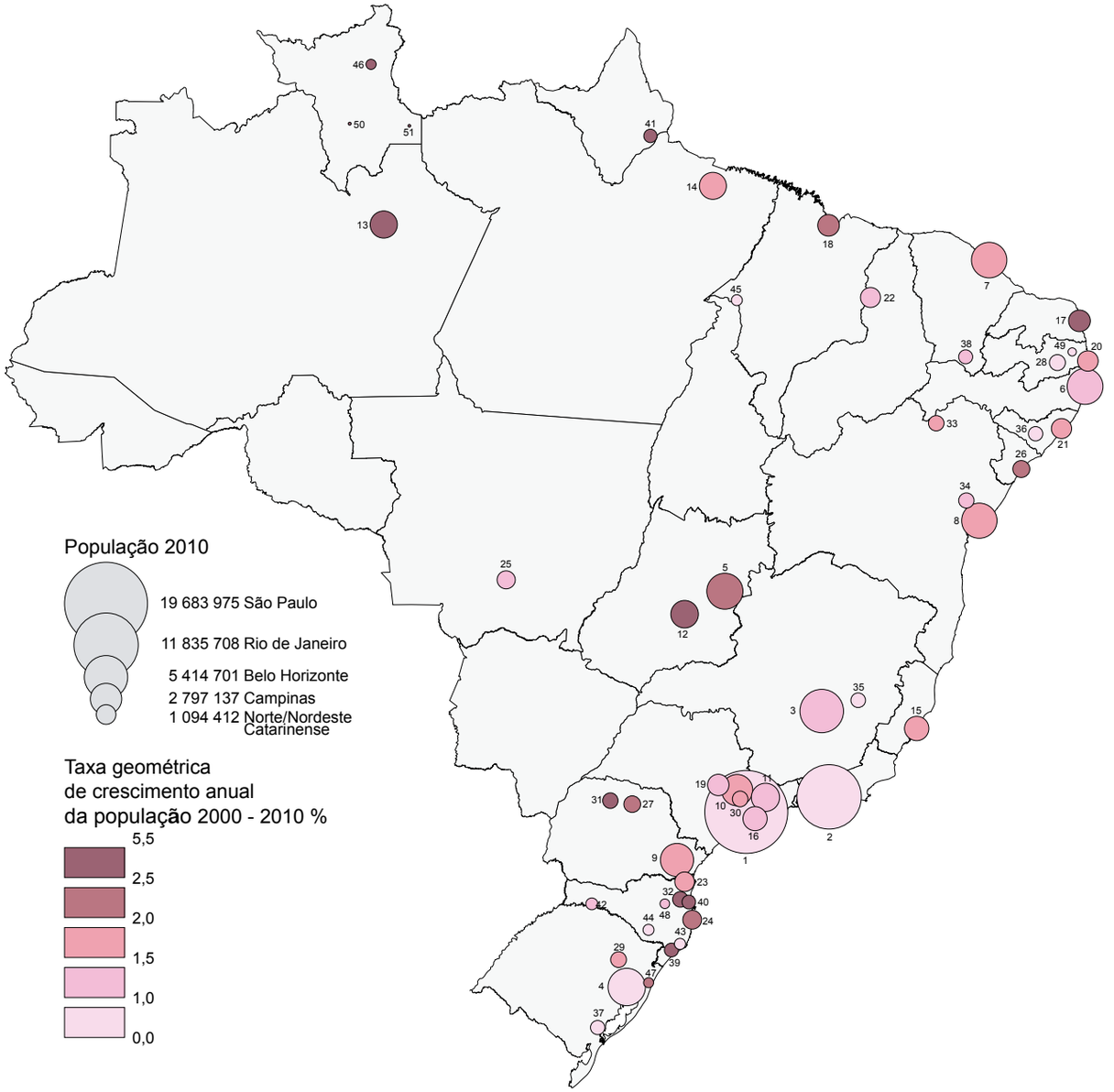
_____. L'élection présidentielle de 2006 au Brésil: continuité politique, nouvelle géographie électorale. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº 63, 2007, pp. 37-50.


**Sites**


http://philcarto.free.fr
http://www.cidadesdobrasil.com.br
http://www.ibge.gov.br
http://www.inea.rj.gov.br
http://www.ined.fr/fichier/t_publication/1300/publi_pdf1_435.pdf
http://www.isp.rj.gov.br/
http://www.observatoriodasmetropoles.net
http://www.portosrio.gov.br/
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index_bairro.htm
http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp

*Caderno de Mapas*

# População e crescimento demográfico das grandes cidades brasileiras 2000 - 2010




| Nome | Tipo | Pop2010 | Tx. Var. anual |
|---|---|---|---|
| 1 São Paulo | RM | 19 683 975 | 0,97 |
| 2 Rio de Janeiro | RM | 11 835 708 | 0,86 |
| 3 Belo Horizonte | RM | 5 414 701 | 1,17 |
| 4 RM Porto Alegre | RM | 3 978 470 | 0,84 |
| 5 Distrito Federal e Entorno | RIDE | 3 717 728 | 2,33 |
| 6 Recife | RM | 3 690 547 | 1,01 |
| 7 Fortaleza | RM | 3 615 767 | 1,94 |
| 8 Salvador | RM | 3 573 973 | 1,69 |
| 9 Curitiba | RM | 3 174 201 | 1,53 |
| 10 Campinas | RM | 2 797 137 | 1,81 |
| 11 Vale do Paraíba | RM | 2 264 594 | 1,30 |
| 12 Goiânia | RM | 2 173 141 | 2,86 |
| 13 Manaus | RM | 2 106 322 | 2,50 |
| 14 Belém | RM | 2 101 883 | 1,59 |
| 15 Grande Vitória | RM | 1 687 704 | 1,70 |
| 16 Baixada Santista | RM | 1 664 136 | 1,20 |
| 17 Natal | RM | 1 351 004 | 2,62 |

| Nome | Tipo | Pop2010 | Tx. Var. anual |
|---|---|---|---|
| 18 Grande São Luís | RM | 1 331 181 | 2,20 |
| 19 Piracicaba | AU | 1 307 256 | 1,12 |
| 20 João Pessoa | RM | 1 198 576 | 1,66 |
| 21 Maceió | RM | 1 156 364 | 1,57 |
| 22 Grande Teresina | RIDE | 1 150 959 | 1,33 |
| 23 Norte/ Nordeste Catarinense | RM | 1 094 412 | 1,68 |
| 24 Florianópolis | RM | 1 012 233 | 2,17 |
| 25 Vale do Rio Cuiabá | RM | 944 163 | 1,24 |
| 26 Aracaju | RM | 835 816 | 2,17 |
| 27 Londrina | RM | 801 817 | 2,16 |
| 28 Campina Grande | RM | 736 381 | 0,77 |
| 29 Urbana do Nordeste | AU | 716 427 | 1,70 |
| 30 Jundiaí | AU | 698 724 | 1,88 |
| 31 Maringá | RM | 690 303 | 3,83 |
| 32 Vale do Itajaí | RM | 689 731 | 2,50 |
| 33 Pólo Petrolina e Juazeiro | RIDE | 686 410 | 1,95 |
| 34 Feira de Santana | RM | 673 637 | 1,45 |

| Nome | Tipo | Pop2010 | Tx. Var. anual |
|---|---|---|---|
| 35 Vale do Aço | RM | 615 297 | 0,89 |
| 36 Agreste | RM | 601 049 | 0,77 |
| 37 do Sul | AU | 578 034 | 0,37 |
| 38 Cariri | RM | 564 478 | 1,28 |
| 39 Carbonífera | RM | 550 206 | 5,41 |
| 40 Foz do Rio Itajaí | RM | 532 771 | 3,56 |
| 41 Macapá | RM | 499 466 | 3,25 |
| 42 Chapecó | RM | 409 545 | 1,33 |
| 43 Tubarão | RM | 356 721 | 0,95 |
| 44 Lages | RM | 350 532 | 0,08 |
| 45 Sudoeste Maranhense | RM | 345 873 | 0,62 |
| 46 da Capital | RM | 298 215 | 3,62 |
| 47 Litoral Norte | AU | 283 959 | 2,07 |
| 48 Alto Vale do Itajaí | RM | 269 424 | 1,06 |
| 49 Guarabira | RM | 193 671 | 0,28 |
| 50 Central | RM | 27 094 | 3,60 |
| 51 Sul do Estado | RM | 21 633 | 2,98 |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 2000 e 2010.
Elaboração: Emplasa/UDI, 2011 - RM=Região Metropolitana, AU=Aglomeração Urbana
RIDE = Região Integrada de Desenvolvimento Econômico

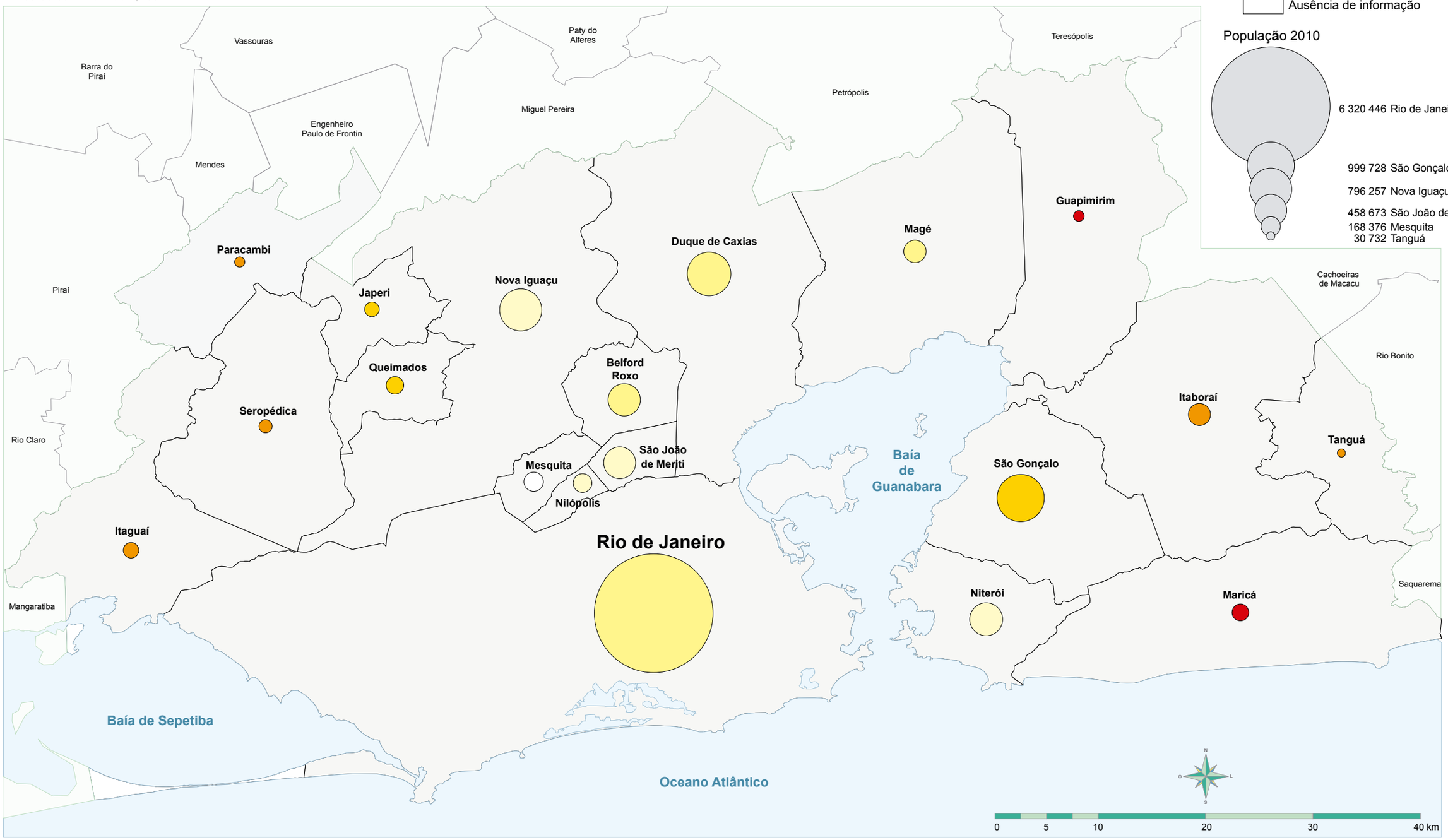
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 1

# População e crescimento demográfico dos municípios da RM do Rio de Janeiro

## 2000 - 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

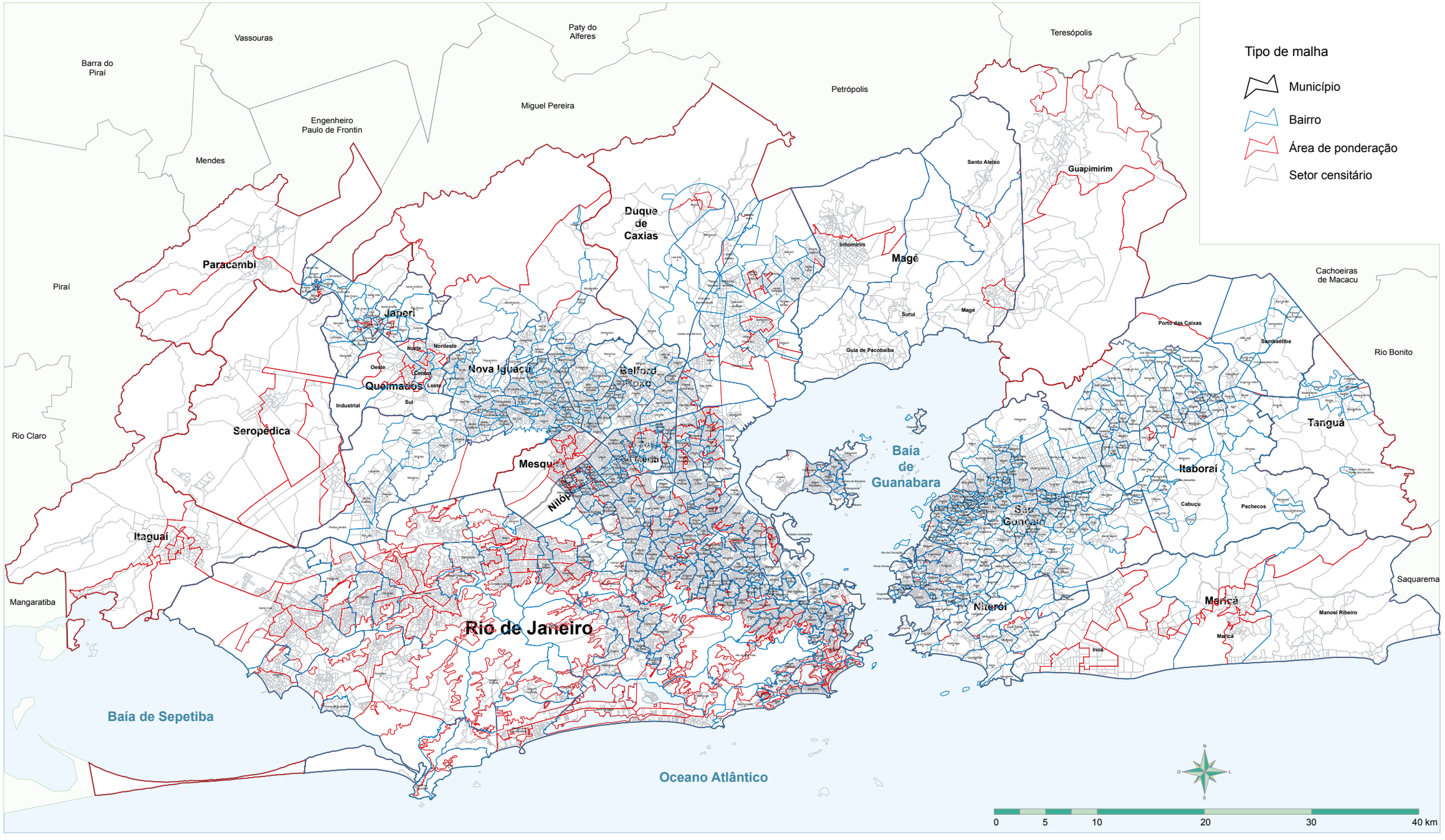
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 2

# Malhas territoriais

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Malhas digitais 2010)

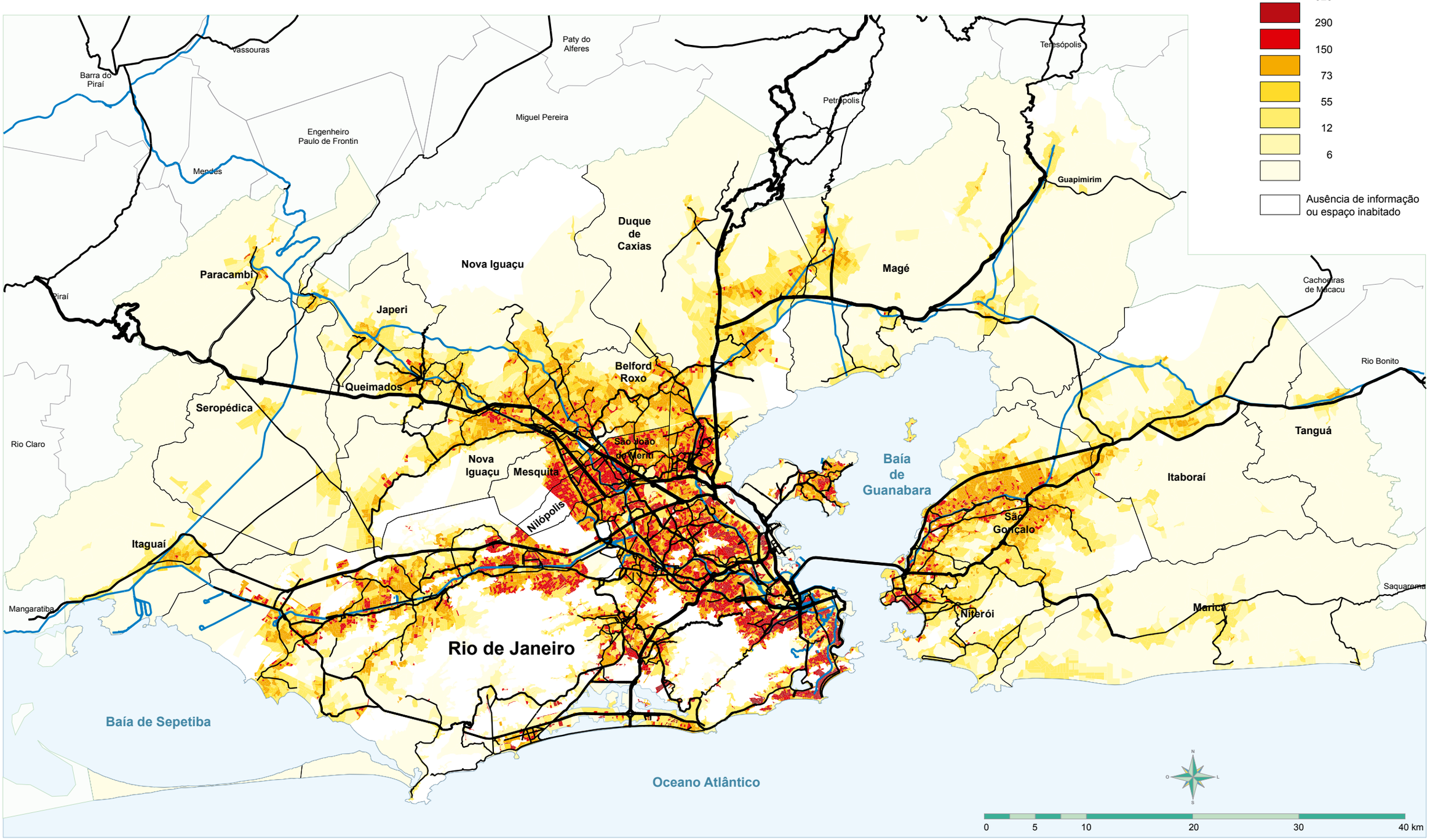
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

**Fig. 3**

# Densidade populacional

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

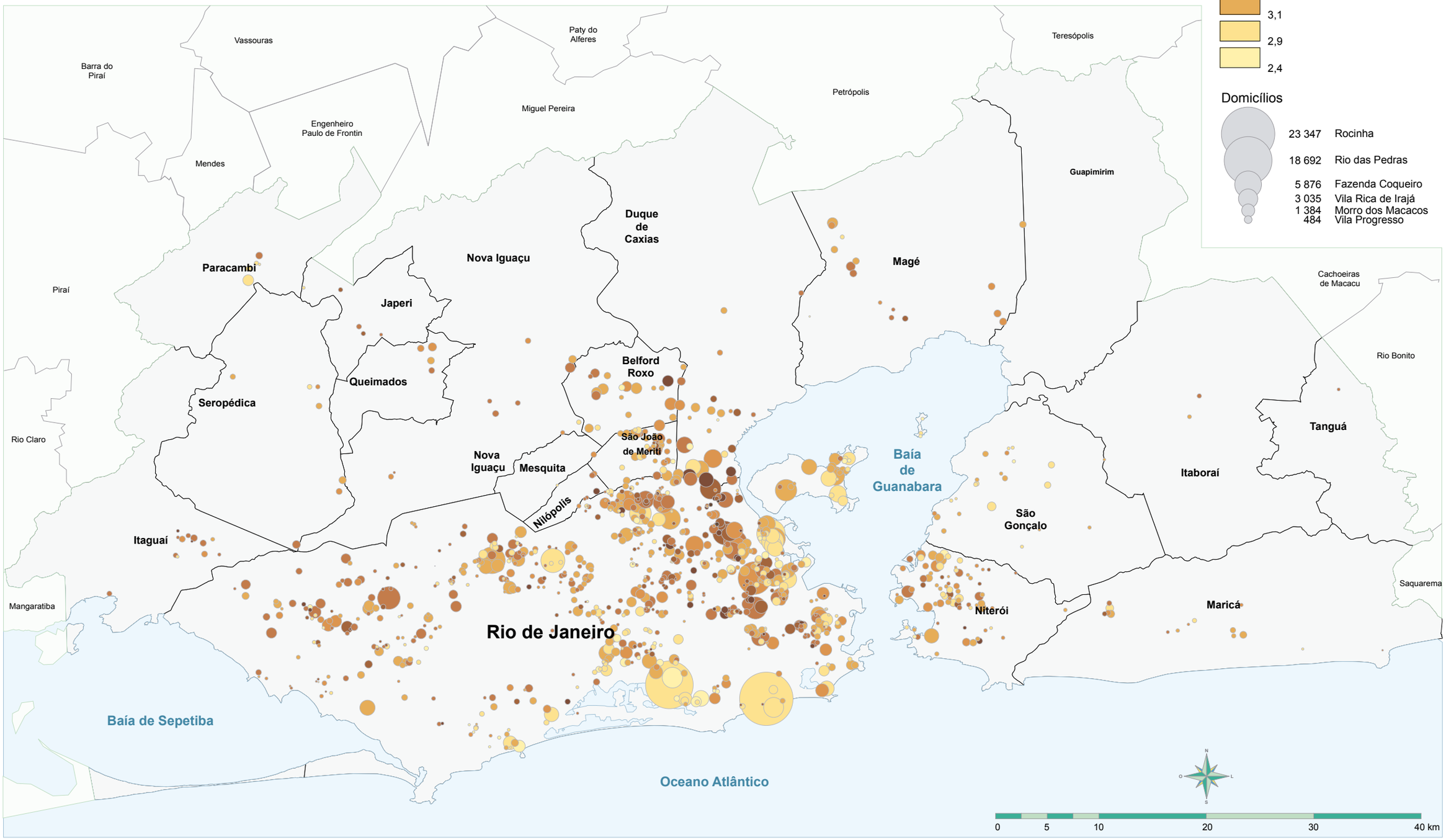
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.12
← p.13

Fig. 4

# Aglomerados subnormais (favelas)

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

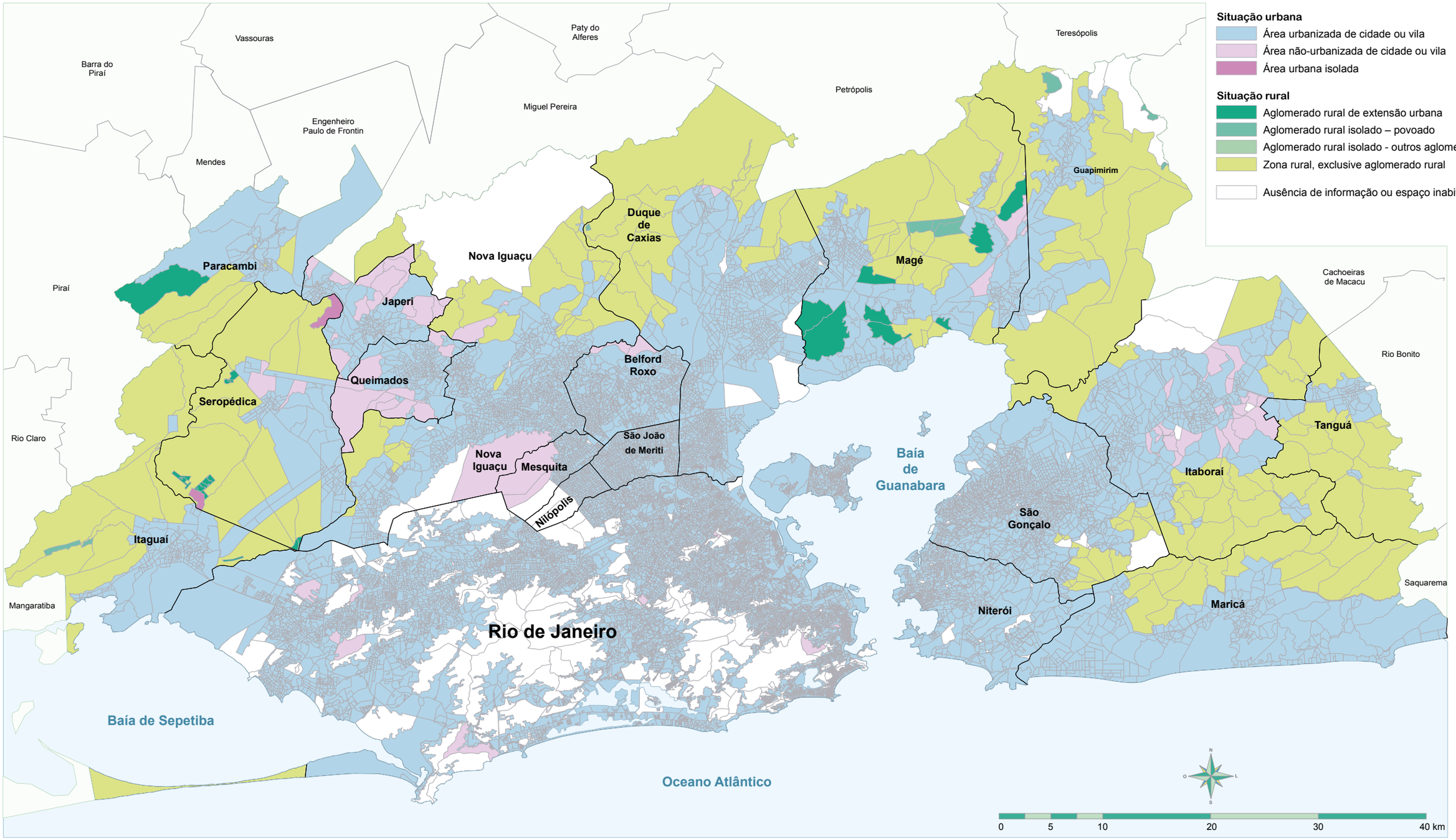
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 5

# Situação dos setores censitários

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

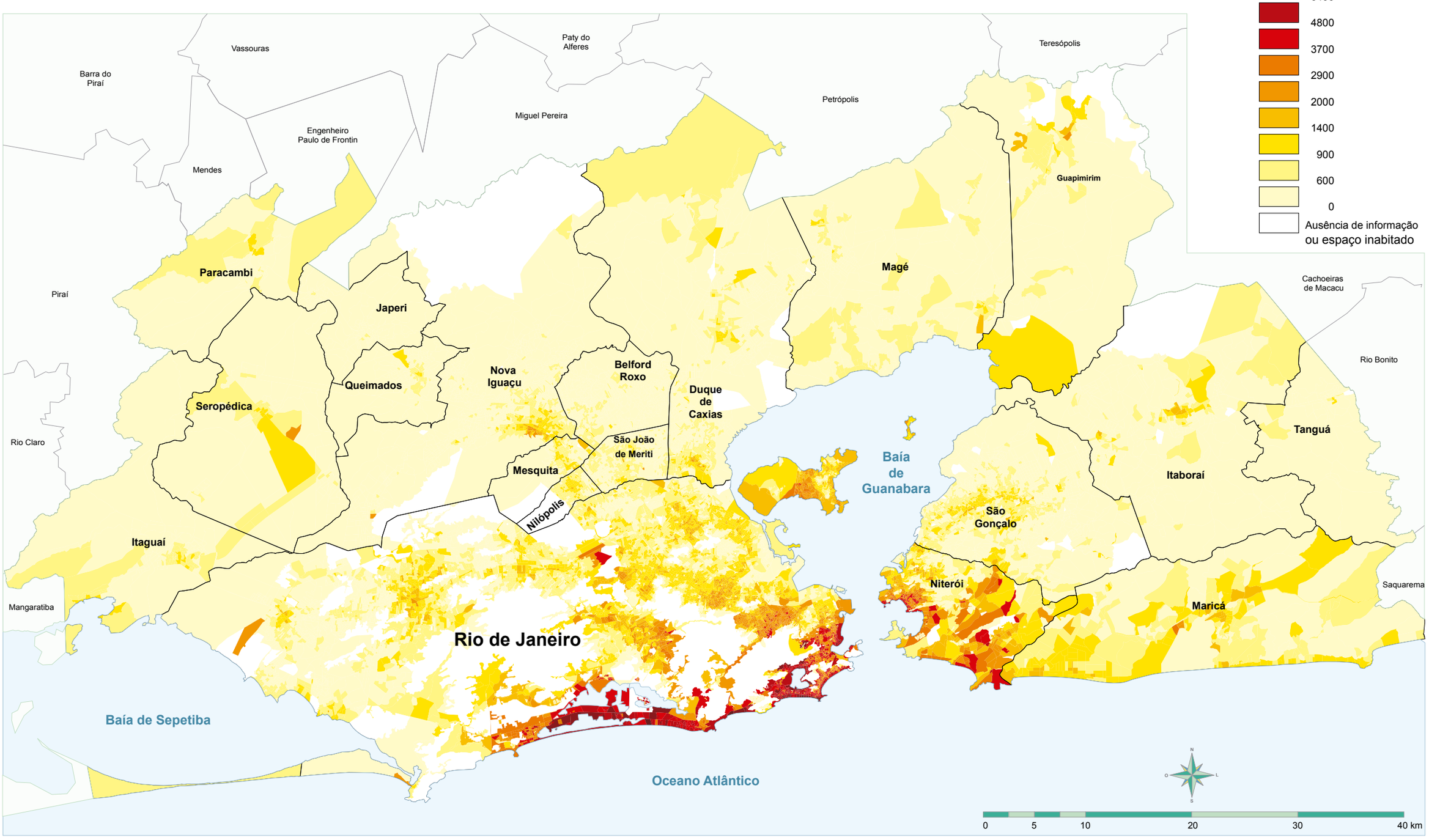
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 6

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento) 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

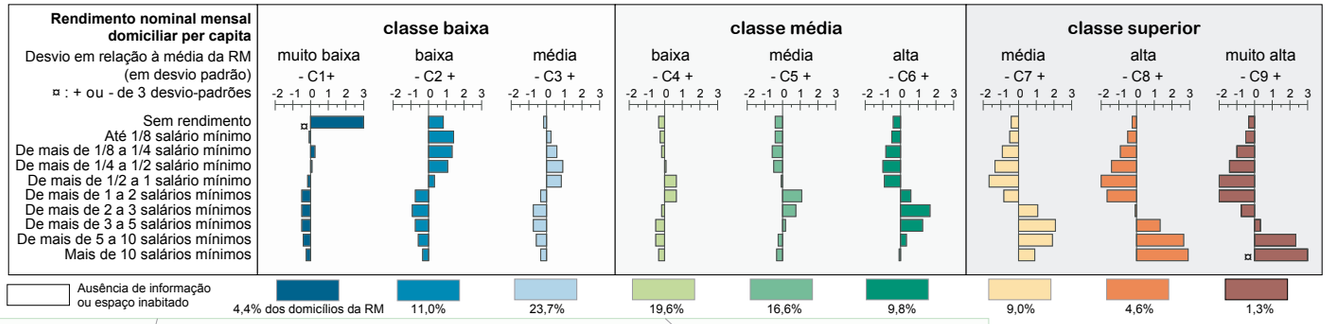
← Voltar ao texto

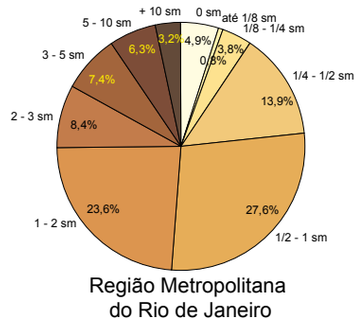
Fig. 7

# Faixas de rendimentos

## nominal mensal per capita dos domicílios

## 2010




Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Vassouras
Paty do Alferes
Teresópolis
Barra do Piraí
Petrópolis
Miguel Pereira
Engenheiro Paulo de Frontin
Mendes
Guapimirim
Duque de Caxias
Nova Iguaçu
Magé
Paracambi
Piraí
Japeri
Cachoeiras de Macacu
Belford Roxo
Rio Bonito
Queimados
Seropédica
Tanguá
Rio Claro
São João de Meriti
Nova Iguaçu
Mesquita
Baía de Guanabara
Itaboraí
Nilópolis
São Gonçalo
Itaguaí
Saquarema
Mangaratiba
Niterói
Maricá
Rio de Janeiro
Baía de Sepetiba
Oceano Atlântico
0 5 10 20 30 40 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

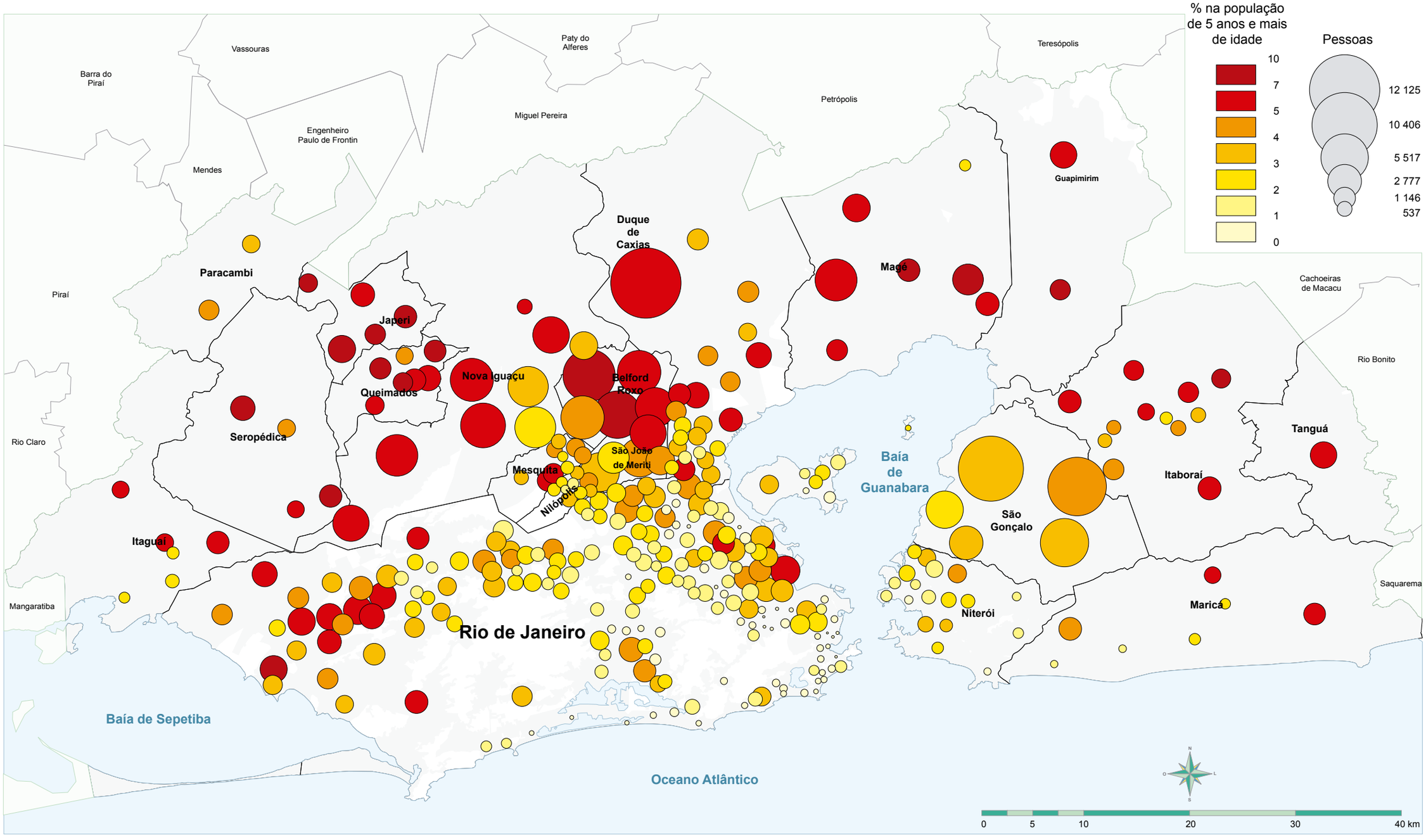
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar
← p.17
← p.61
← p.62

Fig. 8

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## no mês de julho 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

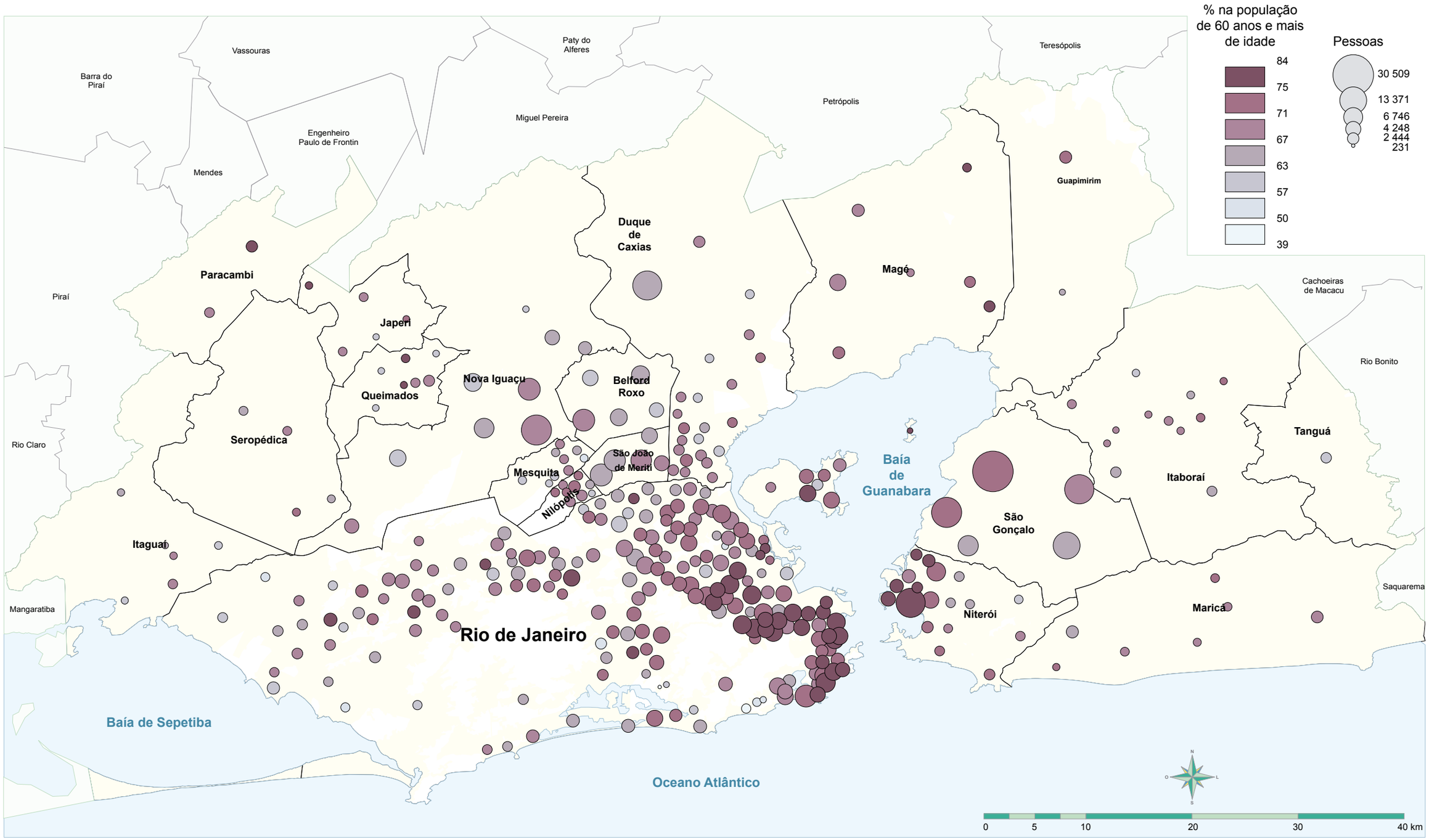
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.18
← p.61

Fig. 9

# Aposentados ou Pensionistas de 60 anos e mais

## no mês de julho 2010

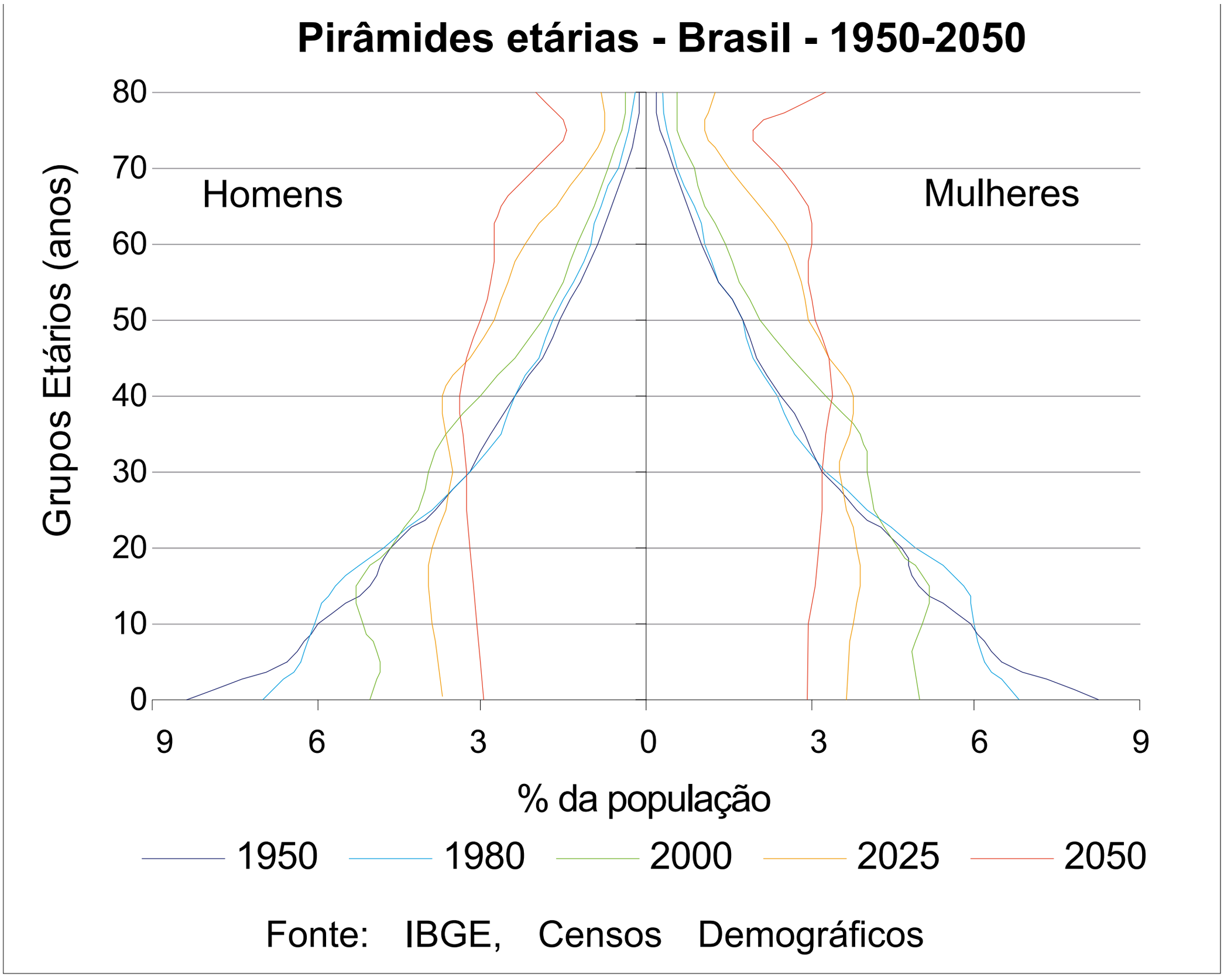



Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 10

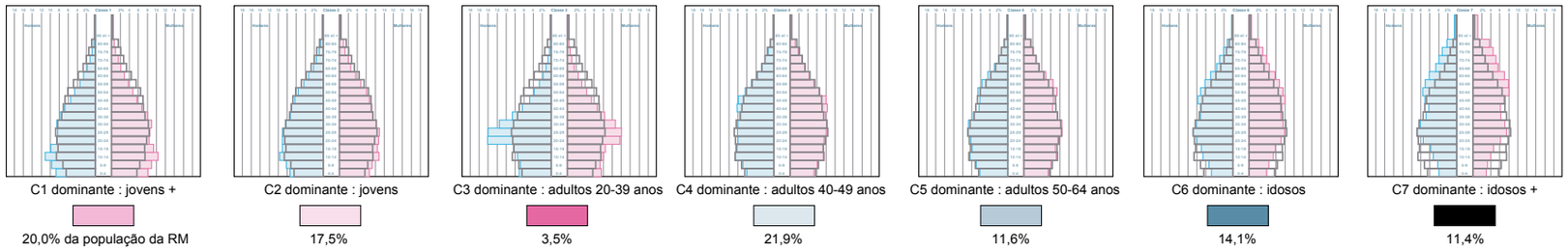


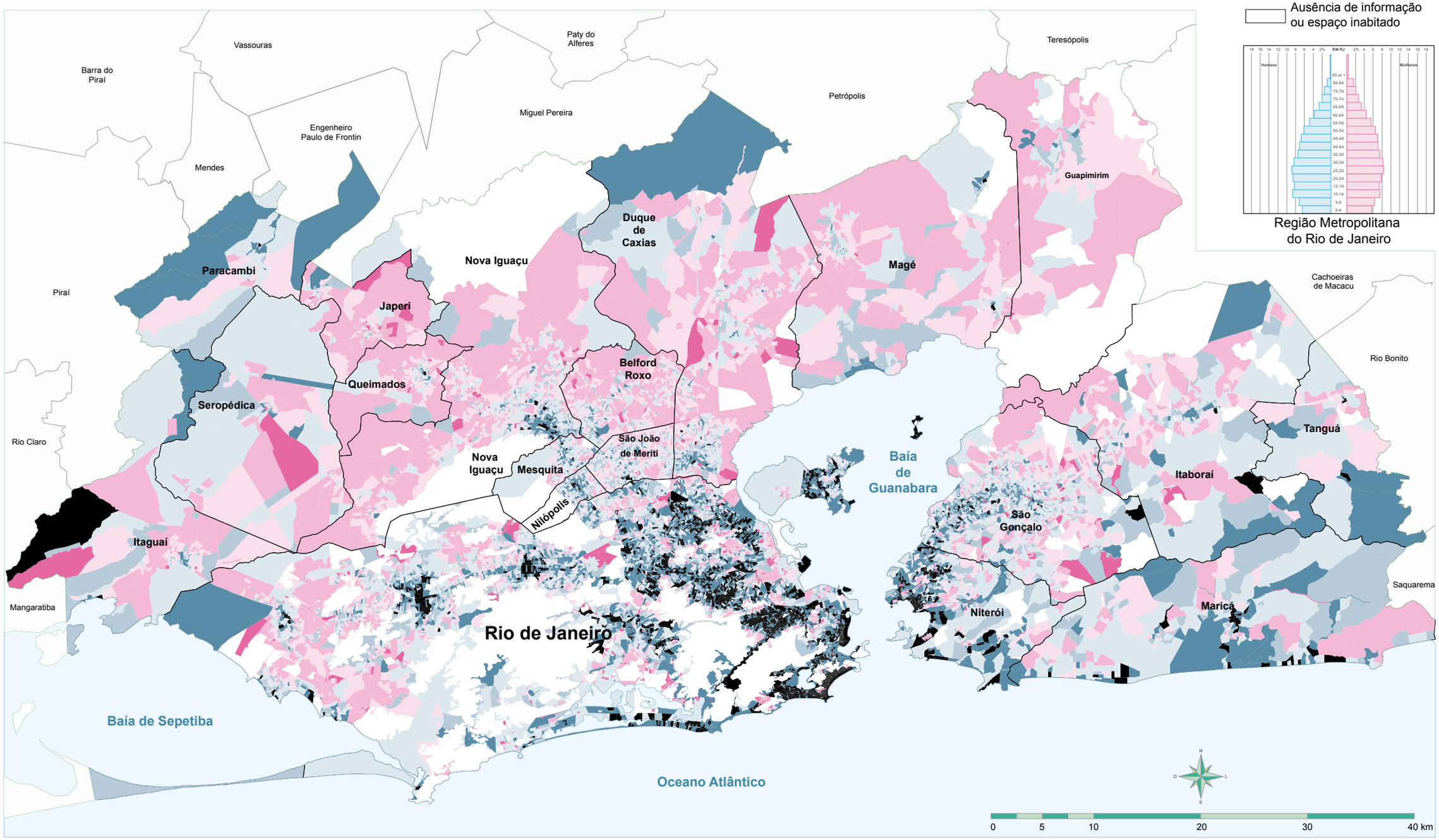

← Voltar ao texto

**Fig. 11**

# Estrutura etária

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

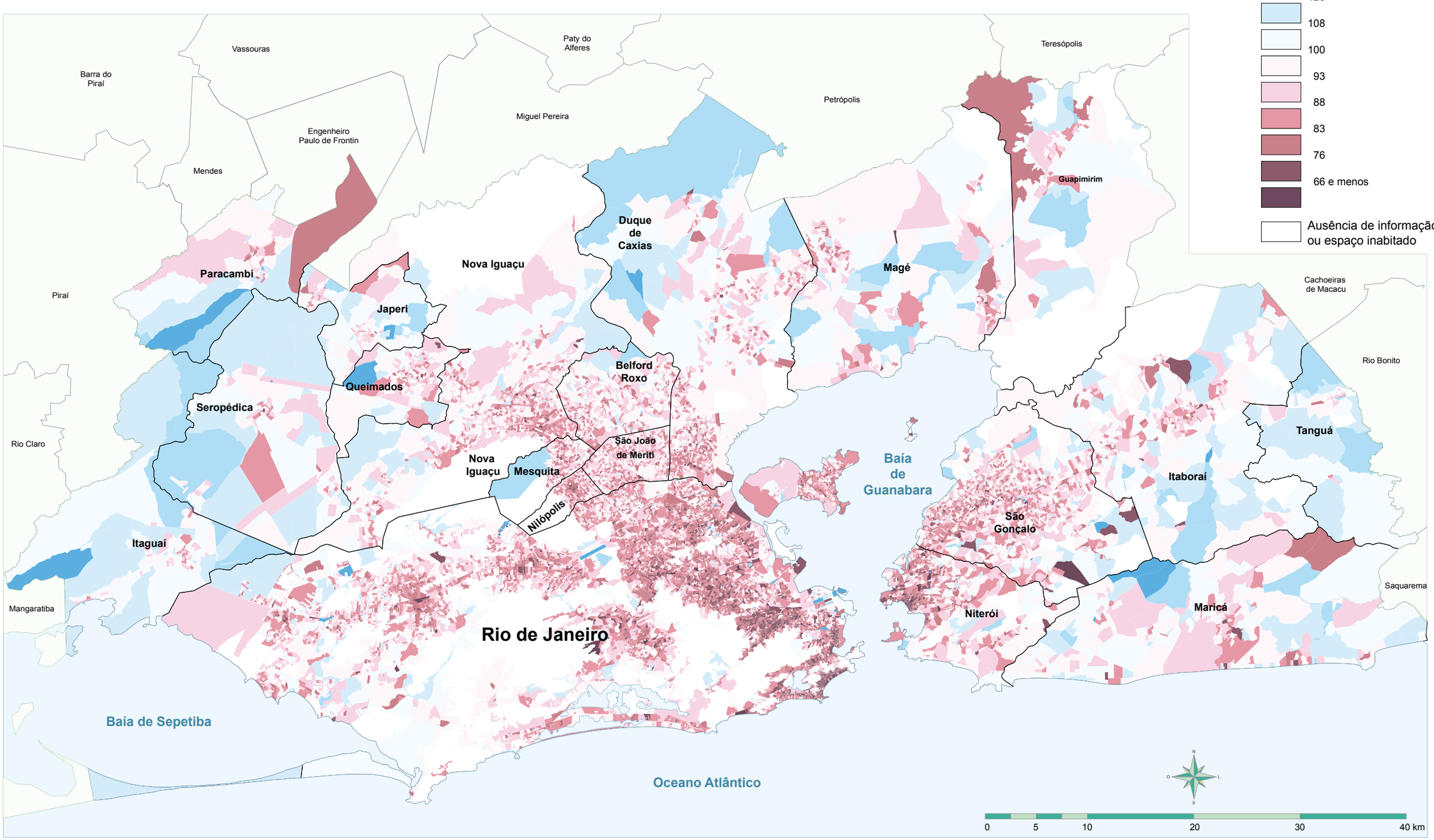
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 12

# Taxa de masculinidade

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

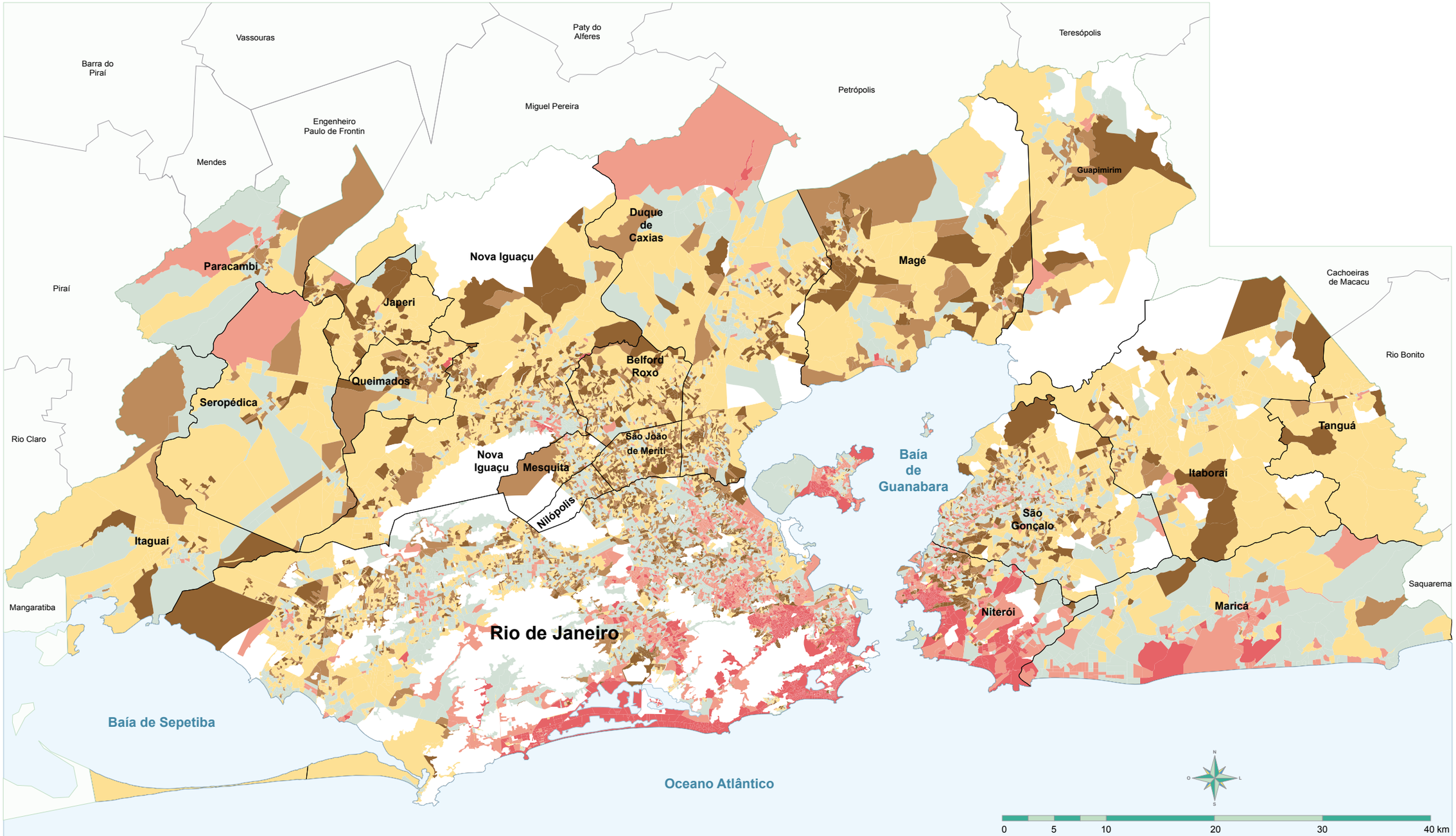
← Voltar ao texto

Fig. 13

# Cor ou raça

## 2010

| Classe | | Dominante | População | % Branca | % Parda | % Preta | % Amarela | % Indígena |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | Parda e Preta ++ | 1 456 824 | 26,8 | 47,9 | 24,0 | 1,2 | 0,1 |
| 2 | | Parda e Preta + | 1 471 607 | 40,0 | 41,3 | 17,5 | 1,0 | 0,1 |
| 3 | | Parda e Preta | 3 702 556 | 32,4 | 54,1 | 12,5 | 0,8 | 0,1 |
| 4 | | Mista | 2 835 634 | 50,7 | 38,4 | 10,0 | 0,6 | 0,1 |
| 5 | | Branca | 1 111 271 | 67,7 | 24,9 | 6,7 | 0,5 | 0,1 |
| 6 | | Branca + | 1 246 594 | 85,2 | 11,4 | 2,7 | 0,6 | 0,1 |
| RM RJ | | | 11 824 486 | 46,0 | 40,8 | 12,4 | 0,8 | 0,1 |
| | | Ausência de informação ou espaço inabitado | | | | | | |



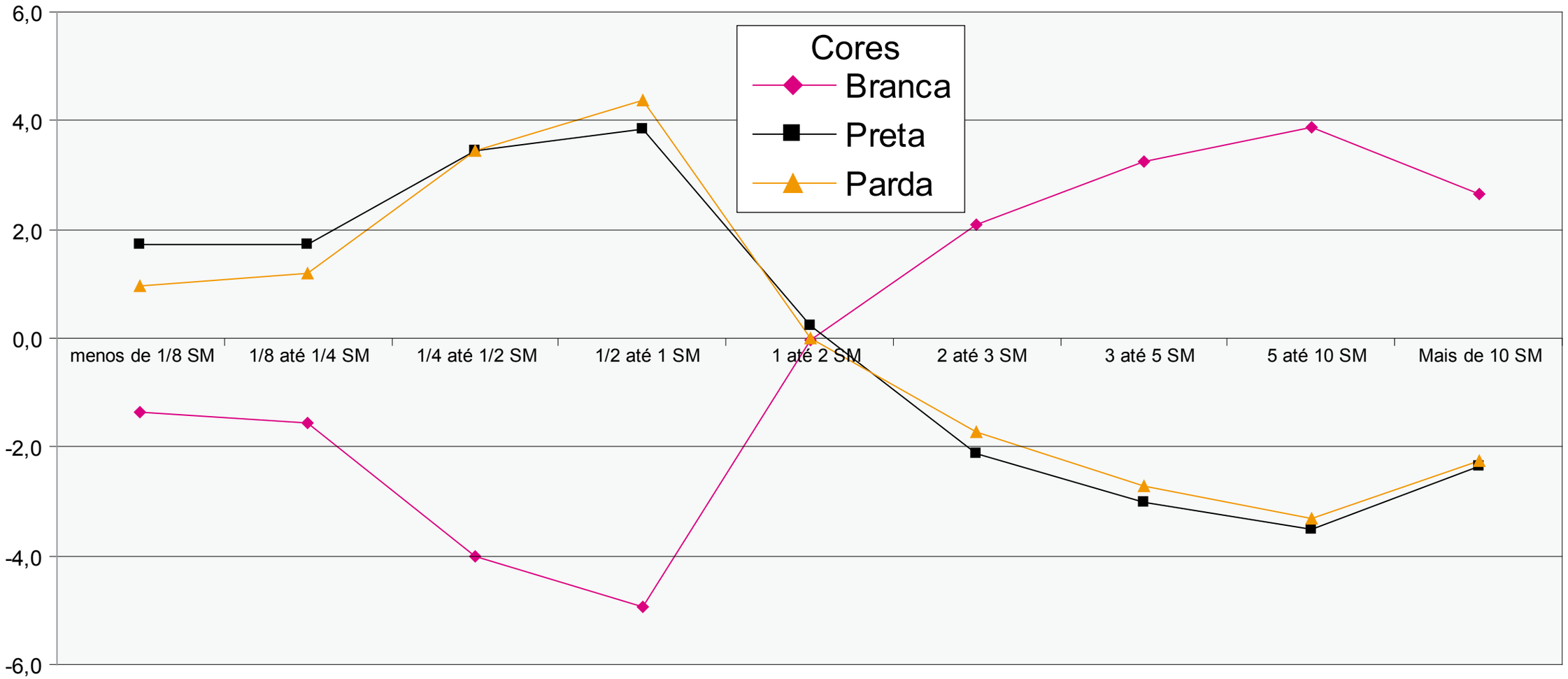

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 14

## Rendimentos mensais per capita e por cor - salários mínimos - Julho 2010
## Diferenças com o perfil médio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
## em pontos percentuais




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo)

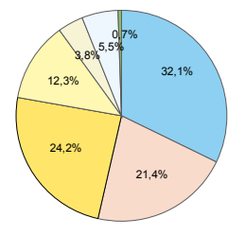
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 15

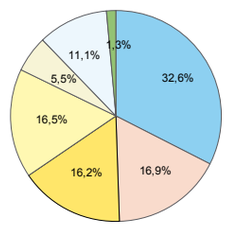
# Relações de parentesco

## 2010



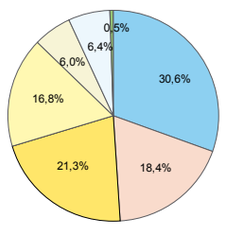

C1 dominante: casal com filhos(as)

15,8% da população da RM



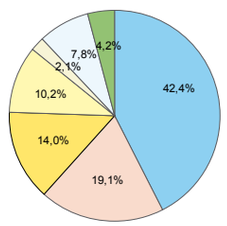

C2 dominante: famílias estendidas

8,2%



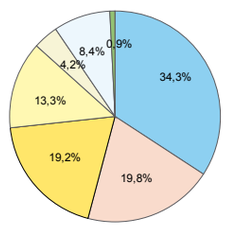

C3 dominante: famílias recompostas

30,8%




C4 dominante: pessoas sozinhas

21,5%

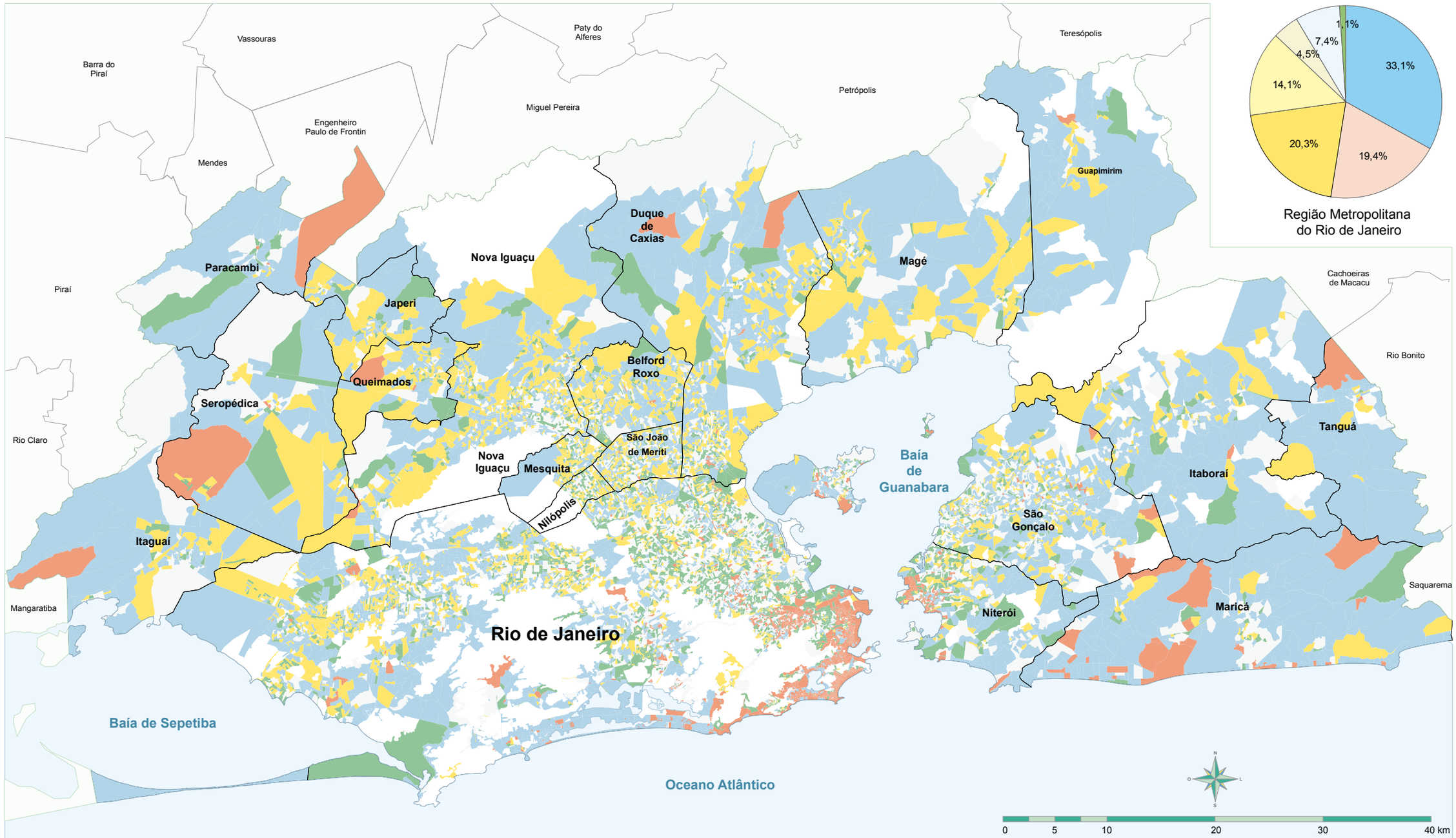



C5 sem dominante

23,7%

Responsável
Cônjuge
Filhos(as) do responsável e do cônjuge
Filhos(as) somente do responsável ou somente do cônjuge
Netos(as) e bisnetos(as)
Outras pessoas da família
Outras pessoas

Ausência de informação ou espaço inabitado







Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

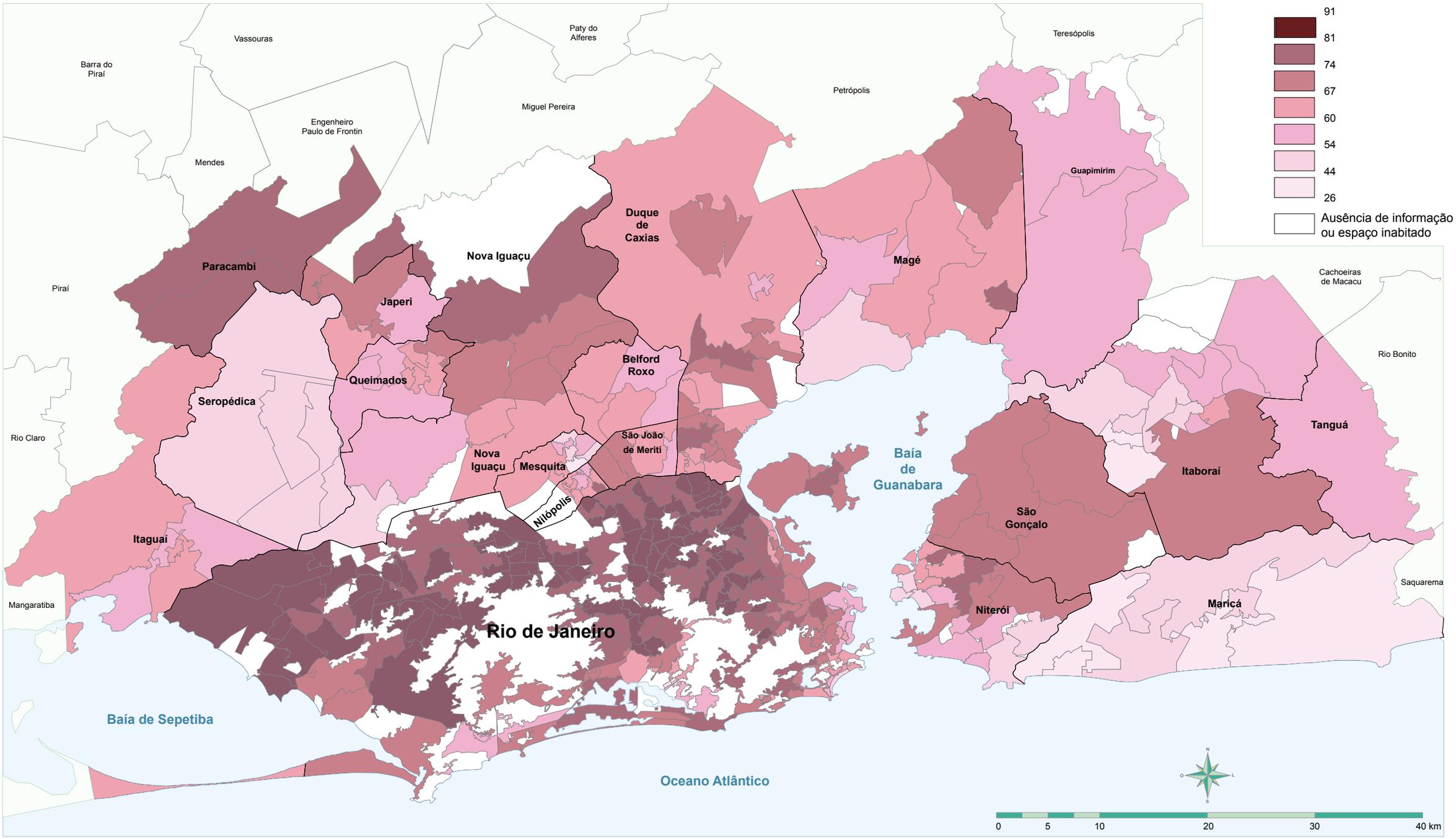
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 16

# Pessoas nascidas no município de residência

## 2010



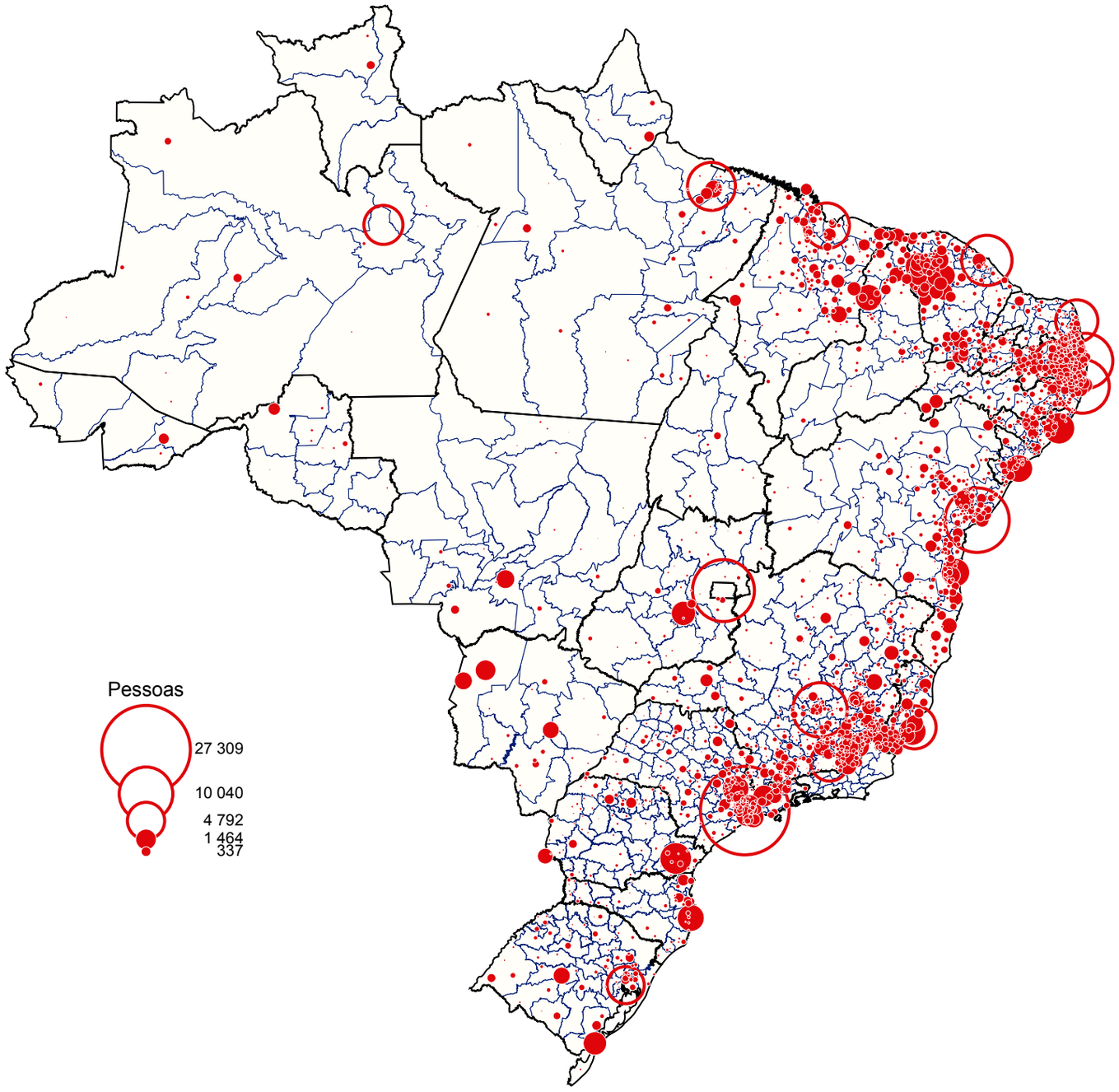

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

**Voltar** ← p.25
← p.26

**Fig. 17**

## Microrregião de residência anterior* dos novos habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010




*municípios do Estado do Rio de Janeiro excluídos

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra)

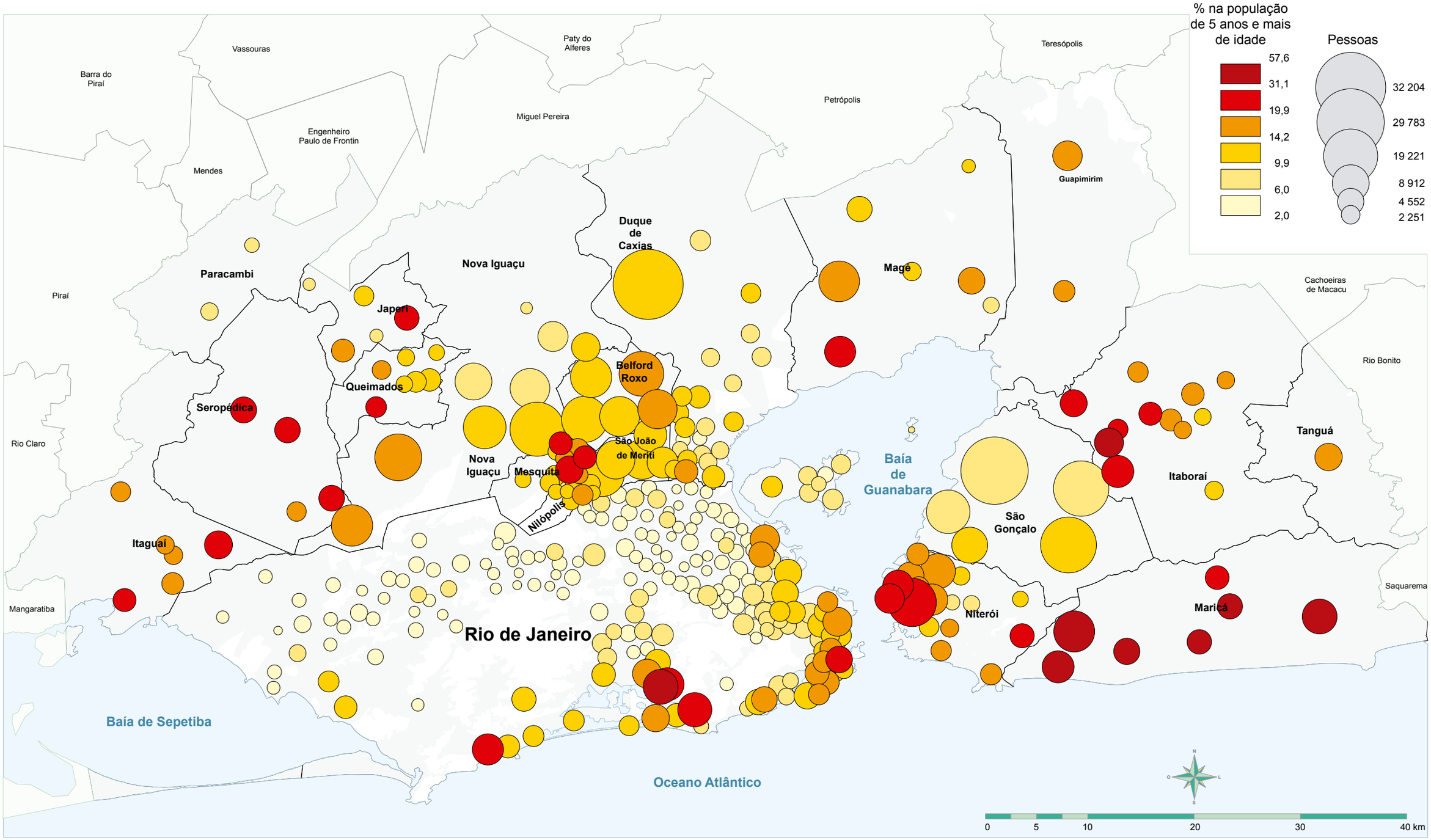
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 18

# Os migrantes

## 2000 - 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

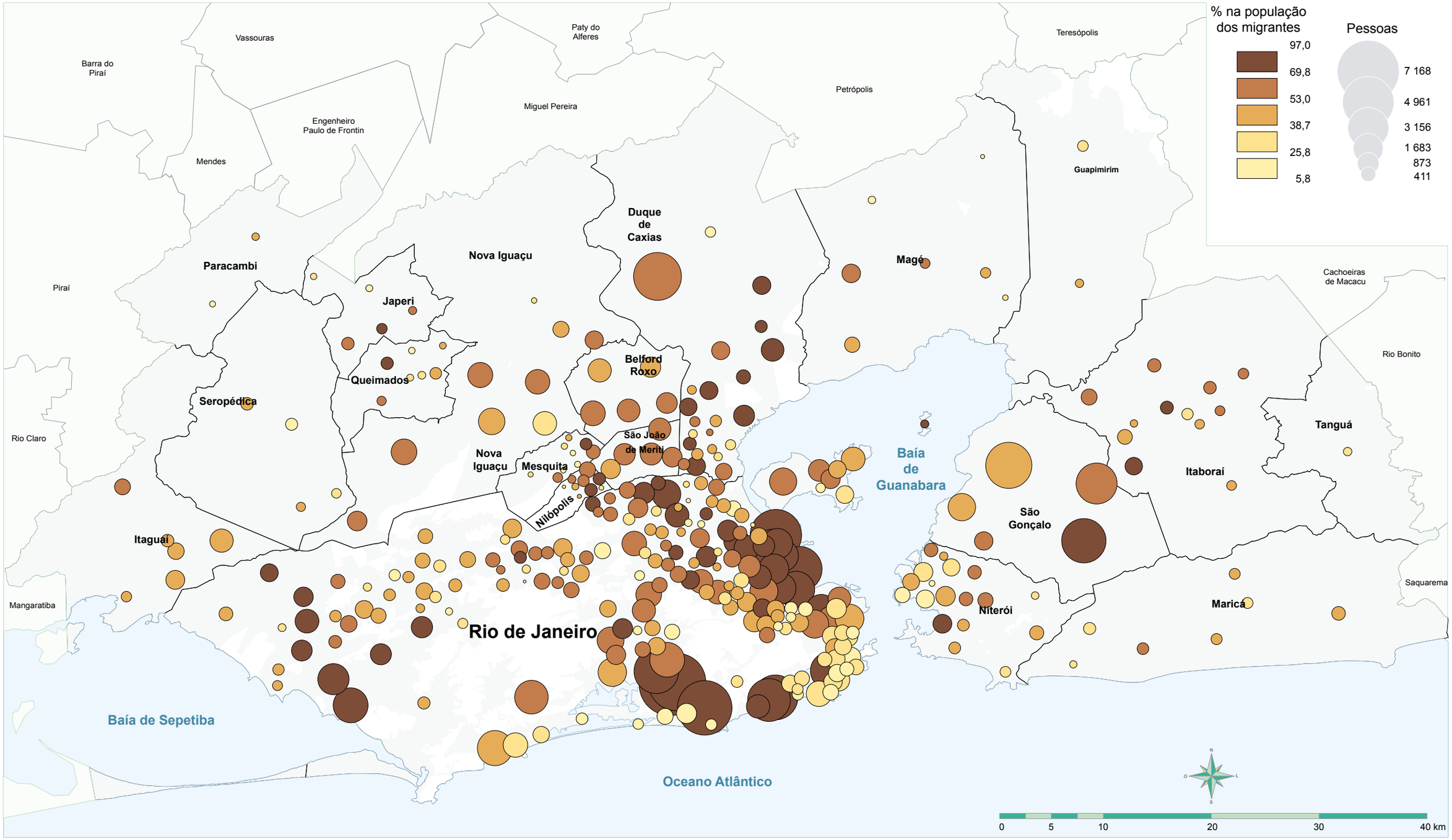
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 19

# Migrantes provenientes da Região Nordeste

## 2000 - 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

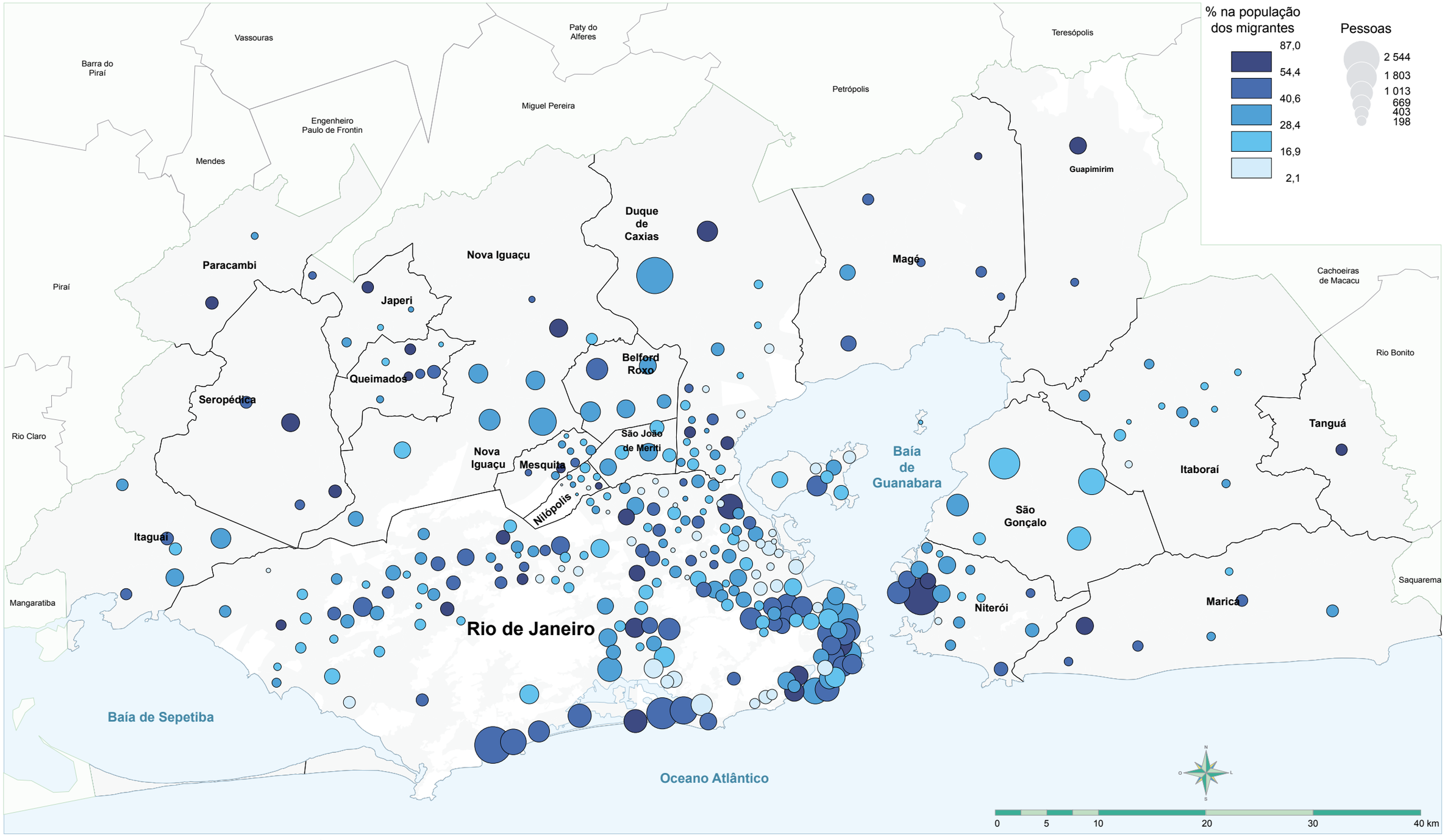
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 20

# Migrantes provenientes da Região Sudeste

## 2000 - 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 21

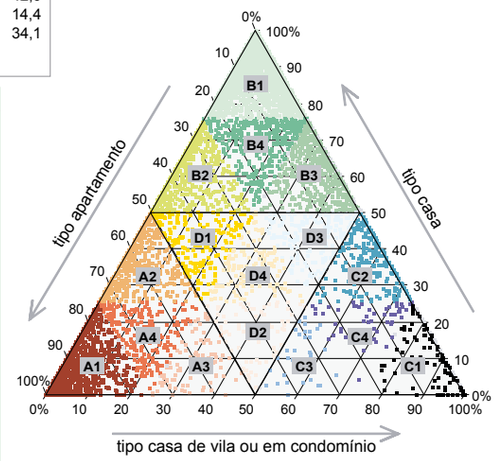
# Tipos de domicílios

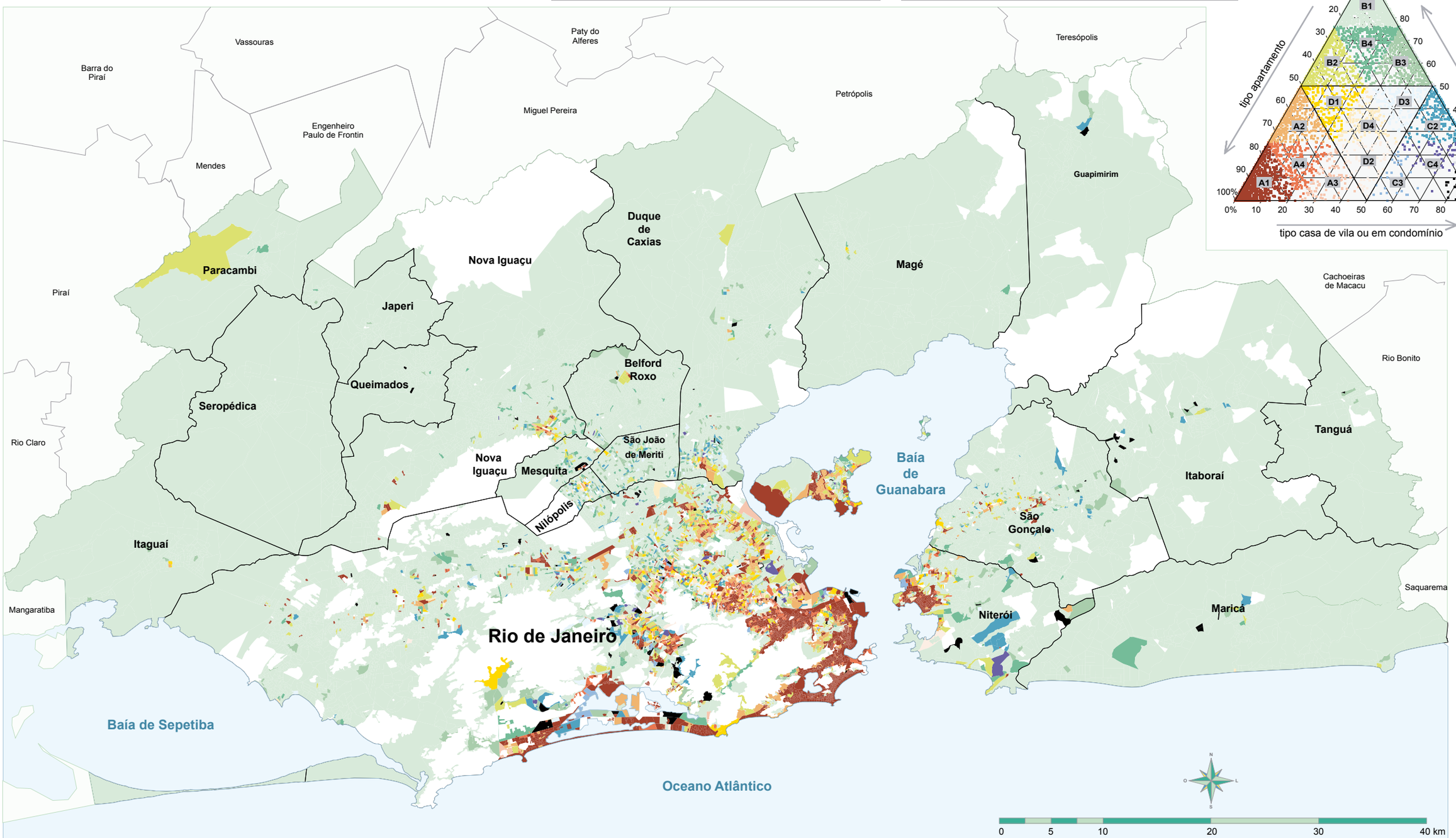
## 2010

| Classes | Domicílios | % Casa | % Casa de vila ou condomínio | % Apartamento |
|---|---|---|---|---|
| | | **Tipo dominante : apartamento** | | |
| A1 | 687 903 | 4,0 | 1,5 | 94,5 |
| A2 | 121 621 | 36,1 | 3,4 | 60,5 |
| A3 | 19 277 | 9,0 | 31,0 | 60,0 |
| A4 | 58 007 | 17,4 | 13,4 | 69,2 |
| | | **Tipo dominante : casa** | | |
| B1 | 2 393 817 | 95,5 | 2,2 | 2,3 |
| B2 | 148 656 | 61,3 | 3,1 | 35,6 |
| B3 | 120 019 | 62,0 | 33,7 | 4,3 |
| B4 | 90 193 | 69,8 | 16,1 | 14,1 |
| **RM RJ** | 3 852 925 | 69,2 | 6,2 | 24,6 |

| Classes | Domicílios | % Casa | % Casa de vila ou condomínio | % Apartamento |
|---|---|---|---|---|
| | | **Tipo dominante : casa de vila ou condomínio** | | |
| C1 | 22 240 | 8,5 | 88,7 | 2,8 |
| C2 | 48 926 | 36,6 | 59,2 | 4,2 |
| C3 | 6 497 | 10,0 | 56,4 | 33,6 |
| C4 | 11 953 | 21,2 | 66,6 | 12,2 |
| | | **Tipo misto** | | |
| D1 | 43 229 | 42,5 | 14,2 | 43,3 |
| D2 | 15 994 | 17,3 | 40,7 | 42,0 |
| D3 | 37 627 | 43,8 | 41,8 | 14,4 |
| D4 | 26 966 | 34,5 | 31,4 | 34,1 |

Ausência de informação ou espaço inabitado




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

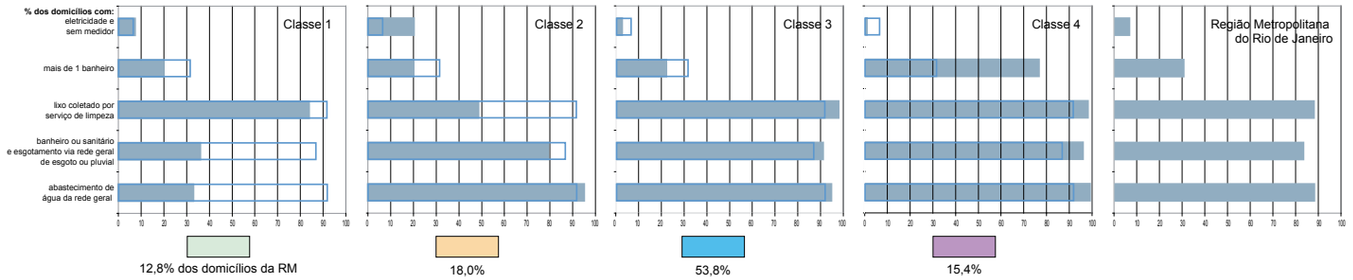
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

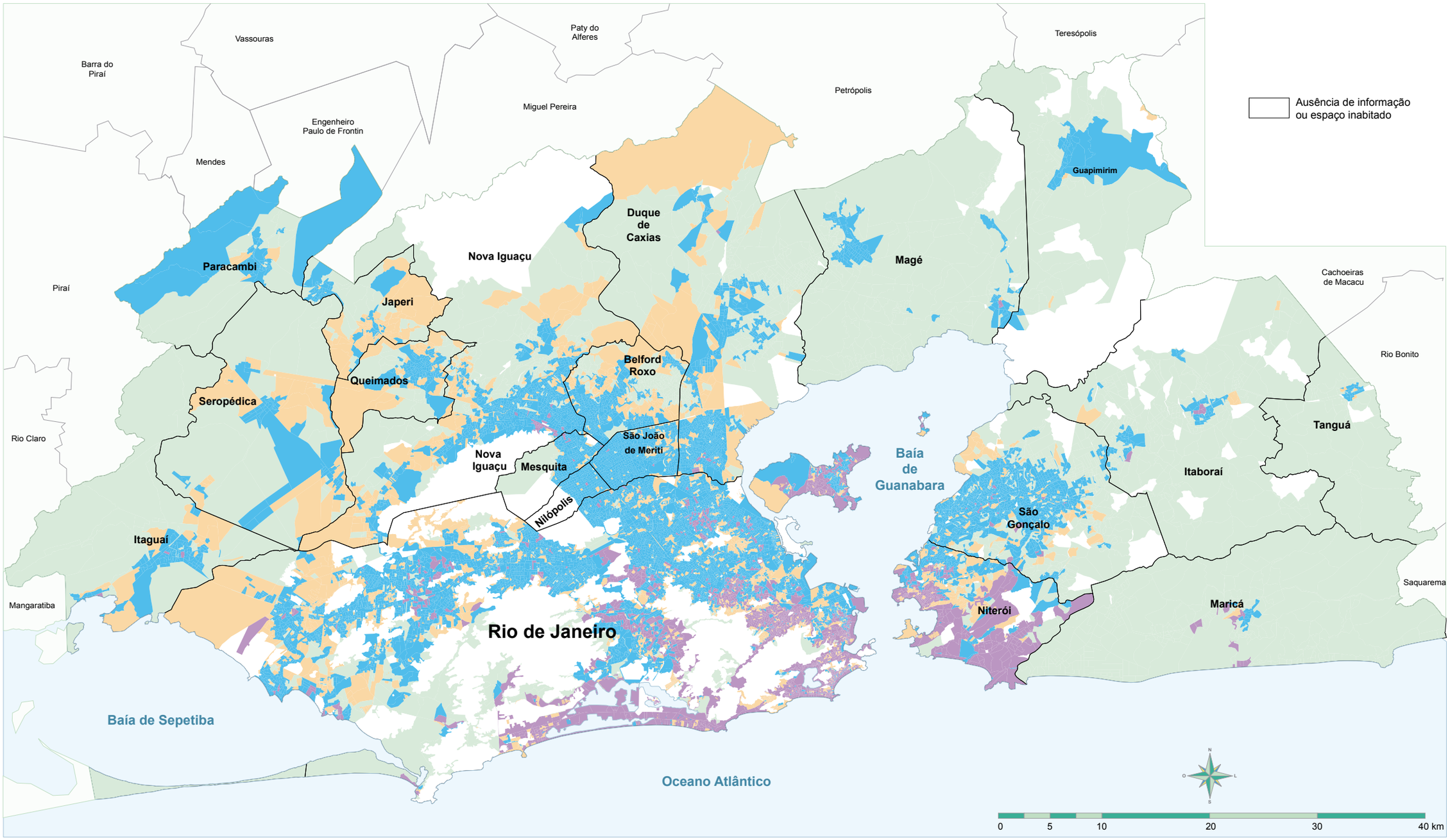
← Voltar ao texto

Fig. 22

# Abastecimento de água
# Banheiros e esgotos
# Destino do lixo
# Distribuição de energia elétrica

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

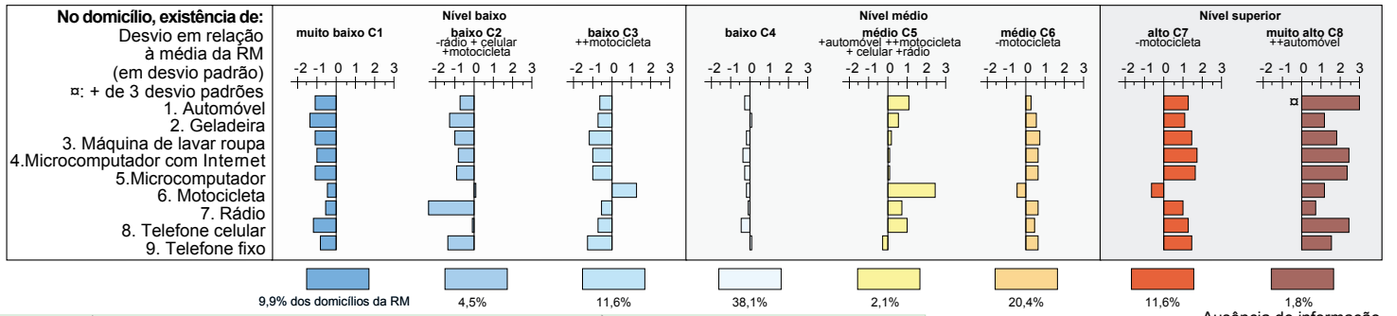
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

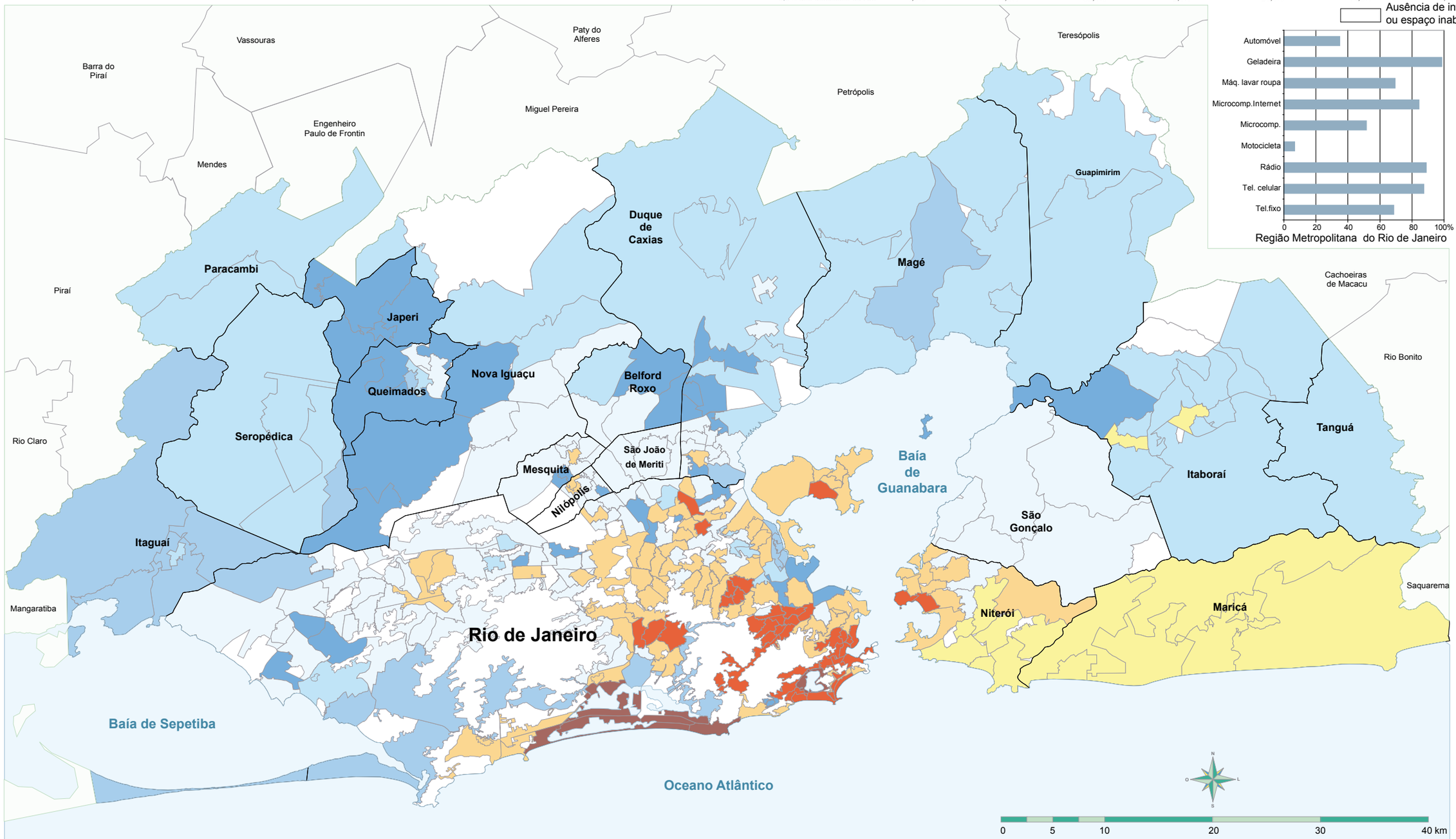
← Voltar ao texto

Fig. 23

# Equipamento dos domicílios

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

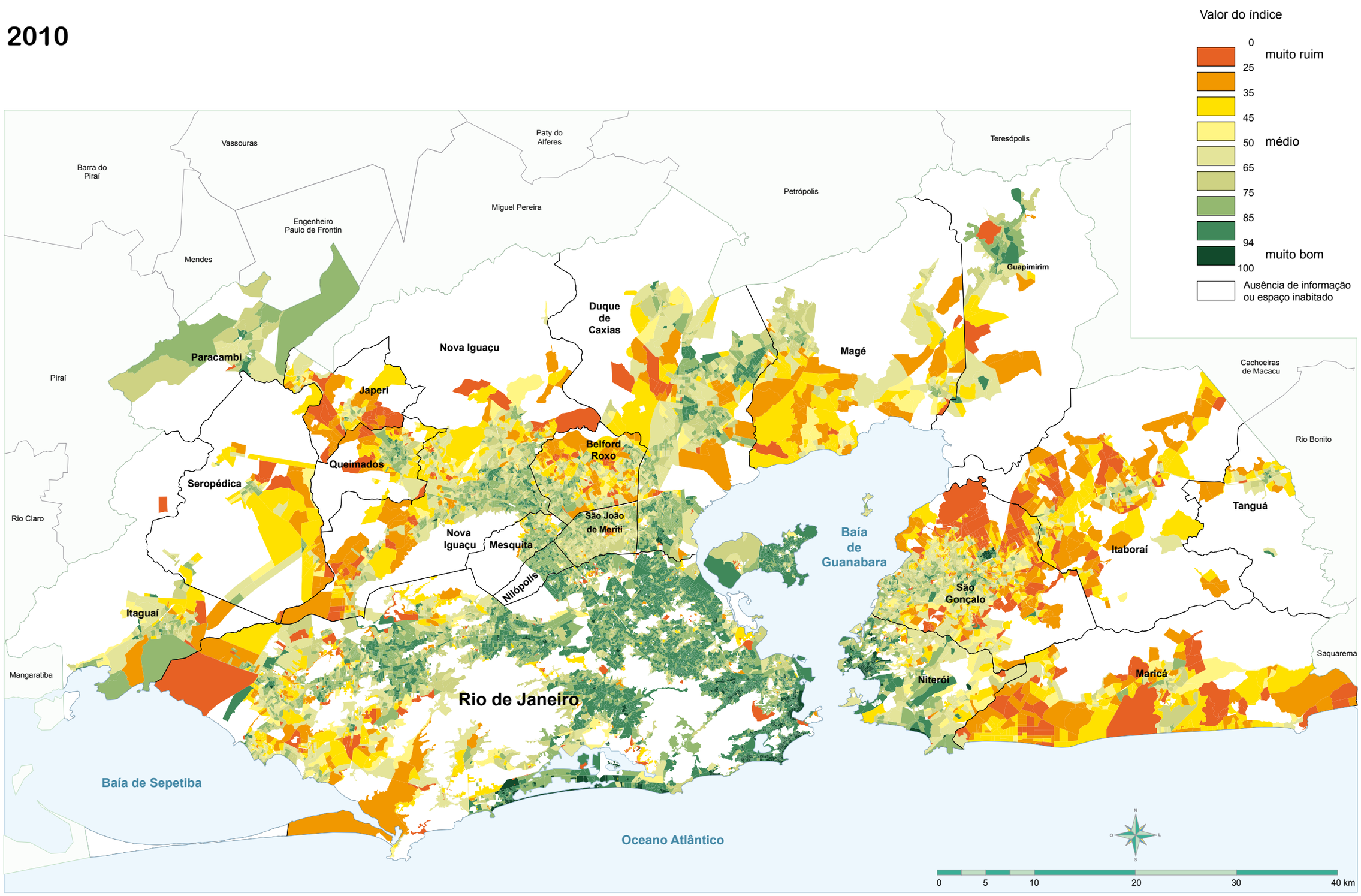
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 24

# Índice de qualidade do entorno dos domicílios urbanos

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

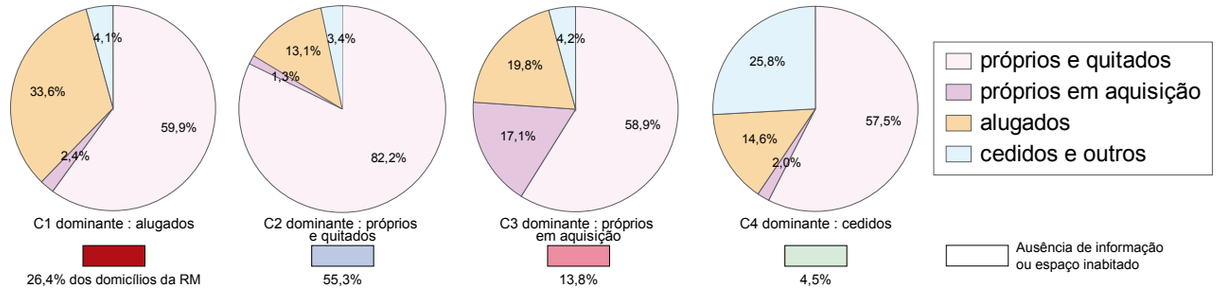
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

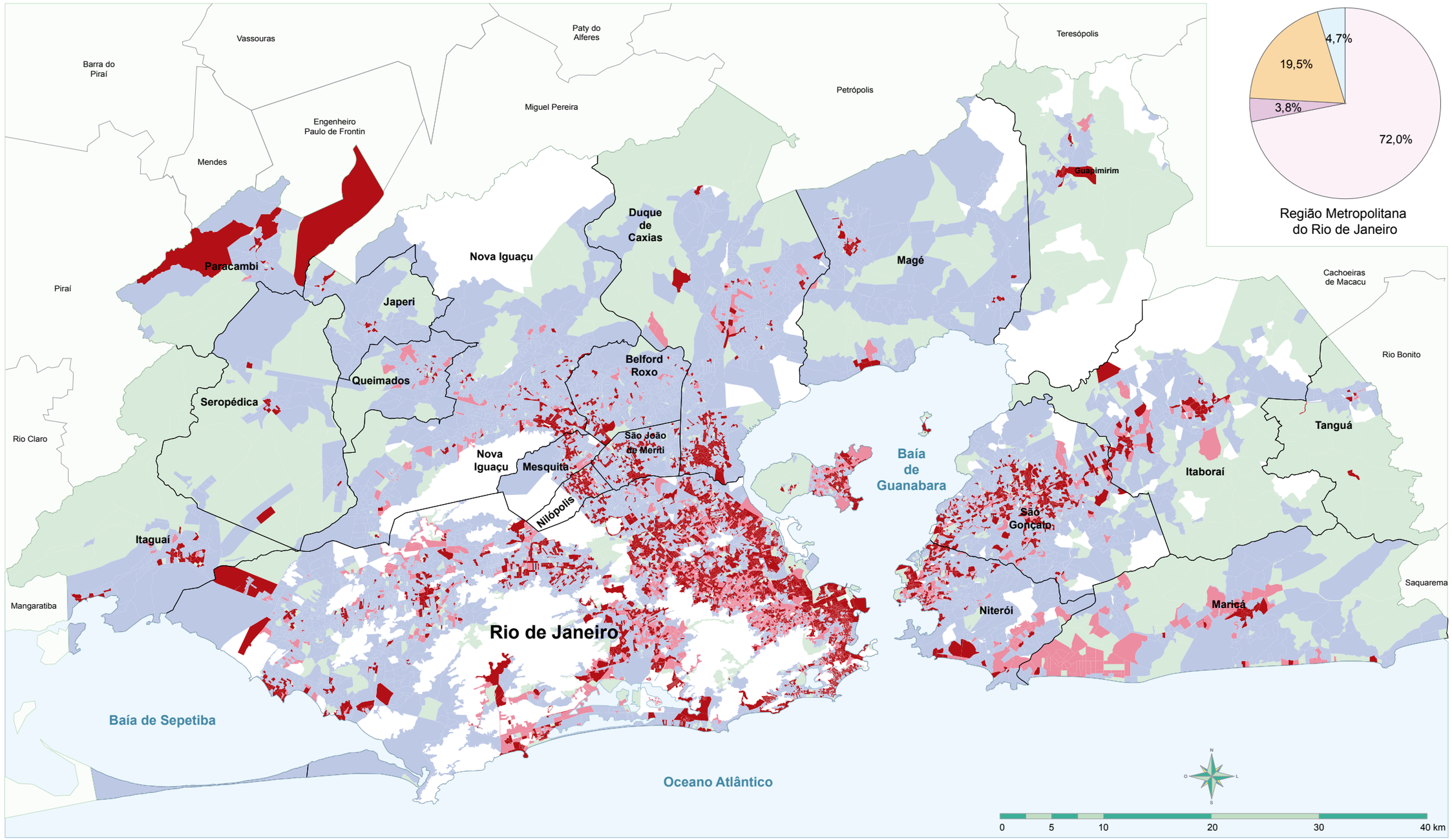
← Voltar ao texto

Fig. 25

# Condição de ocupação no domicílio

## 2010







Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

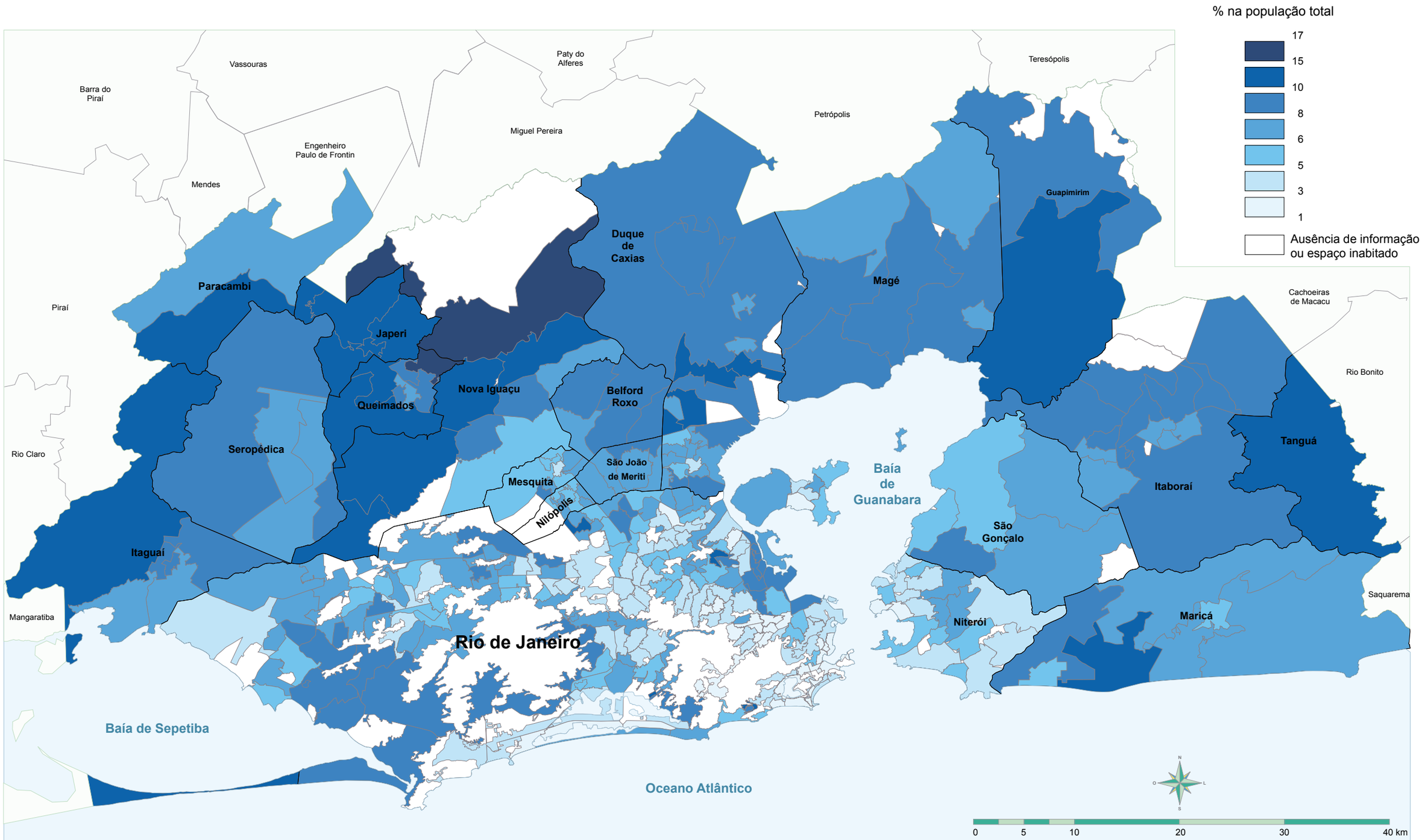
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 26

# Pessoas que nunca frequentaram a escola

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

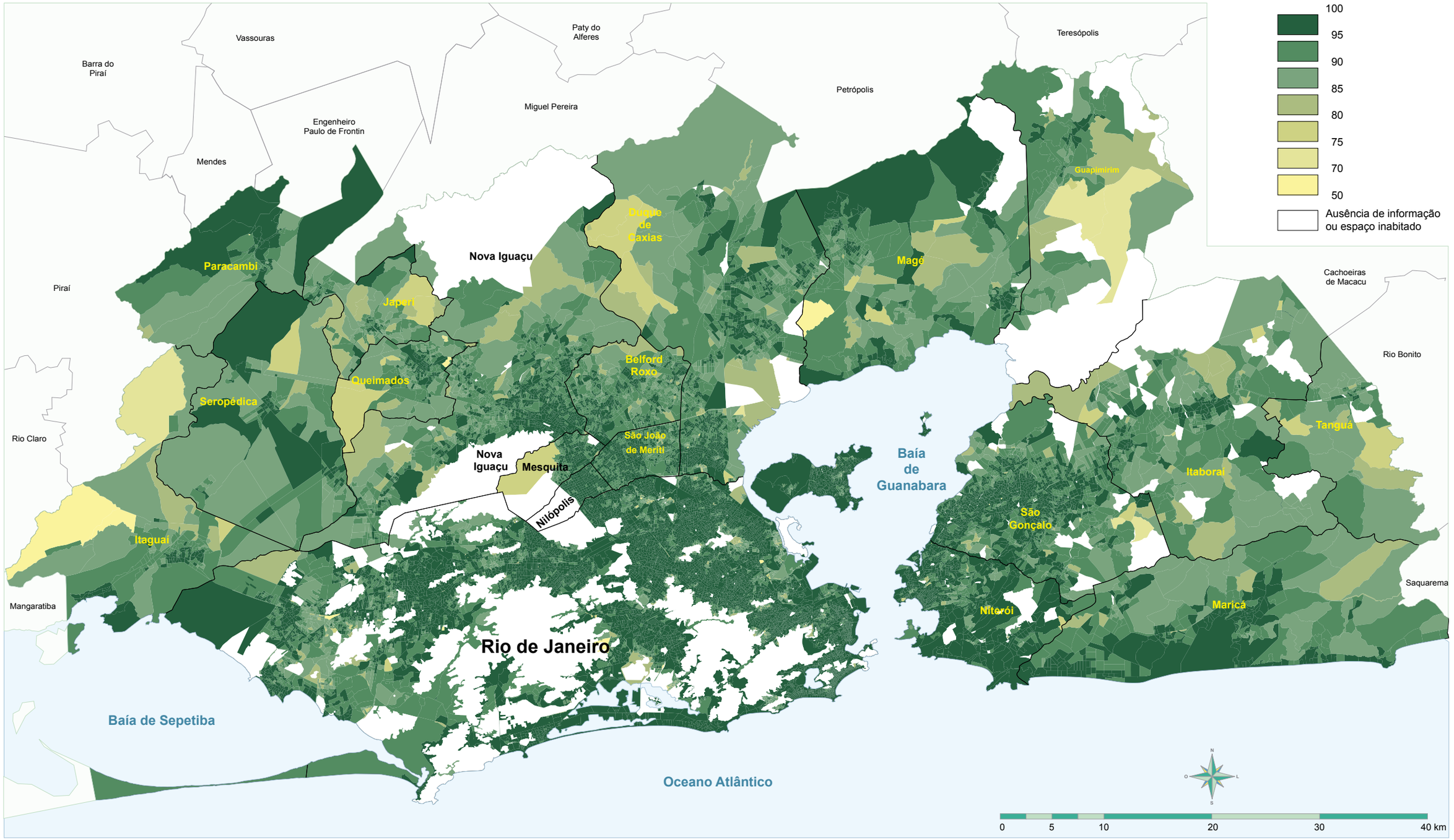
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 27

# Pessoas alfabetizadas

## com 5 ou mais anos de idade - 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

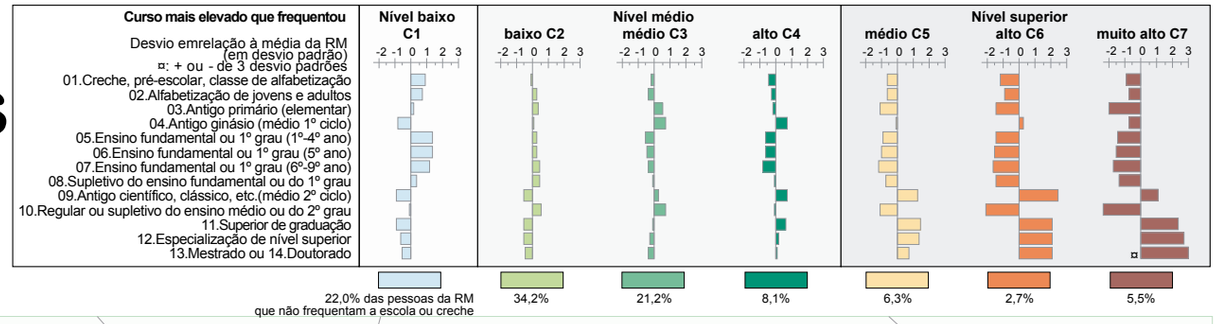
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

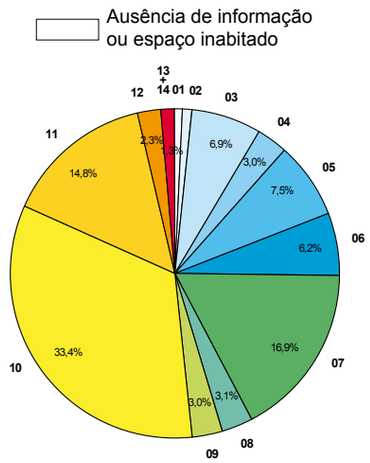
← Voltar ao texto

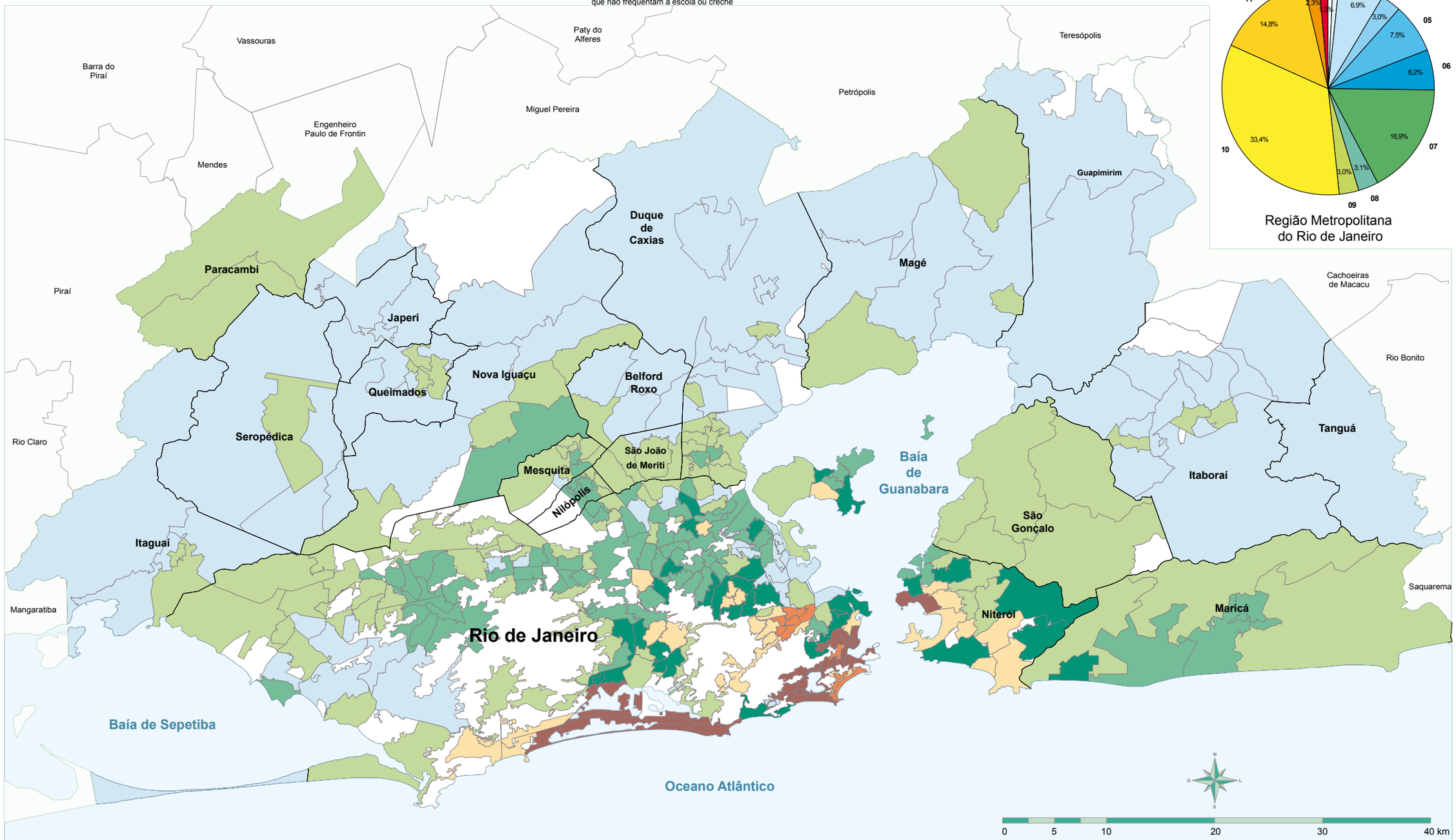
Fig. 28

# Níveis escolares

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

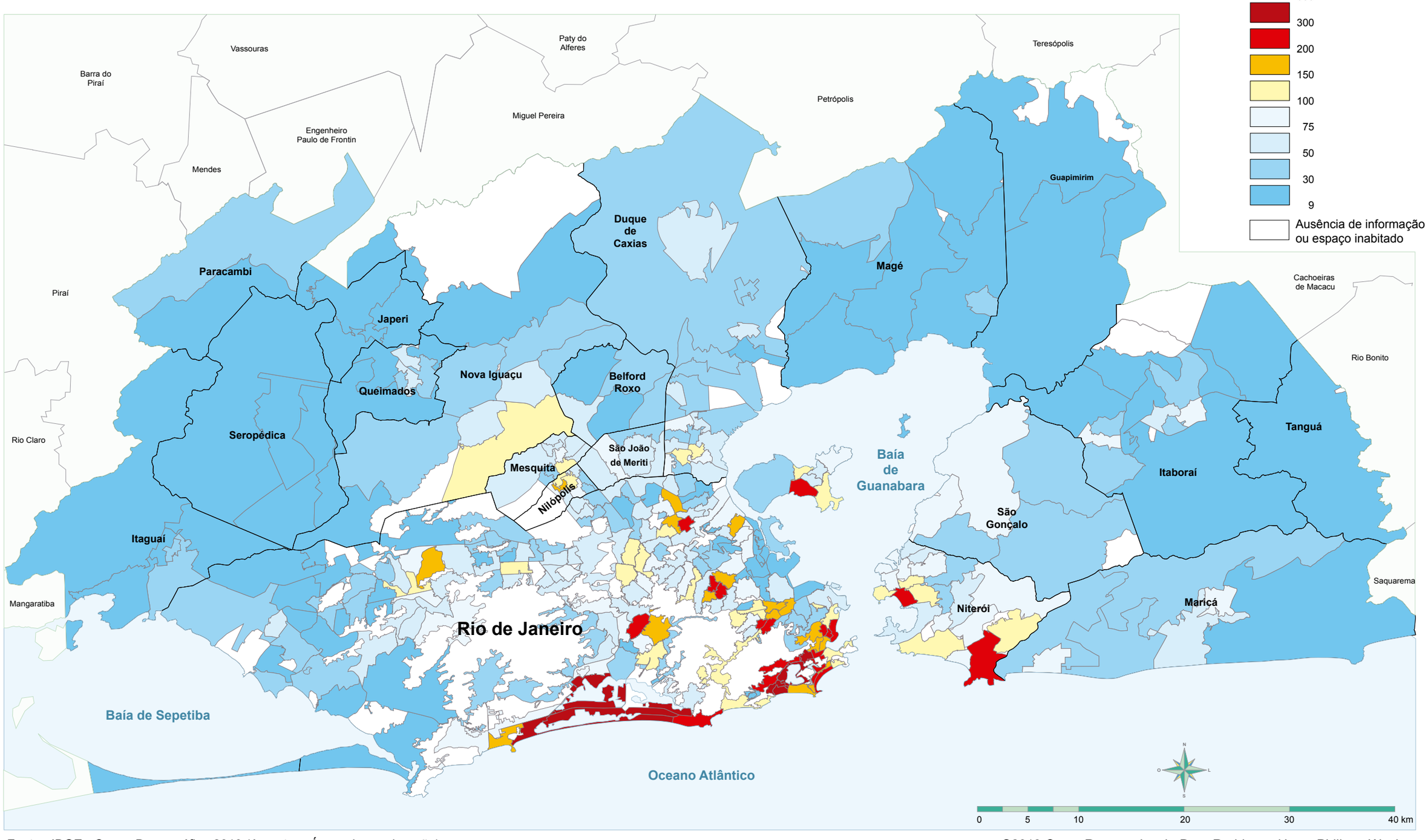
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar
← p.37
← p.38
← p.62

Fig. 29

# Alunos em escolas públicas ou particulares

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

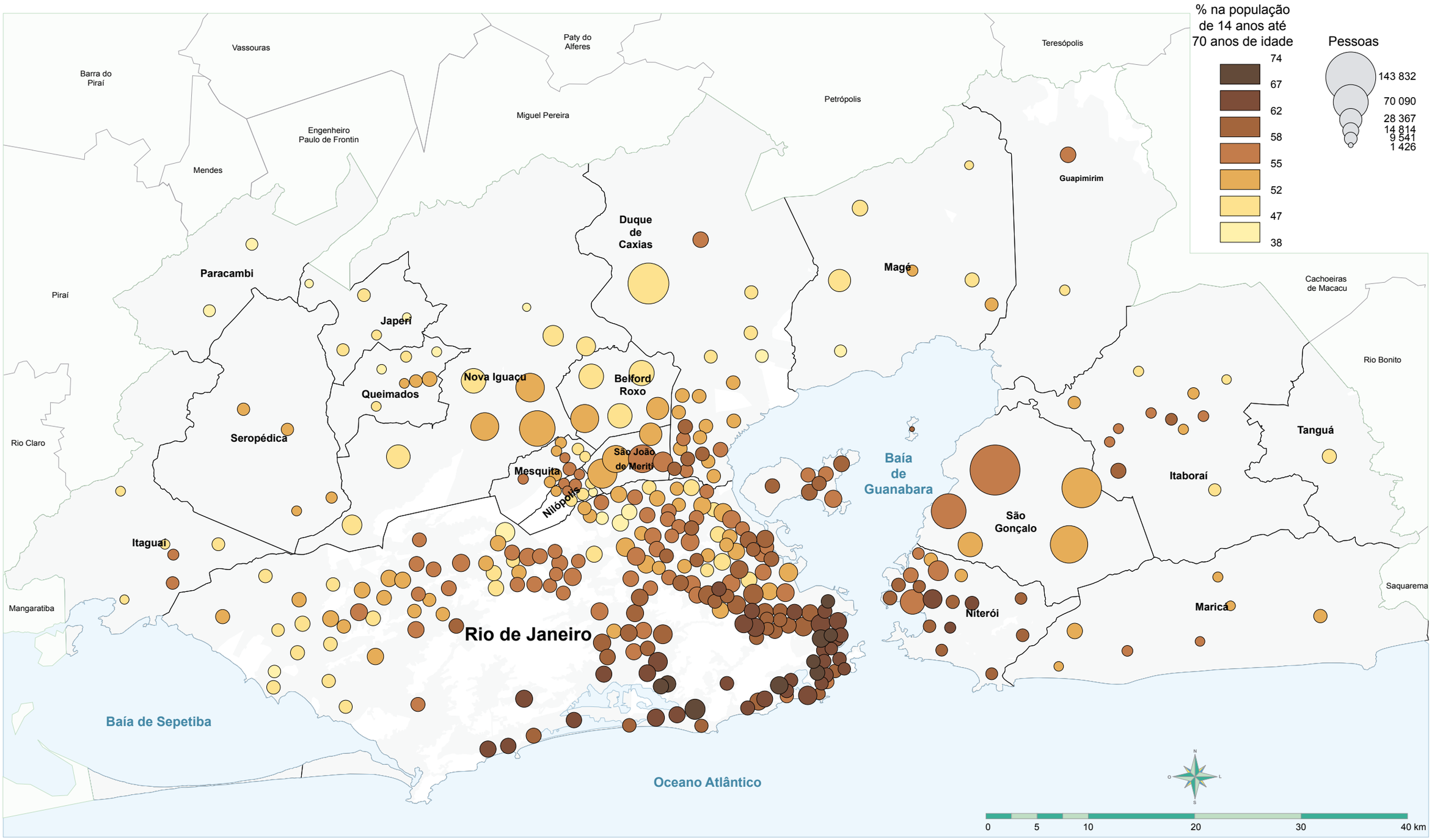
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 30

# Taxa de emprego

## na semana de 25 a 31 de julho de 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

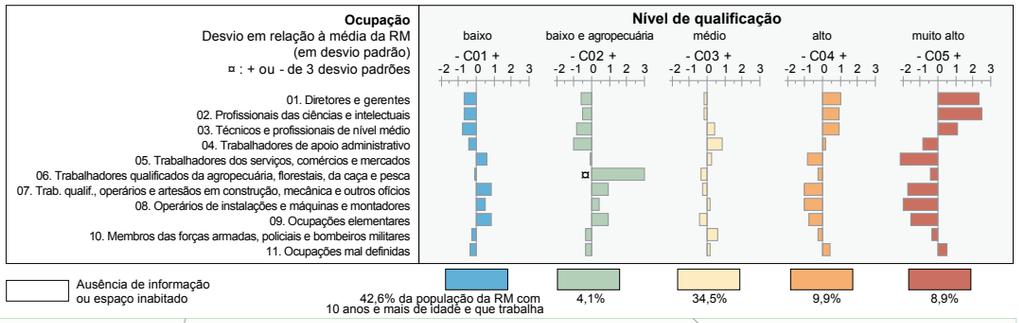
← Voltar ao texto

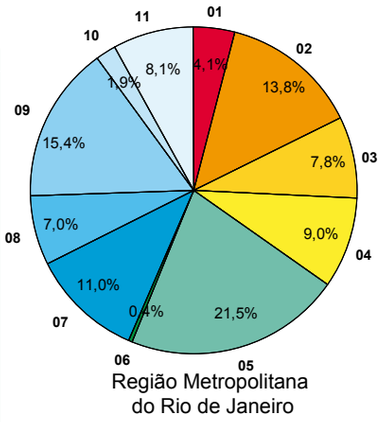
Fig. 31

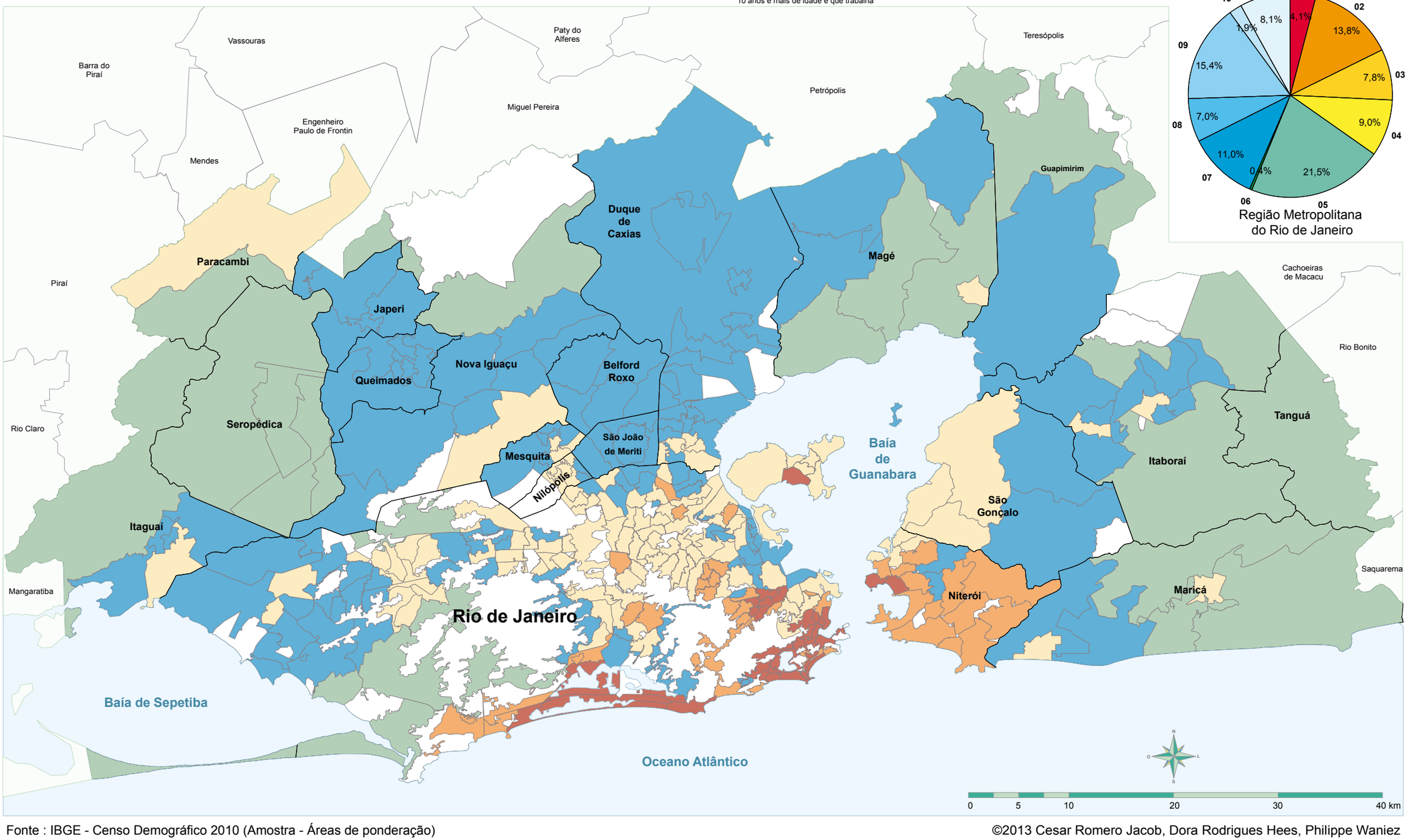
# Ocupações

## e níveis de qualificação dos ativos

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

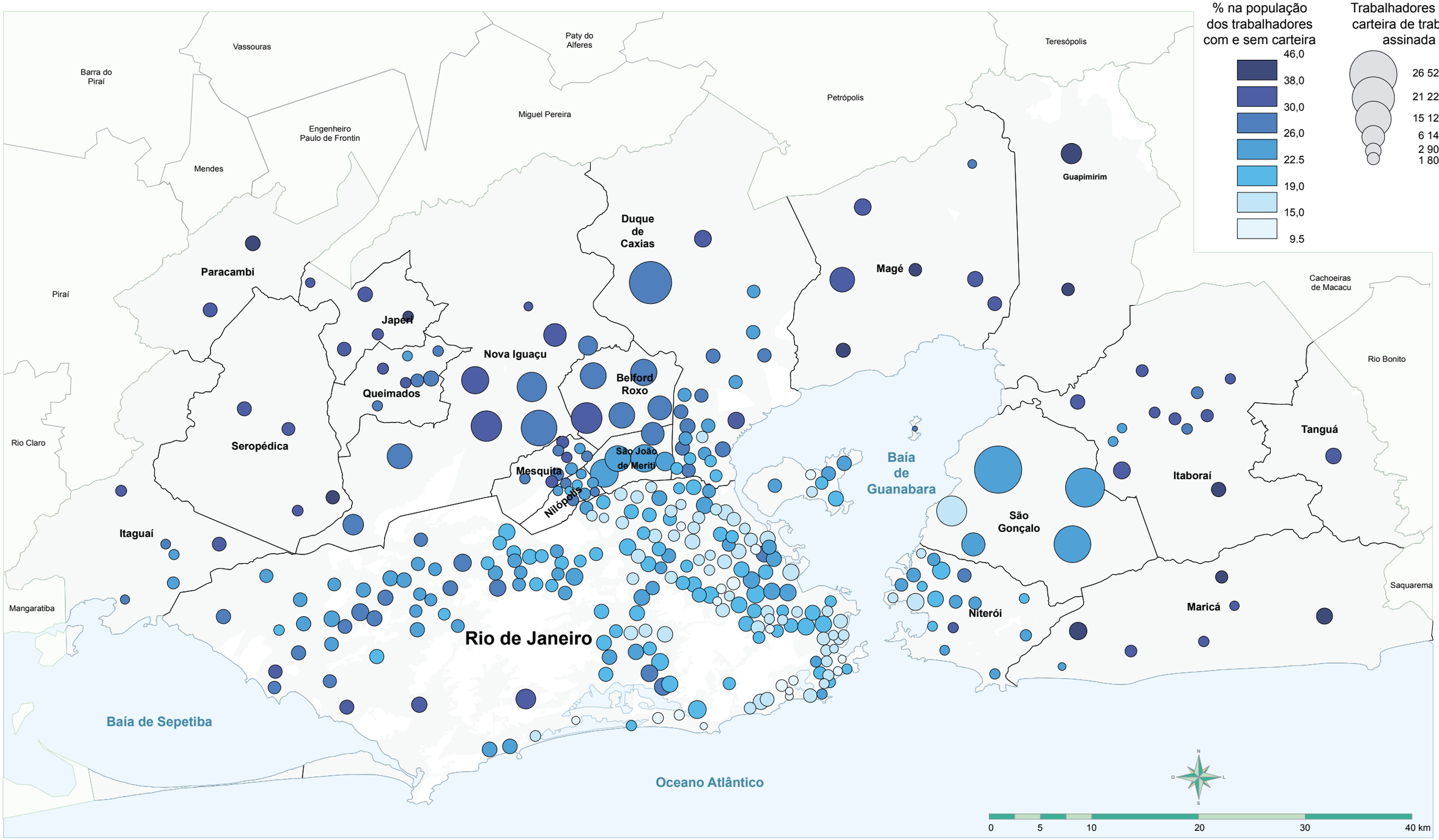
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 32

# Empregados sem carteira de trabalho assinada

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

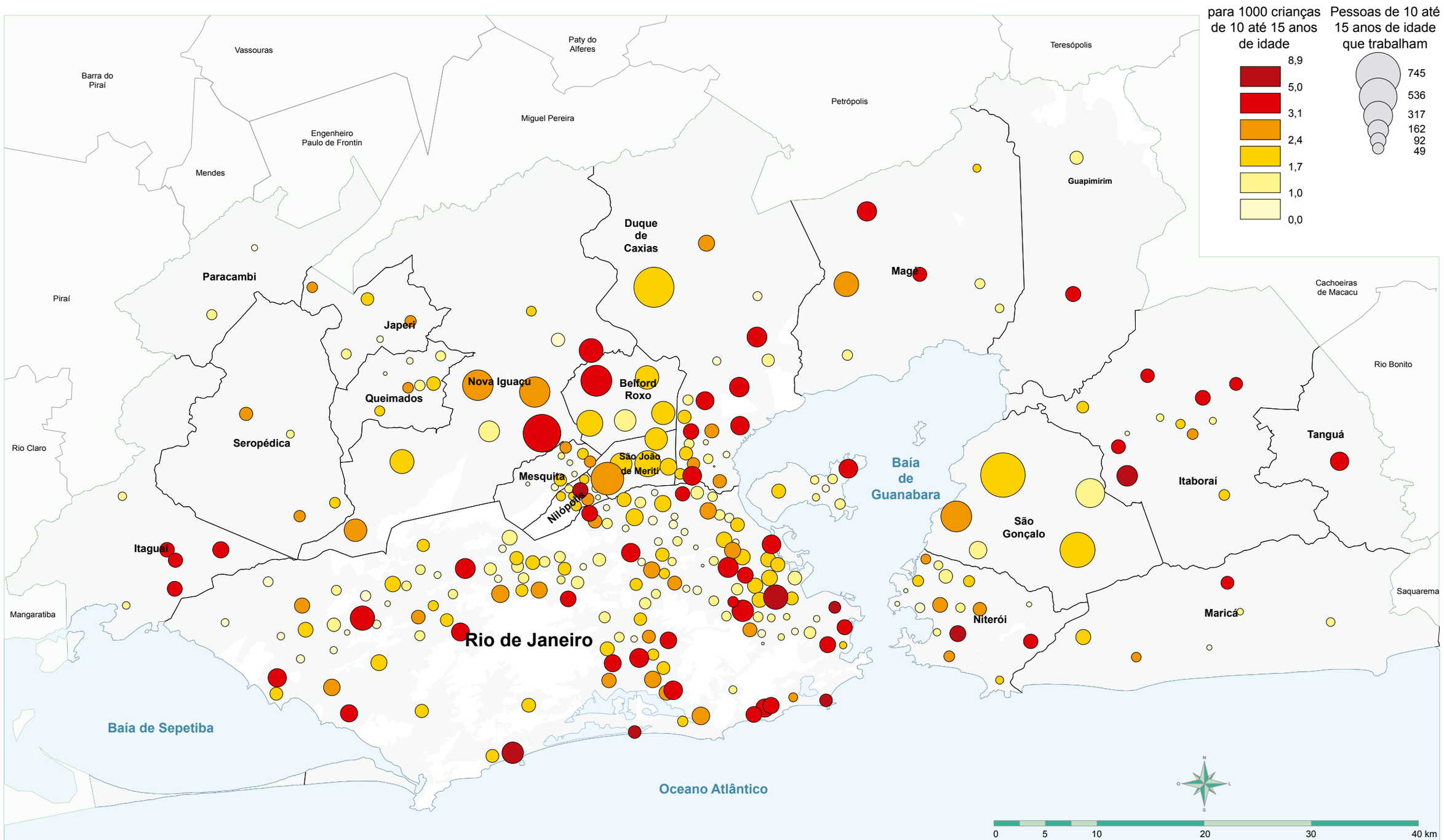
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 33

# Trabalho infantil

## na semana de 25 a 31 de julho de 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

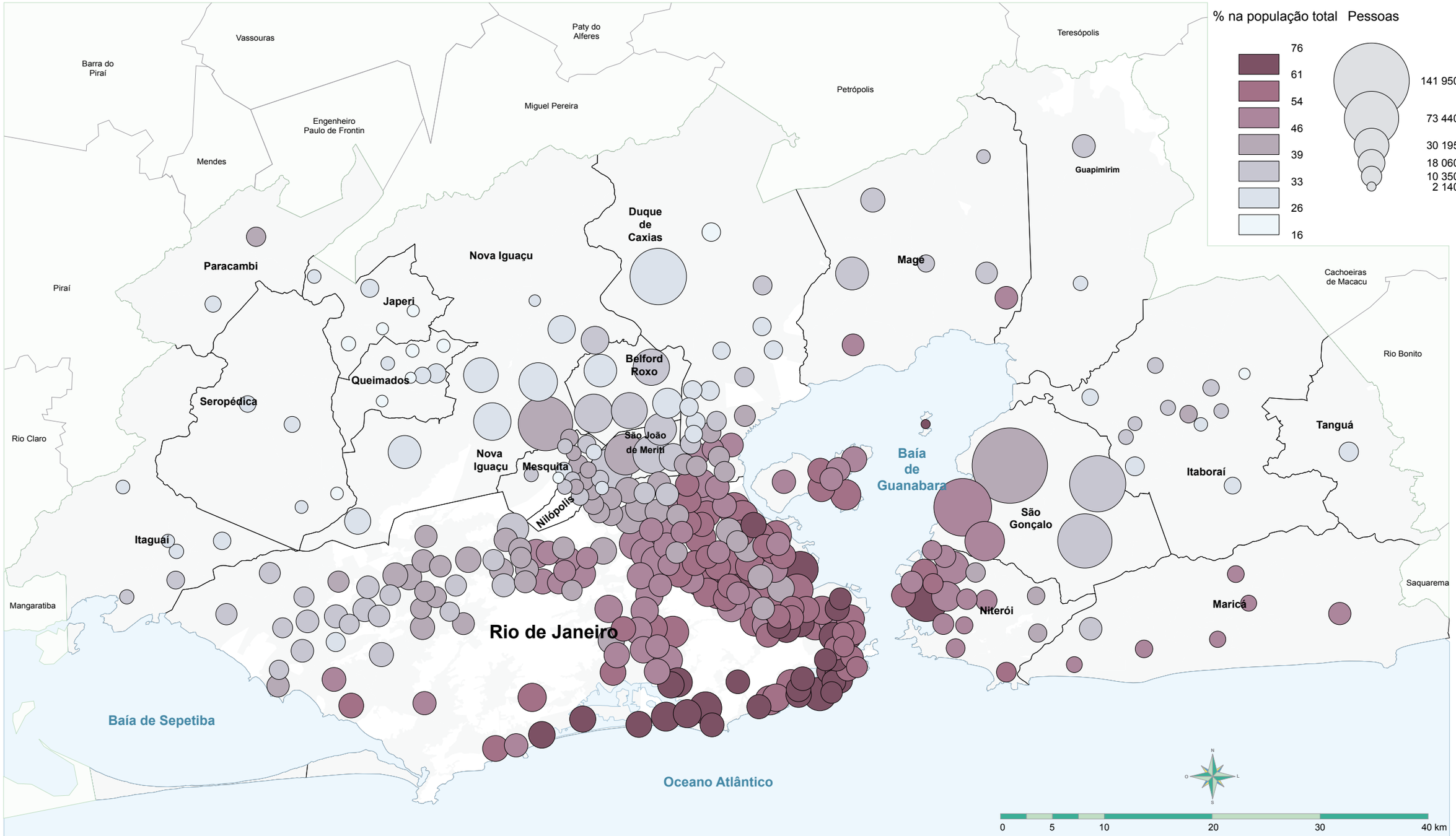
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 34

# Religião Católica Apostólica Romana

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

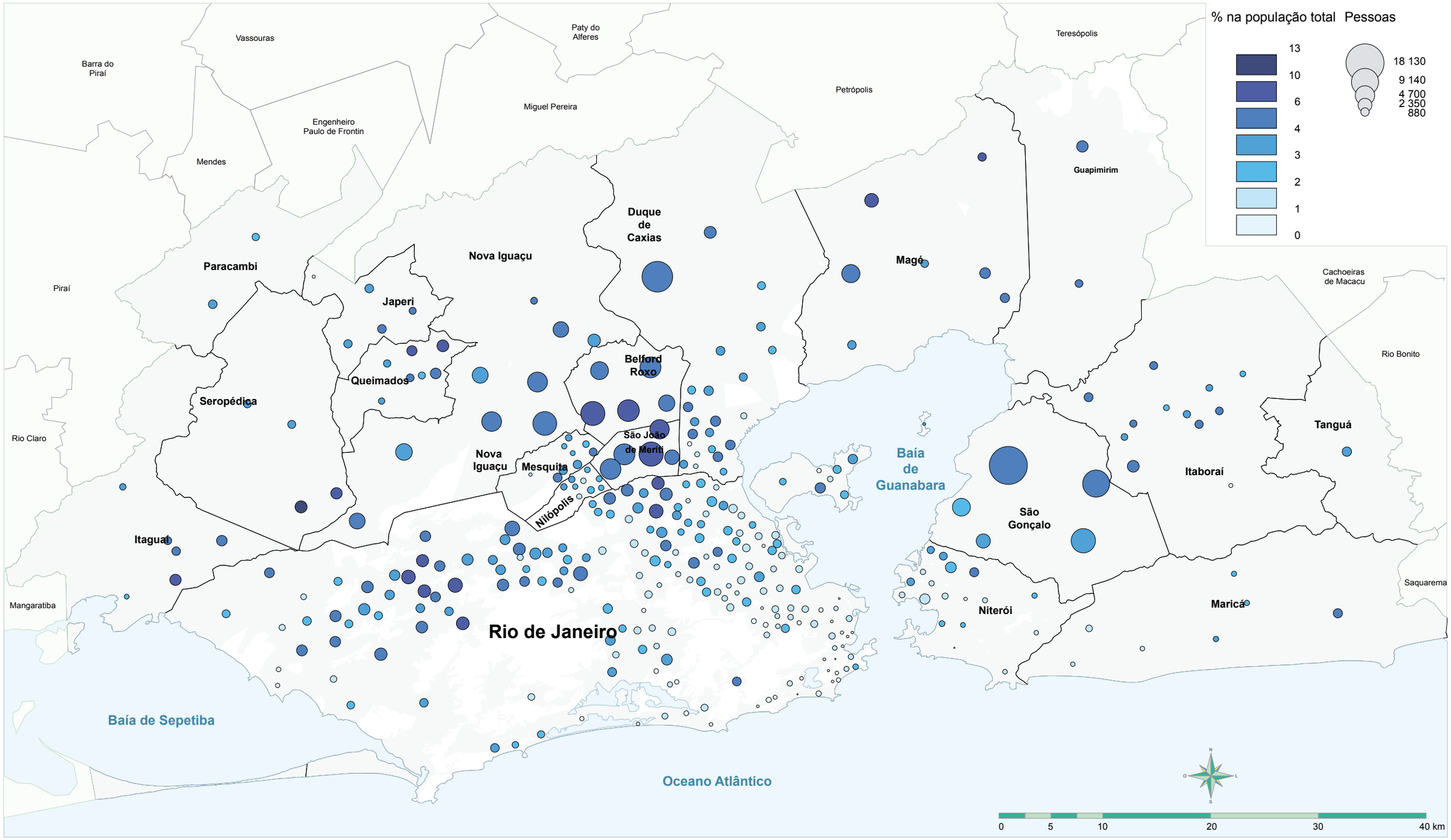
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 35

# Religião Evangélica de Missão Batista

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

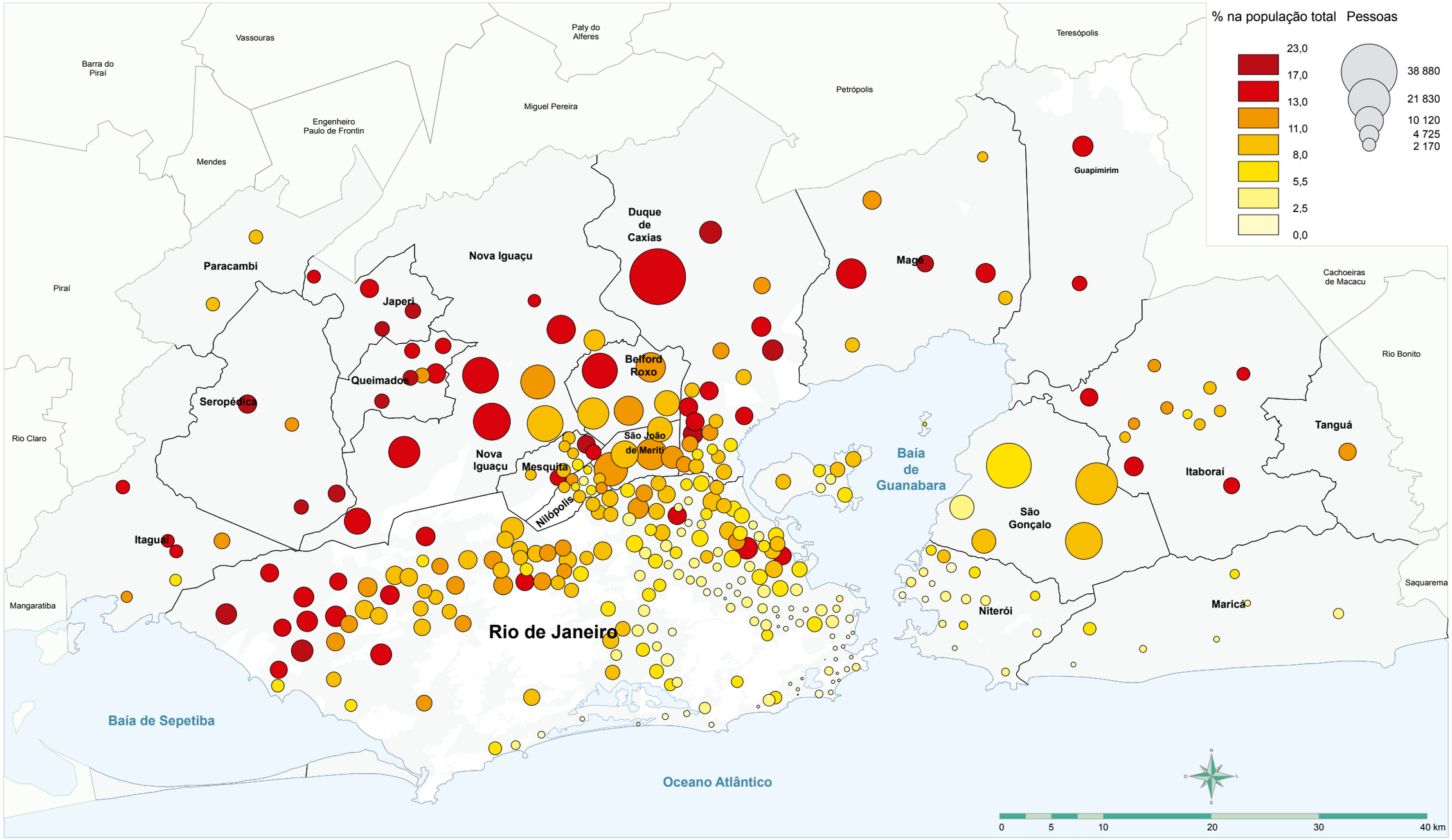
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 36

# Religião Evangélica Pentecostal Assembleia de Deus

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

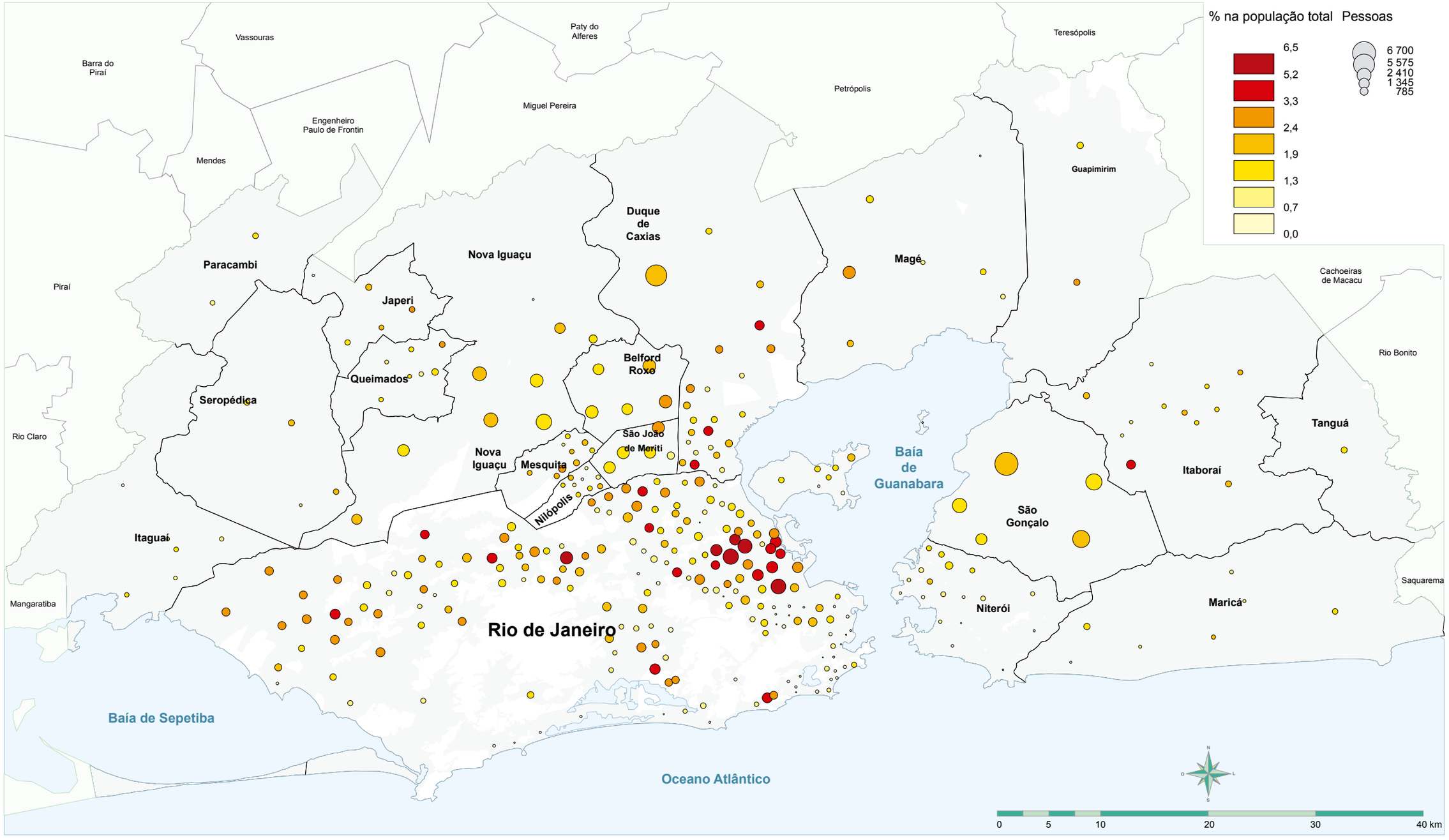
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 37

# Religião Evangélica Pentecostal Universal do Reino de Deus

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

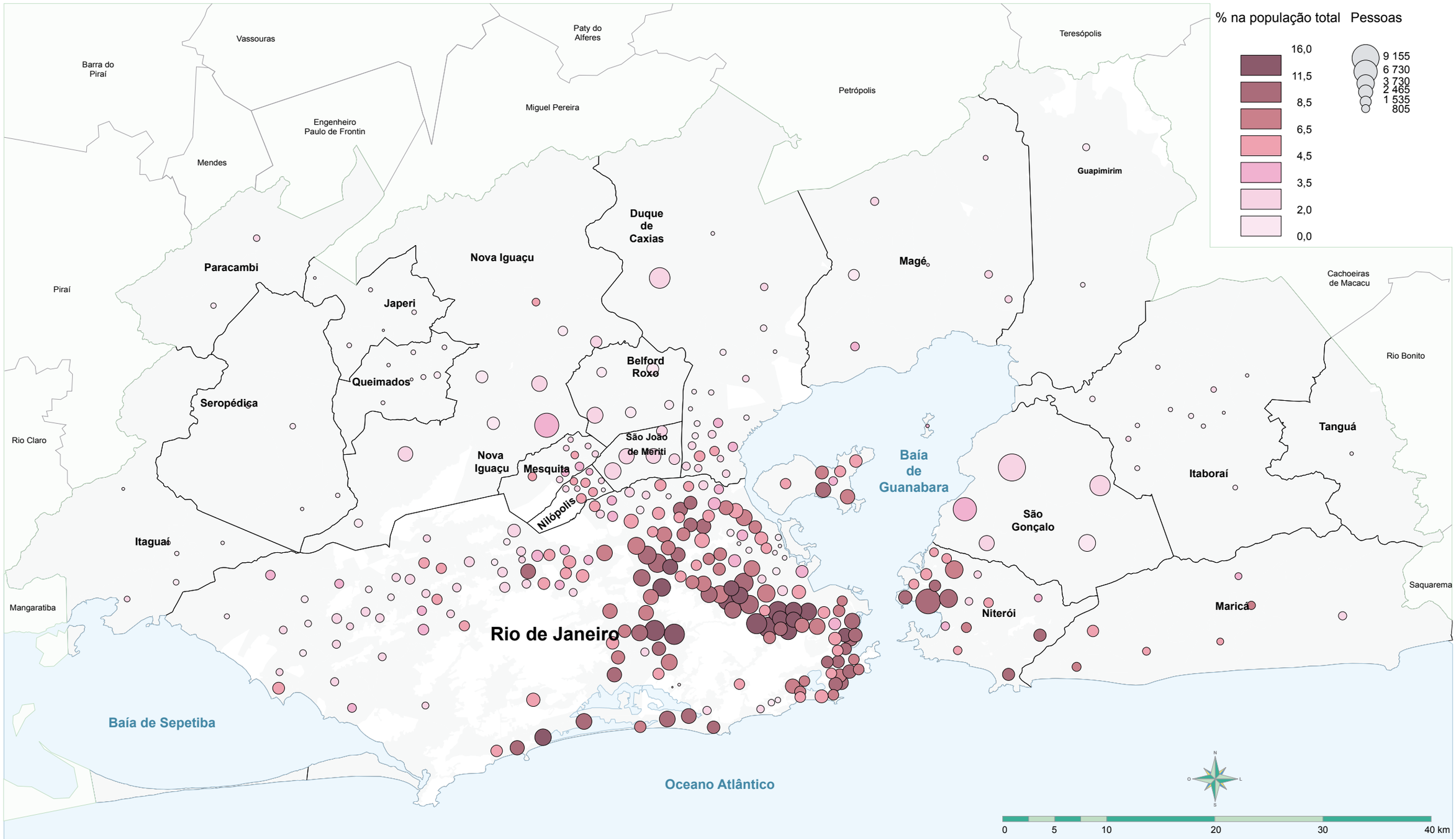
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 38

# Religião Espírita

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

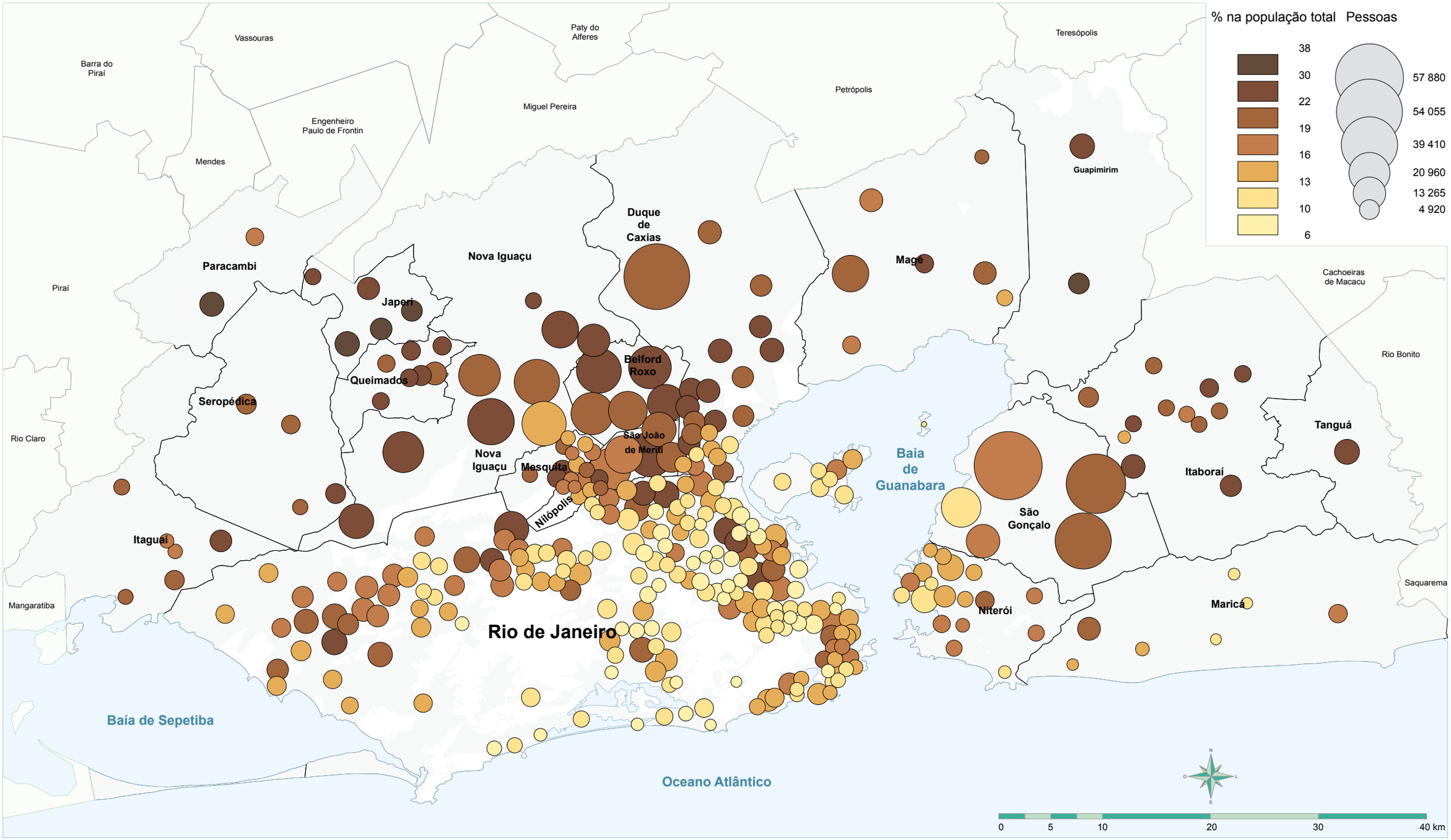
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 39

# Pessoas sem Religião

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

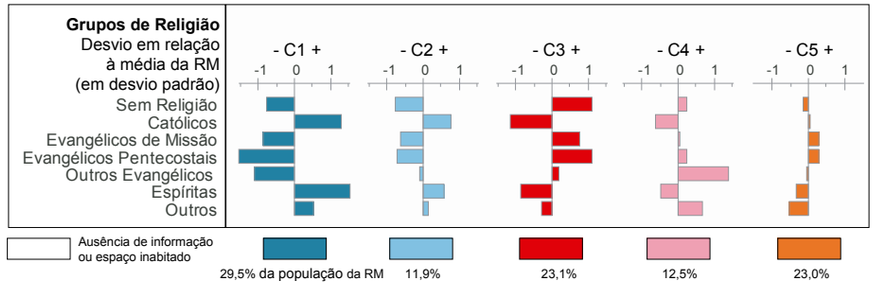
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

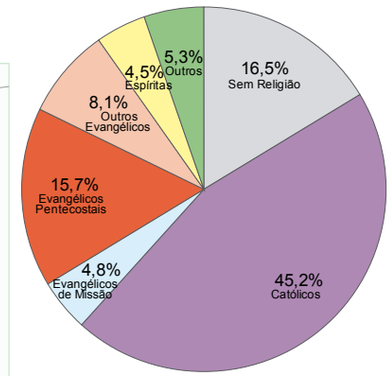
← Voltar ao texto

Fig. 40

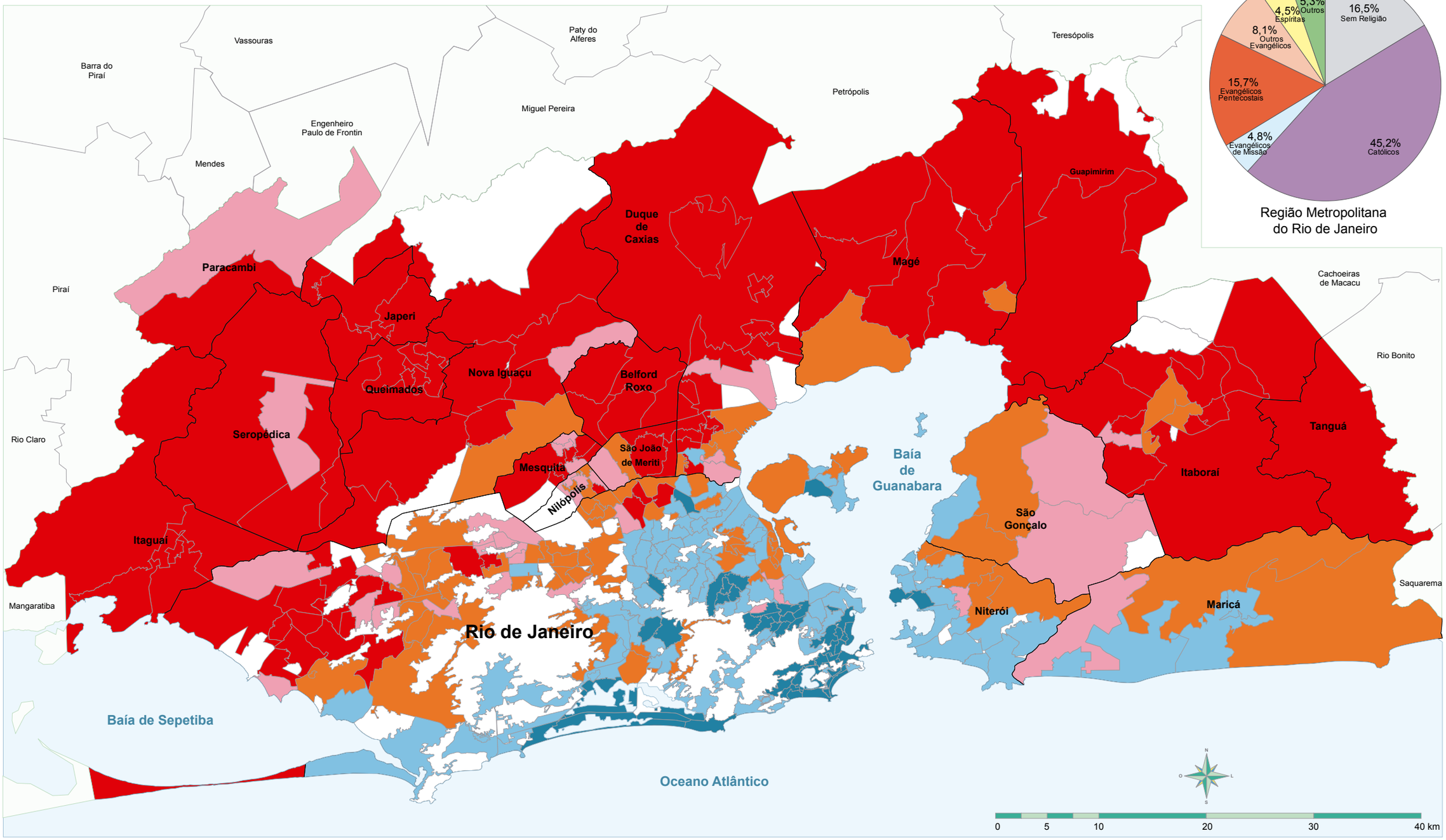
# Perfis religiosos

## 2010




Região Metropolitana do Rio de Janeiro




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

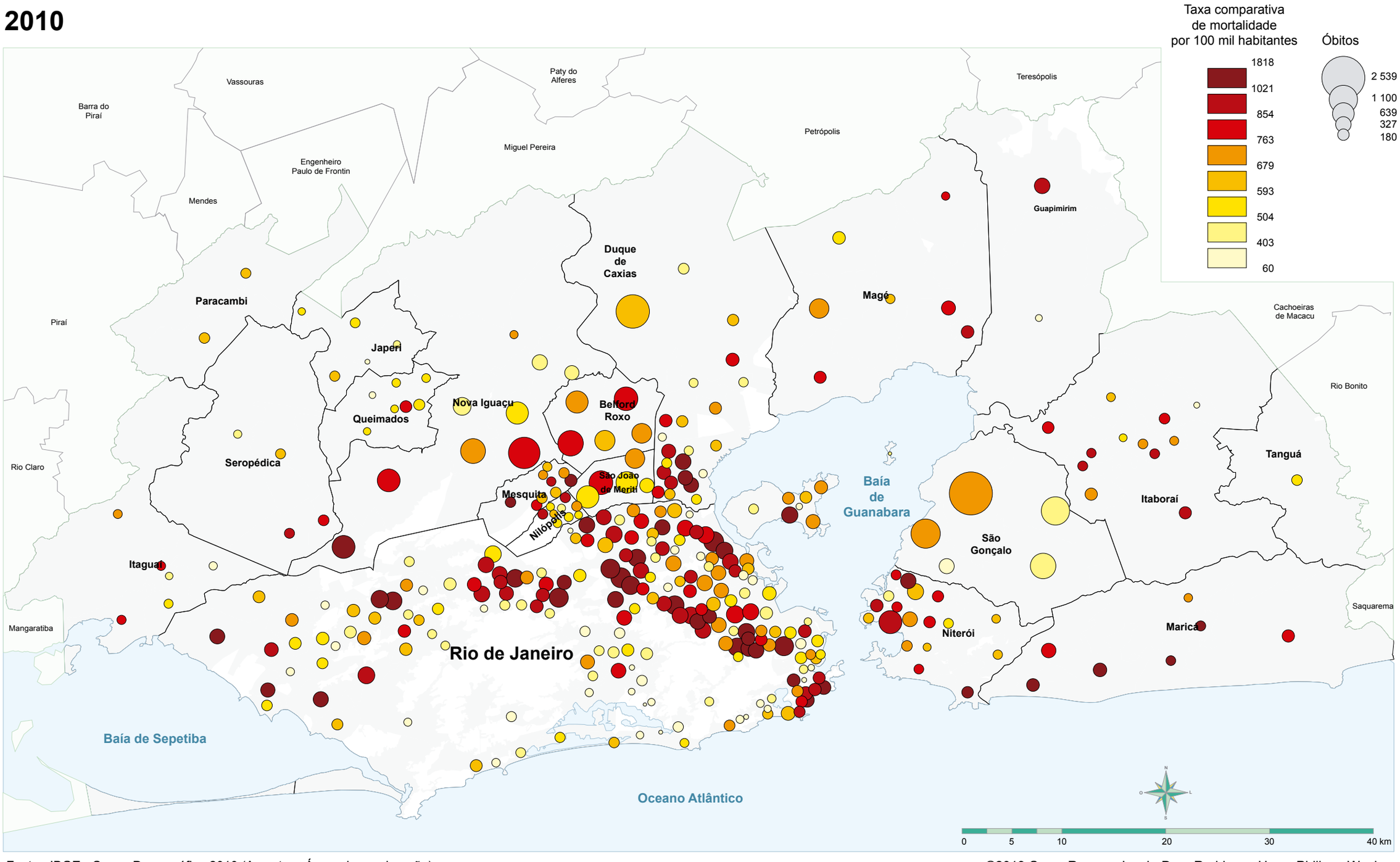
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.47
← p.61

Fig. 41

# Mortalidade
# Taxas brutas

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

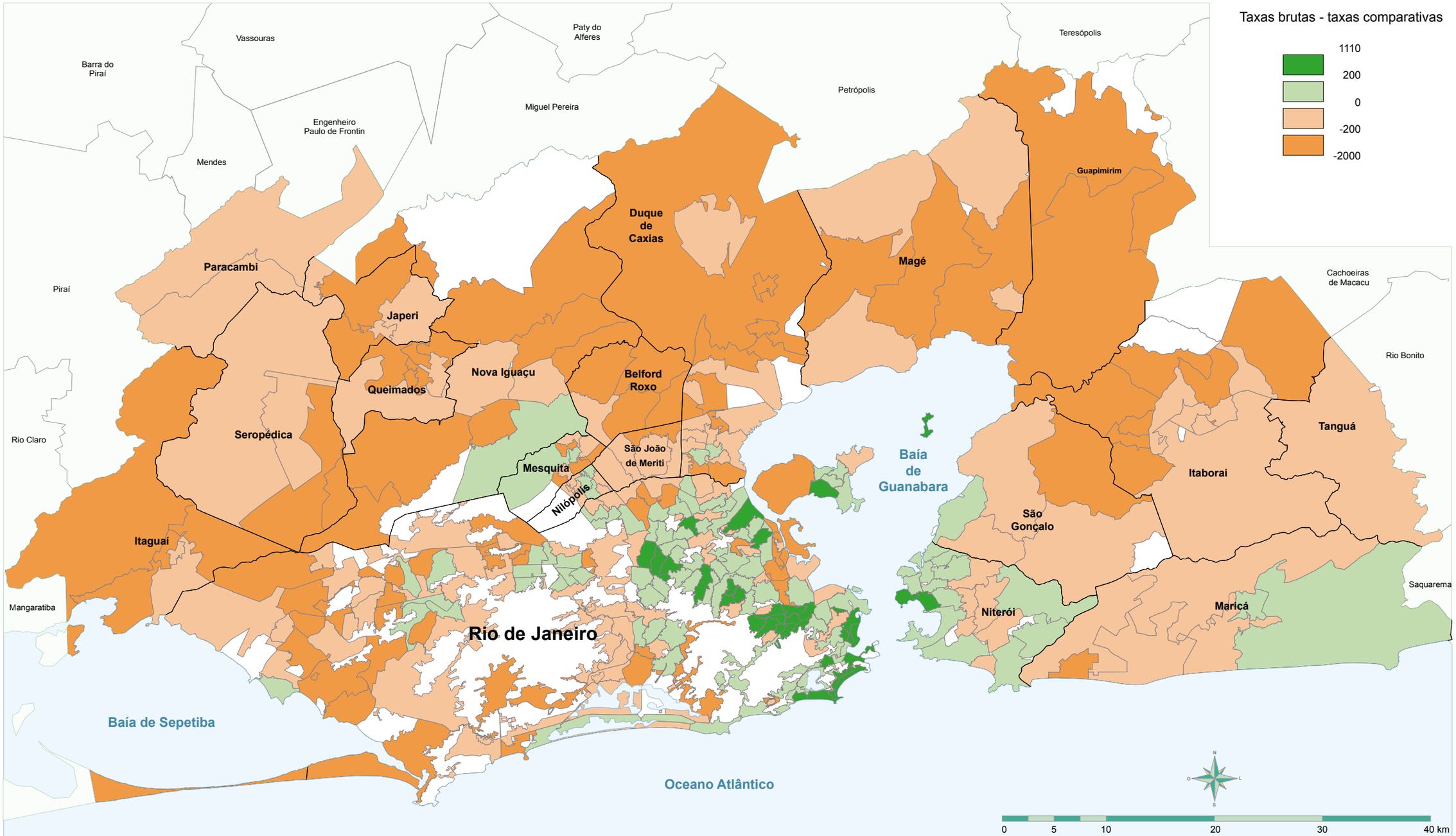
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 42

# Mortalidade
# Taxas brutas - taxas comparativas

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

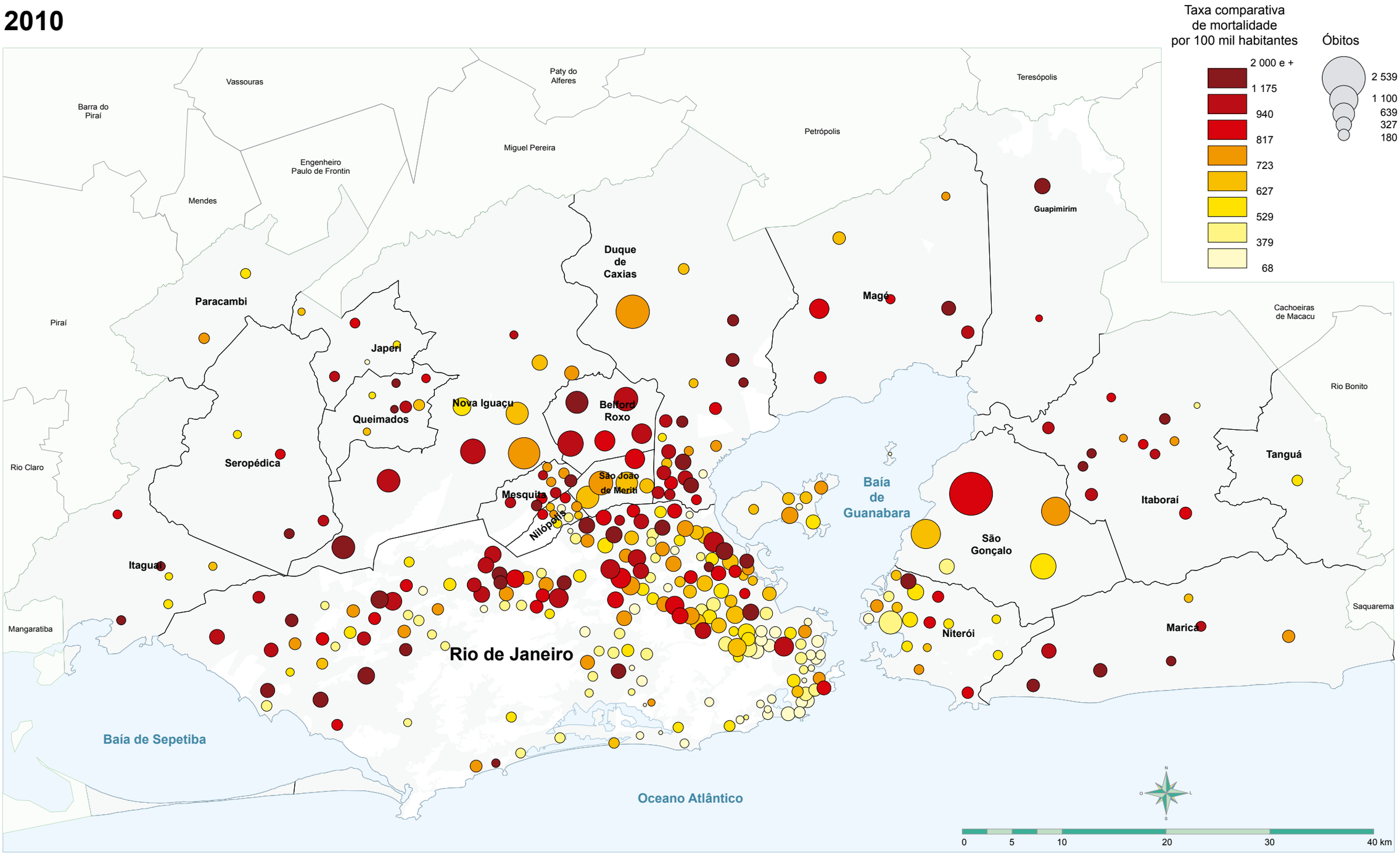
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 43

# Mortalidade
# Taxas comparativas

## 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

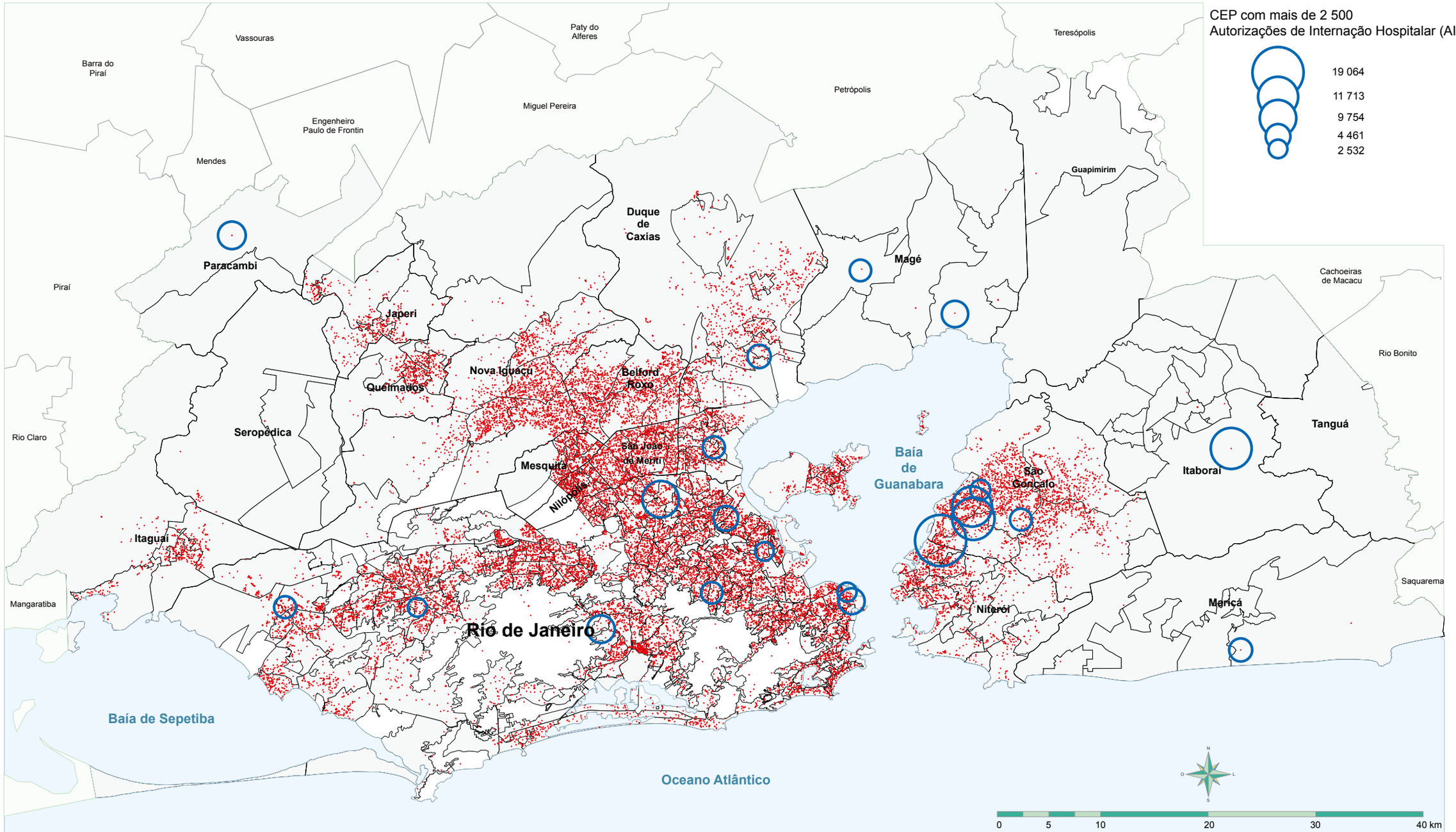
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 44

# Códigos de Endereçamento Postal (CEP) no Sistema de Informações Hospitalares do SUS

## 2010




Fonte : SUS - CORREIOS - IBGE

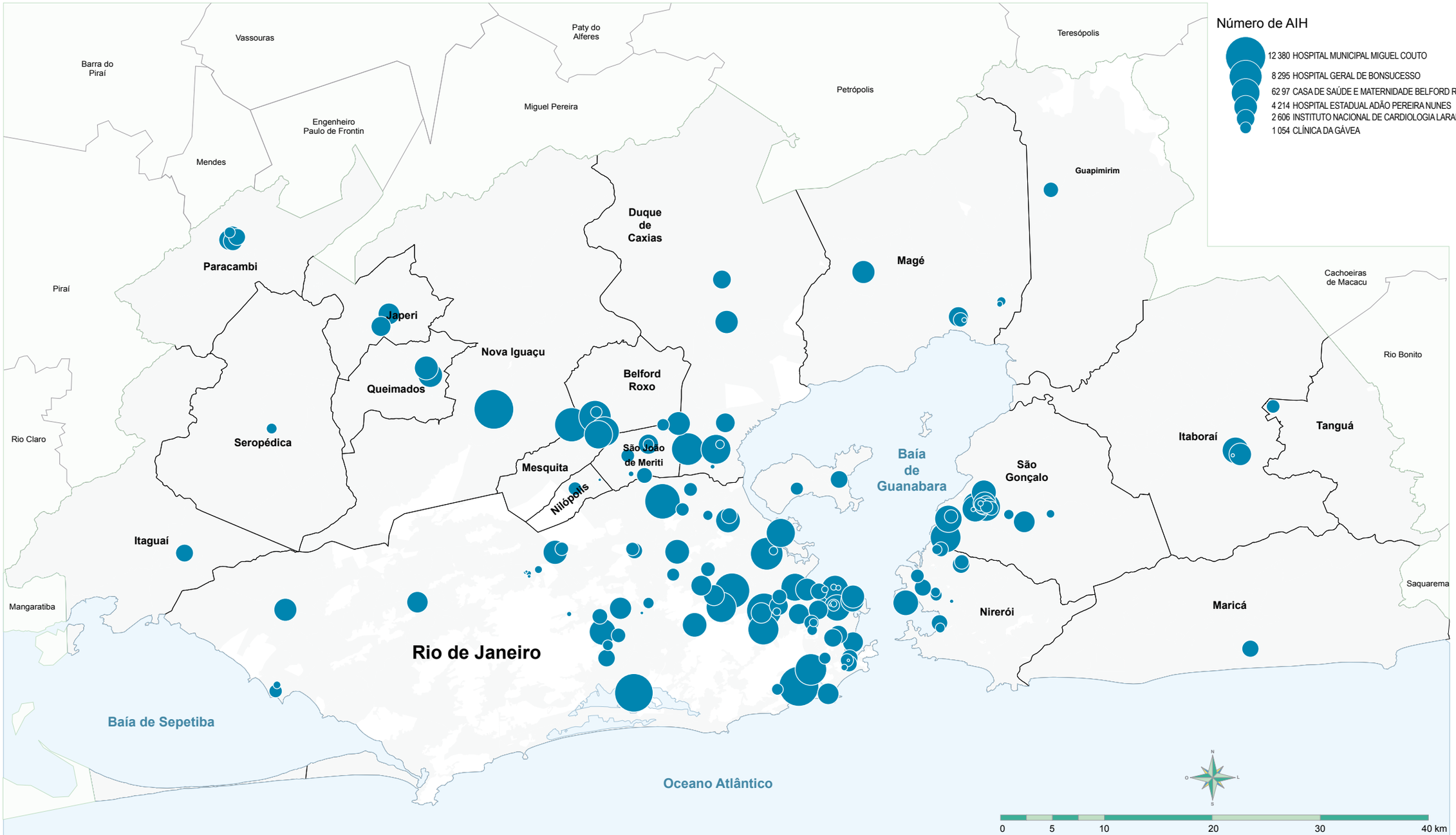
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 45

# Estabelecimentos de saúde
# Número total de Internações Hospitalares do SUS

## 2010



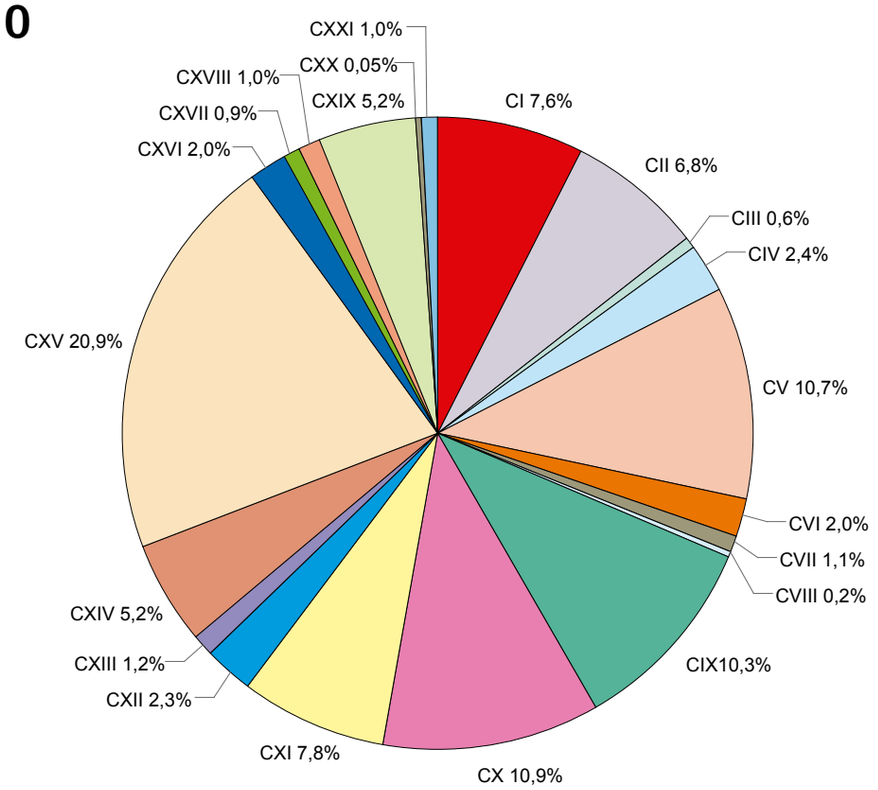

Fonte : DATASUS SIH/SUS

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 46

# Internações Hospitalares do SUS por capítulos da Classificação Internacional de Doenças Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2010




| Capítulos da CID | AIH | % AIH | Causas |
|---|---|---|---|
| Capítulo I | 35 924 | 7,6 | Algumas doenças infecciosas e parasitárias |
| Capítulo II | 32 305 | 6,8 | Neoplasias [tumores] |
| Capítulo III | 3 020 | 0,6 | Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários |
| Capítulo IV | 11 446 | 2,4 | Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas |
| Capítulo V | 50 779 | 10,7 | Transtornos mentais e comportamentais |
| Capítulo VI | 9 321 | 2,0 | Doenças do sistema nervoso |
| Capítulo VII | 5 054 | 1,1 | Doenças do olho e anexos |
| Capítulo VIII | 835 | 0,2 | Doenças do ouvido e da apófise mastóide |
| Capítulo IX | 48 974 | 10,3 | Doenças do aparelho circulatório |
| Capítulo X | 51 501 | 10,9 | Doenças do aparelho respiratório |
| Capítulo XI | 36 738 | 7,8 | Doenças do aparelho digestivo |
| Capítulo XII | 10 758 | 2,3 | Doenças da pele e do tecido subcutâneo |
| Capítulo XIII | 5 851 | 1,2 | Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo |
| Capítulo XIV | 24 474 | 5,2 | Doenças do aparelho geniturinário |
| Capítulo XV | 98 814 | 20,9 | Gravidez, parto e puerpério |
| Capítulo XVI | 9 339 | 2,0 | Algumas afecções originadas no período perinatal |
| Capítulo XVII | 4 152 | 0,9 | Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas |
| Capítulo XVIII | 4 699 | 1,0 | Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte |
| Capítulo XIX | 24 485 | 5,2 | Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas |
| Capítulo XX | 228 | 0,05 | Causas externas de morbidade e de mortalidade |
| Capítulo XXI | 4 572 | 1,0 | Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde |
| Todos os capítulos | 473 269 | 100 | Todas as causas |

Fonte : DATASUS SIH/SUS

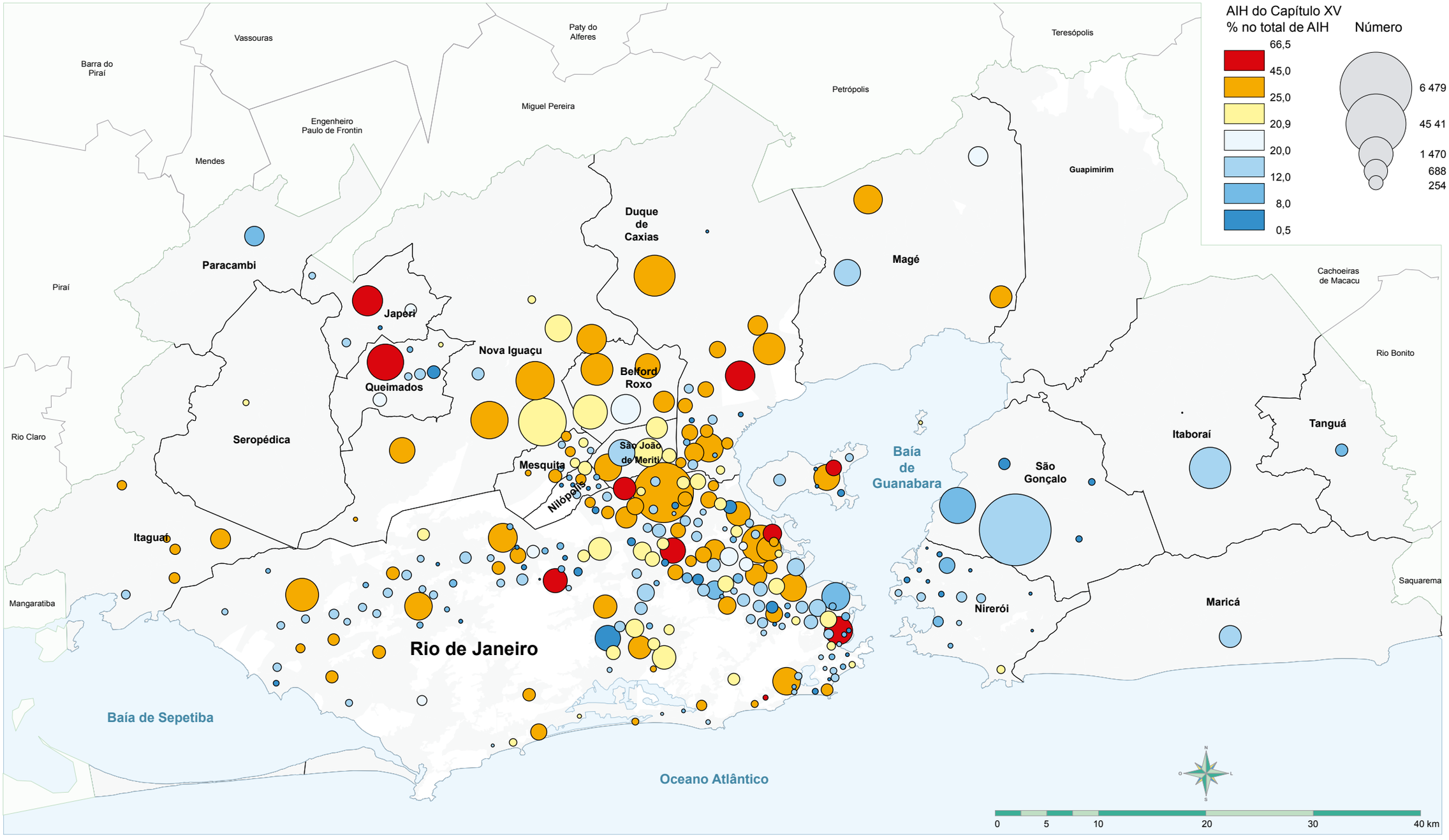
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 47

# Internações Hospitalares do SUS
# Capítulo XV da CID : "gravidez, parto e puerpério"

## 2010




Fonte : DATASUS SIH/SUS

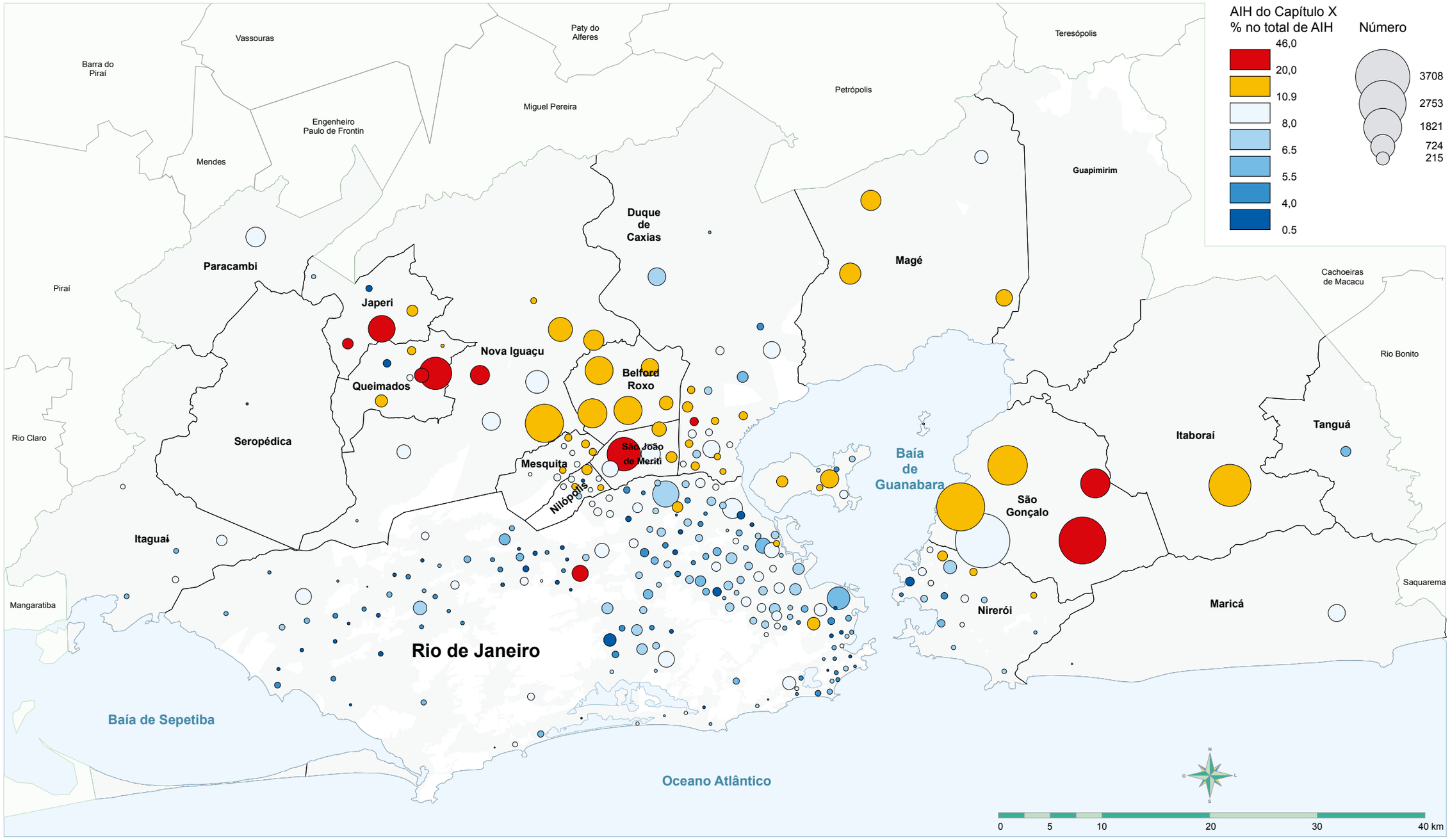
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 48

# Internações Hospitalares do SUS
# Capítulo X da CID : "doenças do aparelho respiratório"

## 2010




Fonte : DATASUS SIH/SUS

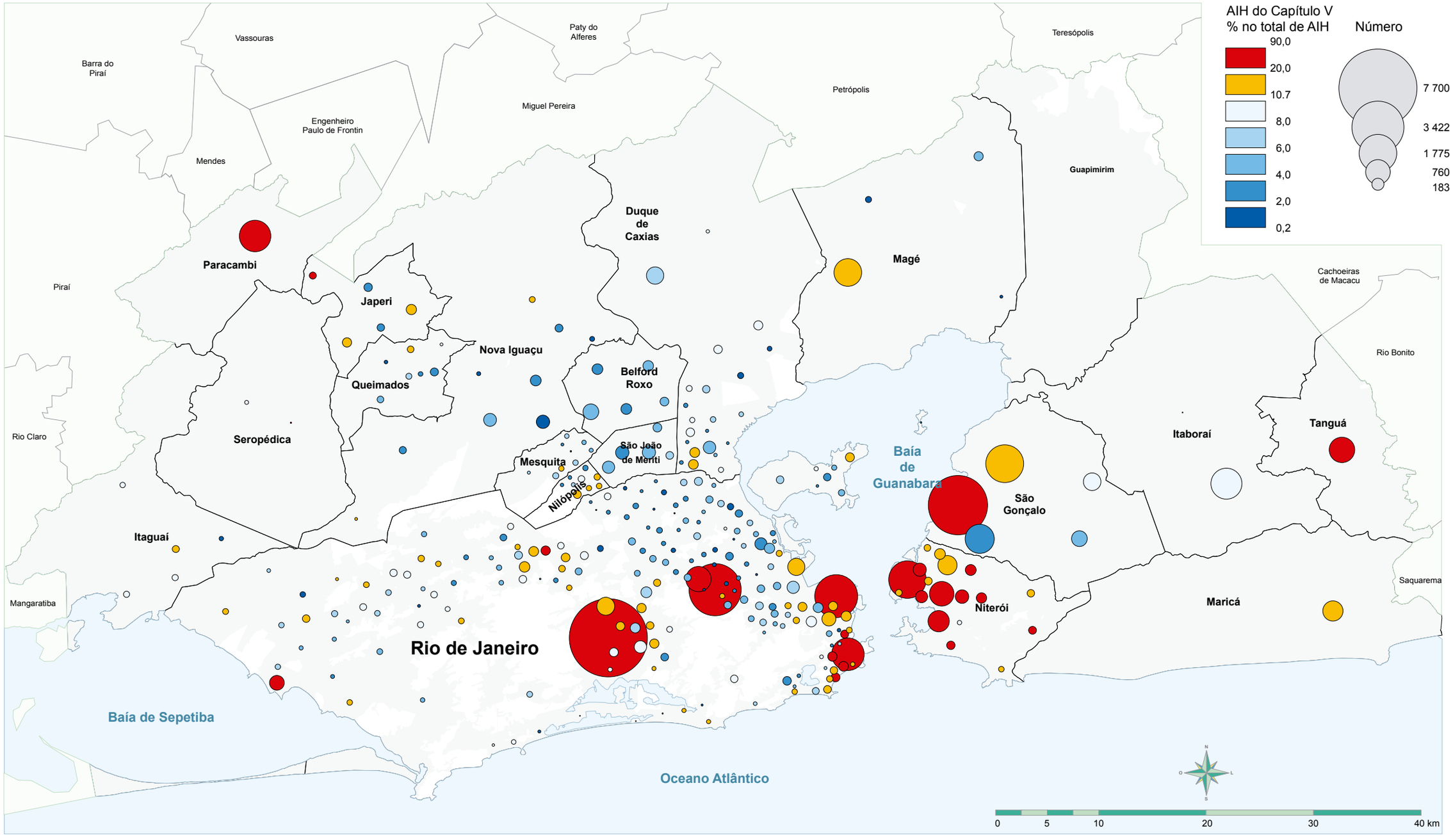
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 49

# Internações Hospitalares do SUS
# Capítulo V da CID: "Transtornos mentais e comportamentais"

## 2010




Fonte : DATASUS SIH/SUS

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

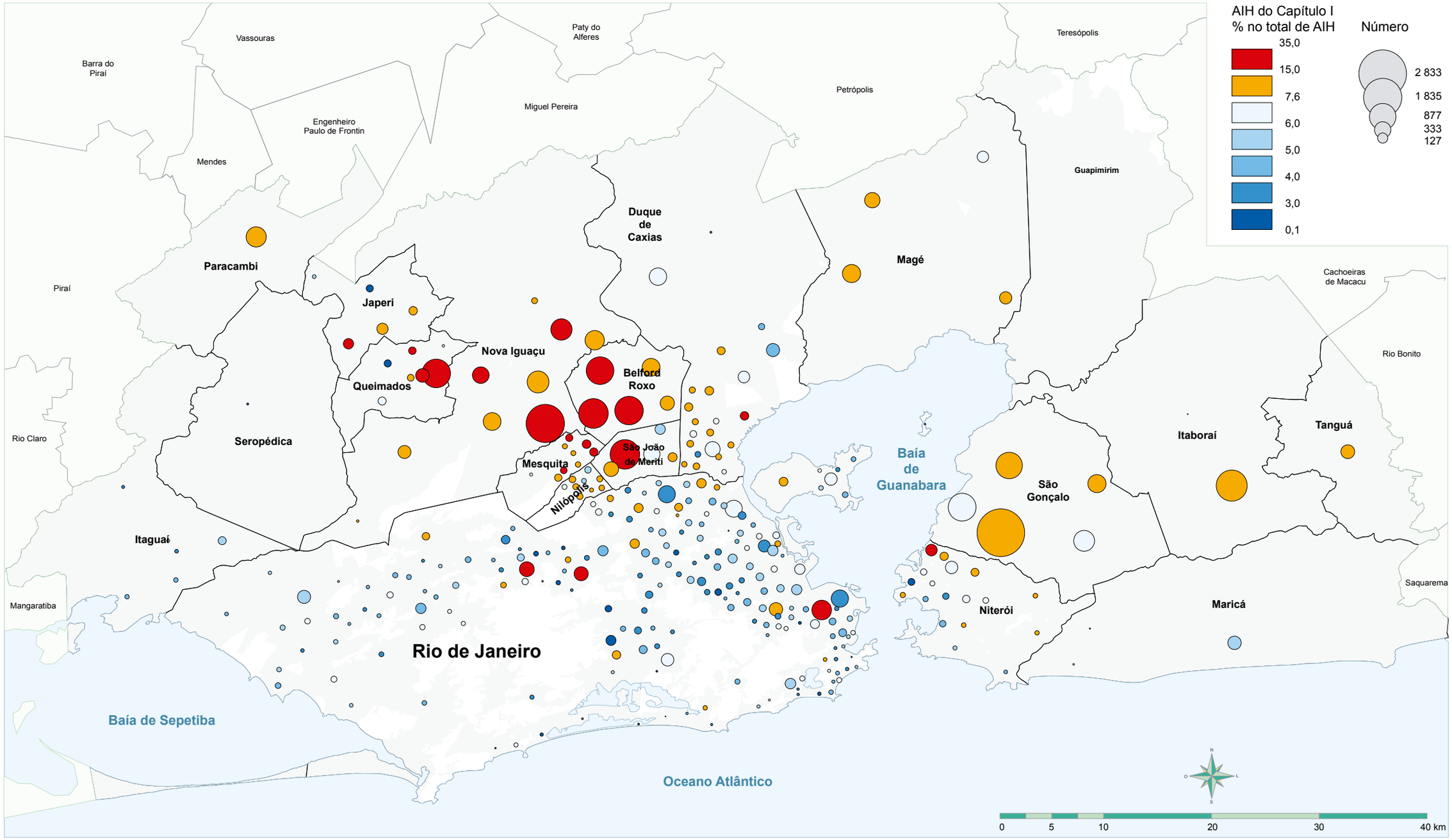
← Voltar ao texto

Fig. 50

# Internações Hospitalares do SUS

## Capítulo I da CID : "Algumas doenças infecciosas e parasitárias"

### 2010




Fonte : DATASUS SIH/SUS

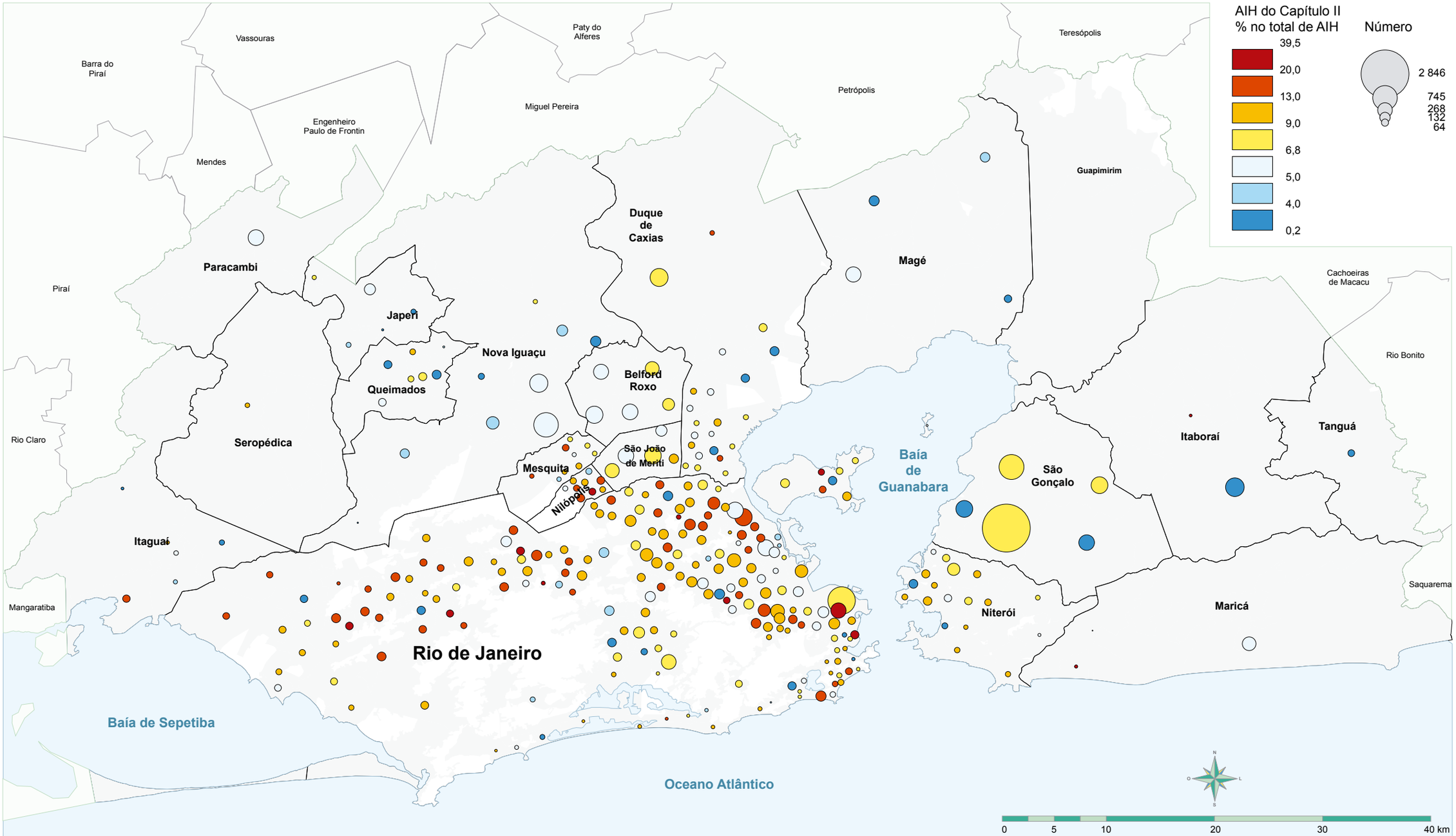
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 51

# Internações Hospitalares do SUS
# Capítulo II da CID : "neoplasias [tumores]"

## 2010




Fonte : DATASUS SIH/SUS

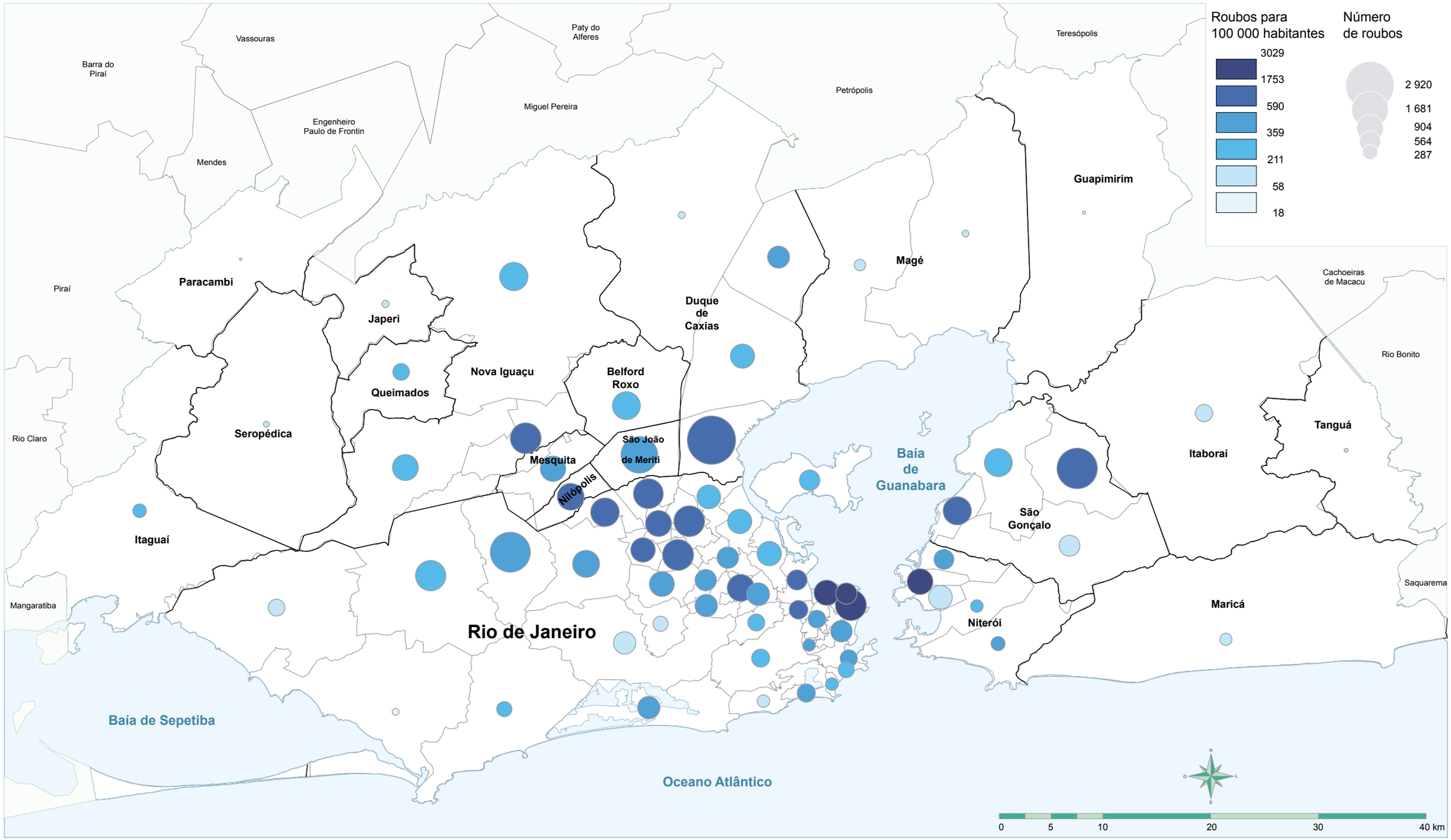
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 52

# Crimes contra o patrimônio: roubo a transeunte

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

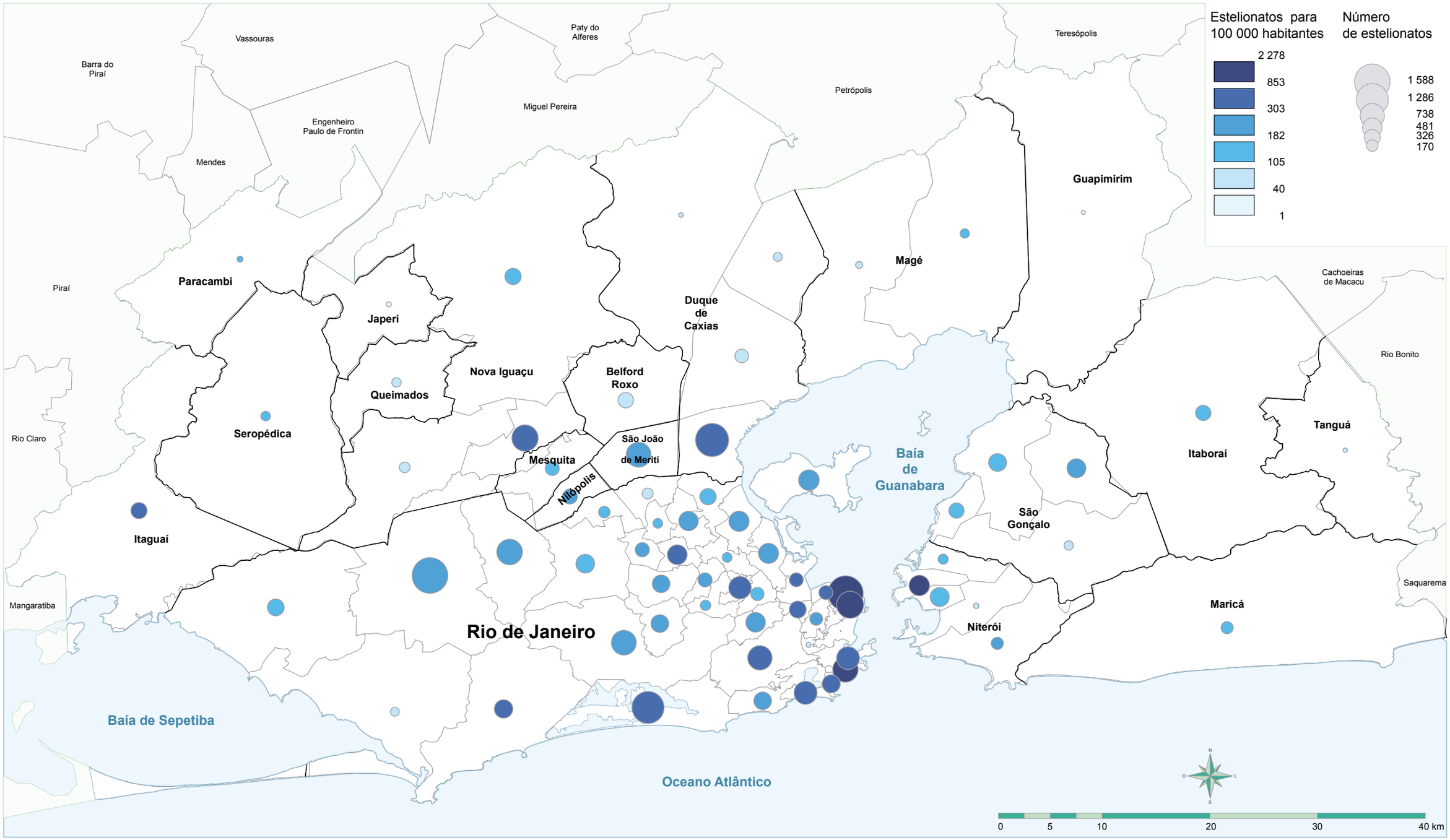
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 53

# Crimes contra o patrimônio: estelionato

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

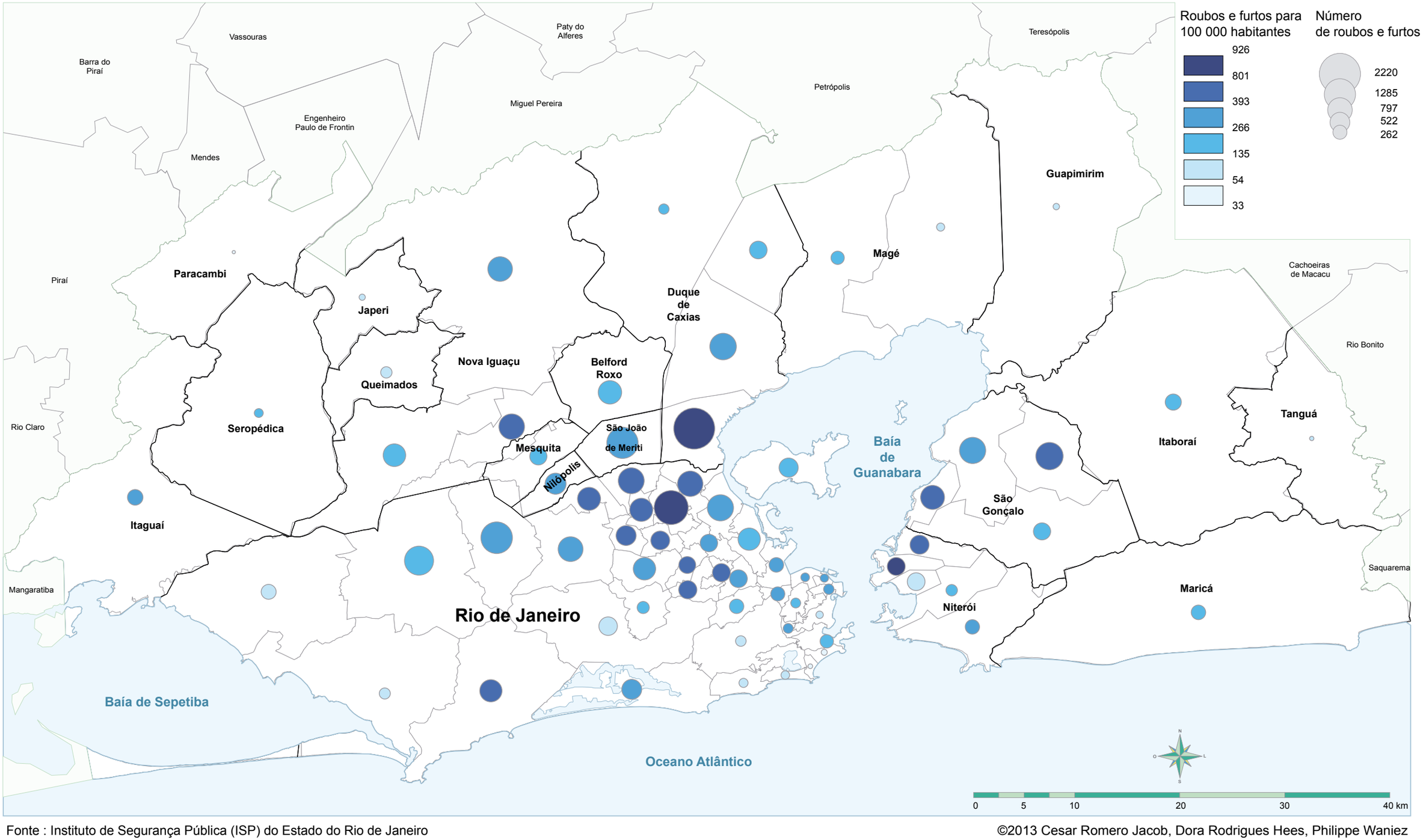
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 54

# Crimes contra o patrimônio: roubos e furtos de veículos

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

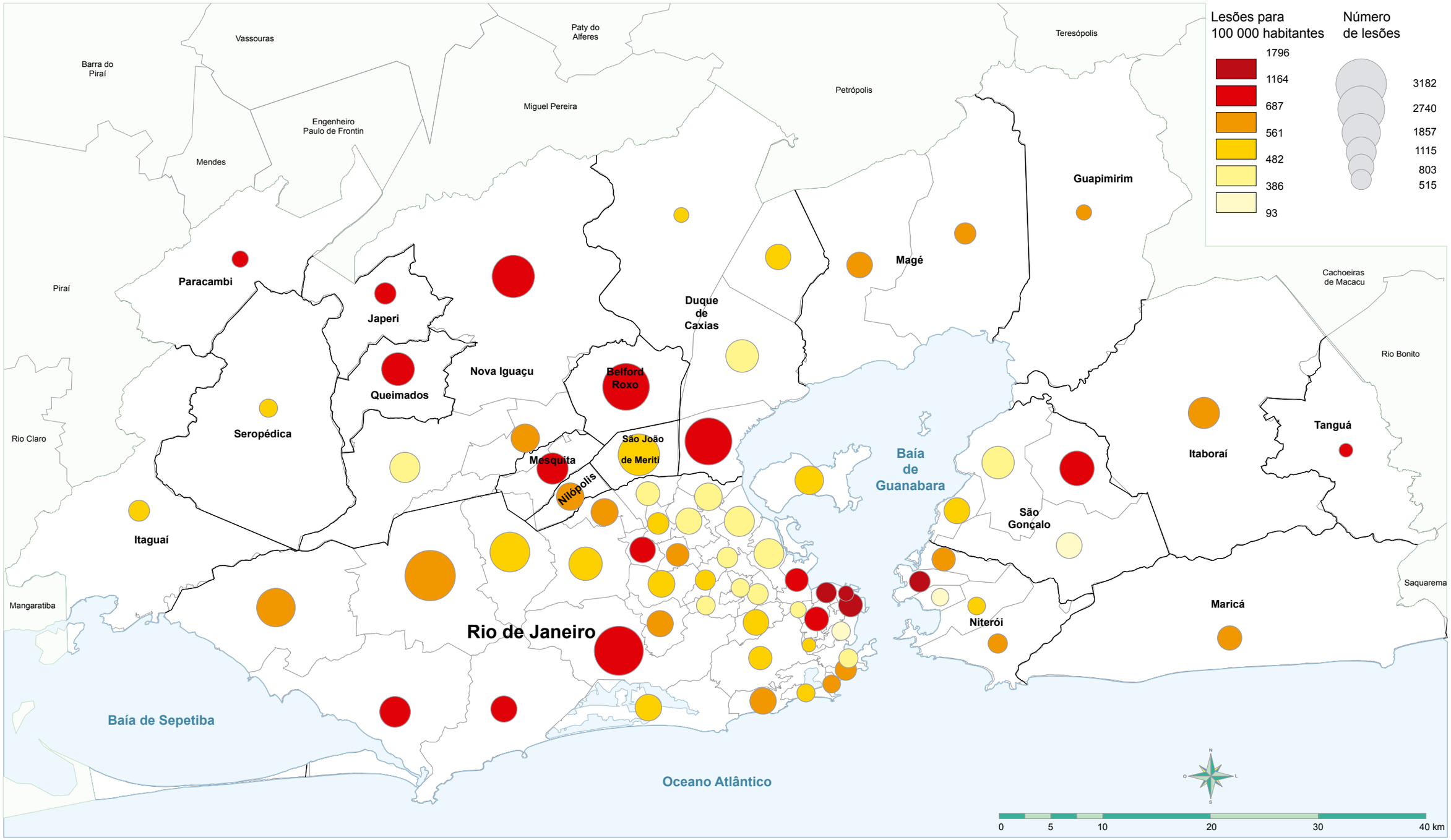
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 55

# Crimes violentos: lesões corporais dolosas

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

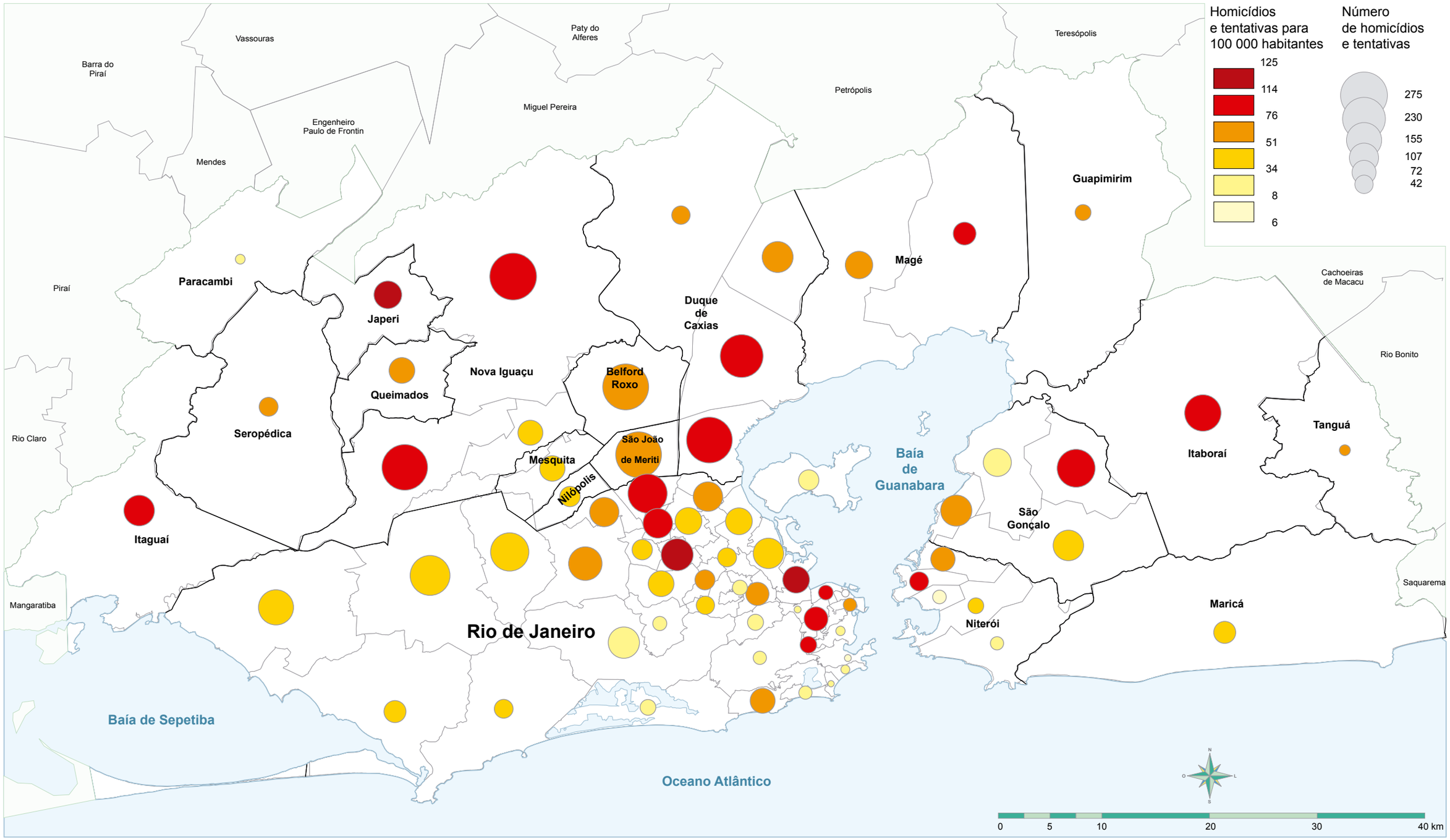
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 56

# Crimes violentos: homicídios dolosos e tentativas de homicídio

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

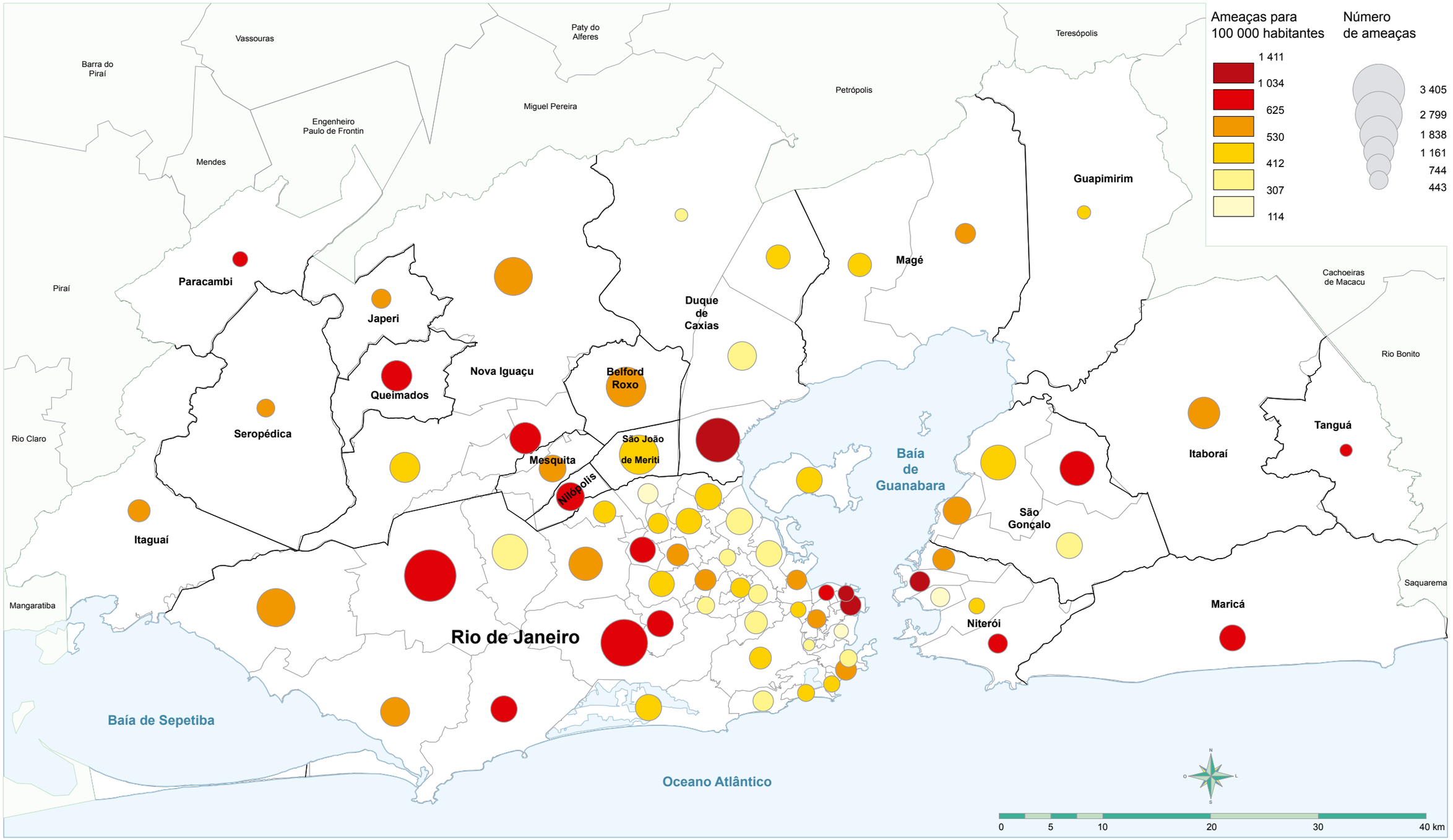
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 57

# Ameaças

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

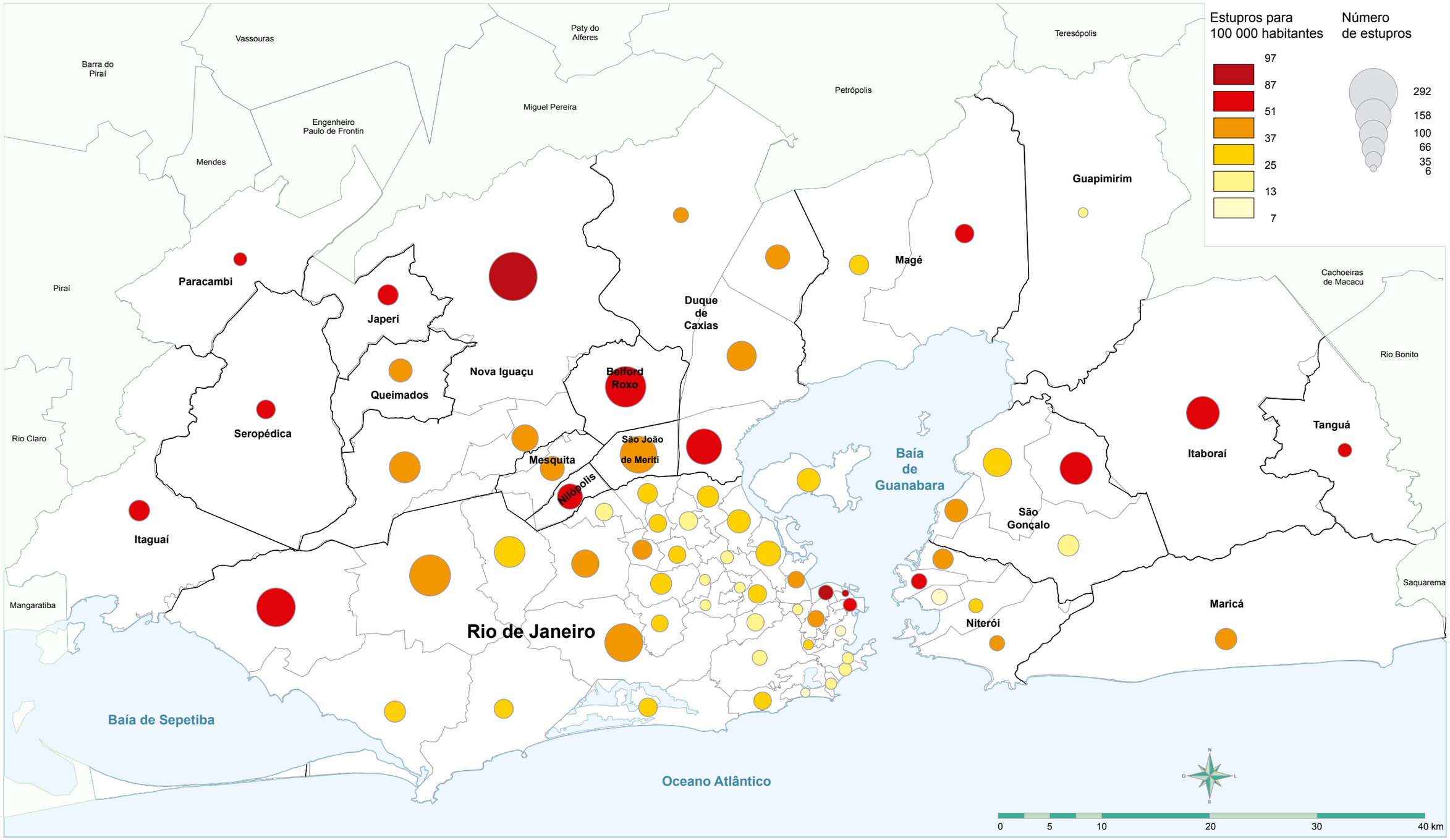
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 58

# Crimes violentos: estupros

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

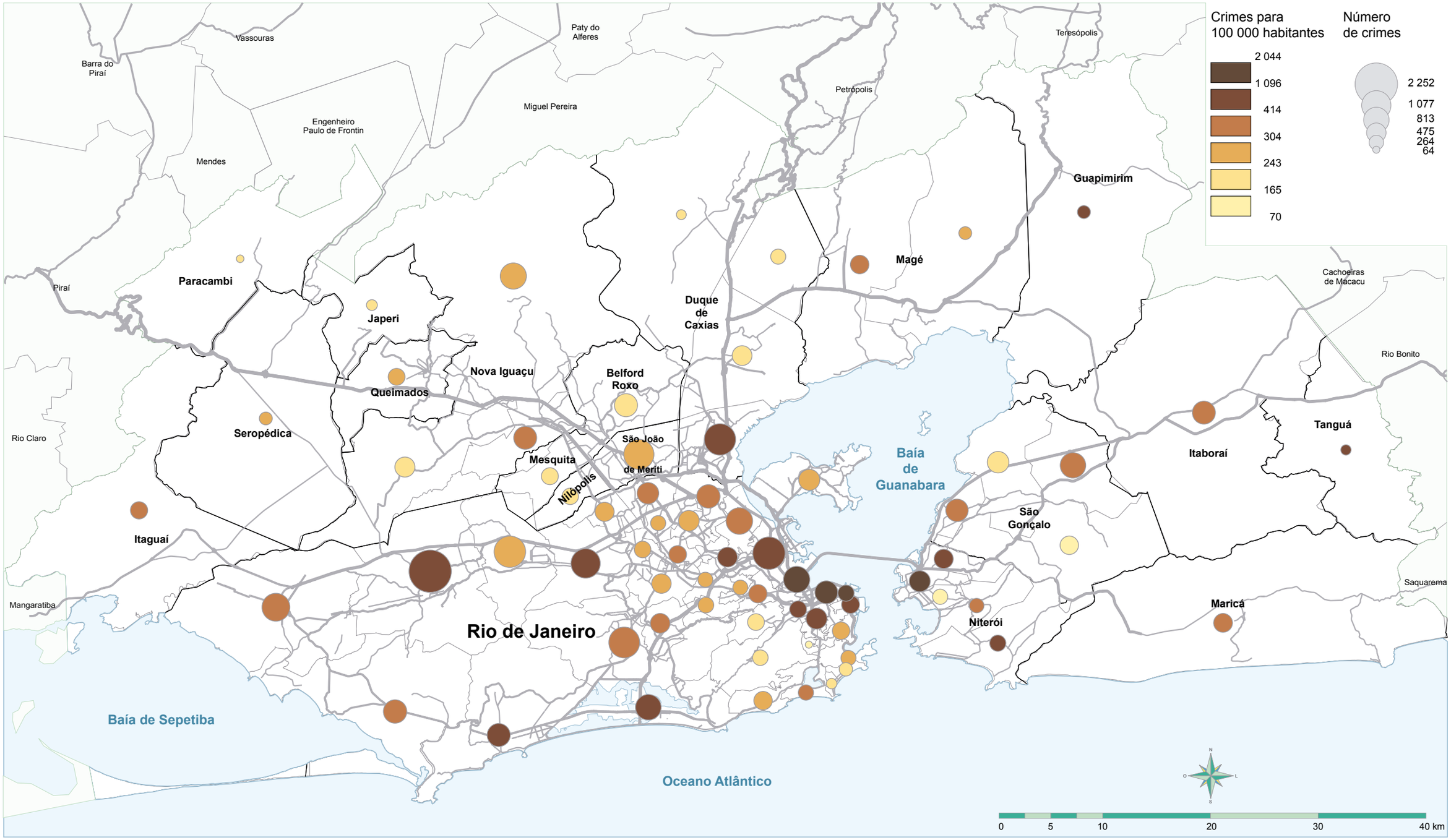
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 59

# Crimes de trânsito

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

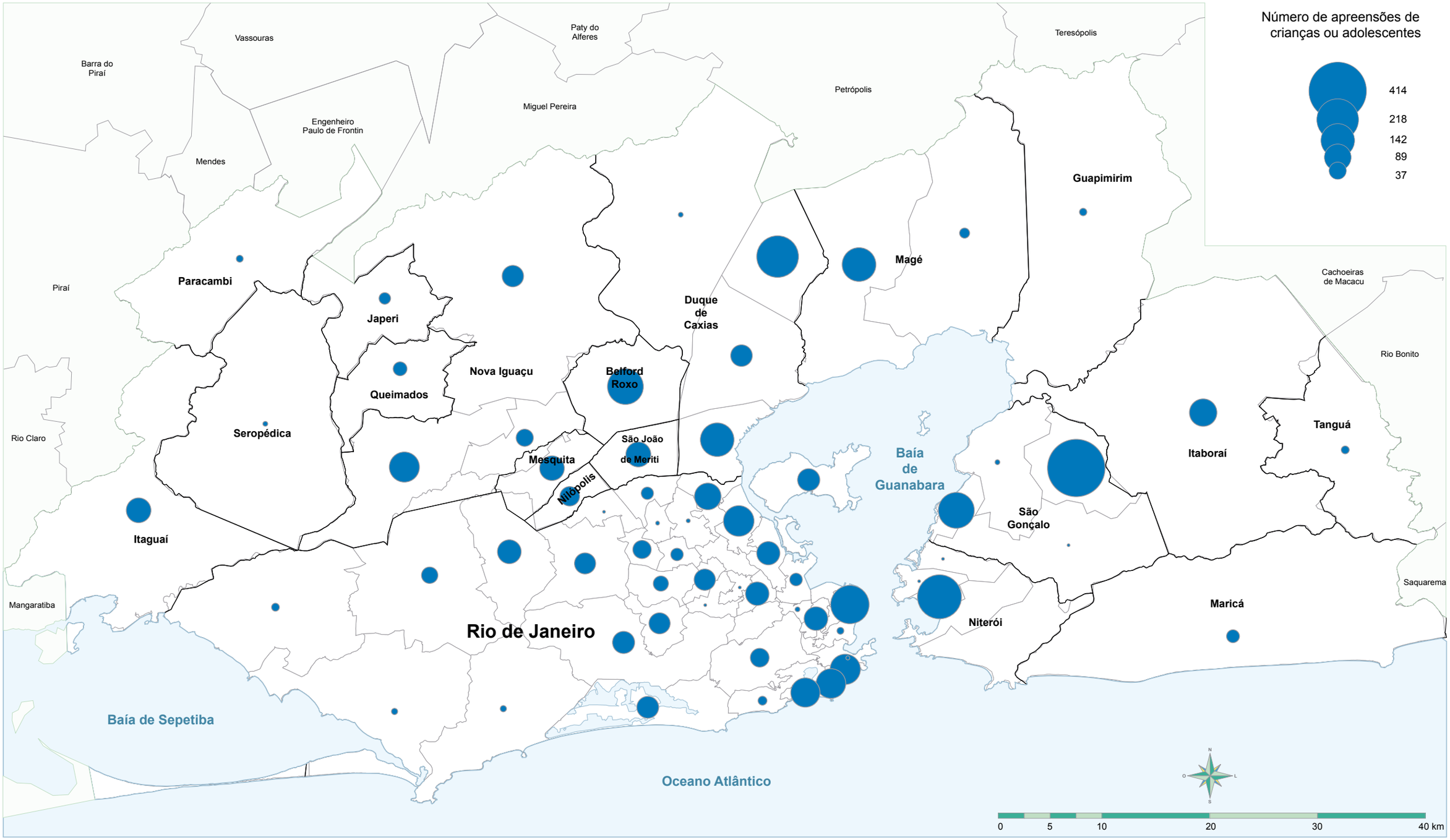
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 60

# Apreensões de crianças ou adolescentes

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

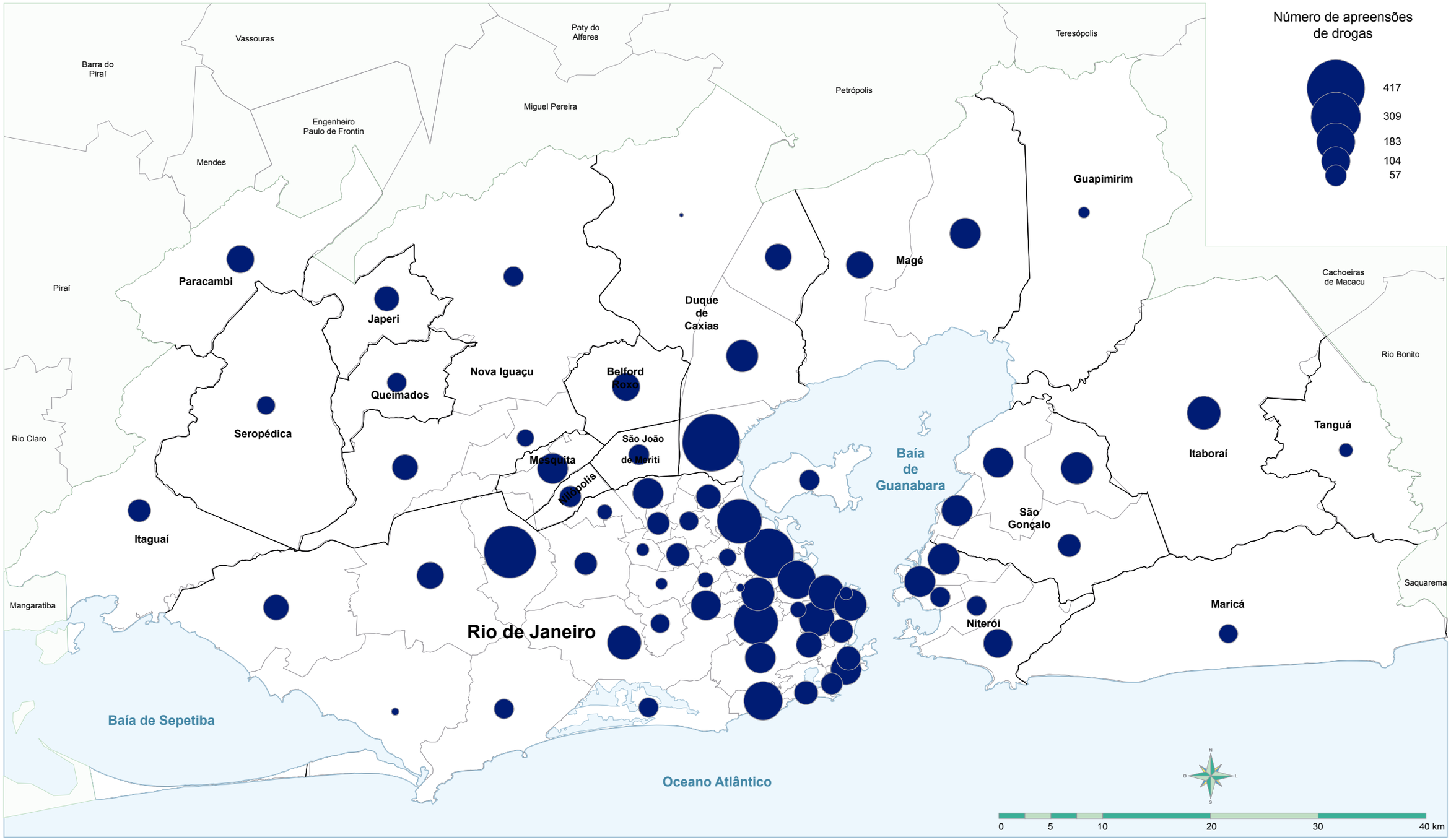
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 61

# Apreensões de drogas

## 2012




Fonte : Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro

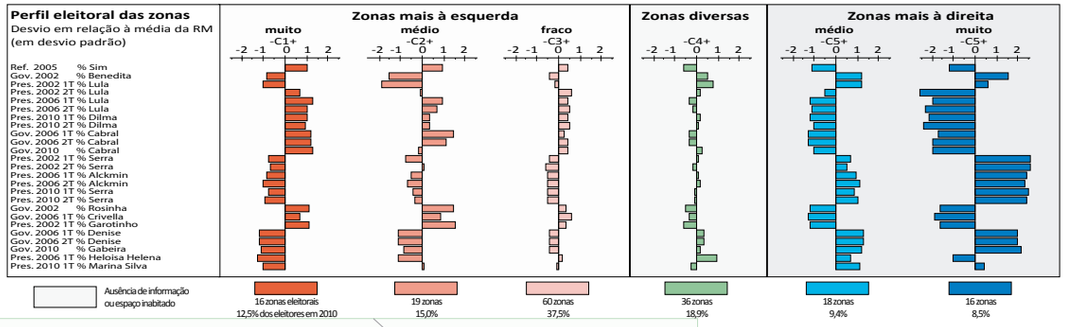
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

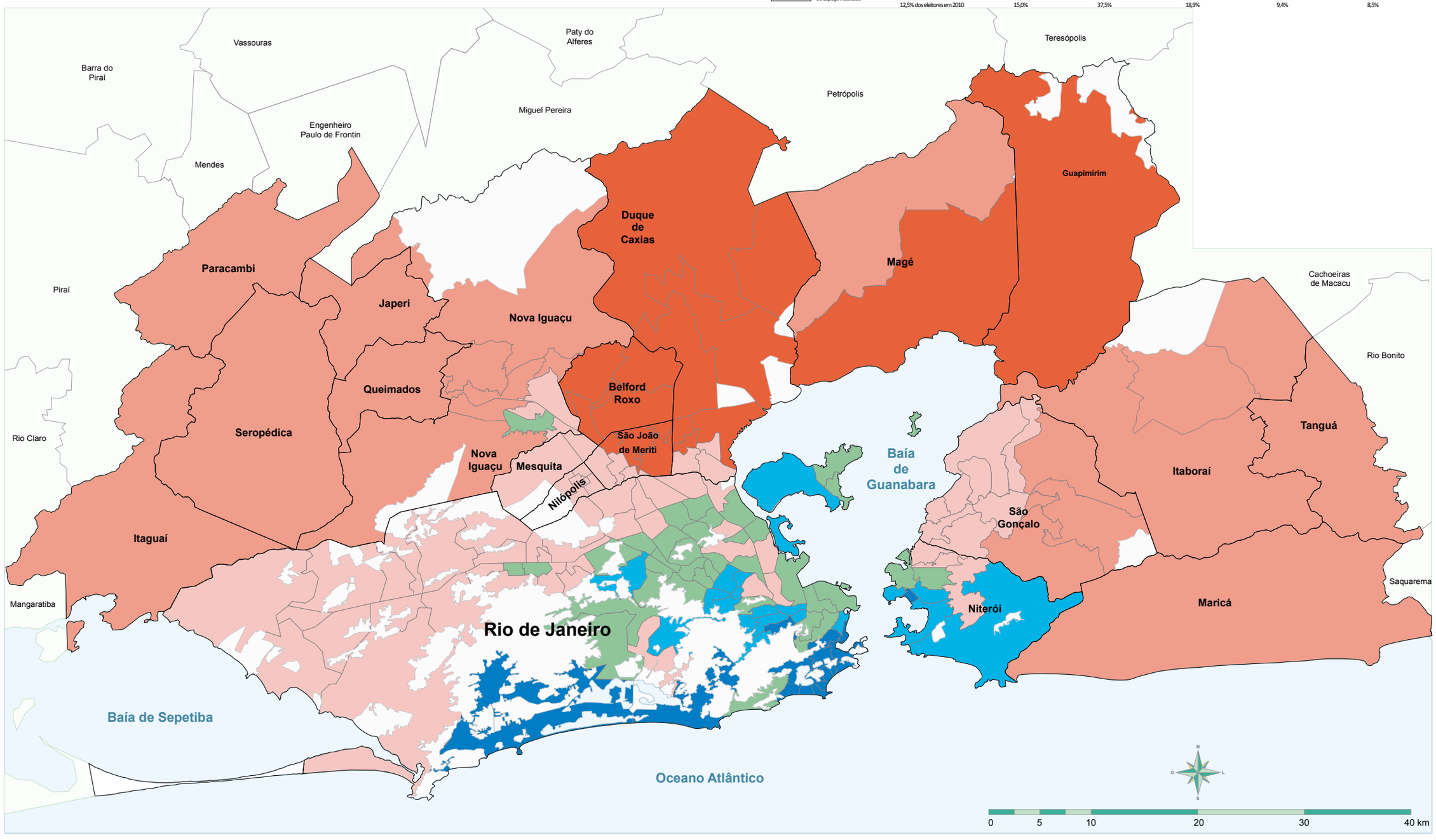
← Voltar ao texto

Fig. 62

# Síntese eleitoral 2002-2010

## Eleições para Governador e Presidente 2002, 2006, 2010
## Referendo 2005



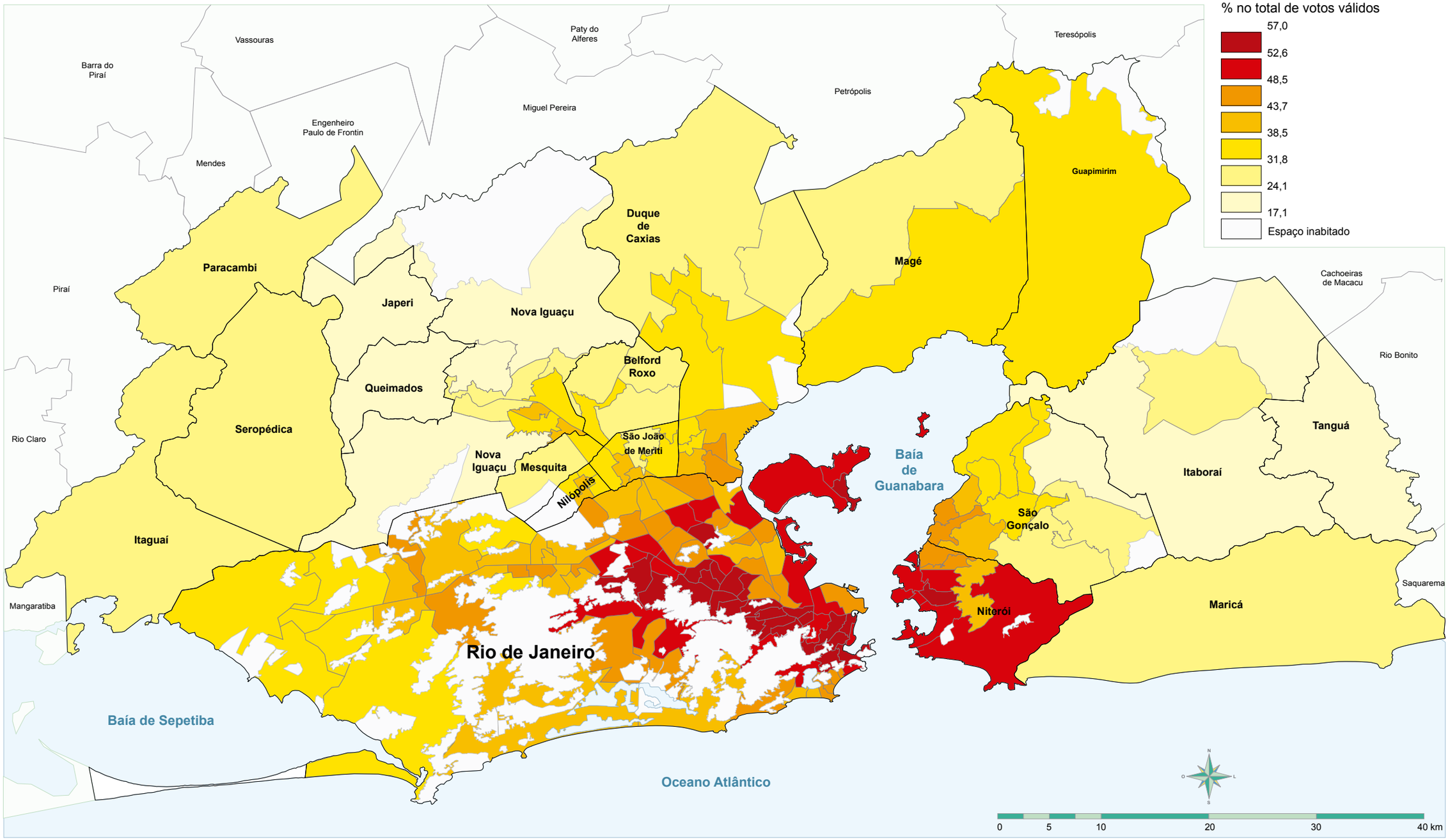

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.61
← p.62

Fig. 63

# Luiz Inácio Lula da Silva
## Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)



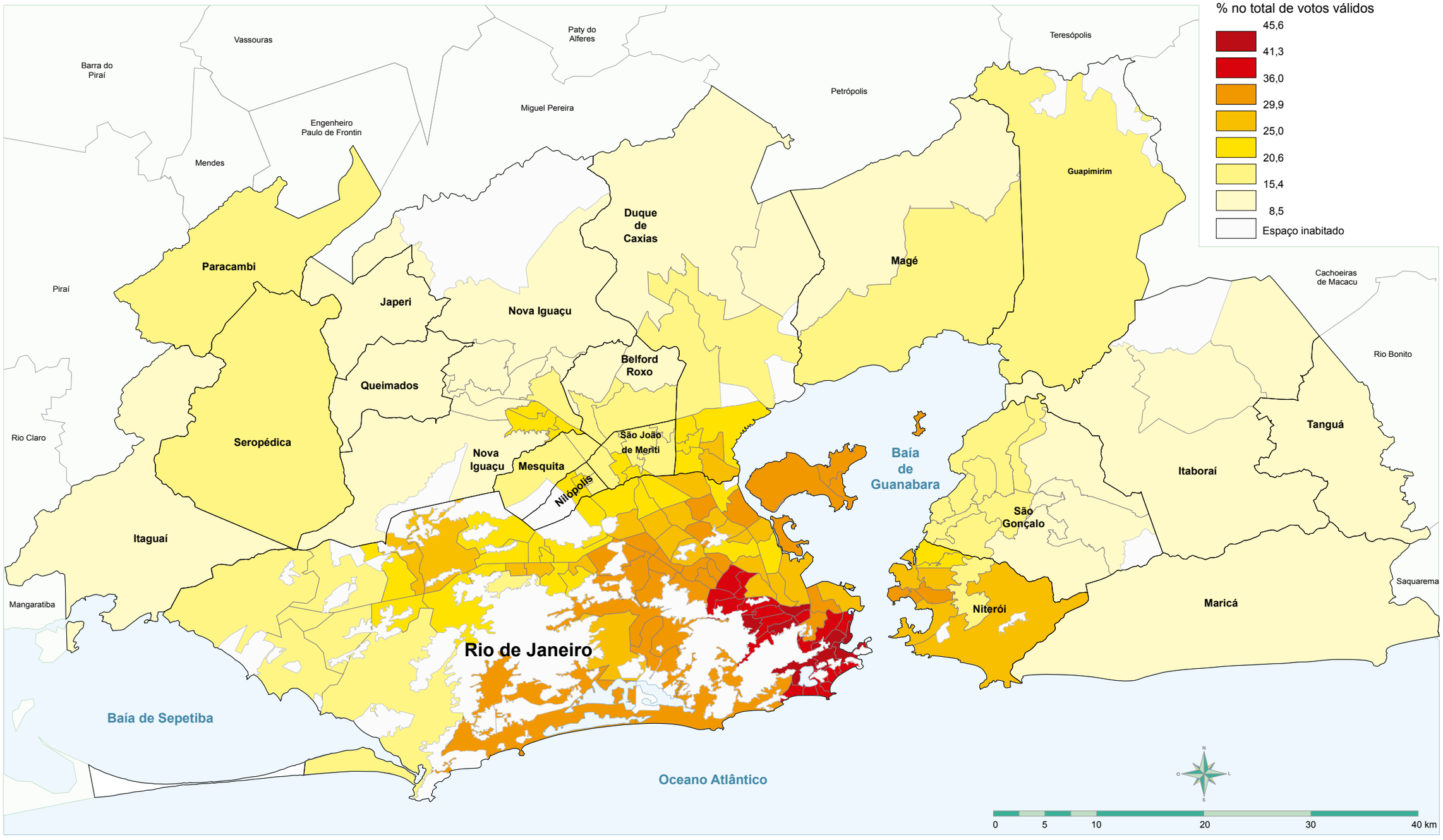

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.61
← p.62

Fig. 64

# Benedita da Silva
## Eleição para governador 2002



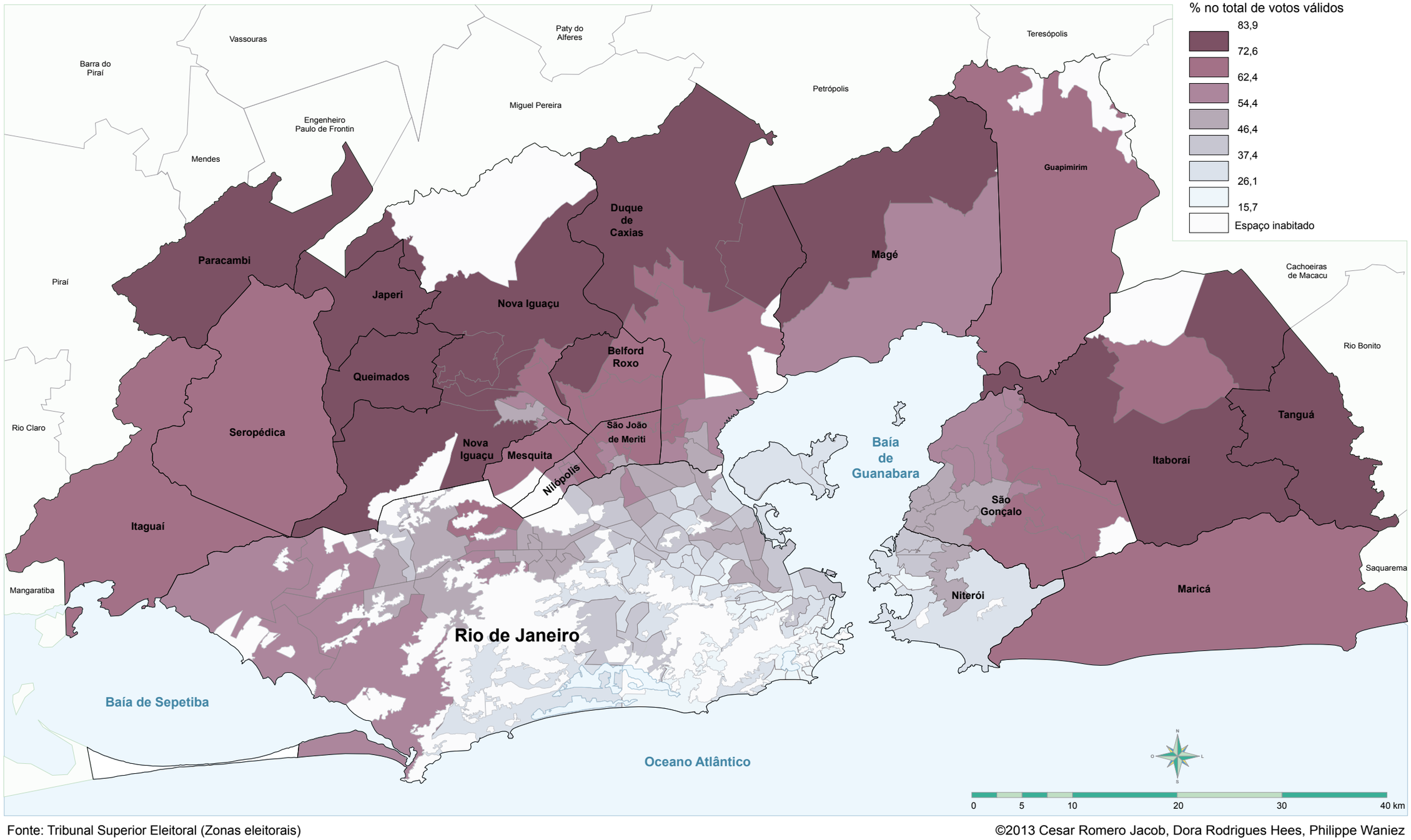

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.61
← p.62

Fig. 65

# Rosinha Garotinho
## Eleição para governador 2002



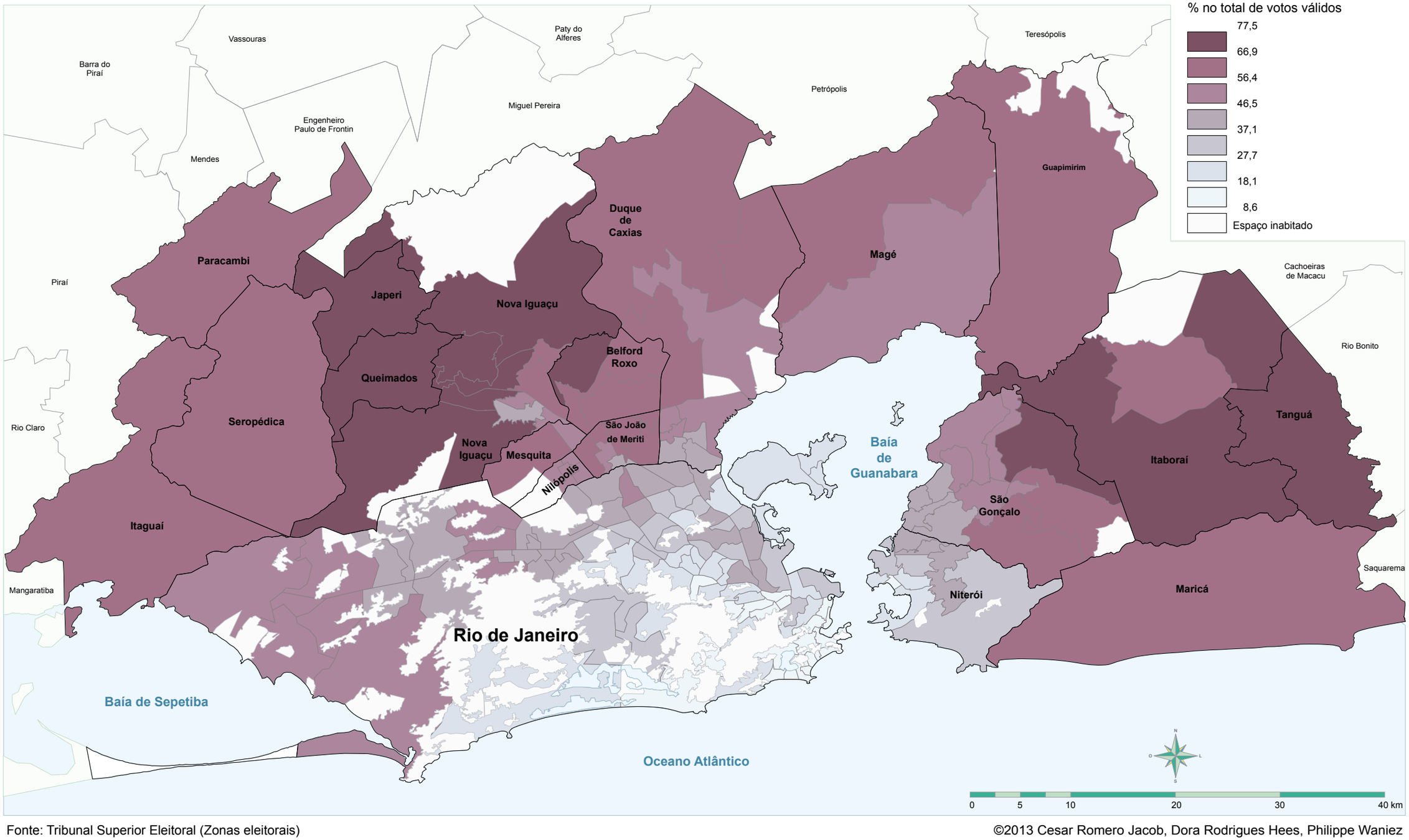

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 66

# Anthony Garotinho
## Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

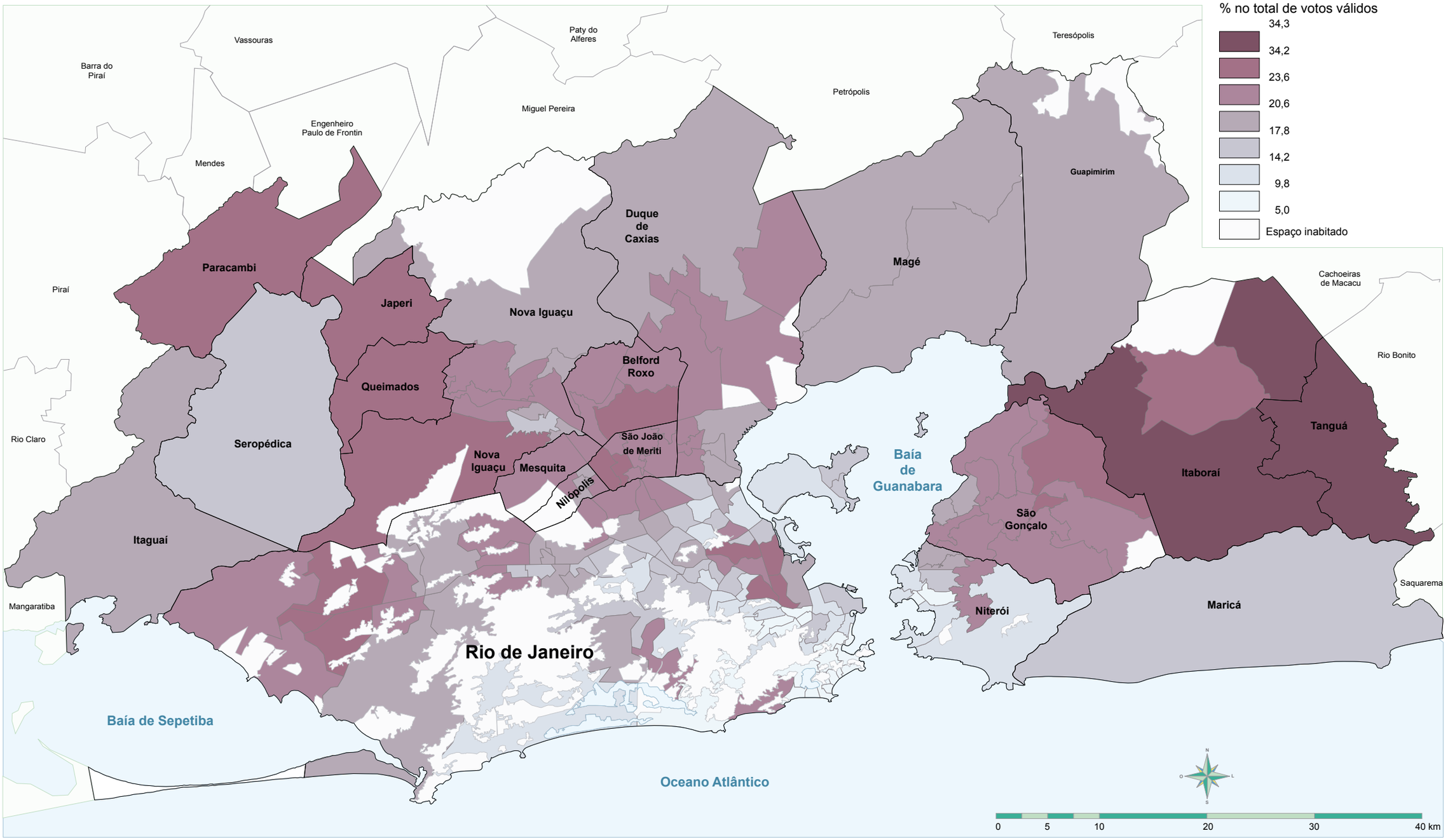
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 67

# Marcelo Crivella

## Eleição para governador 2006 (Primeiro turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

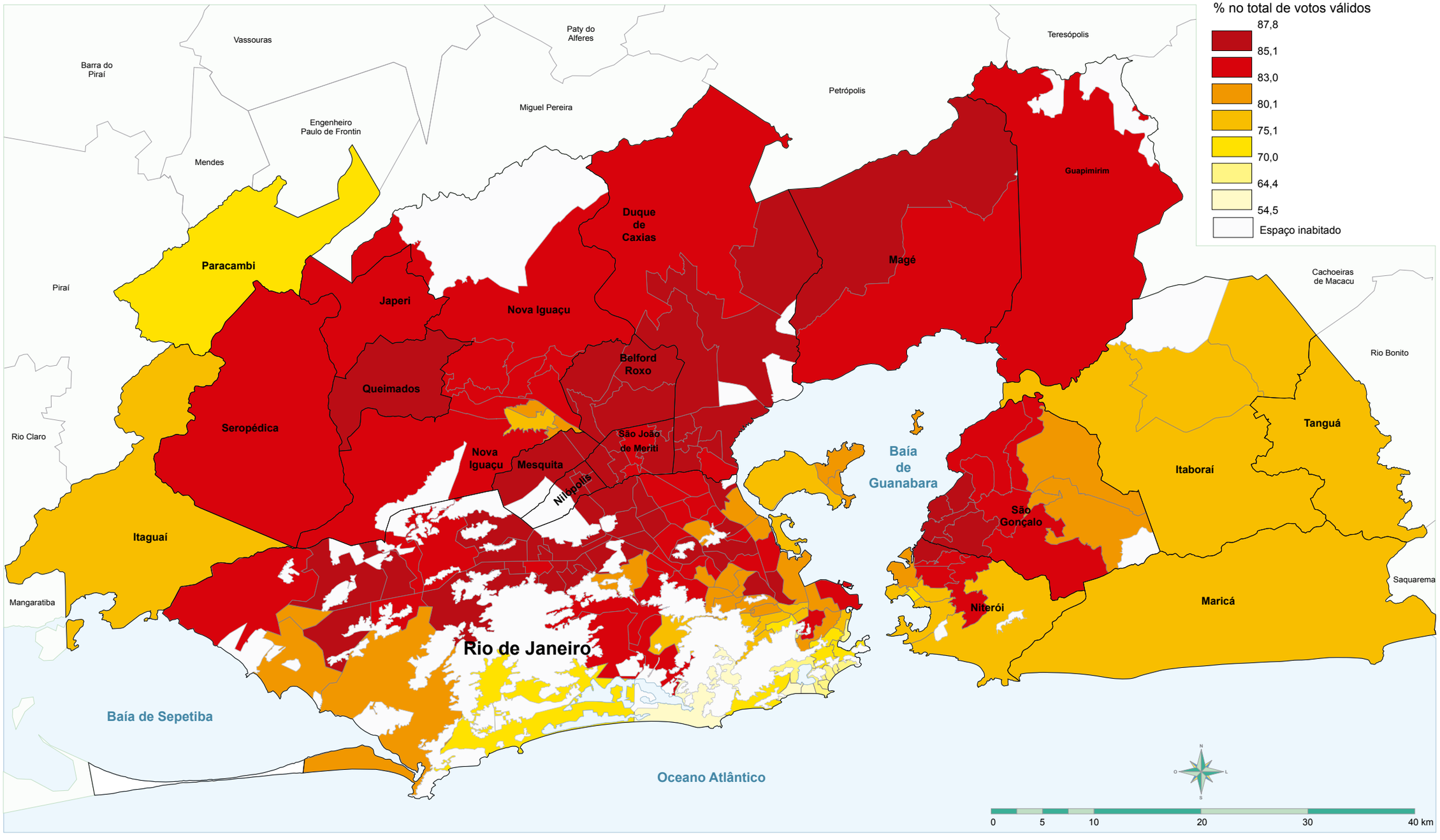
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 68

# Luiz Inácio Lula da Silva

## Eleição presidencial 2002 (Segundo turno)



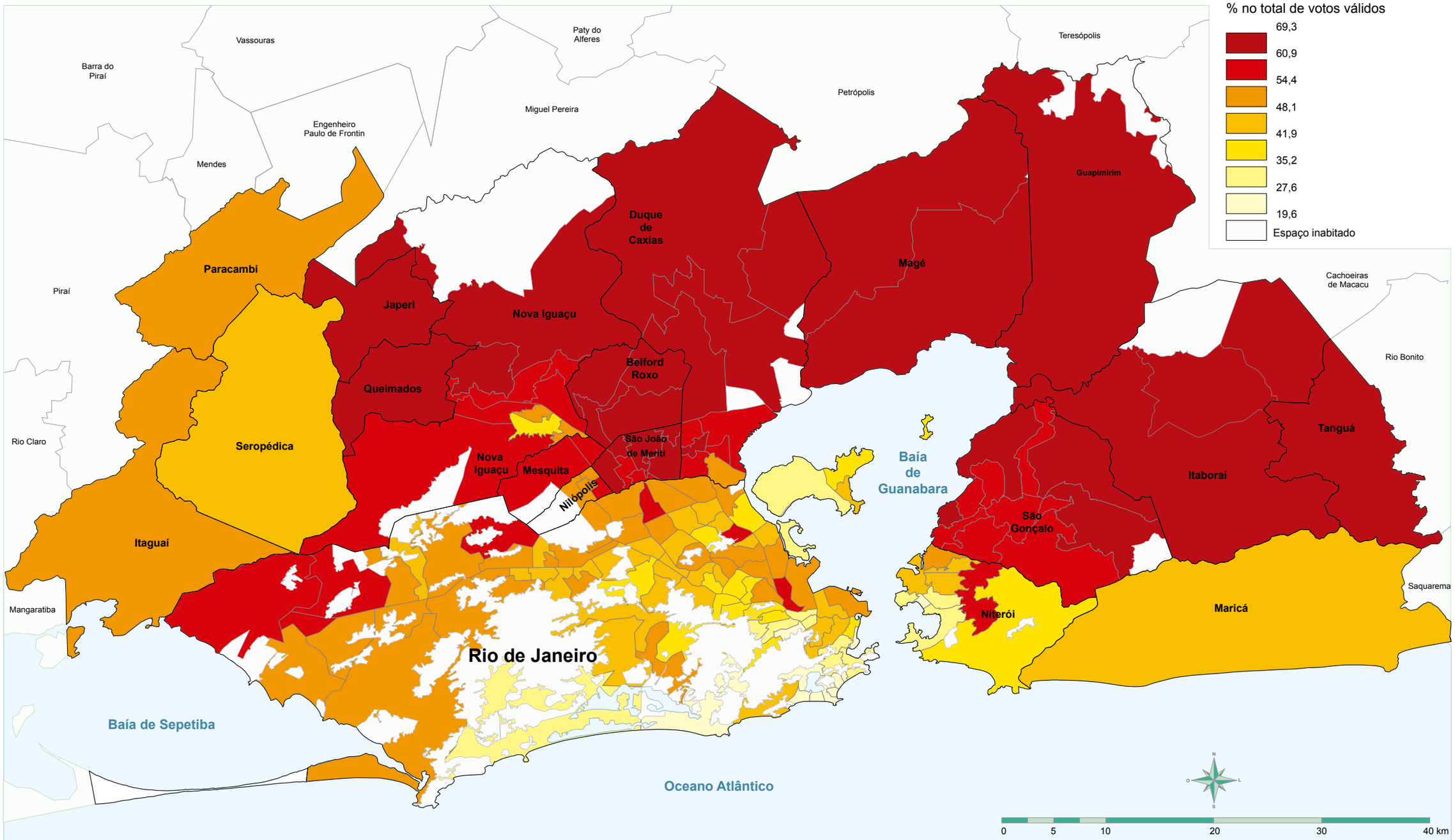

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 69

# Luiz Inácio Lula da Silva
## Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)



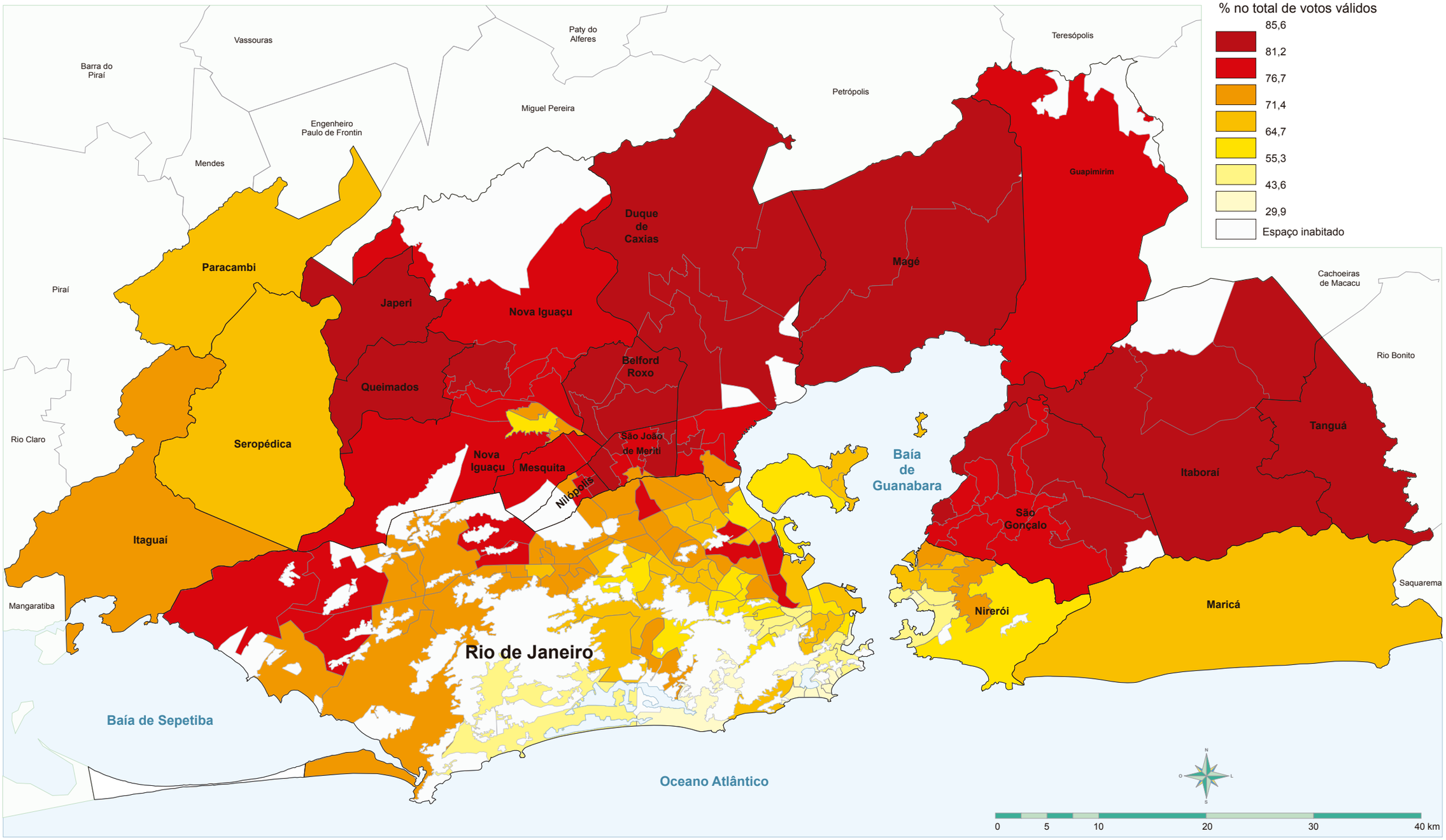

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 70

# Luiz Inácio Lula da Silva
## Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)



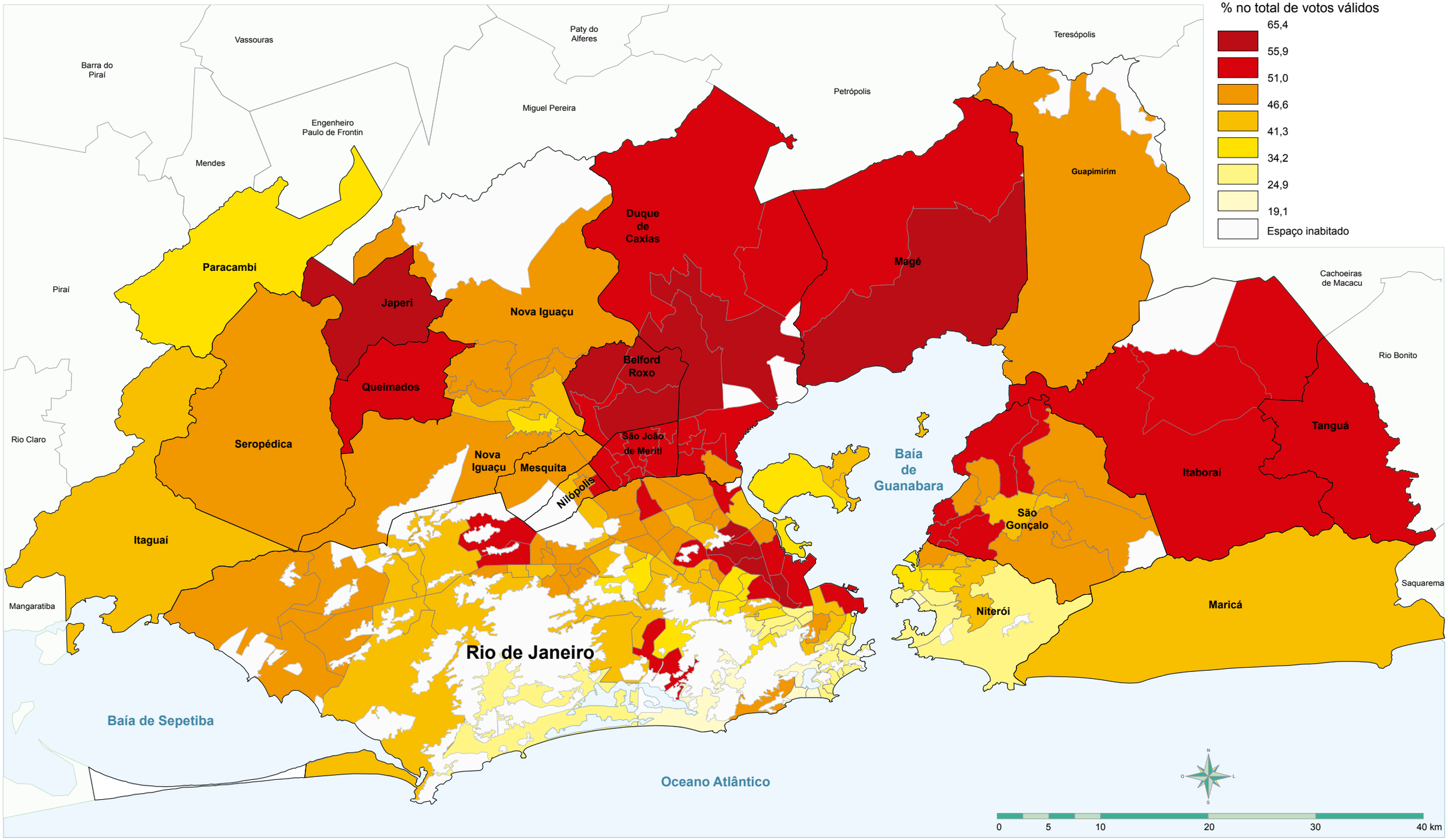

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 71

# Dilma Rousseff
## Eleição presidencial 2010 (Primeiro turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

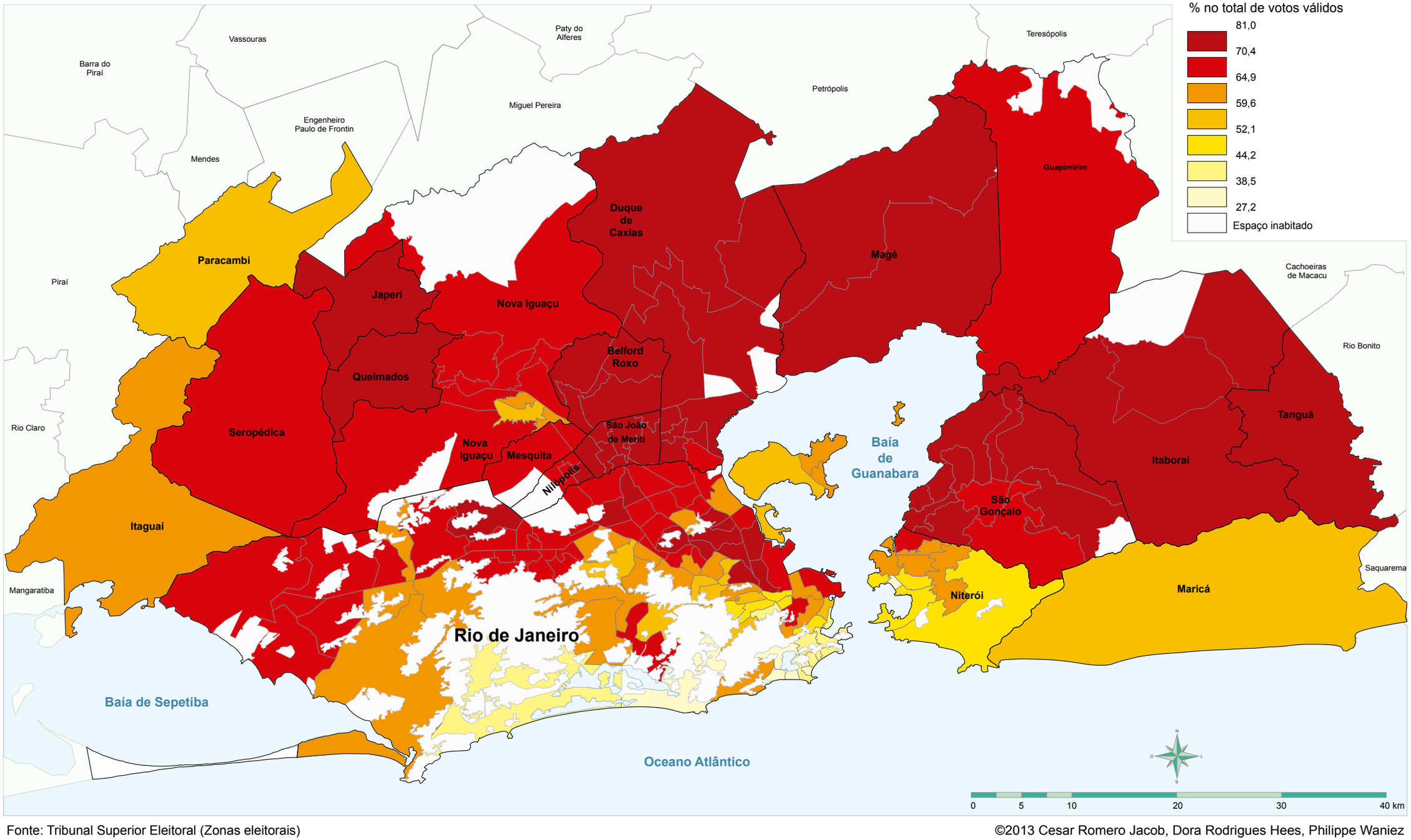
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 72

# Dilma Rousseff

## Eleição presidencial 2010 (Segundo turno)



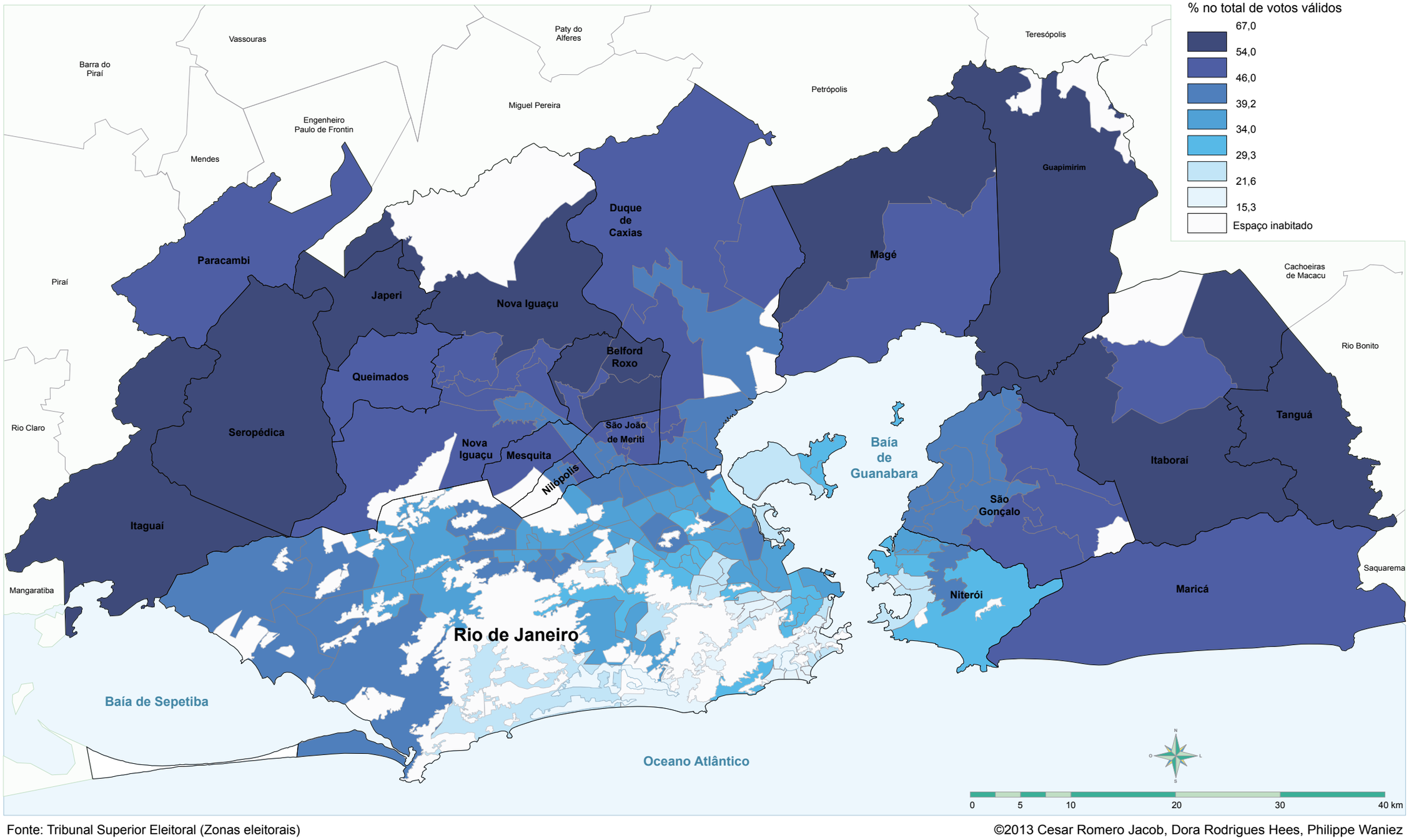

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 73

# Sérgio Cabral
## Eleição para governador 2006 (Primeiro turno)



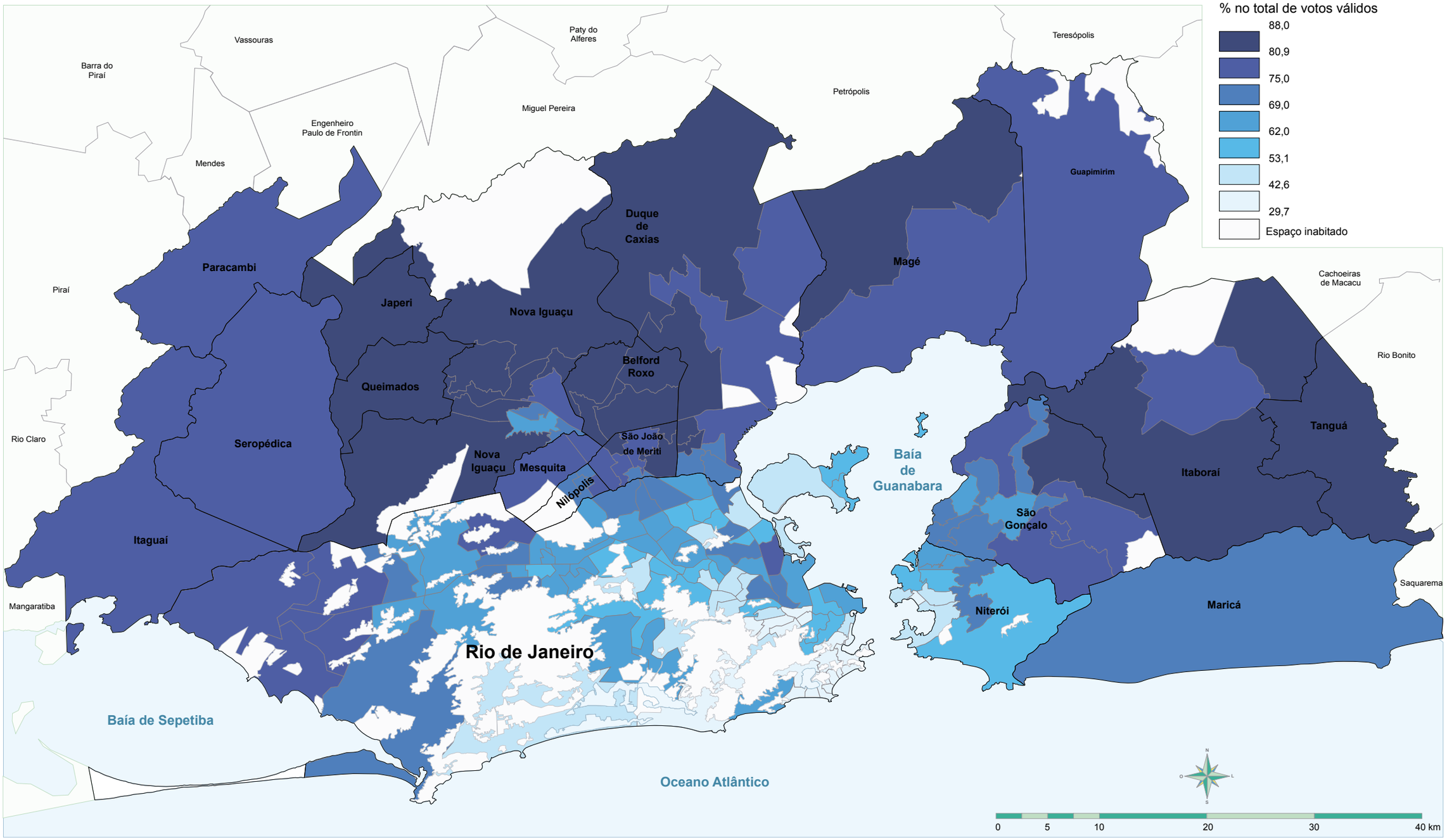

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 74

# Sérgio Cabral
## Eleição para governador 2006 (Segundo turno)



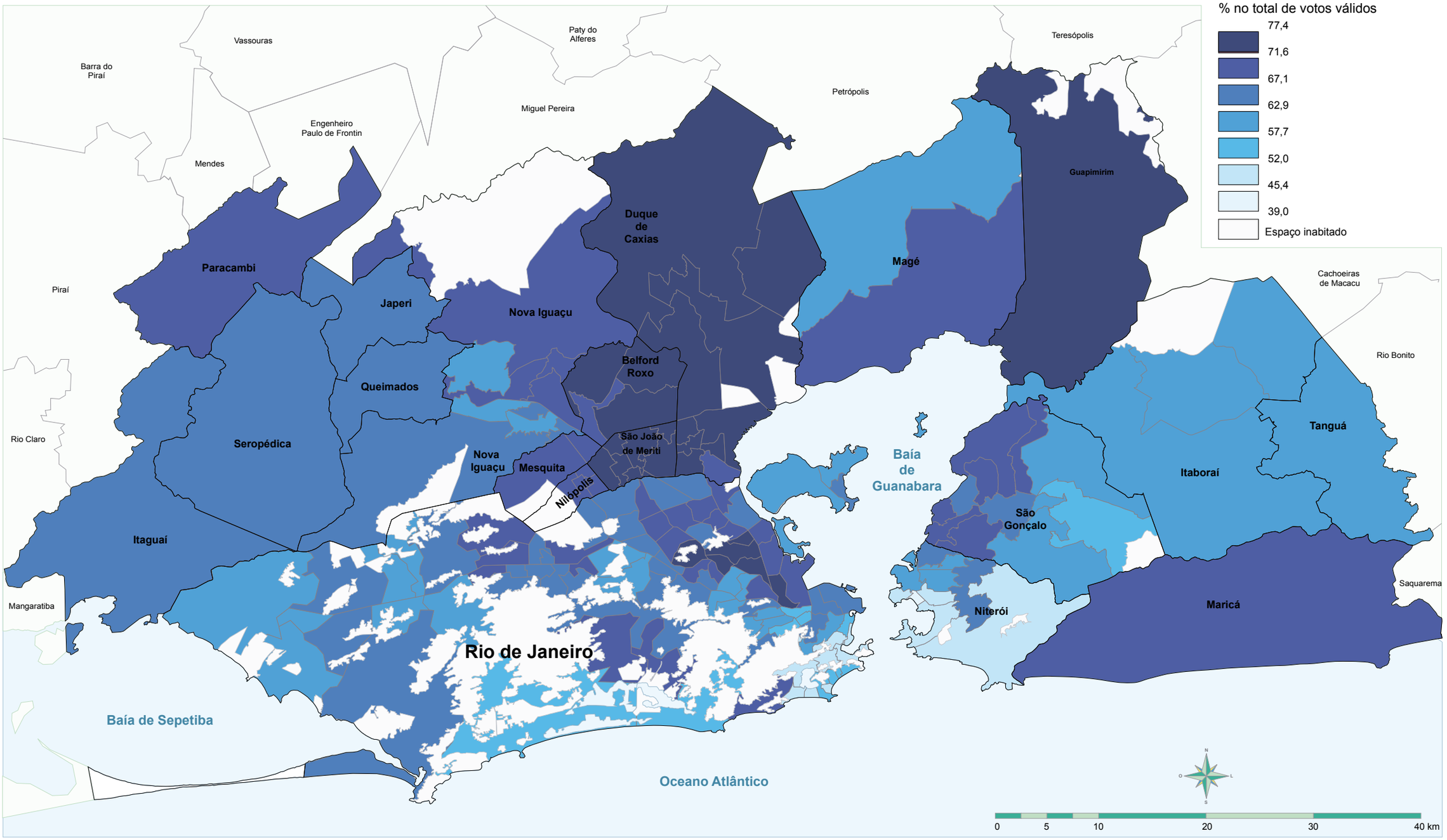

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 75

# Sérgio Cabral
## Eleição para governador 2010




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

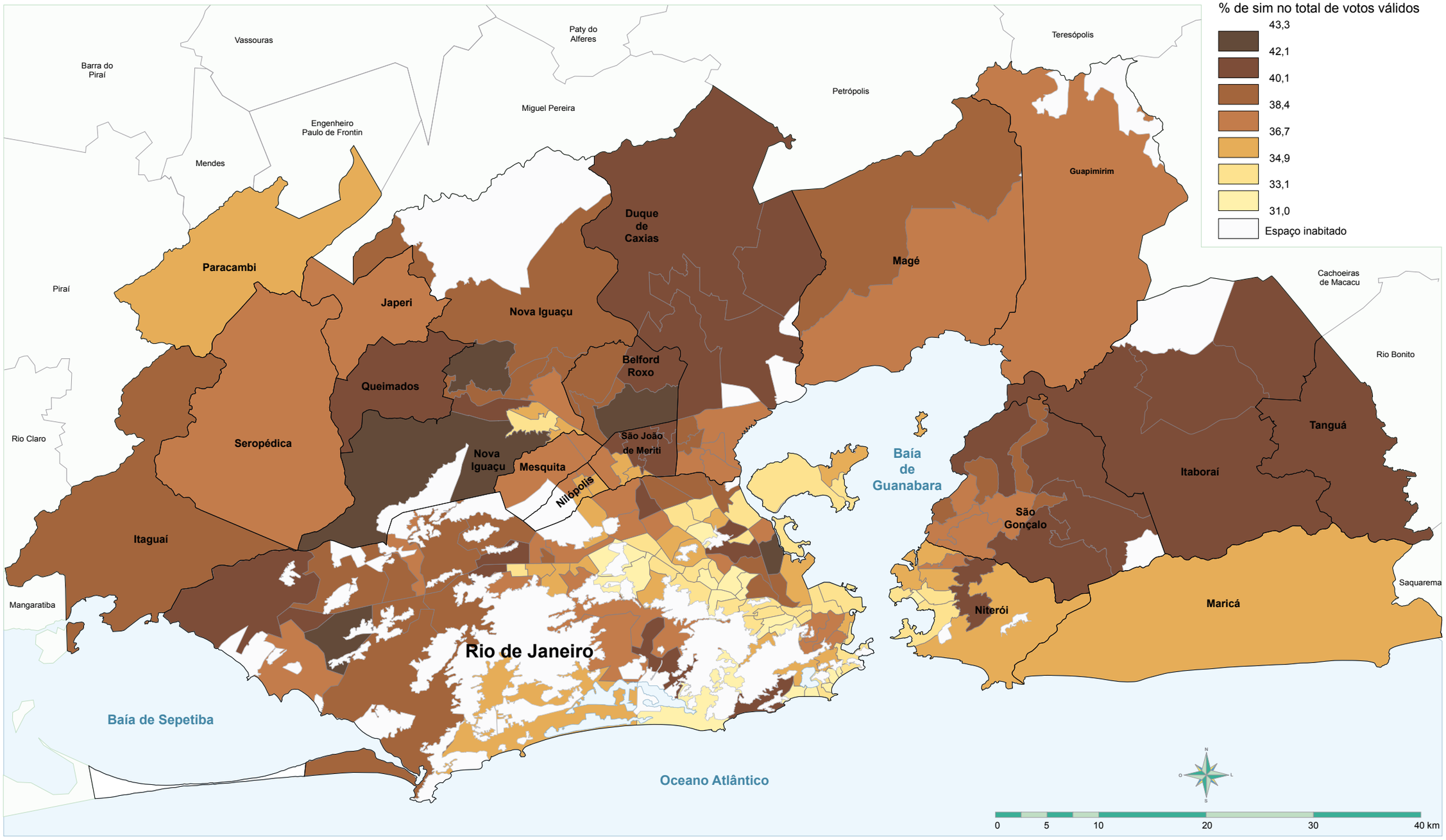
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 76

# Referendo em 2005

## O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?



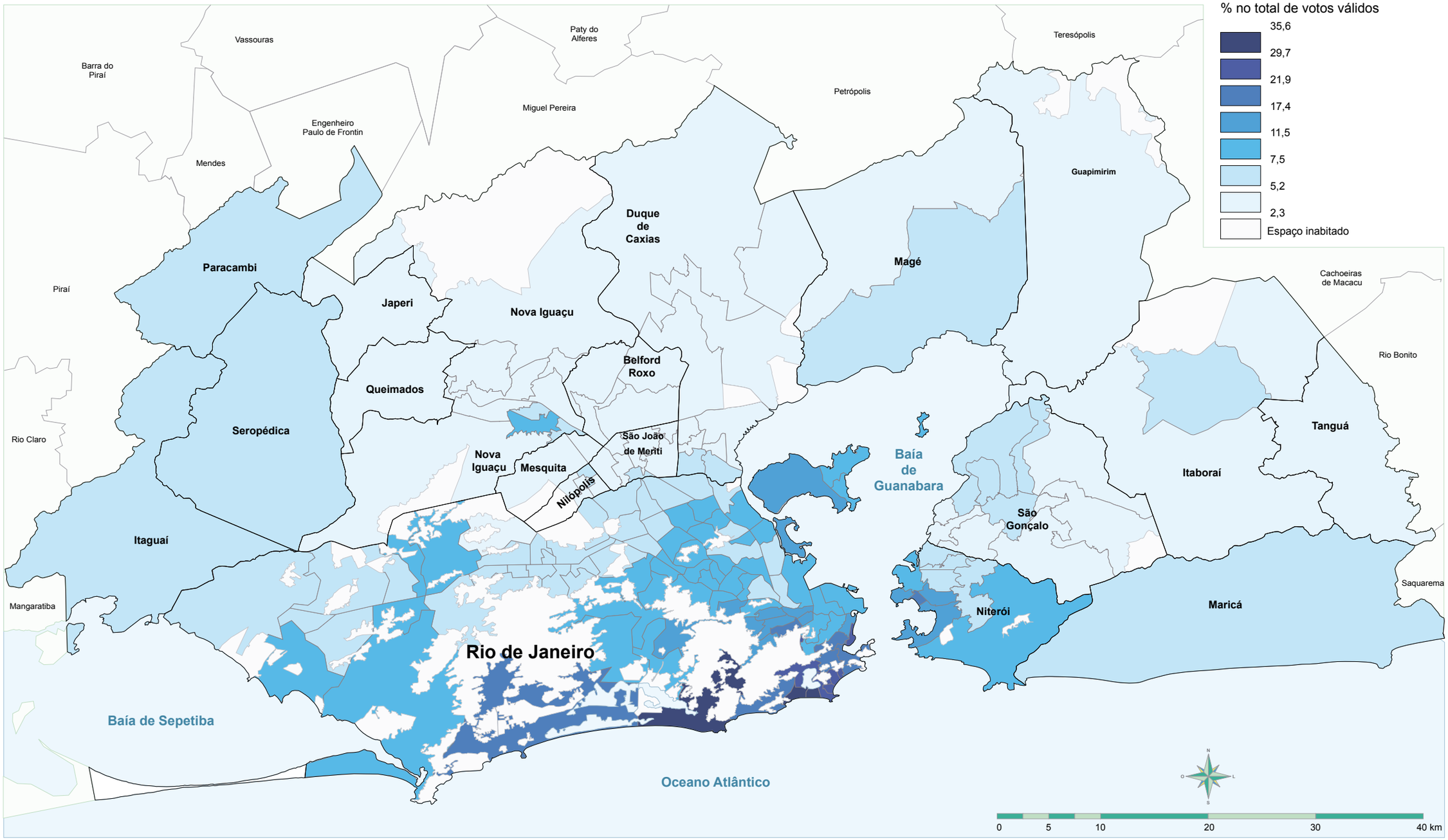

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

Voltar ← p.61
← p.62

Fig. 77

# José Serra
## Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)



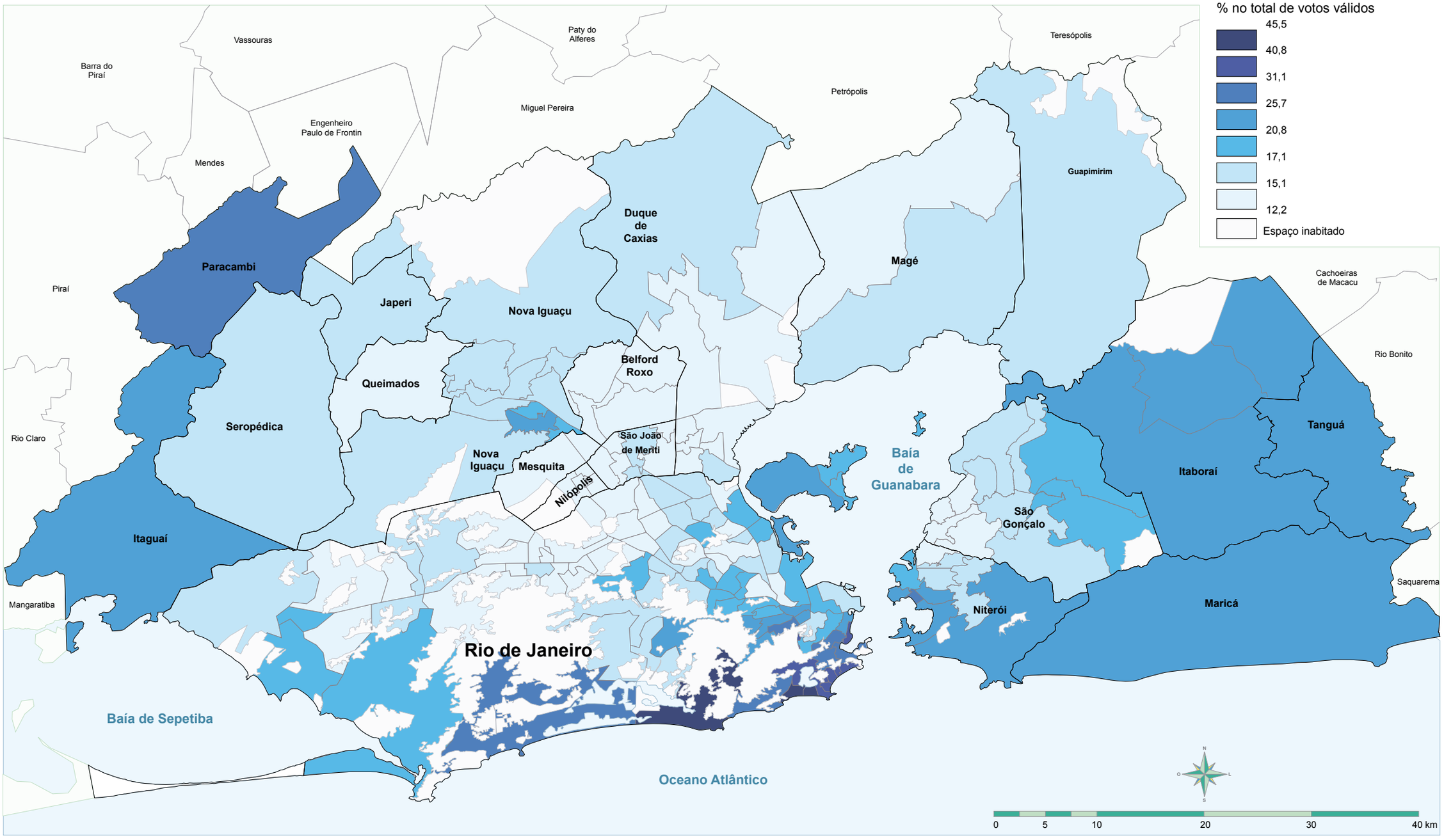

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 78

# José Serra
## Eleição presidencial 2002 (Segundo turno)



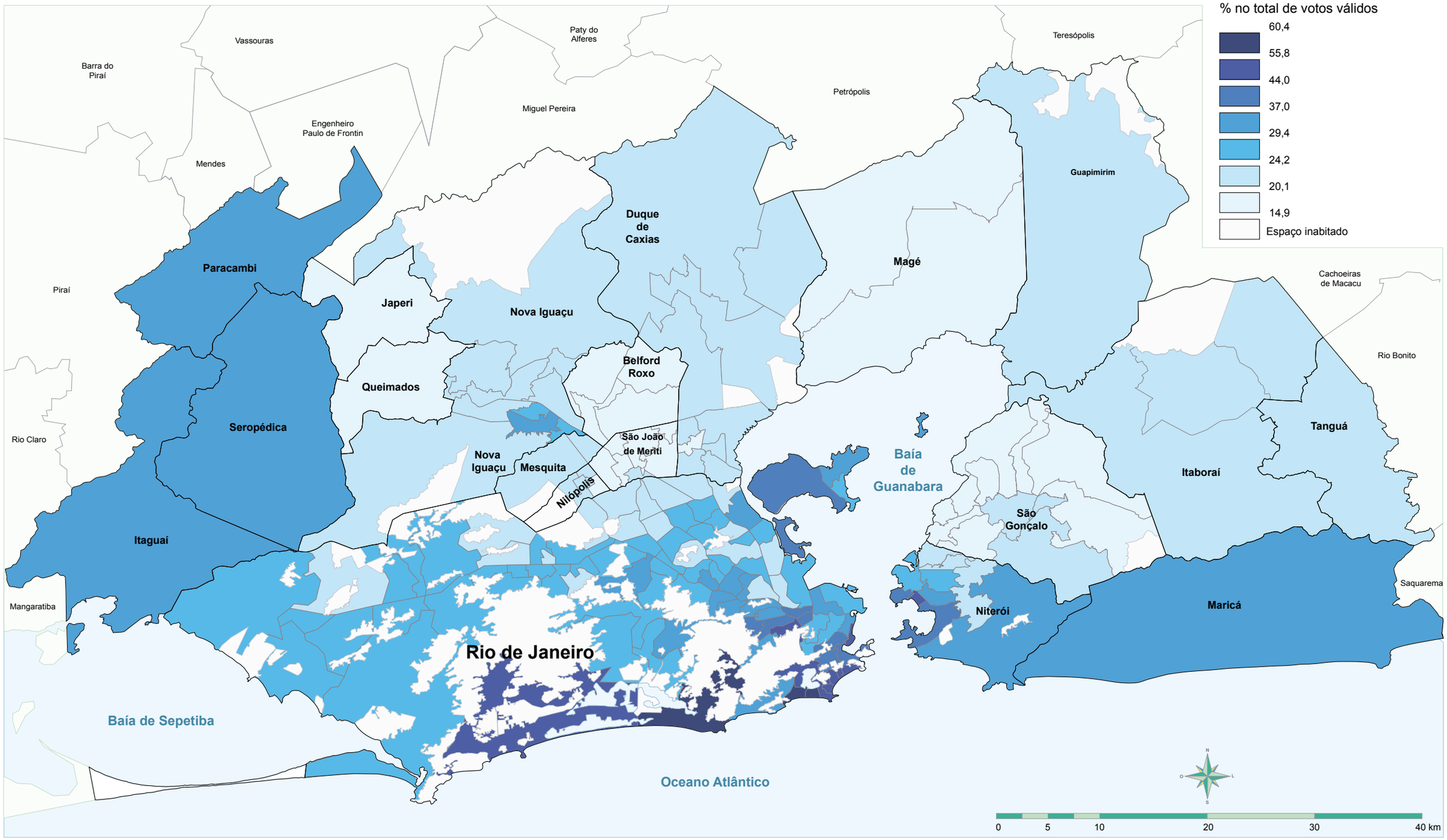

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 79

# Geraldo Alckmin
## Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)



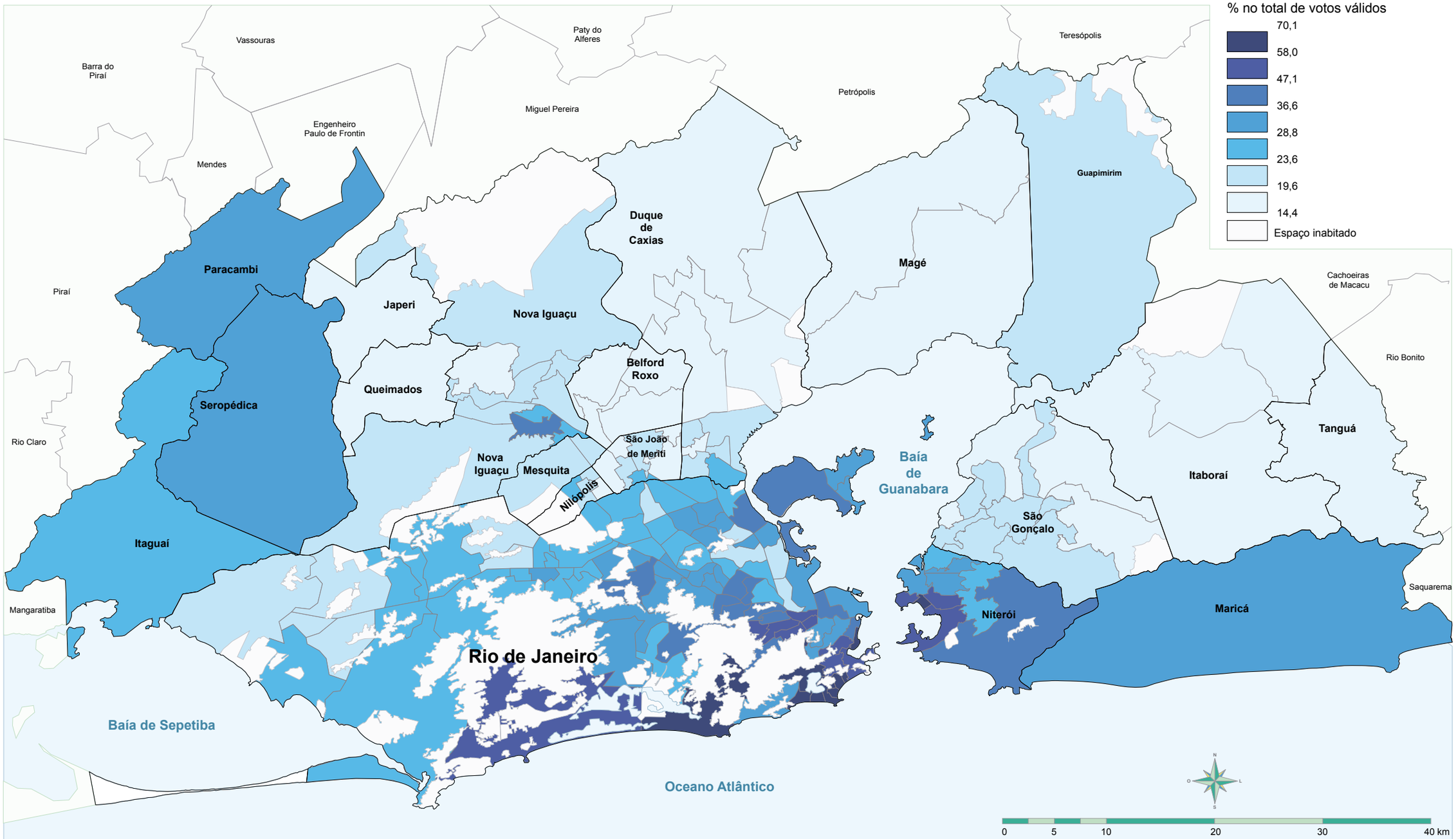

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 80

# Geraldo Alckmin
## Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)



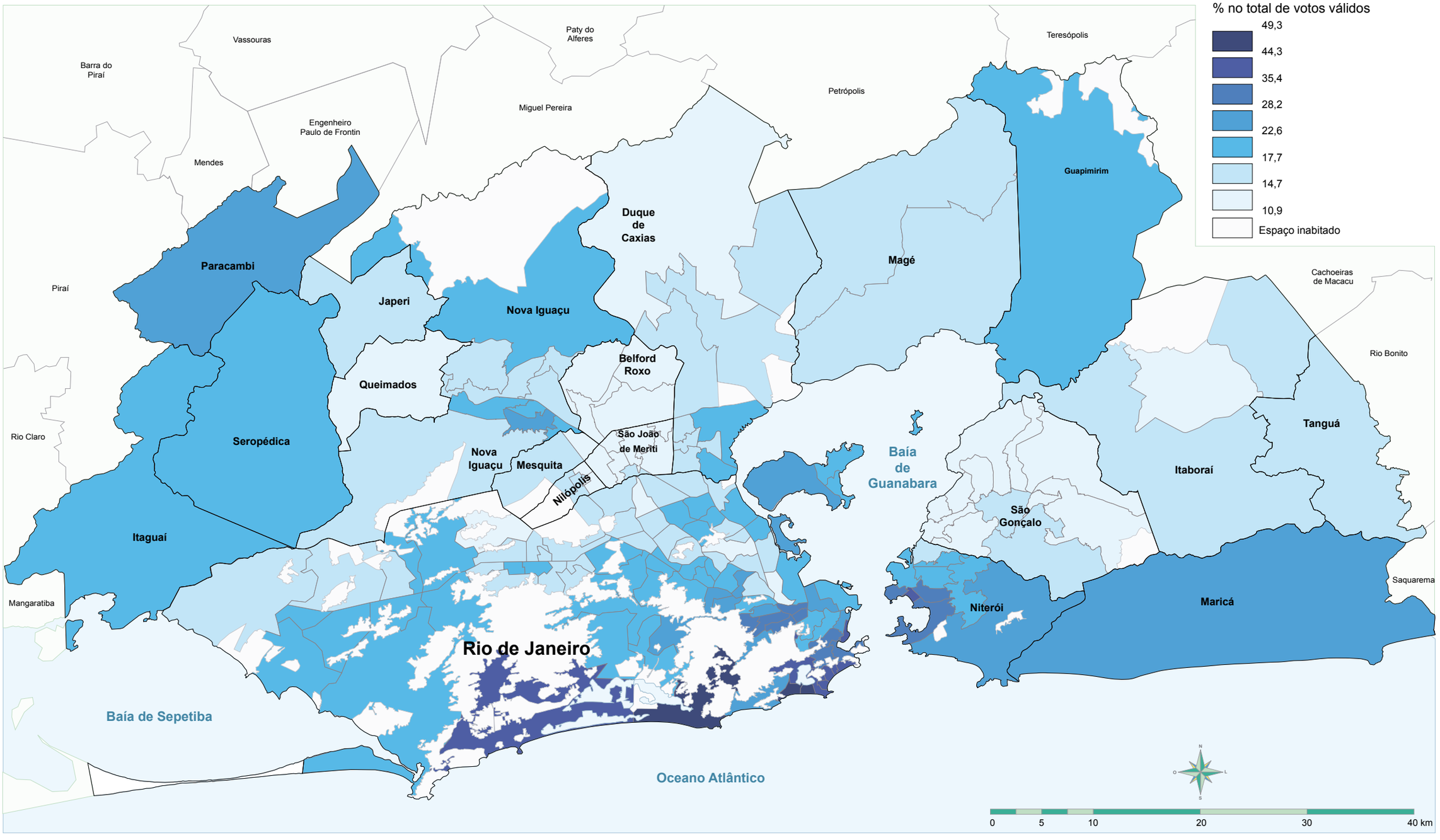

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 81

# José Serra
## Eleição presidencial 2010 (Primeiro turno)



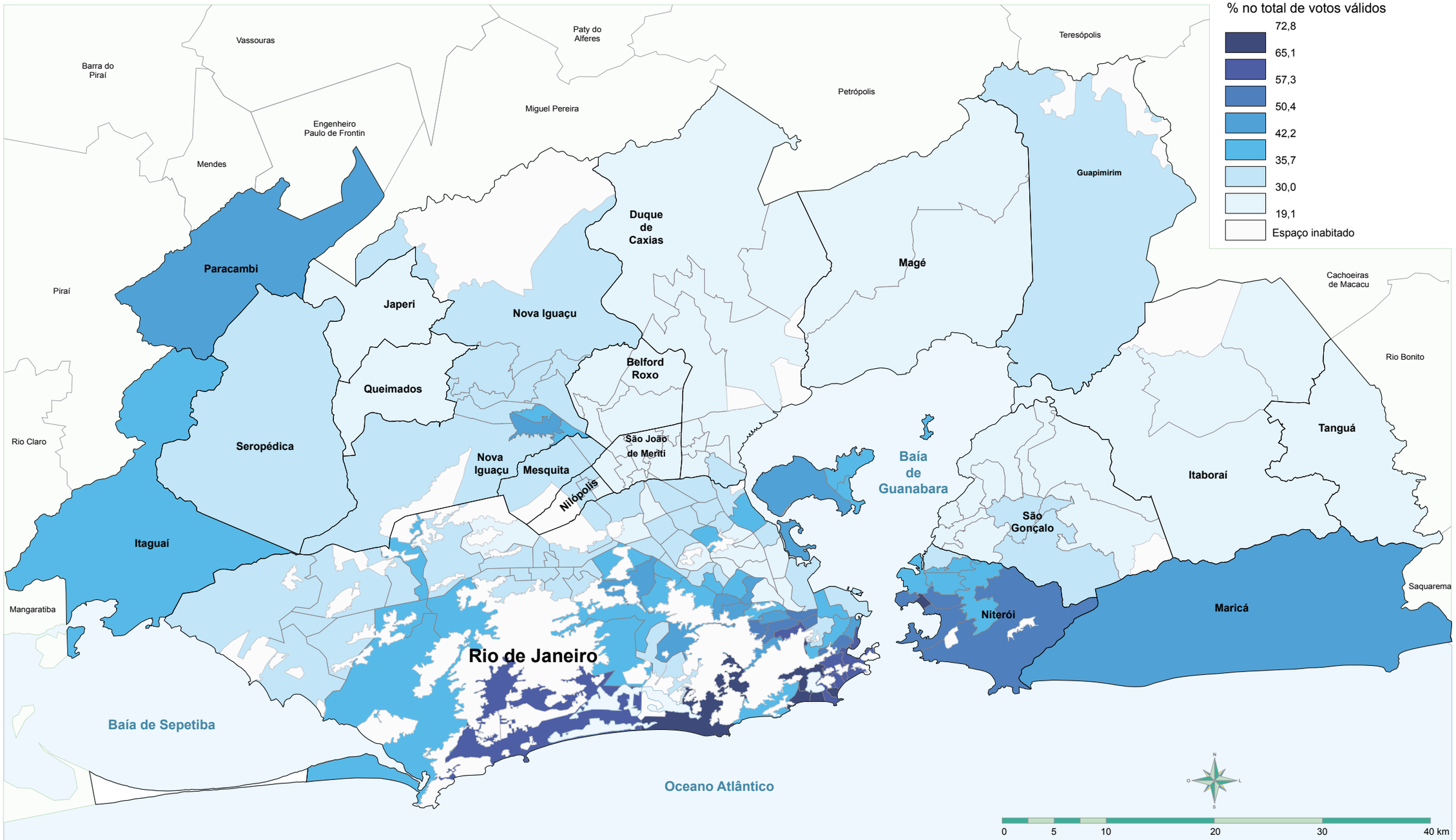

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 82

# José Serra
## Eleição presidencial 2010 (Segundo turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

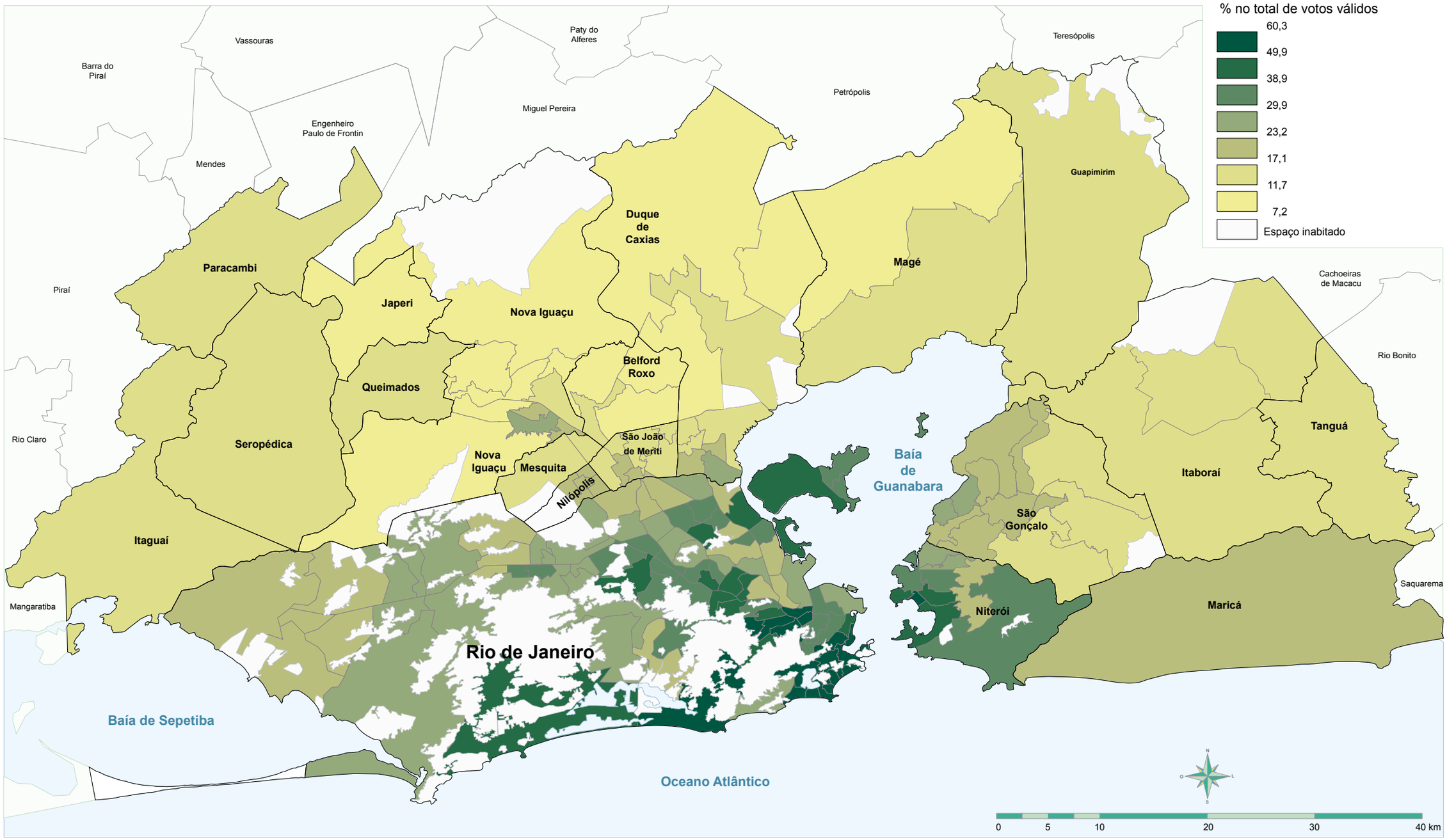
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 83

# Denise Frossard

## Eleição para governador 2006 (Primeiro turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

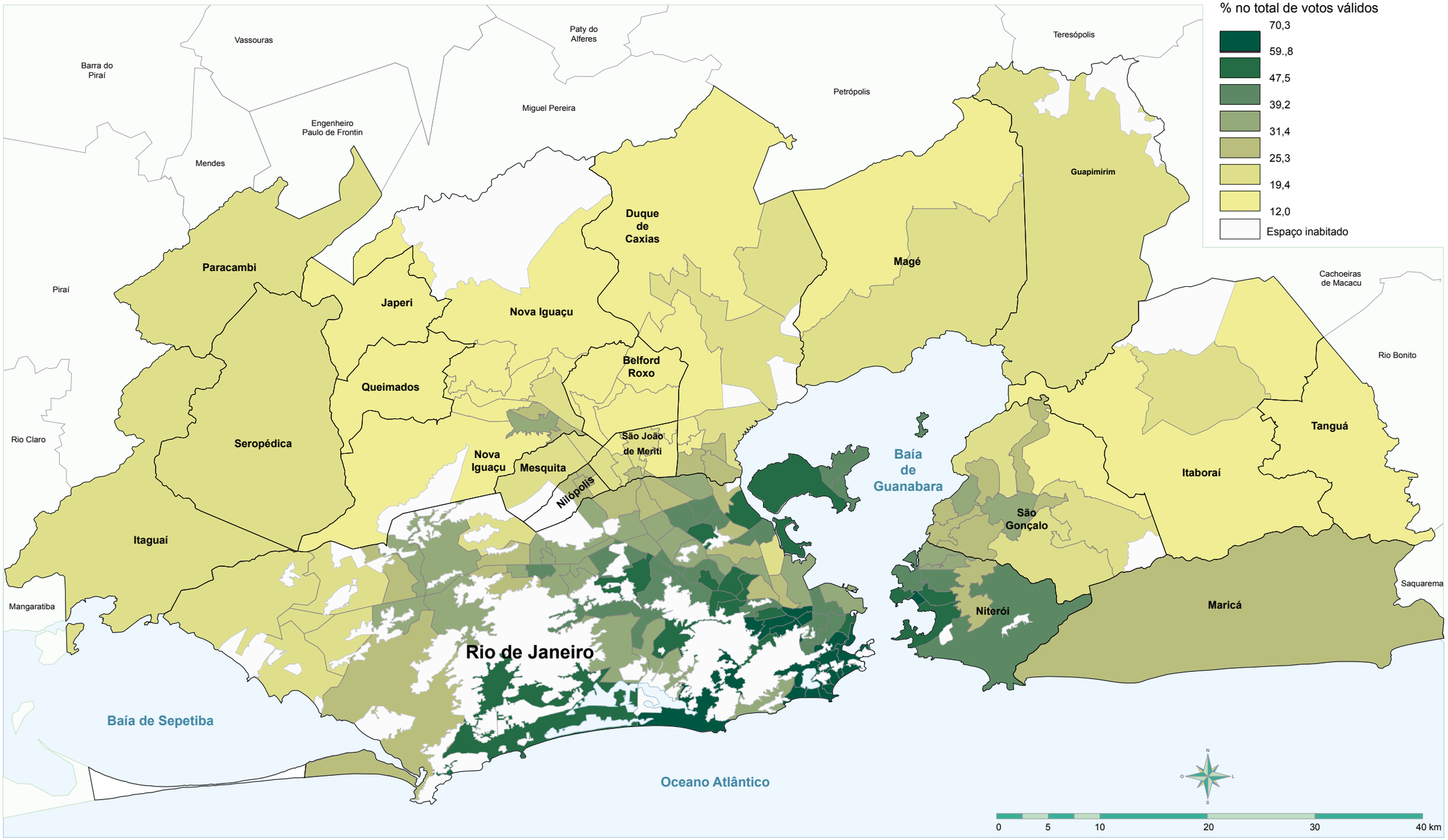
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 84

# Denise Frossard

## Eleição para governador 2006 (Segundo turno)



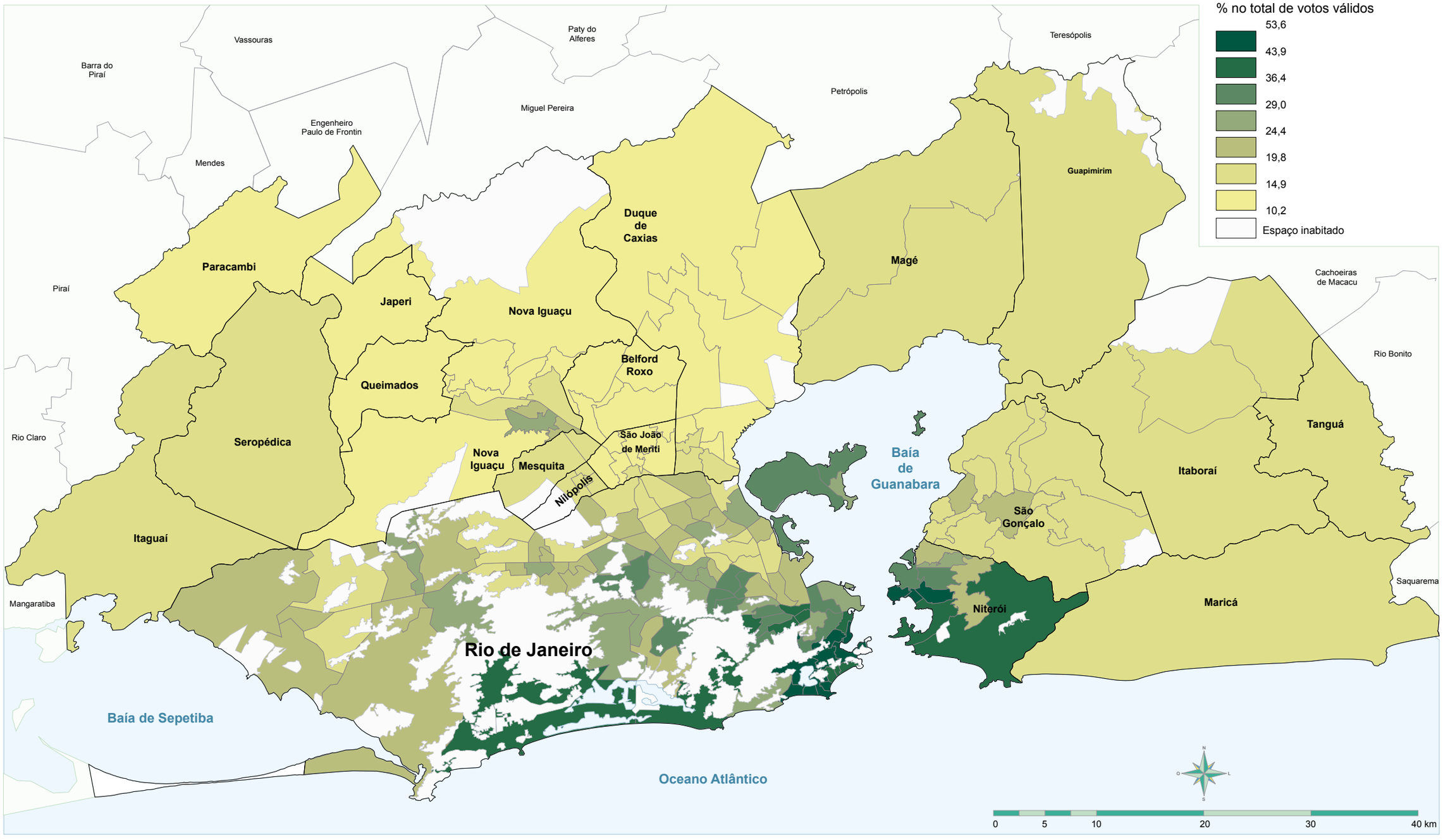

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 85

# Fernando Gabeira
## Eleição para governador 2010




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

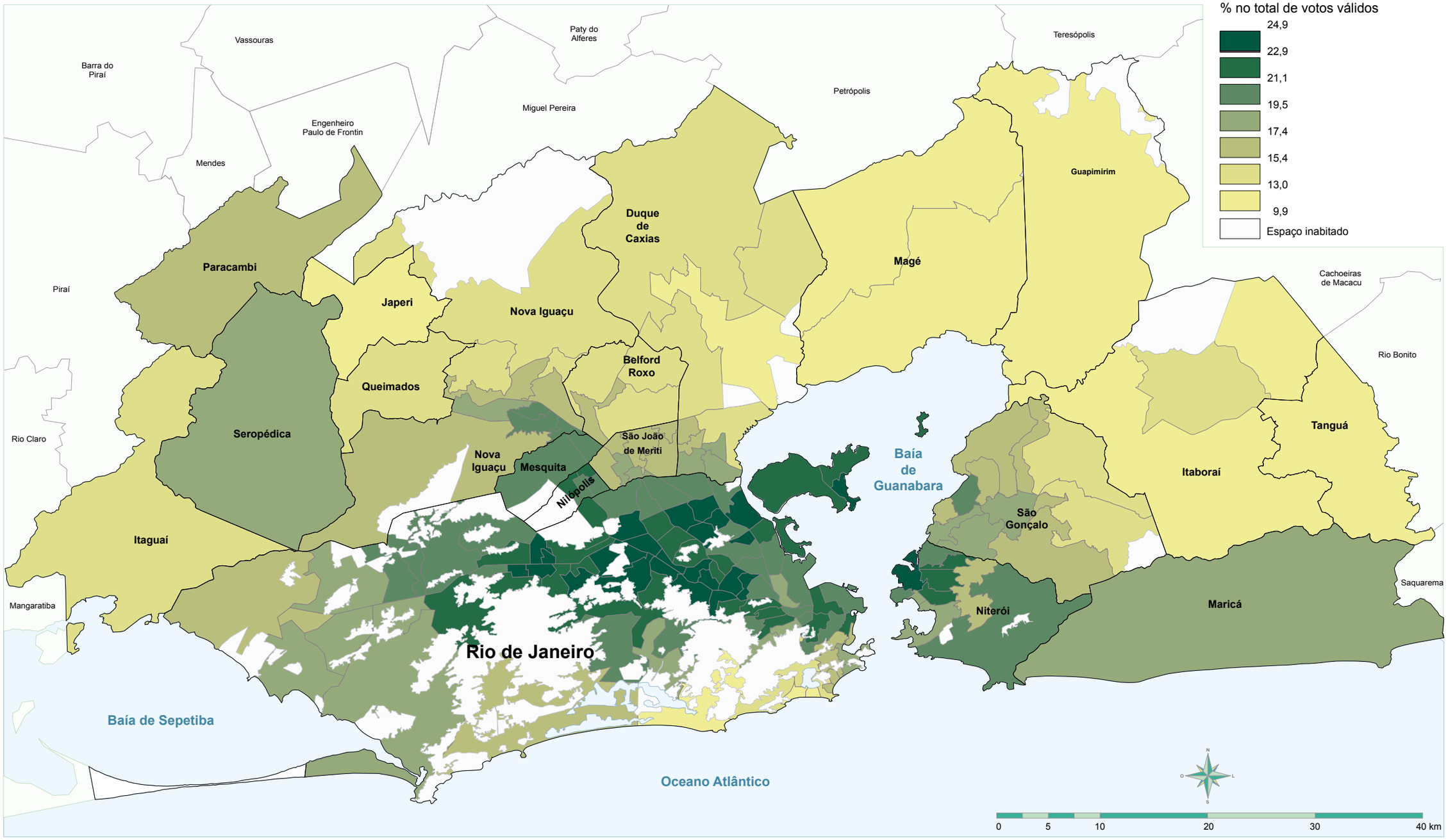
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 86

# Heloísa Helena

## Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

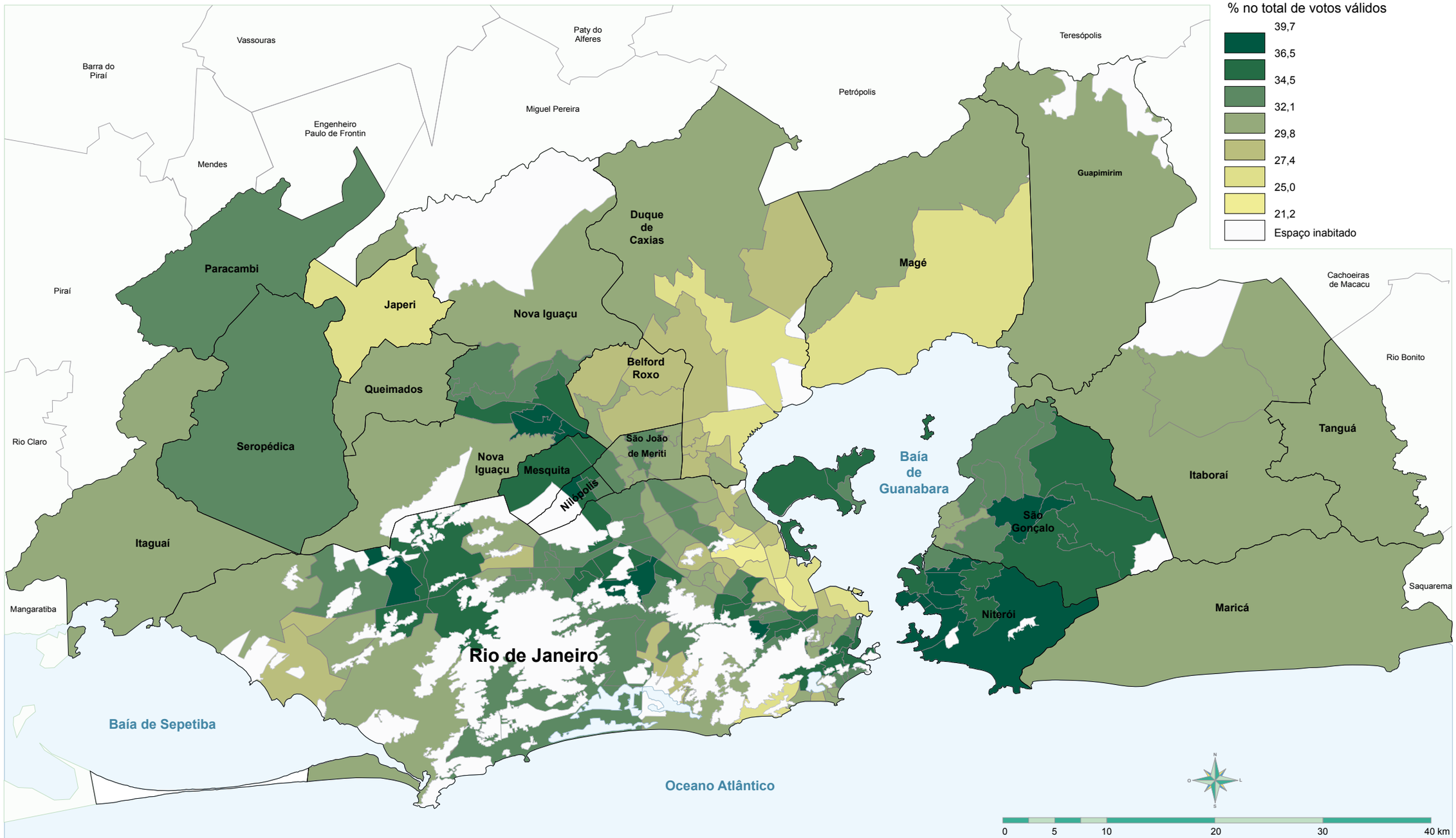
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 87

# Marina Silva

## Eleição presidencial 2010 (Primeiro turno)




Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (Zonas eleitorais)

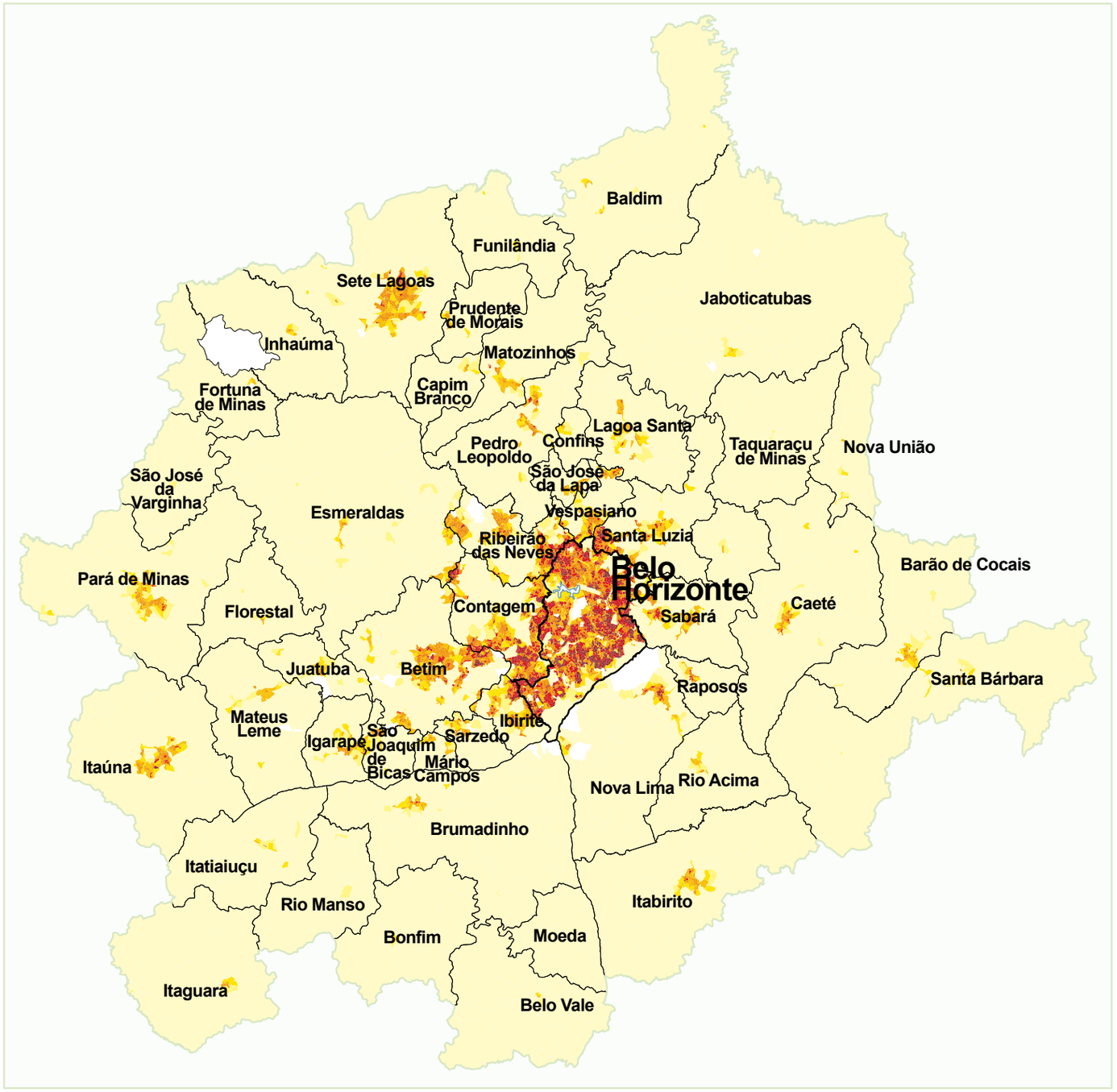
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 88

# Densidade populacional

## na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010




Pessoas / hectare

- 300
- 150
- 125
- 100
- 80
- 40
- 20
- 10
- 5
- Ausência de informação ou espaço inabitado

0 10 20 40 60 80 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

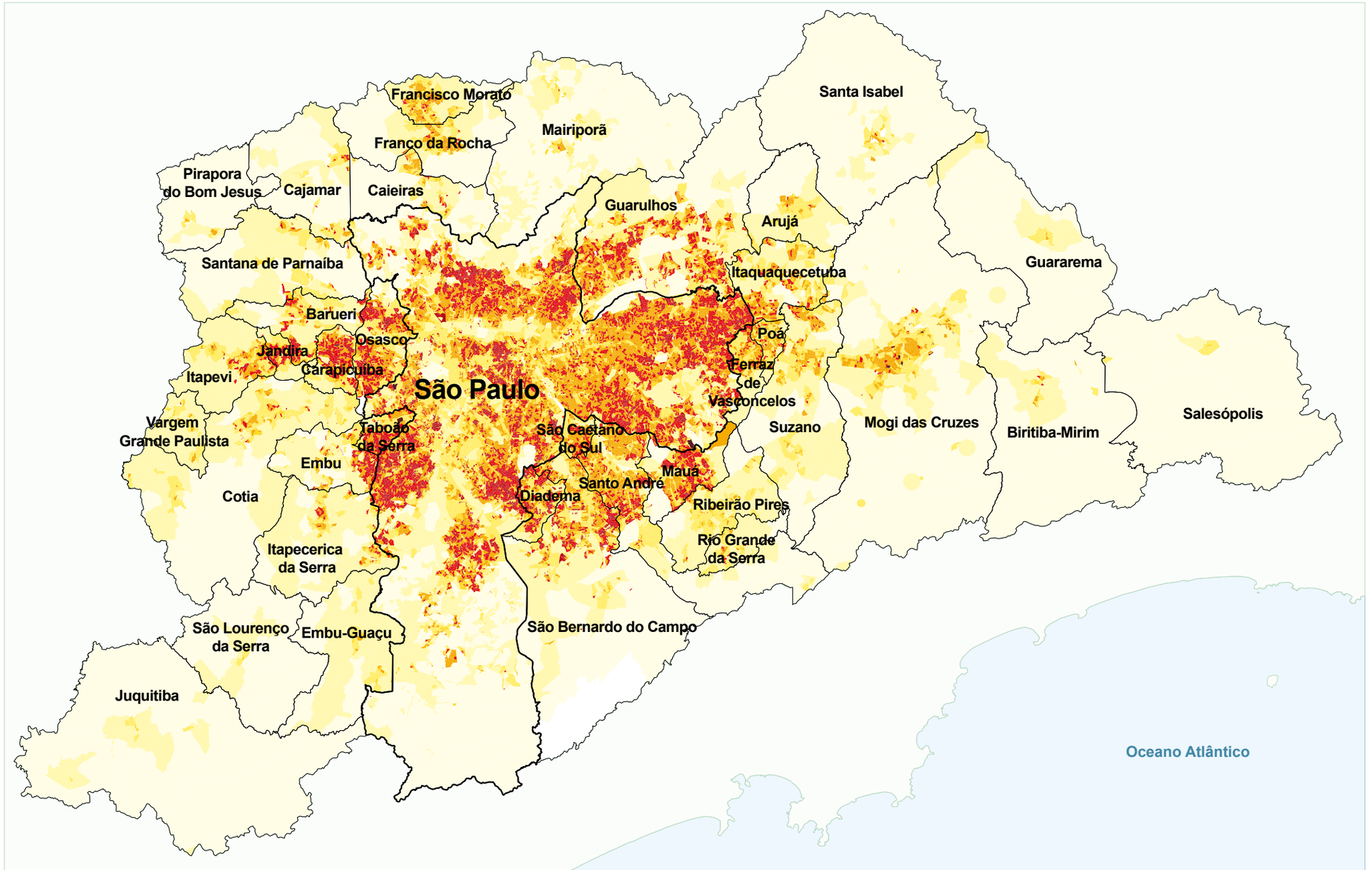
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 89

# Densidade populacional

## na Região Metropolitana de São Paulo, 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

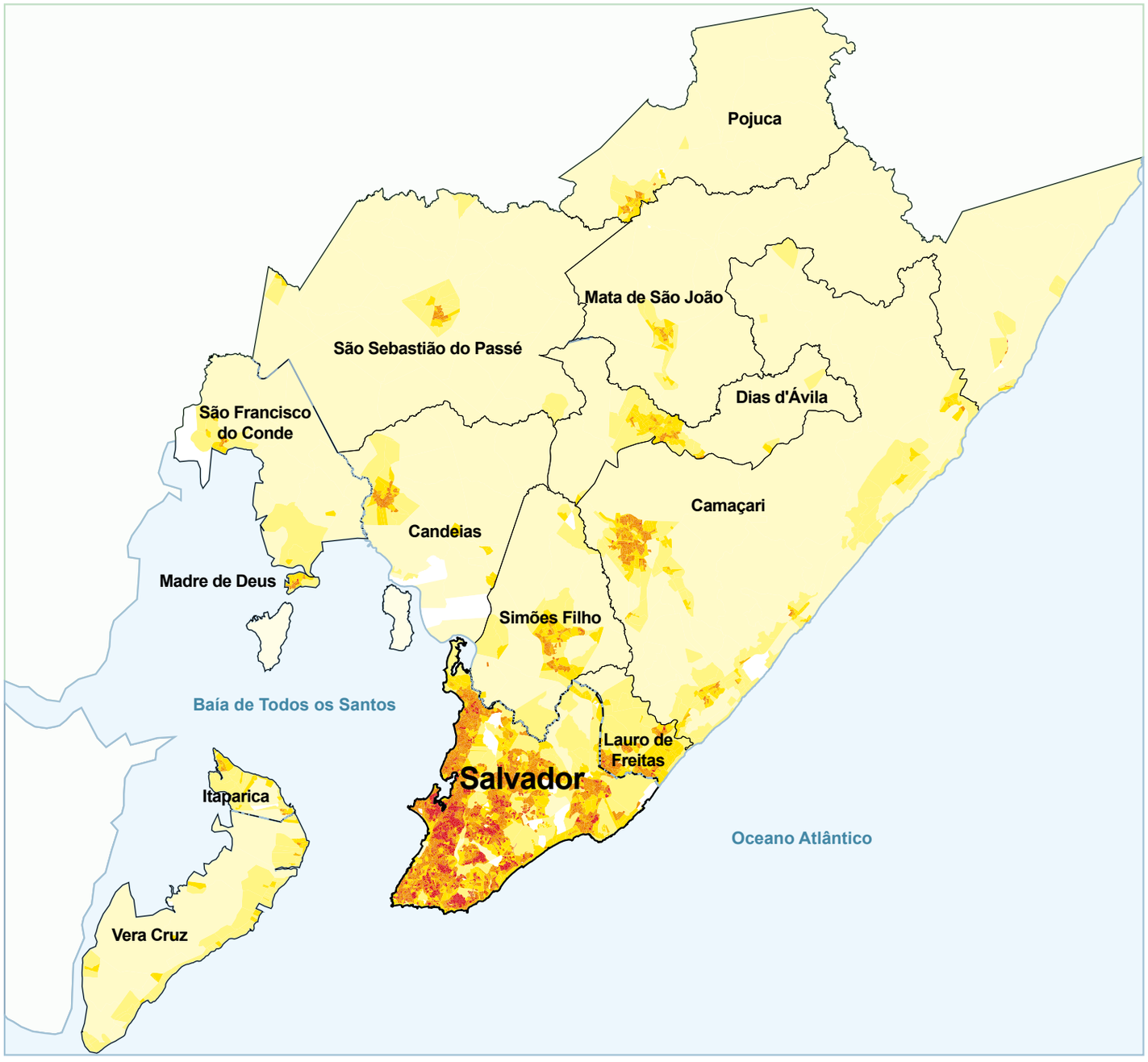
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 90

# Densidade populacional

## na Região Metropolitana de Salvador, 2010




Pessoas / hectare

- 1775
- 925
- 290
- 150
- 73
- 55
- 12
- 1

Ausência de informação ou espaço inabitado

0 7,5 15 30 45 60 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 91

# Densidade populacional

## na Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

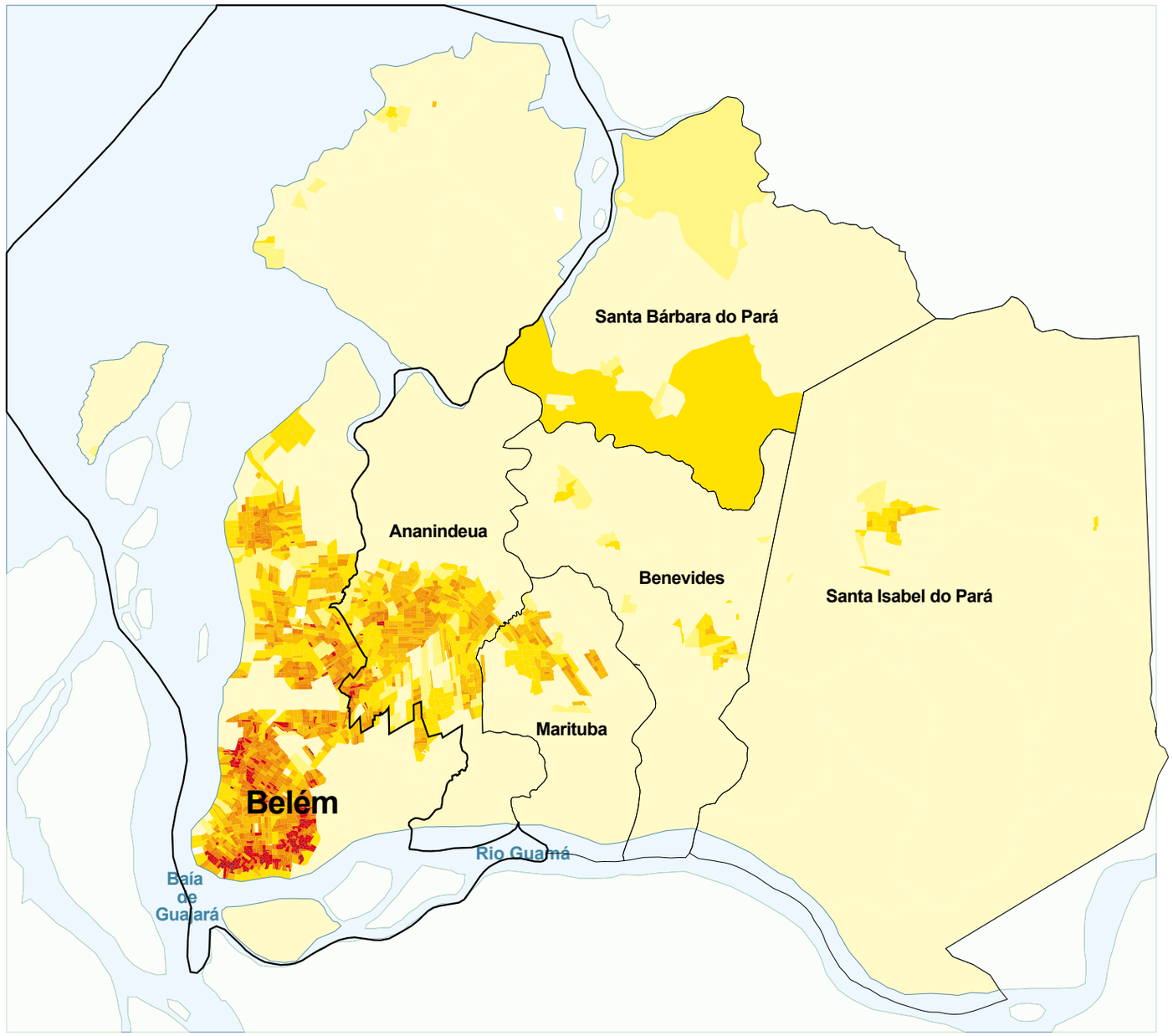
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 92

# Densidade populacional

## na Região Metropolitana de Belém, 2010




Pessoas / hectare

- 500
- 400
- 300
- 200
- 150
- 100
- 50
- 20
- 10
- Ausência de informação ou espaço inabitado

0 3,75 7,5 15,00 22,5 30 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

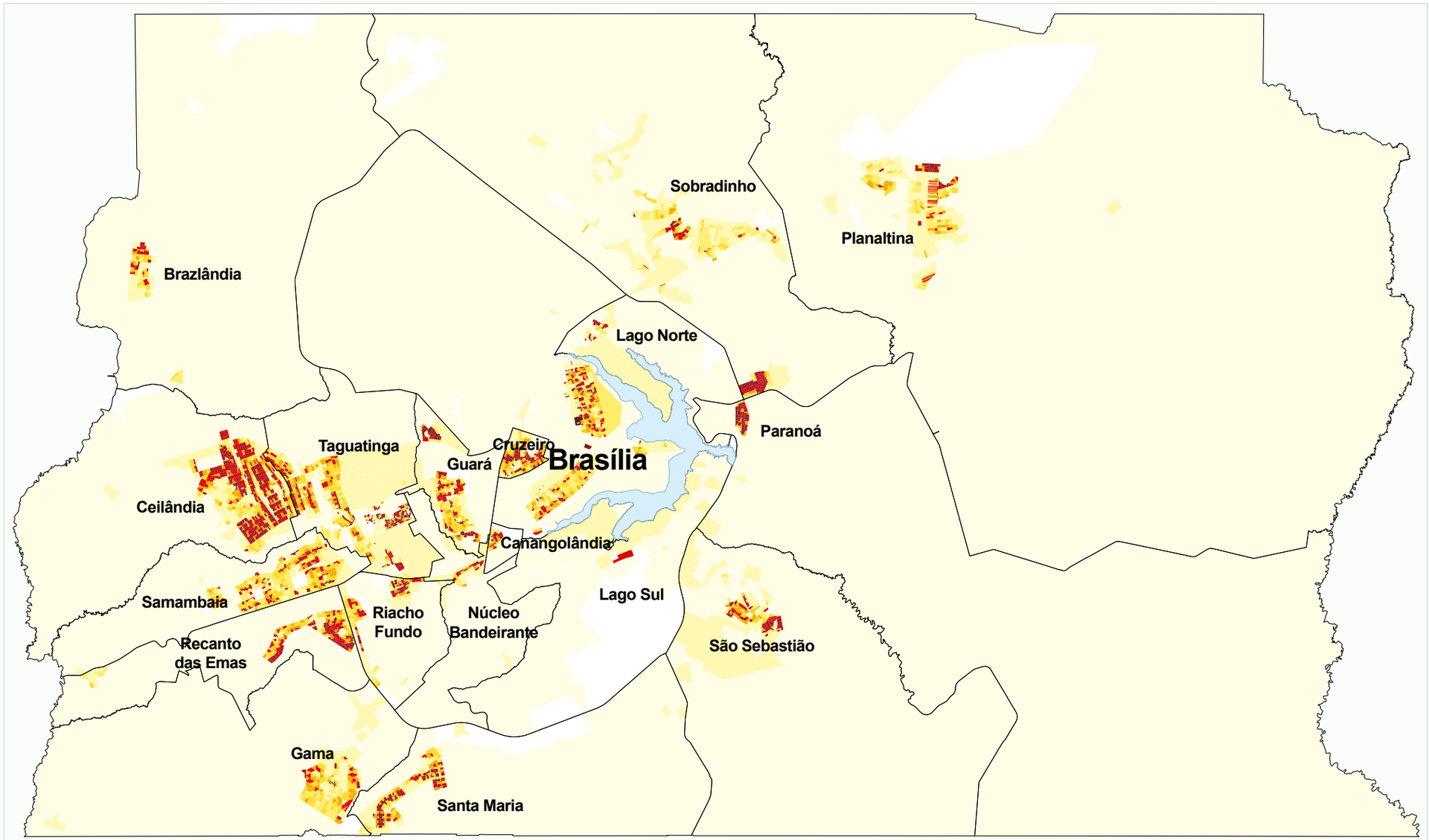
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 93

# Densidade populacional

## no Distrito Federal, 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

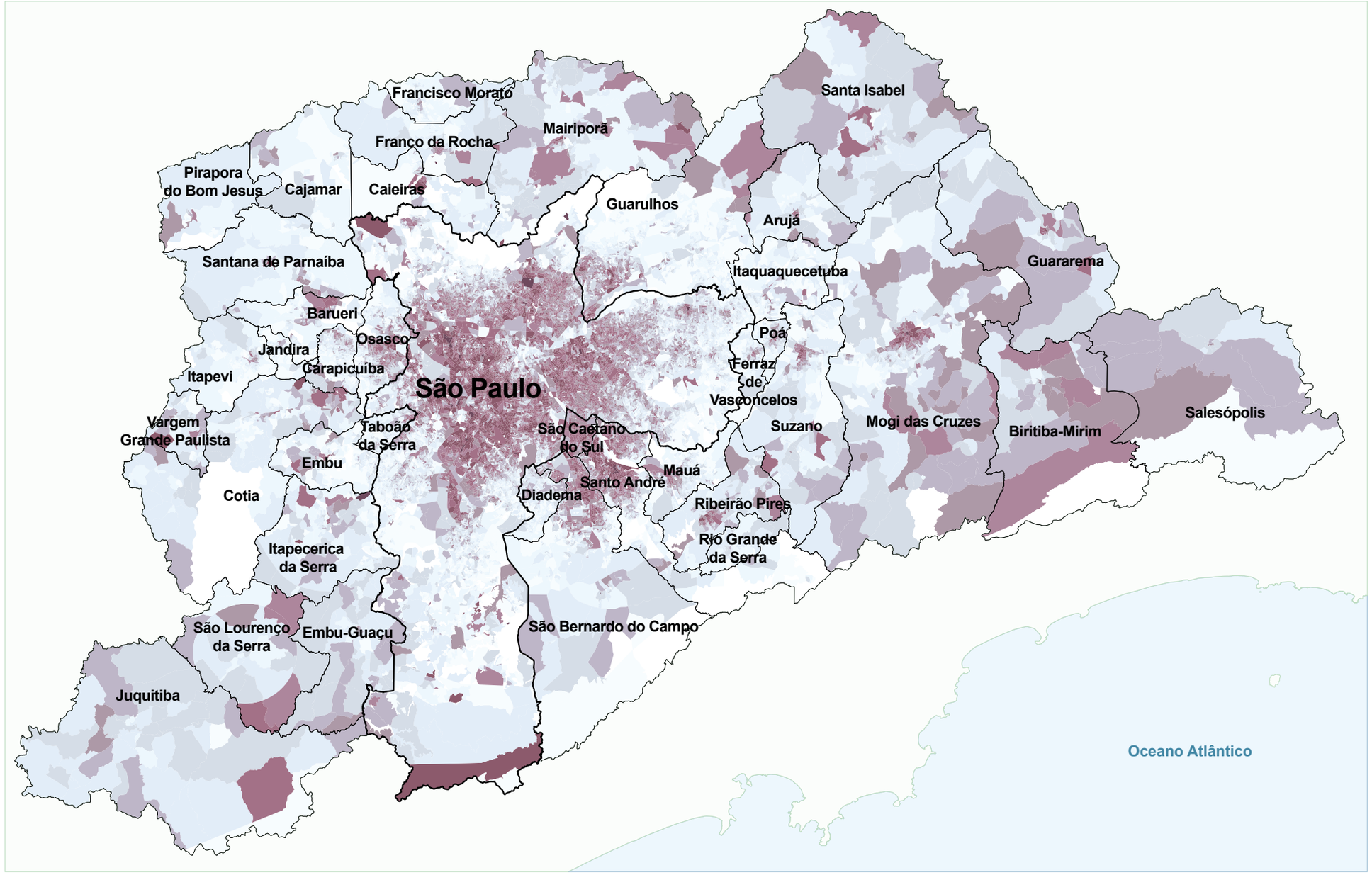
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 94

# Pessoas com 60 anos e mais de idade

## na Região Metropolitana de São Paulo, 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

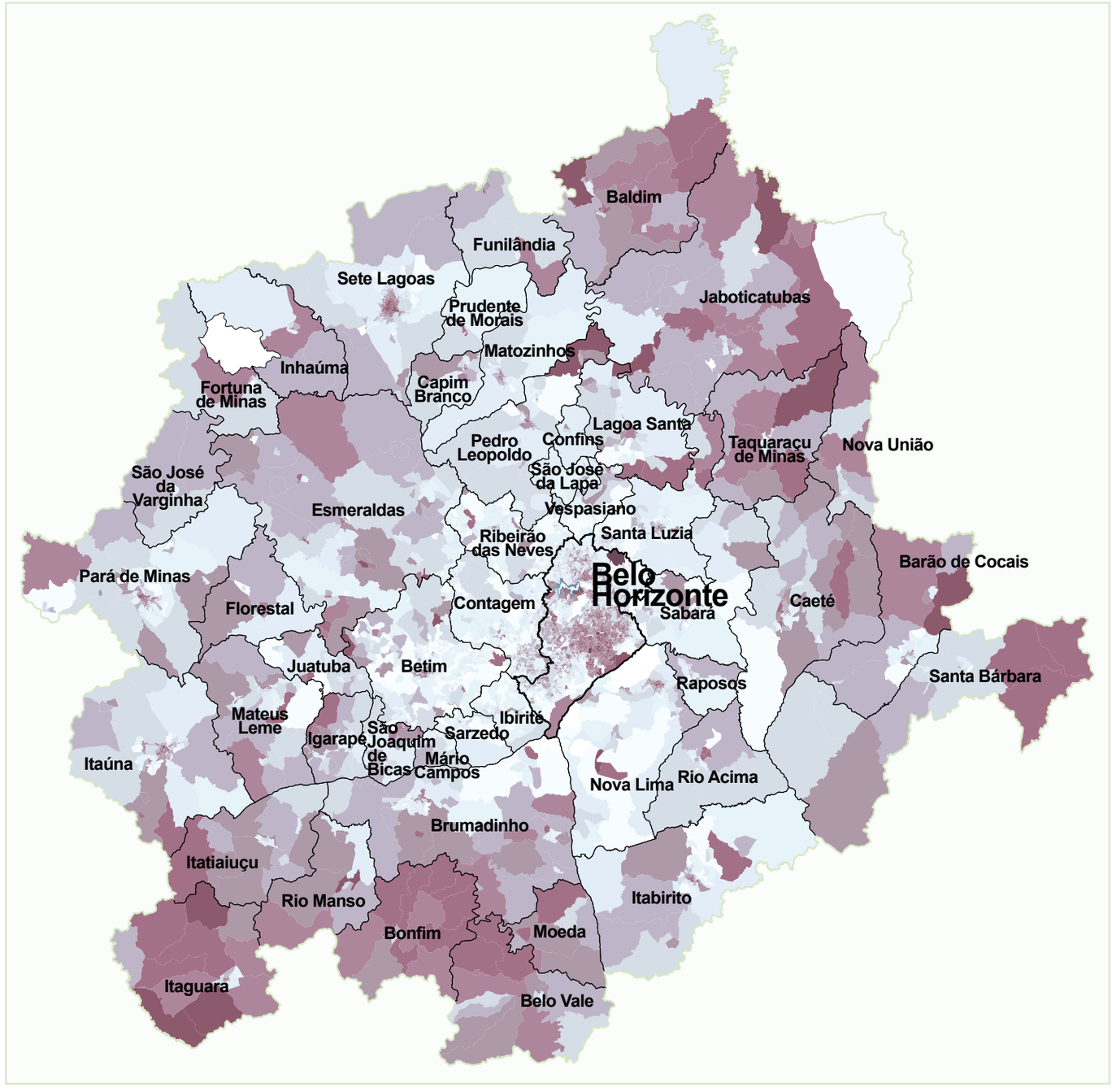
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 95

# Pessoas com 60 anos e mais de idade

## na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010




Número de pessoas idosas para cada 100 pessoas

- 35,0
- 25,0
- 20,0
- 17.5
- 15,0
- 12.5
- 10,0
- 7.5
- 5,0

Ausência de informação ou espaço inabitado

0 10 20 40 60 80 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

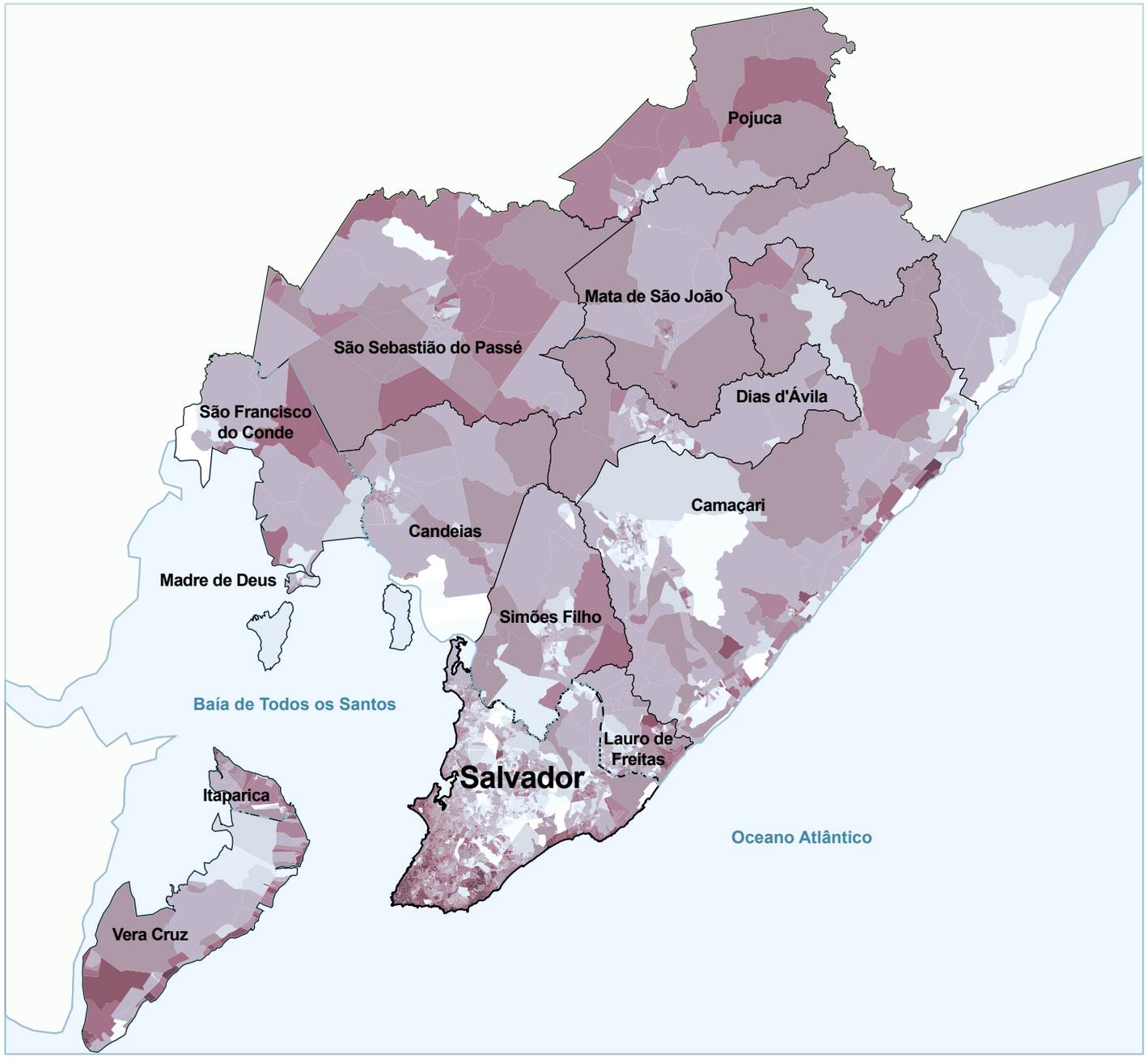
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 96

# Pessoas com 60 anos e mais de idade

## na Região Metropolitana de Salvador, 2010




Número de pessoas idosas para cada 100 pessoas

- 20,0
- 15,0
- 12,5
- 10,0
- 7,5
- 5,0
- 4,0
- 3,0
- 2,0

Ausência de informação ou espaço inabitado

0 7,5 15 30 45 60 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

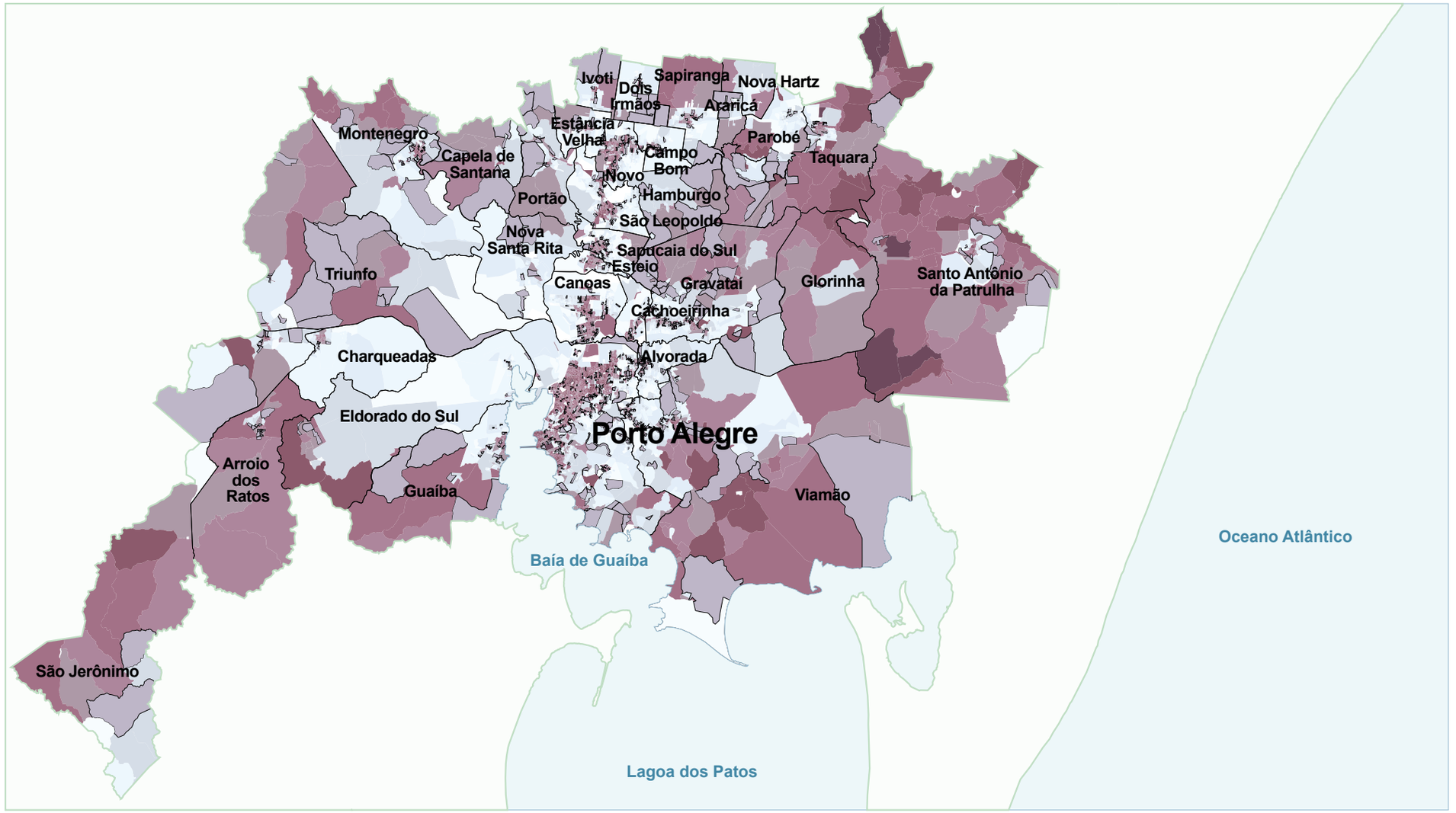
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 97

# Pessoas com 60 anos e mais de idade

## na Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010




Número de pessoas idosas para cada 100 pessoas

- 35,0
- 25,0
- 20,0
- 17.5
- 15,0
- 12.5
- 10,0
- 7.5
- 5,0

Ausência de informação ou espaço inabitado

0 17,5 35 70 105 140 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

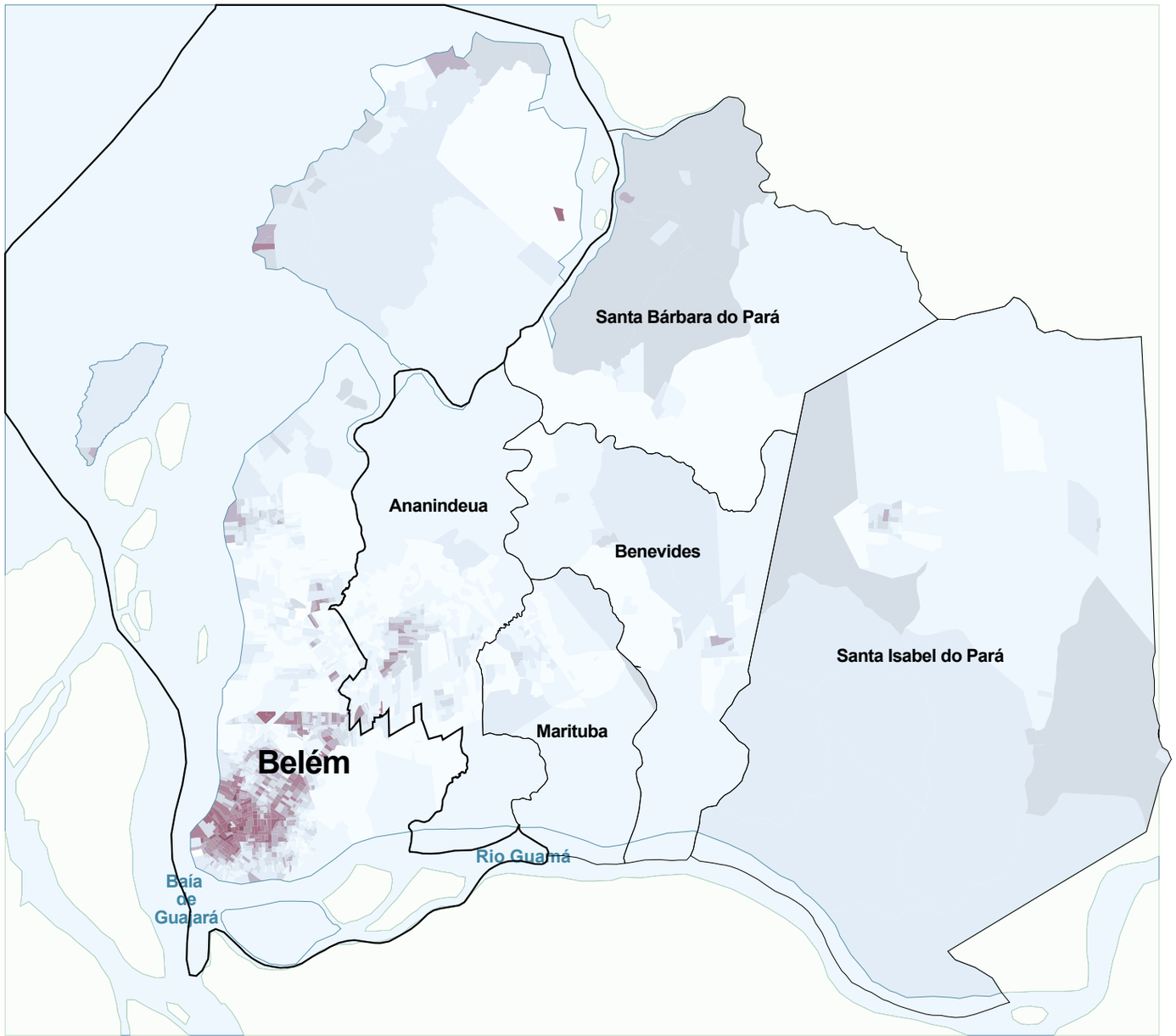
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 98

# Pessoas com 60 anos e mais de idade

## na Região Metropolitana de Belém, 2010




Número de pessoas idosas para cada 100 pessoas

- 35,0
- 25,0
- 20,0
- 17.5
- 15,0
- 12.5
- 10,0
- 7.5
- 5,0

Ausência de informação ou espaço inabitado

0 3,75 7,5 15,00 22,5 30 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

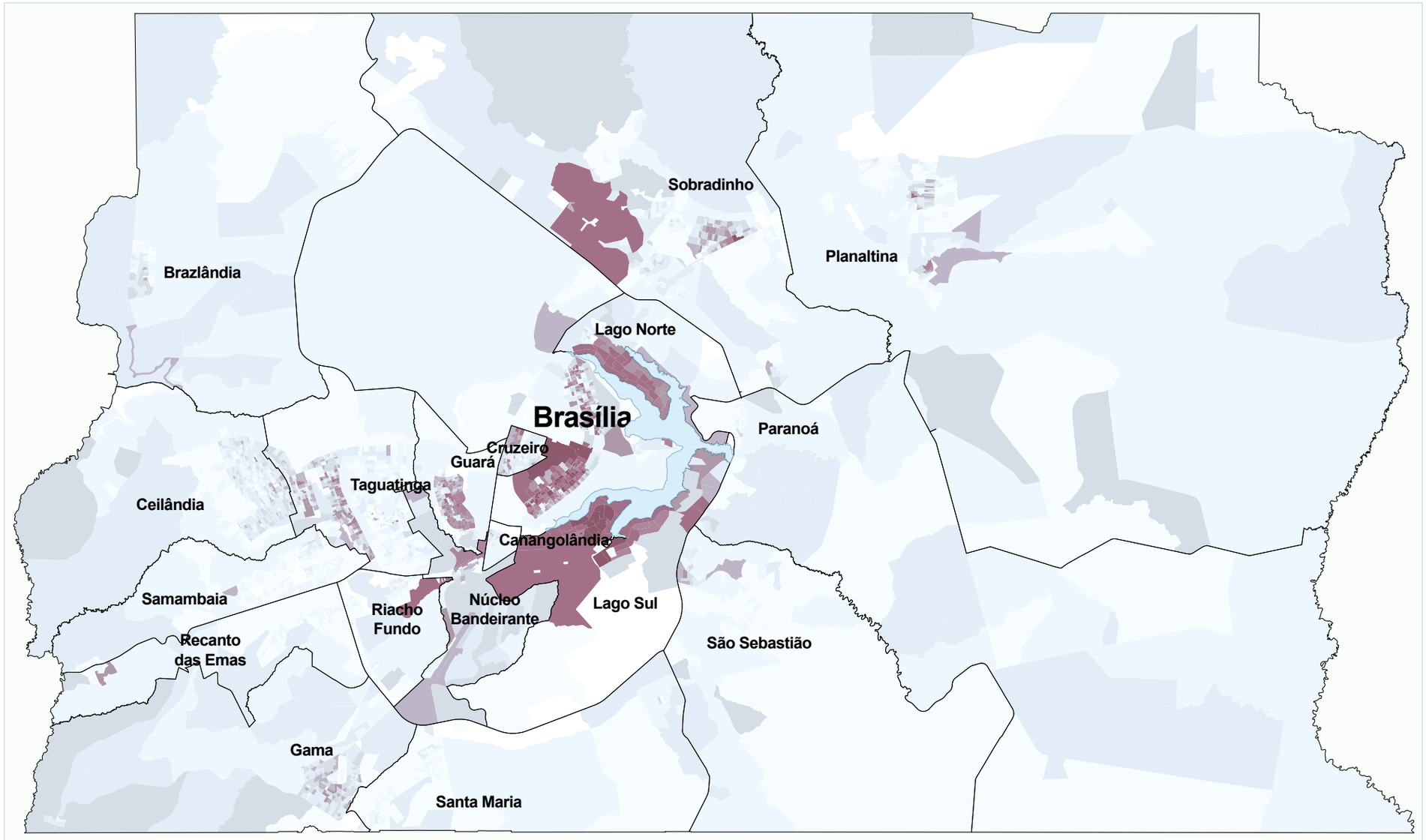
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 99

# Pessoas com 60 anos e mais de idade

## no Distrito Federal, 2010




Número de pessoas idosas para cada 100 pessoas

- 35,0
- 25,0
- 20,0
- 17.5
- 15,0
- 12.5
- 10,0
- 7.5
- 5,0

Ausência de informação ou espaço inabitado

0 5 10 20 30 40 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

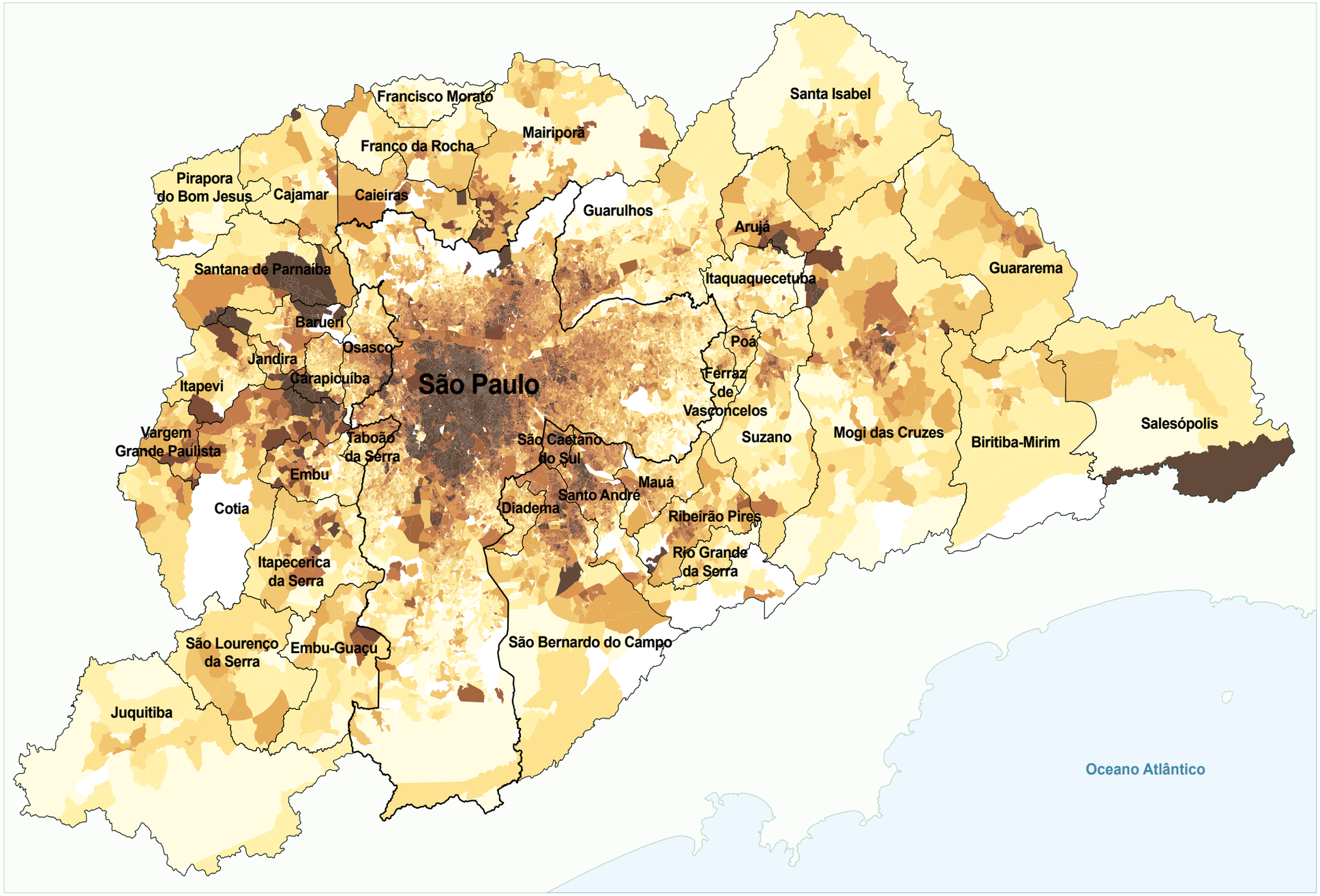
← Voltar ao texto

Fig. 100

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## na Região Metropolitana de São Paulo

## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 101

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## na Região Metropolitana de Porto Alegre

## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

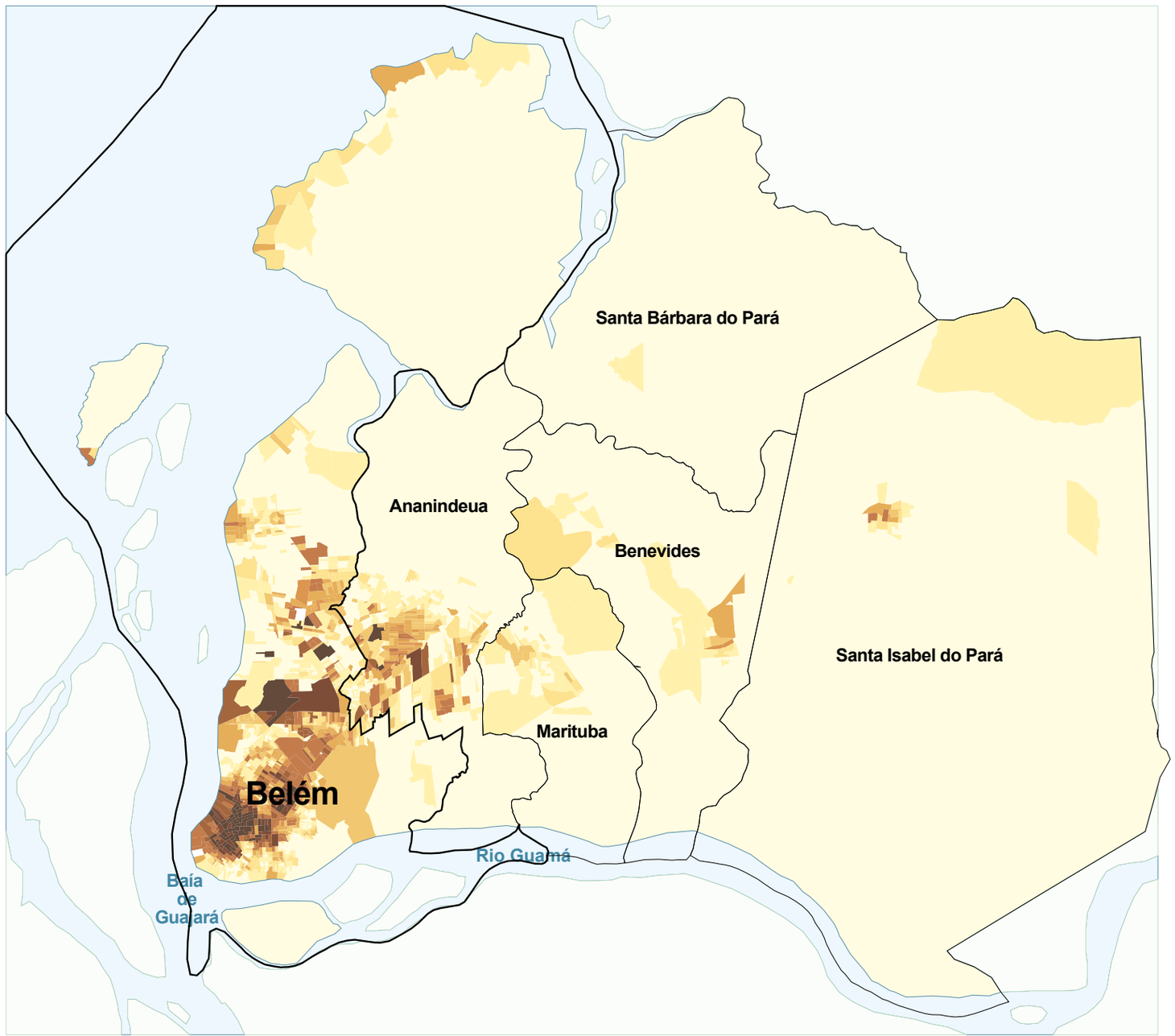
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 102

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## na Região Metropolitana de Belém
## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)




Reais / mês

- 2500
- 2000
- 1500
- 1000
- 900
- 700
- 600
- 500
- 400
- Ausência de informação ou espaço inabitado

0 3,75 7,5 15,00 22,5 30 km

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

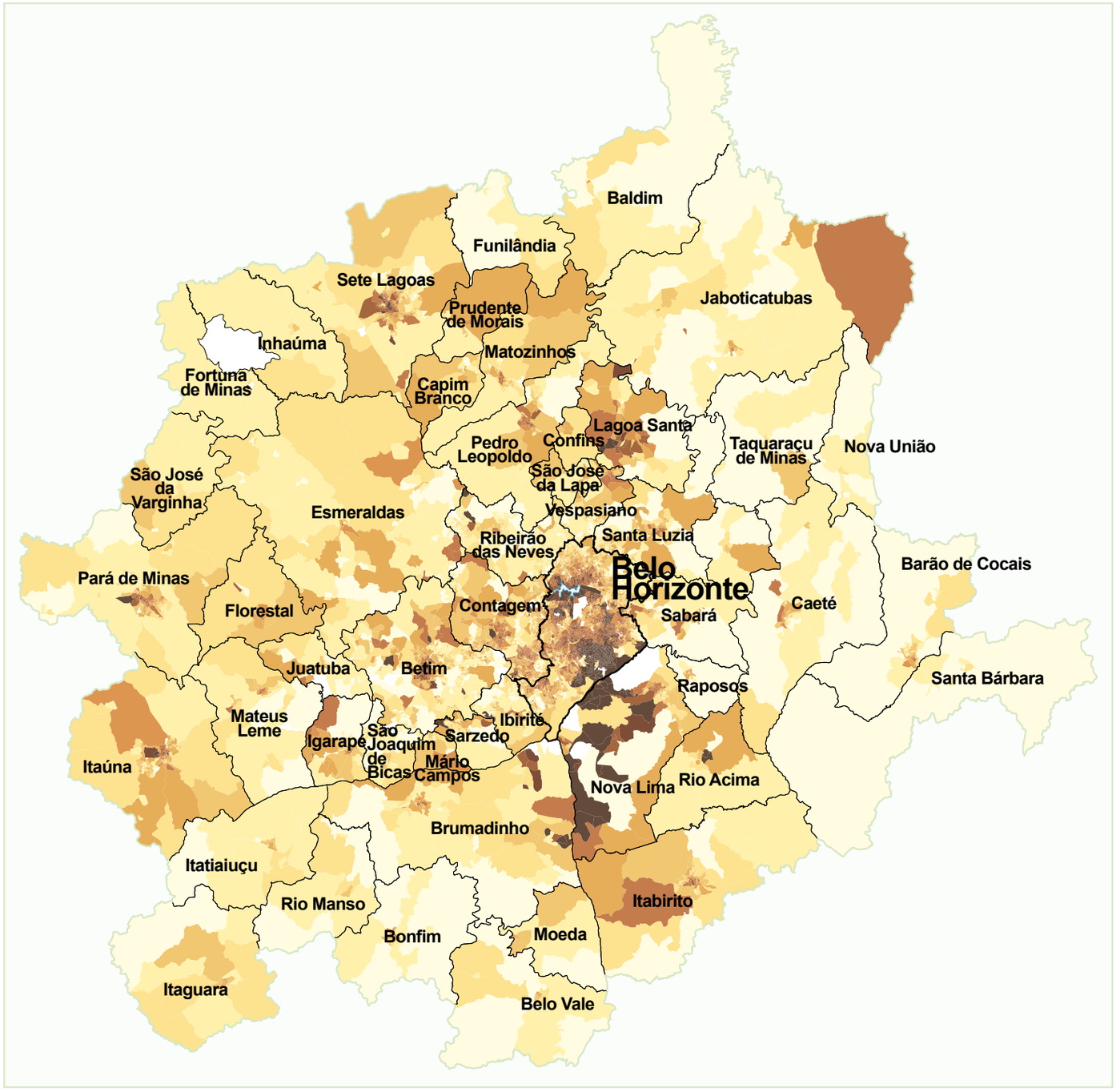
← Voltar ao texto

Fig. 103

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## na Região Metropolitana de Belo Horizonte

## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)




Reais / mês

- 2500
- 2000
- 1500
- 1000
- 900
- 700
- 600
- 500
- 400
- Ausência de informação ou espaço inabitado

0 10 20 40 60 80 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 104

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## na Região Metropolitana de Salvador

## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)

Reais / mês

- 2500
- 2000
- 1500
- 1000
- 900
- 700
- 600
- 500
- 400
- Ausência de informação ou espaço inabitado

0 7,5 15 30 45 60 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

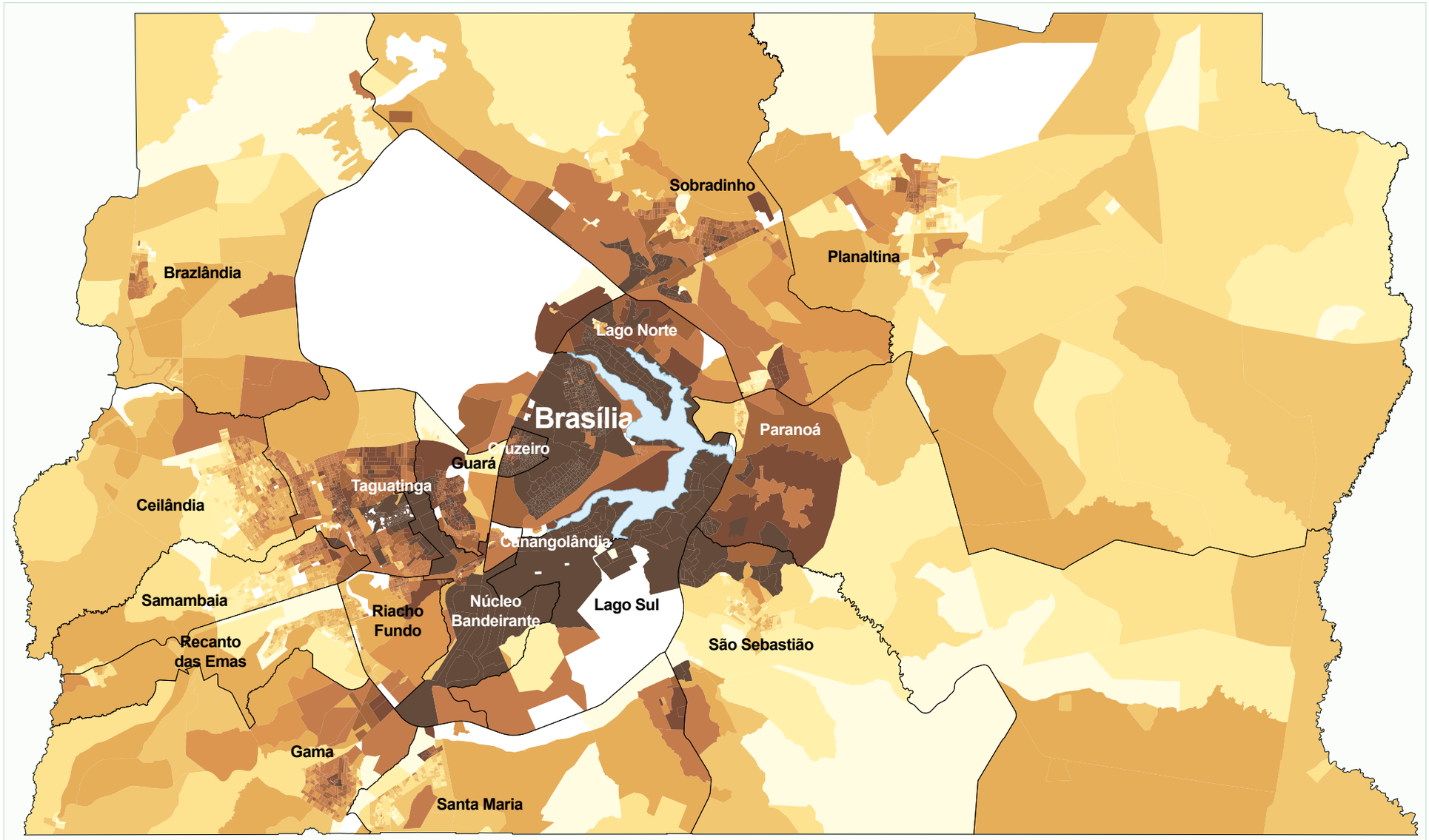
← Voltar ao texto

Fig. 105

# Valor do rendimento nominal médio mensal

## no Distrito Federal

## pessoas de 10 anos ou mais de idade (com e sem rendimento)




Reais / mês

- 2500
- 2000
- 1500
- 1000
- 900
- 700
- 600
- 500
- 400
- Ausência de informação ou espaço inabitado

0 5 10 20 30 40 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

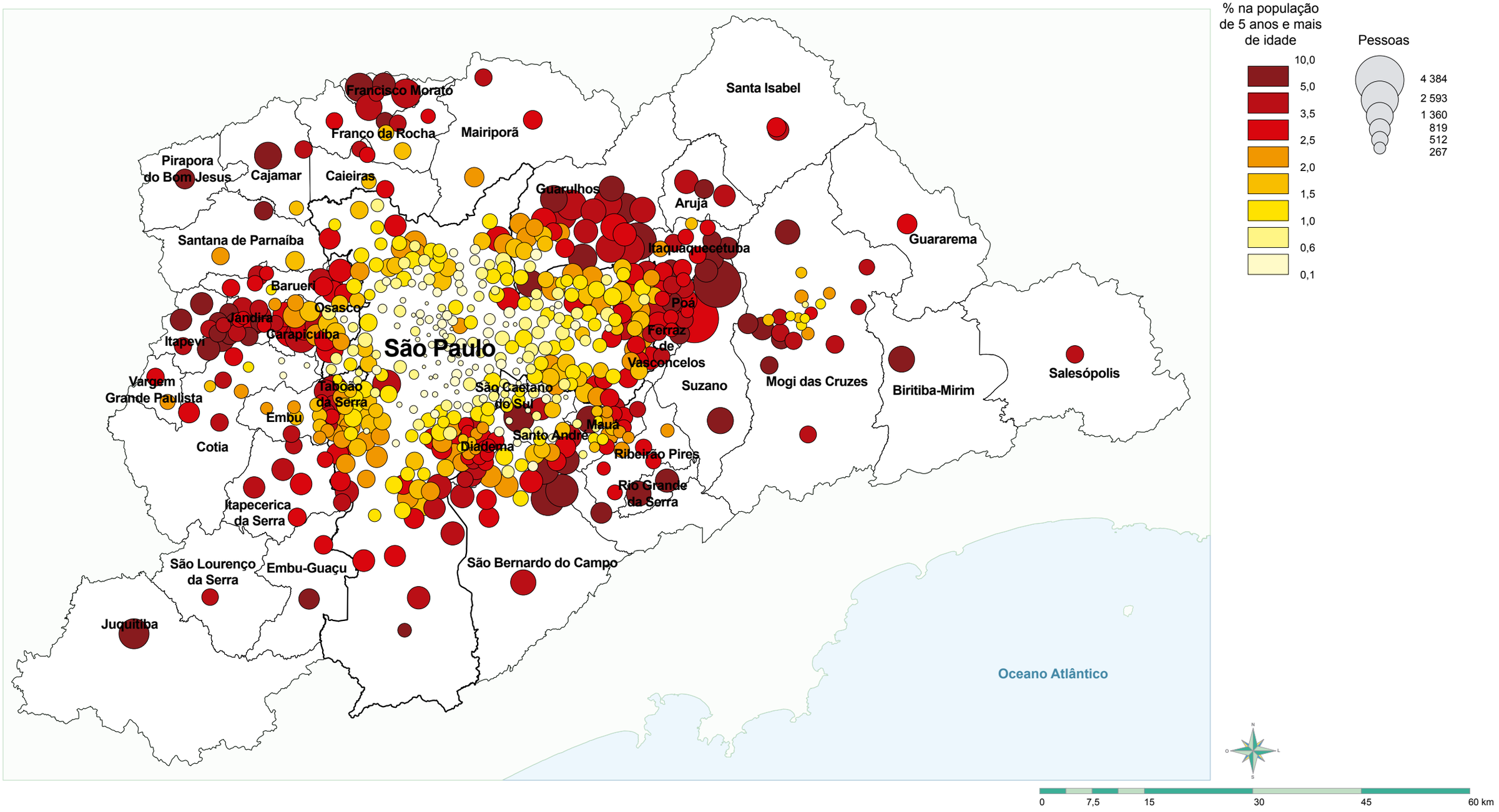
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 106

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## na Região Metropolitana de São Paulo, no mês de julho 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

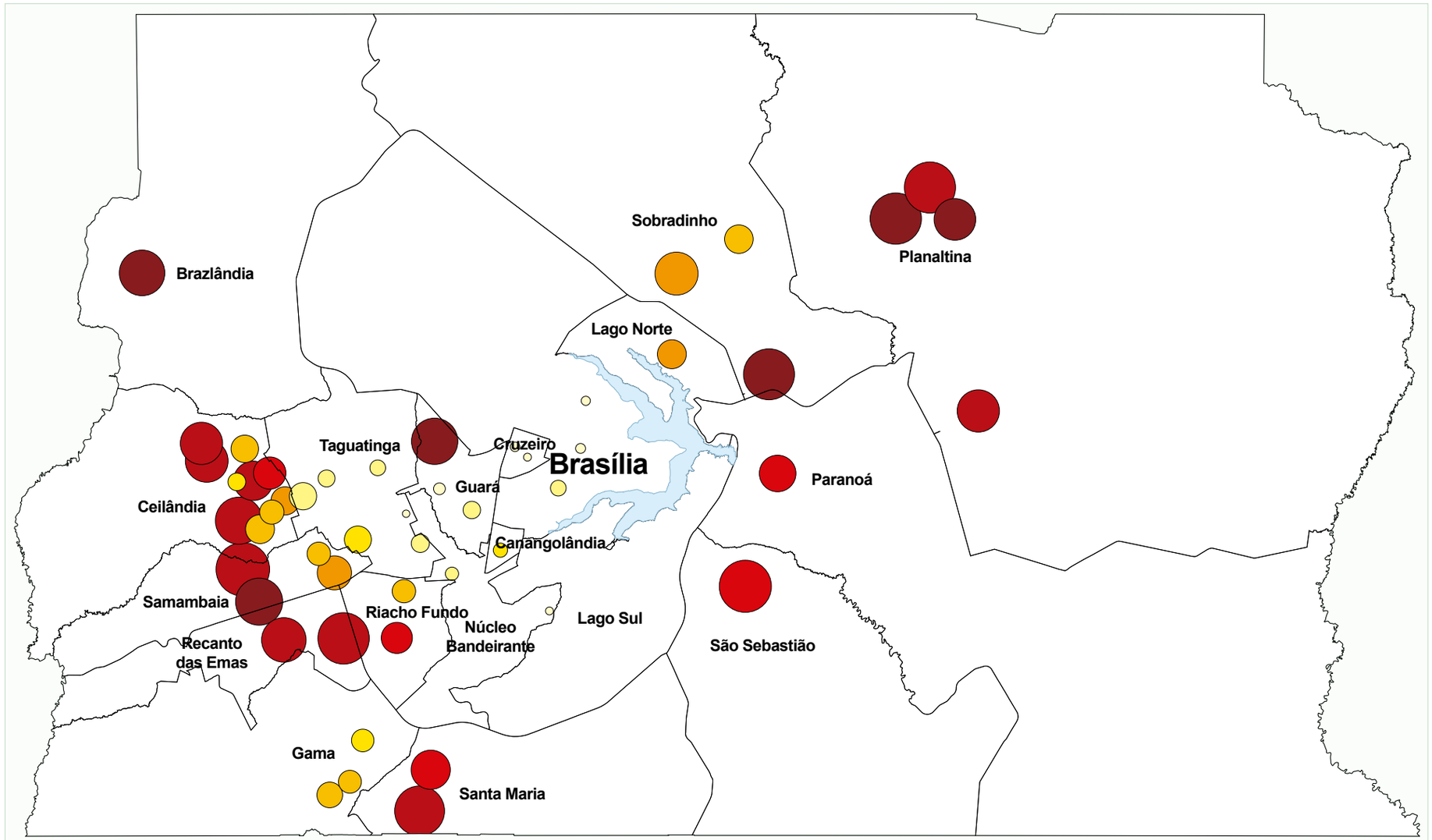
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 107

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## no Distrito Federal, no mês de julho 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

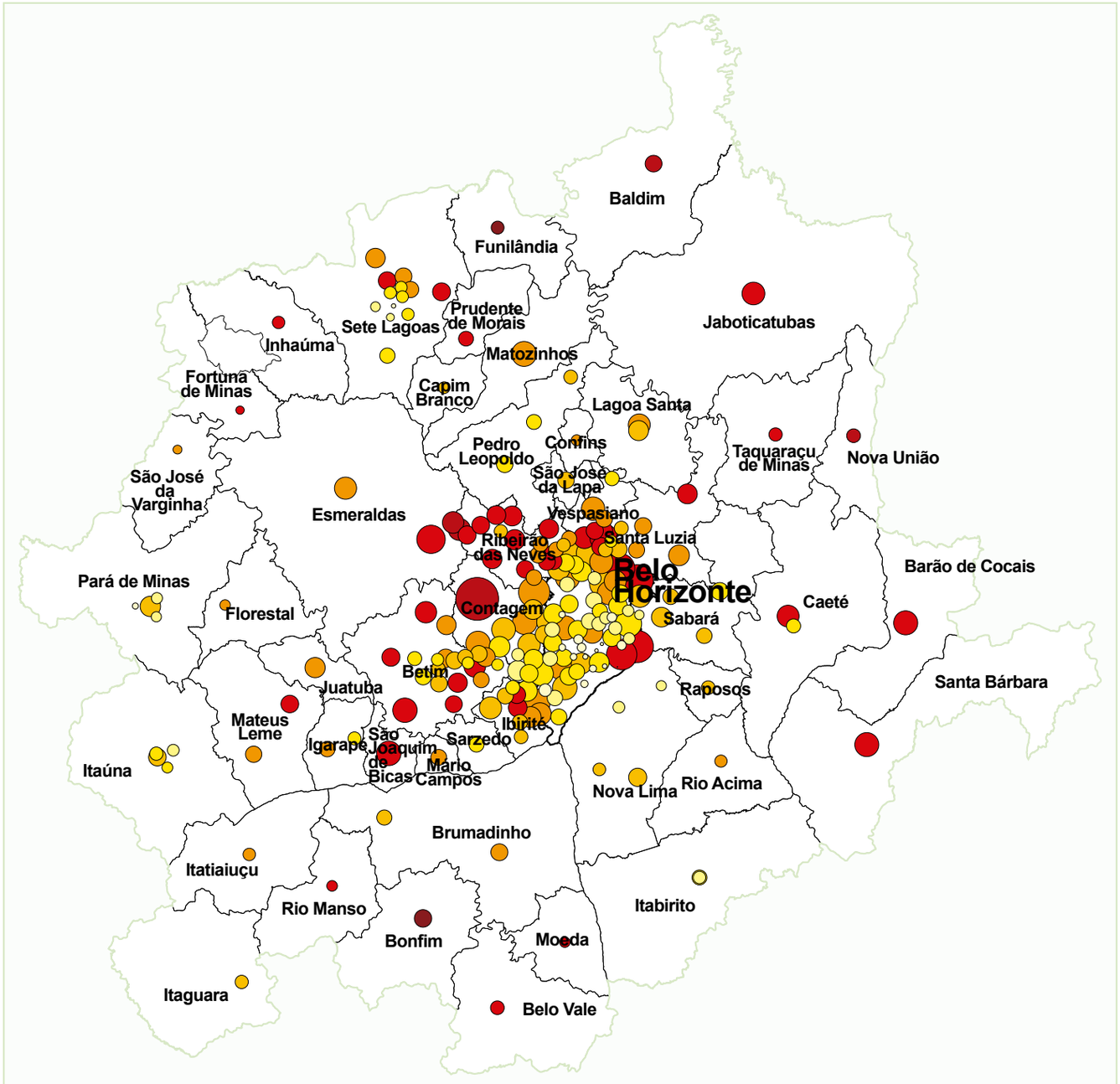
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 108

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no mês de julho 2010




% na população de 5 anos e mais de idade

12
10
8
5
4
3
2
1
0

Pessoas

4 074
1 791
1 203
782
434

0 10 20 40 60 80 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

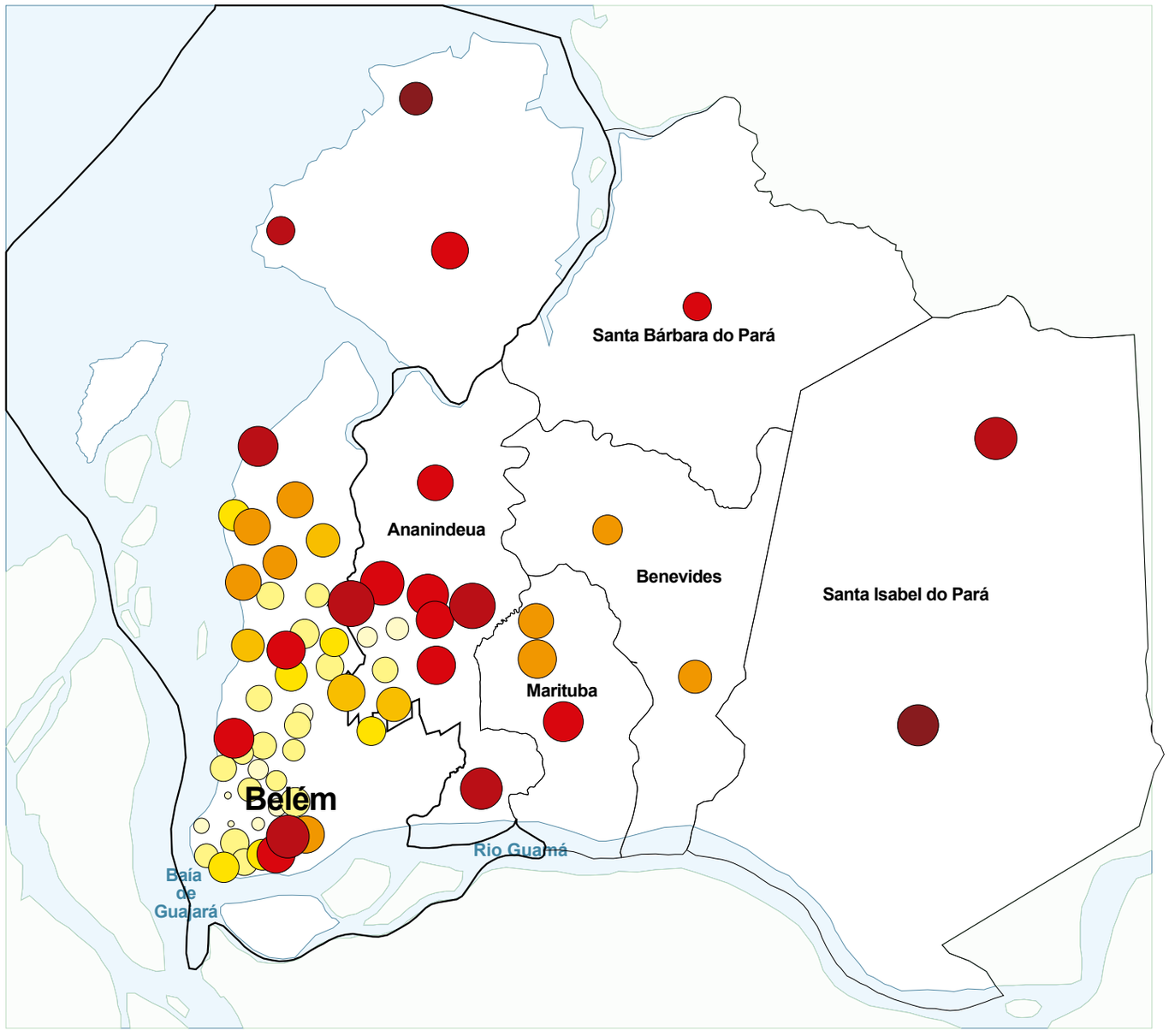
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

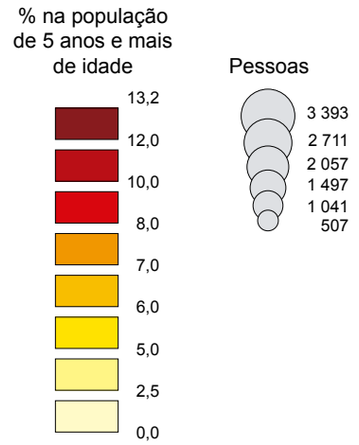
← Voltar ao texto

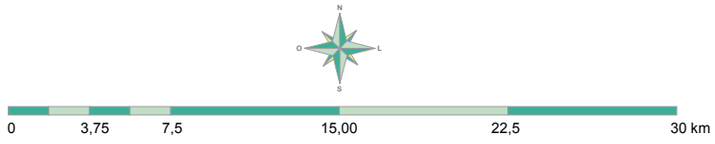
Fig. 109

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## na Região Metropolitana de Belém, no mês de julho 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010  (Amostra - Áreas de ponderação)

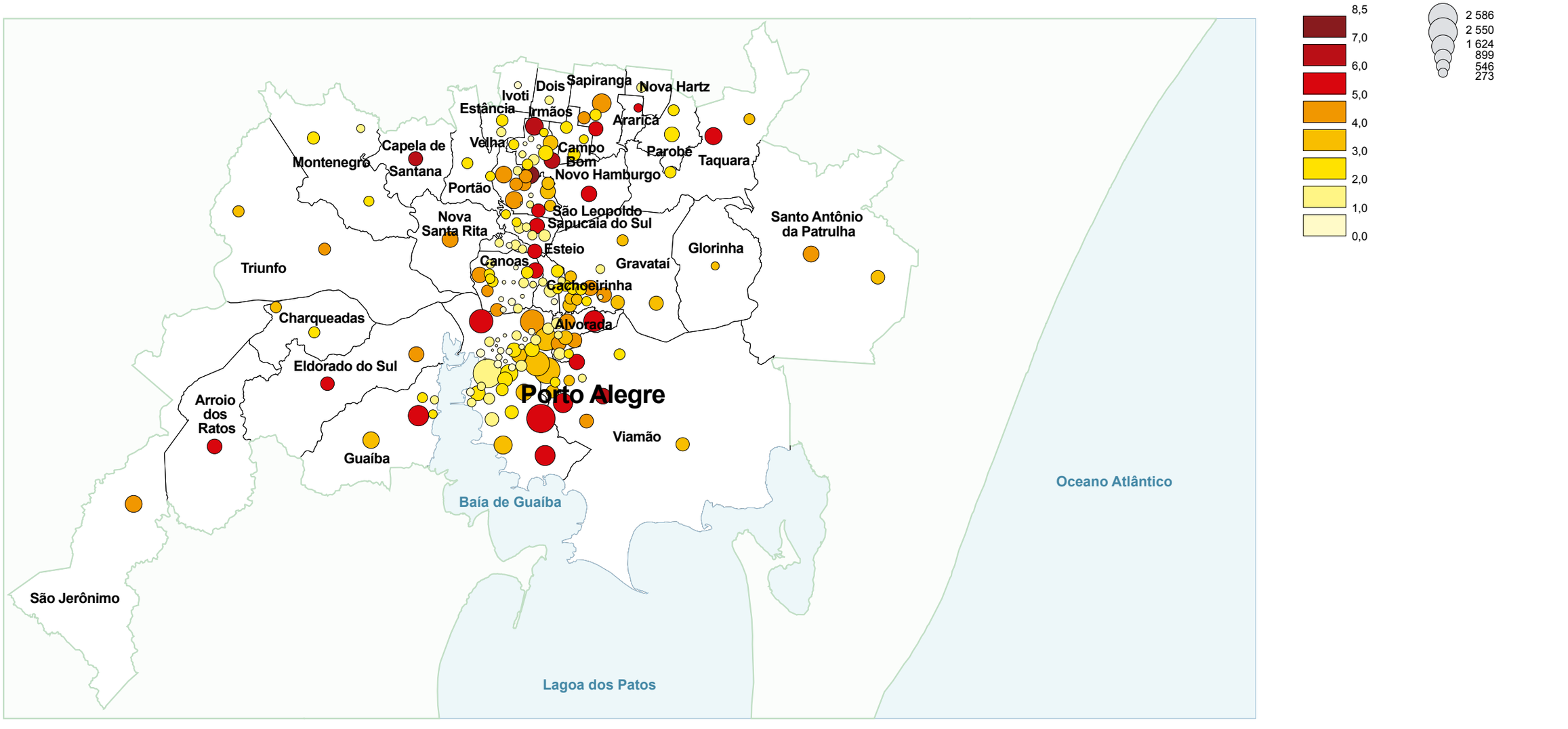
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 110

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## na Região Metropolitana de Porto Alegre, no mês de julho 2010




Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Universo - Setores censitários)

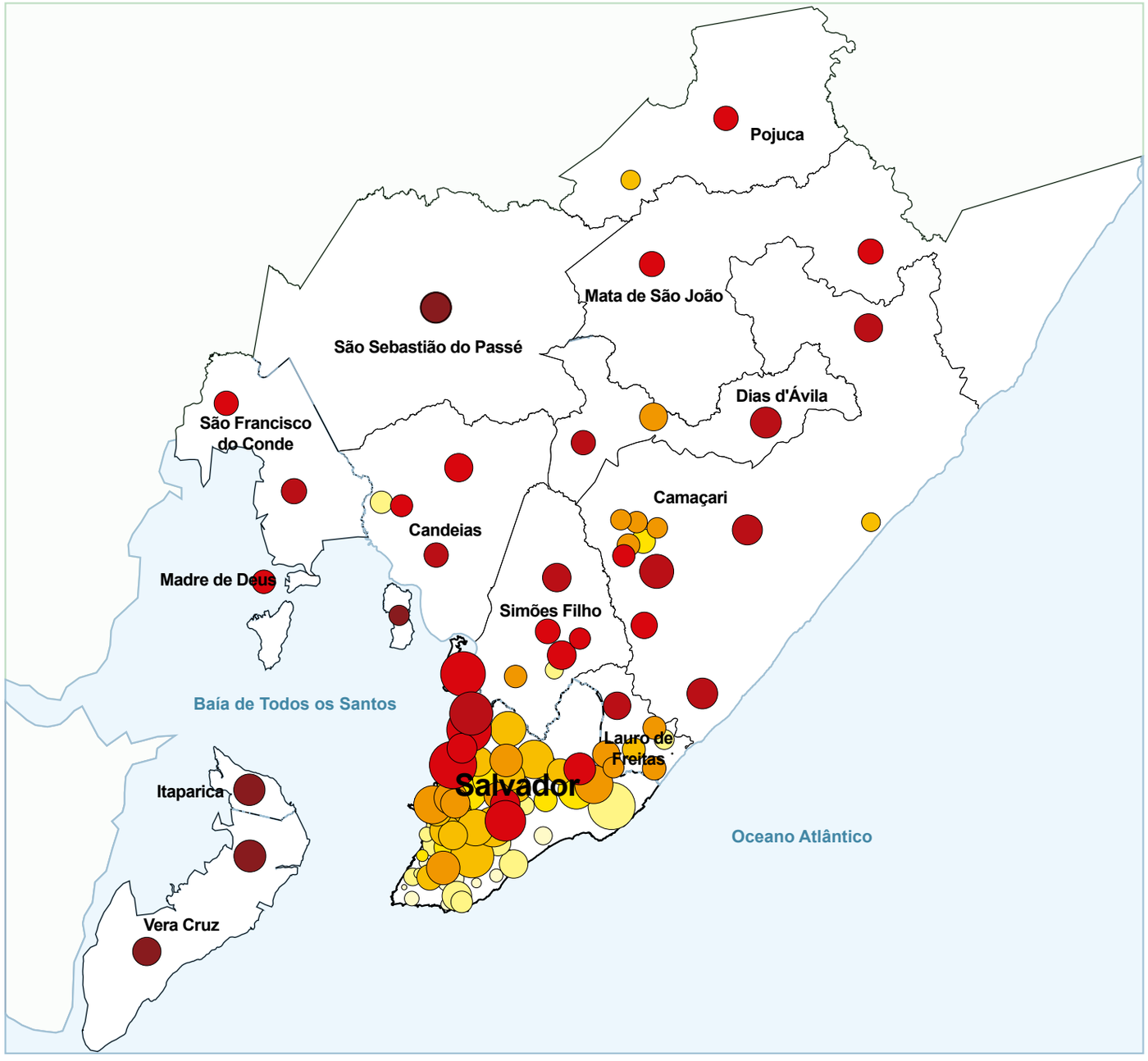
©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 111

# Beneficiários do Programa Social  Bolsa Família ou do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

## na Região Metropolitana de Salvador, no mês de julho 2010




% na população de 5 anos e mais de idade

17,2
12,0
10,0
8,0
7,0
6,0
5,0
2,5
0,0

Pessoas

5 852
4 257
2 888
1 967
1346
676

0 7,5 15 30 45 60 km

Fonte : IBGE - Censo Demográfico 2010 (Amostra - Áreas de ponderação)

©2013 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez

← Voltar ao texto

Fig. 112